

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ricardo Vieiralves de Castro

Vice-Reitor

Prof. Paulo Roberto Volpato

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Lenã Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof^a. Mônica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Regina Lucia Monteiro Henriques

Centro de Ciências Sociais

Prof. Léo da Rocha Ferreira

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Dirce Eleonora Nigro Solis

Departamento de Ciências Sociais

Prof. Doriã Luis Borges de Melo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof. Bernardo Medeiros Ferreira da Silva

Prof^a. Sandra Maria Correa de Sá Carneiro

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 16 número 1
junho de 2014

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Claudia Coelho, Paulo D'Ávila e Ronaldo Castro

Assistente Editorial

Fabiola Cordeiro

Estagiários

Arthur Doring, Juliana Menezes e Ian Ribeiro

Revisão e Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos

Publicação Semestral – 2014.1

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafra (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Claudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luiza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 16, n.1 (2014)- .
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

Cengage-Learning;

Open Edition – Revues.org

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Dossiê “50 Anos do Golpe”

Organizadora: Helena Bomeny

Apresentação: Dos benefícios das celebrações7
Rodrigo Patto Sá Motta e Helena Bomeny

Os anos Jango e a questão democrática 15
Marly Silva da Motta

As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros..... 31
Janaína de Almeida Telles

Universidades, ditadura e cultura política 69
Rodrigo Patto Sá Motta

A Cultura como campo de inovações organizacionais 90
Lúcia Lippi Oliveira

Os estudos de problemas brasileiros na UERJ: a estrutura e engrenagens de um projeto
de socialização política 111
Samara Mancebo Lerner

Artigos

Os pontos de vista do morador da periferia: o outro lado da política urbana 129
Maria Thereza Rosa Ribeiro

A “nova” argentina (Re) vista: breves considerações acerca das representações modernas
portenhas por um paulista 148
Mayra Coan Lago

A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes 174
Victor Marchezini

A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência197
Aline Santos Nascimento e Mário Luiz Ferrari Nunes

Resenha

Matriz pentecostal brasileira: Assembléia de Deus 1911-2011.....217
Alexander Soares Magalhães

Contents

Dossier "50 years since The Coupe"

Coordinator: Helena Bomeny

| | |
|--|-----|
| Introduction: the benefits of celebrations | 7 |
| Rodrigo Patto Sá Motta e Helena Bomeny | |
| The Jango years and the democratic issue | 15 |
| Marly Silva da Motta | |
| The torture and torturers indictments of Brazilian political imprisonments | 31 |
| Janaína de Almeida Telles | |
| Universities, dictatorship e political culture | 69 |
| Rodrigo Patto Sá Motta | |
| Culture as a field of organizational innovations | 90 |
| Lúcia Lippi Oliveira | |
| The studies of Brazilian problems in UERJ: the structure and mechanisms of political socialization project | 111 |
| Samara Mancebo Lerner | |

Articles

| | |
|--|-----|
| The perspectives of poor outskirts resident: the other side of urban policy | 129 |
| Maria Thereza Rosa Ribeiro | |
| The "new" Argentina (re)viewed: brief observations about the modern "porteñas" representations by someone from São Paulo | 148 |
| Mayra Coan Lago | |
| Symbolic production of natural disasters: compositions, selections and clippings..... | 174 |
| Victor Marchezini | |

The woman referee of futsal: between norm and resistance197
Aline Santos Nascimento e Mário Luiz Ferrari Nunes

Review

Brazilian pentecostal matrix: Assemblies of God 1911-2011217
Alexander Soares Magalhães

Dossiê

Dos benefícios das celebrações

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)*
Helena Bomeny (PPCIS / UERJ)**

Apresentação

Os meses de março e abril deste ano de 2014 assistiram a um volume considerável de atividades acadêmicas em torno dos 50 anos do Golpe de 1964. Seminários, lançamentos de livros com debates públicos, matérias especiais nas principais revistas e nos jornais de circulação nacional, programas exibidos nas redes aberta e fechada de televisão em vários canais, entrevistas com atores que participaram do período da ditadura, quer do lado do regime autoritário, quer os que por ele foram vitimados com cassação, exílio, prisão, tortura e, não raro, perda de parentes próximos. Celebrações têm um sentido socioantropológico essencial de trazer ao presente experiências passadas, mantendo viva a memória do que se quer lembrar ou, em casos como este, do que não se quer repetir.

O Brasil vem nas últimas décadas enfrentando os desafios da construção democrática. Entre os esforços empreendidos estão os que se destacaram no trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei n. 12.528 de 2011, sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, e instalada oficialmente em 16 de maio de 2012. Com o objetivo maior de investigar violações de direitos humanos consideradas graves, a Comissão recebeu reforço nos dois últimos anos com revelações de casos até então obscuros, identificando locais, estruturas, instituições e atores relacionados com práticas de violações, identificando ramificações

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rodrigomotta@yahoo.com.br

** Doutora em sociologia, pesquisadora e professora titular de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e co-editora de *Interseções: revista de estudos interdisciplinares*. E-mail: helena.bomeny@hotmail.com

na sociedade de atos condenáveis que ultrapassaram as fronteiras do regime autoritário e adentraram como procedimento rotineiro o ambiente democrático. Cada uma das revelações, descobertas ou pistas comprovadas reaviva sentimentos, dores, abrindo outras feridas, ampliando o não conhecido, aquietando parcialmente sofrimentos. Balanços, sabemos bem, nem sempre são conclusivos. Raramente são completos. O valor maior do esforço de recuperação é abrir mais e mais espaços para reflexão, e viabilizar uma compreensão qualificada dos acontecimentos que envolveram atores, grupos, organizações sociais e setores do Estado e da sociedade civil.

Compartilhando das iniciativas acadêmicas mobilizadas pela consolidação da democracia no país e do intuito de avançar e aprimorar o conhecimento sobre conjunturas sensíveis da vida em sociedade, a editoria de *Interseções* estimulou a elaboração deste Dossiê. Os leitores terão contato com um conjunto de textos que valorizaram dimensões particulares do processo político que desembocou no autoritarismo do regime que vigorou entre 1964 e 1985. O primeiro deles, de autoria da historiadora Marly Motta, trata dos antecedentes políticos ao golpe - particularmente o governo João Goulart - e dos meandros de uma articulação que, envolvendo partidos, militares e setores da sociedade politicamente organizada, não foi capaz de evitar o golpe. Um texto importante pelos alertas que deixa sobre as dificuldades que a *questão democrática* enfrenta no Brasil para evitar desdobramentos como o que representou a instituição do regime inaugurado em 1964. Sintonizada com as produções historiográficas mais recentes como o livro de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, Marly Motta chama a atenção para dimensões cruciais que atravessam o processo democrático brasileiro, destacando, entre elas, o papel subalterno desempenhado pelo judiciário àquela altura diante de outras forças componentes da comunidade política. As perguntas que Marly Motta se fez e que responde em seu texto dão bem a noção do tipo de raciocínio que privilegiou em sua análise: “Que limites e possibilidades eram postos aos atores políticos, especialmente aos militares? Como se relacionavam os três poderes? Como funcionavam os partidos políticos? Qual o papel do presidente Goulart como líder e/ou mediador dos conflitos em jogo? Que apostas eram feitas na manutenção do regime democrático ou na sua derrubada?” Cada uma dessas perguntas foi alvo de exposição clara e instigante e nos devolve a inquietação a respeito da delicada e permanente atenção exigida para a construção da democracia em nosso país. E nos deixa também a convicção de como avançamos, ao percebermos no texto indicações do que já aprimoramos em nosso cotidiano político.

O texto seguinte adentra vereda política asfixiante. A historiadora Janaína de Almeida Teles percorre o trajeto de abuso aos direitos humanos pelas falas das vítimas de torturas, de advogados e militantes de direitos humanos colhidas em 107 entrevistas. Analisando esse material, a autora aponta as estratégias construídas para driblar a repressão, entre elas a transmissão para fora dos presídios de informações fundamentais sobre o que ocorria no interior dos cárceres. Janaína Teles realça a eficácia dessas tentativas no sentido de sensibilizar a opinião pública nacional e internacional sobre o que ocorria nos ambientes prisionais, impenetráveis aos agentes externos ao aparelho de Estado, agentes responsáveis pela vigilância aos procedimentos que deveriam ser embasados e regulados pela lei. Muitos ângulos dessas travessias perigosas são desconhecidos dos leitores atentos, o que faz sobressair a importância do texto construído sobre depoimentos de atores protagonistas de uma estratégia que resultou em importantes ganhos humanos.

Uma ditadura não se limita ao ambiente do cárcere. Em duas décadas de autoritarismo, o Brasil caminhou na direção de aprimorar políticas e instituições que respaldassem esferas importantes na modernização do país. As universidades estão entre elas; os agentes que dela foram expulsos e nelas atuaram compõem um leque tão extenso quanto inusitado, a considerar o clima de censura e de impedimentos que se adensavam progressivamente. De que maneira o regime militar lidou com os intelectuais? Como reagiram os intelectuais aos projetos de modernização do sistema universitário, de consolidação de agências destinadas às políticas da educação e da cultura? Com quem contou o projeto de institucionalização de políticas nos campos da educação e da cultura no Brasil? De que maneira cargos, posições, alternativas à repressão, exoneração de postos e reingresso em outros no mesmo governo foram negociados? Questões delicadas que nos jogam no interior da cultura política brasileira e que não escaparam à análise que Rodrigo Patto Sá Motta trouxe em livro recentemente publicado, do qual retirou sua contribuição ao dossiê. A pesquisa de Rodrigo Patto envolveu docentes, alunos, bolsistas, lidou com uma vasta e diversificada fonte documental. A pesquisa se valeu de bibliografia exaustiva, um acervo documental nacional e norte-americano, além das matérias de imprensa e dos depoimentos pessoais com um número expressivo de intelectuais que viveram parte sensível da conjuntura tratada. Gerações em curso e em disputa; meandros do poder sobre e intrainstitucional em suas artimanhas e em suas feições nem sempre mais fotogênicas estão retratadas na pesquisa. Paradoxos, ambiguidade, heterogeneidade são dimensões de análise acionadas em dezenas de situações nos diversos campi

universitários, alguns com mais evidência como foram a UnB, a USP, a UFRJ, a UFMG, a UFPE e a UFRGS - centros de produção científica afetados pela intervenção. Comparecem os cientistas sociais em seus mais distintos fóruns de atuação, mas também os físicos e profissionais que circundavam as discussões e promoviam programas e projetos de pesquisa continuados. E informações surpreendentes sobre serviços de informação no interior das universidades como parte da burocracia funcional integrando o sistema operativo do ambiente universitário. Foram decisões impostas sobre a rotina organizacional dos ambientes universitários que se prolongaram em outros cenários. É o que o texto de Samara Mancebo procura tratar quando traz a experiência do Mestrado em Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) desenvolvido na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), experimento que dividiu a comunidade universitária, separou intelectuais, definiu campos da “situação” e da “oposição”, mas confirmou o propósito nem sempre inócuo de um regime que teve na universidade seu ponto forte de intromissão. Samara Mancebo abriu as caixas ainda intocadas dos documentos que informaram e formaram a Pós-Graduação em Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ. Sua reflexão está inserida no campo sociológico mais amplo do projeto de socialização política no Brasil. Discrepâncias no interior da comunidade universitária, ressentimentos, oposições e acusações além do prosseguimento de mal estar que atravessou o final dos anos 1980 até meados dos anos 1990. Assunto delicado; meio enterrado, mas com personagens rondando ali, alguns amigos próximos, outros que se gostaria de execrar por razões distintas e que recebiam carga maior de crítica por participarem em projeto da ditadura. Causava no mínimo um desconforto aos que tinham que contar a história aos demais.

Aliás, o tema da Educação Moral e Cívica havia sido tratado no início dos anos 1980 fora do ambiente universitário. Era, indiscutivelmente o projeto de socialização política dos militares, ao fim e ao cabo, como ficou evidenciado, de impacto menos exitoso sobre a formação dos jovens. O tema ocupou a pesquisa de dissertação de mestrado de Helena Bomeny, publicada em 1981 no livro cujo título vinha das redações dos estudantes em suas descrições sobre o Brasil – *Paraíso Tropical*. Ideologia do civismo na TVE do Maranhão. Surpreendeu já à altura da elaboração da pesquisa no Maranhão a recepção pelos estudantes de toda aquela carga ideológica, mostrando inclusive o limite da incorporação pelos sujeitos de mensagens repetidas exaustivamente como mantra. Não tiveram o efeito anestesiador que supunham seus propagandistas... Parece que o destino de tal projeto

no interior da universidade, na instância da pós-graduação desapontaria igualmente seus protagonistas por uma recepção tumultuada e permeada de escusas e mistérios.

Questão semelhante de desconforto e necessidade de apuração está na Reforma Universitária de 1968. Pensada antes de 1968, em verdade, antes mesmo do regime militar, a Reforma Universitária teve sua implantação em período particularmente agudo do regime autoritário. Foram tamanhas as intervenções na rotina das universidades com censura, prisões, invasões, demissões de professores com cassações do direito de trabalhar que surpreenderia os pesquisadores estudiosos do tema a presença, desde meados dos anos 50, de pareceres voltados para a modernização universitária, em muitos sentidos, realizada no escopo da Reforma de 68. Foi o que Helena Bomeny e Rodrigo Patto, por exemplo, encontraram em suas pesquisas. Já estavam lá, nos anos 1950, anunciados os pontos fundamentais de crítica a um modelo excludente, hierárquico, elitista, retrógrado em muitos aspectos. Era matéria conhecida a inadequação da estrutura de oferta universitária diante do crescimento da demanda e das expectativas de formação e qualificação do ensino superior brasileiro. Os personagens que se envolveram com o processo de implementação da reforma acabaram sendo afetados, com mais ou menos razão, pela avaliação política em toda sua carga, o que ficou mais evidente com o recrudescimento da repressão. A atmosfera política impedia que se olhasse de forma mais distanciada um esforço que não era proveniente do governo militar como tal, sequer inovação proveniente dos projetos militares, mas de muitos intelectuais mobilizados pela reestruturação das universidades. O que o regime produz é uma distorção indiscutível pela maneira como interferiu na rotina universitária, interrompendo cursos, perseguindo professores, invadindo campi, reprimindo o que era considerado danoso ao projeto do governo.

Ao fim e ao cabo, ficamos diante dos benefícios e limites da cultura política pautada na conciliação e na acomodação, tão própria, como alertou Rodrigo Patto da maneira como institucionalizamos em nosso país procedimentos, políticas e ações governamentais. A narrativa de Rodrigo Patto norteada por esse eixo analítico encontra ressonância no último texto do dossiê. Lucia Lippi Oliveira tem como motivação eleger outros ângulos de ação do governo que não o da repressão como esforço para compreender dimensões pouco frequentadas nos balanços a respeito do período. Perseguindo a trilha visitada por Rodrigo Patto a respeito da modernização do setor educacional, sobretudo das universidades, Lippi se concentra no campo da gestão da

política cultural na segunda metade dos anos 1970 quando a cultura ainda integrava o Ministério da Educação. Recuperando análises mais sistemáticas a respeito da construção de uma política para a cultura, Lucia Lippi sinaliza aspectos recuperados por autores que se dedicaram a lidar com as tensões entre elaboração de uma política modernizadora e sua relação com a tradição. Os trabalhos clássicos de Sergio Miceli e Renato Ortiz avançam nessa direção, expondo o movimento nem sempre conciliável dos institutos com as matrizes que orientavam a modernização do setor cultural. O papel nem sempre esperado dos intelectuais nessa movimentação é elemento essencial para se matizar postulações ideológicas enrijecidas que estabelecem relação direta entre atores e regimes a ponto de, identificando a orientação dos primeiros, definir a matriz que prevaleceria nos segundos. O mundo da política nos obriga inclinações menos diretas, e nos dá espaço para perceber de que maneira negociações e conciliações são feitas, projetos são construídos, políticas são traçadas com participação de intelectuais de quem se esperaria, talvez, posições em contrário. São delicadas as circunstâncias, e muitas vezes, exigentes as avaliações. Um dos exemplos recuperáveis talvez seja o que envolve o histórico do Parecer 977/65 de 3 de Dezembro de 1965, de autoria de Newton Sucupira, parecer que instituiu a pós-graduação no Brasil. Escrito no período do regime militar, o Parecer ficou envolto em desconfiança que extravasou ao seu autor. Um educador erudito, um personagem, na definição dele próprio, “de punho forte para organizar instituições e garantir seu funcionamento” – certamente autoritário – Newton Sucupira não deixou qualquer evidência de comprometimento ideológico com o regime ditatorial, sequer qualquer comentário que o jogasse no colo do anticomunismo. O Parecer permanece como balizador da pós-graduação no Brasil. Um especialista obcecado, que controlava os trâmites legais para o estabelecimento de um projeto institucional que zelava à exaustão pelo que entendia como sendo a proeminência da técnica sobre a ideologia. Mas era pouco se toda a atmosfera exigia mobilização mais política. Eficiência e competência técnicas não eram propriamente qualidades esperadas de quem fora protagonista no campo da educação superior em tempos de ditadura. Mudaram-se os tempos; o parecer permanece a ponto da Capes ter tomado a iniciativa de, em período de plena vigência democrática, homenageá-lo.

Recuperar traços de nossa experiência política nos obriga enfrentar a maneira como são tratadas no Brasil questões sensíveis como conflito, repressão, violência, disputa política, tortura, morte, mas também competição, concorrências, redemocratização, administração universitária,

avaliação profissional por mérito, critérios para condução dos assuntos públicos, responsabilização de atores dirigentes em suas funções etc. E de que forma pesou (e ainda pesa) nos desdobramentos que se seguiram ao recrudescimento do regime o fato de afinal, serem os universitários provenientes de uma elite social com canais de interação diretos ou indiretos com agentes do Estado, que foram essenciais, em alguns casos, para atenuar a violência repressiva dirigida aos intelectuais. Próxima do centro de poder, da sede do governo militar, e construída com os fios de uma utopia democrática que se pautaria na criativa flexibilidade da experimentação, a Universidade de Brasília foi alvo certo para decisões dramáticas. E não foram poucas. “Barra 68” de Vladimir Carvalho foi a cinematografia símbolo da violência que se abateu sobre universidade ferida, perseguida, destruída em seu desenho original. “Eles pensavam que éramos perigosos...” proclamou Darcy Ribeiro quando voltou à UNB tempos depois... “gosto de pensar que éramos mesmo!” – concluía com seu costumeiro senso de humor.

Estratégias conciliatórias têm limites, é possível perceber nas entrelinhas da produção recente que vem recuperando o último experimento autoritário que vivemos no Brasil. O limite da negociação lenta e a estratégia continuada da acomodação de interesses, de uma flexibilidade interesseira, de arranjos institucionais que poderiam sinalizar uma redução do escopo da repressão talvez não favoreçam o amadurecimento da cultura política democrática no país. O custo foi alto; é possível que ainda o seja. É possível que percorramos o autoritarismo para indagar o quanto é difícil o exercício democrático. Sem o inimigo principal a quem dirigir nossa acusação, ou criamos convenientemente outro (solução indesejável), ou enfrentamos o aprendizado da democracia que só vale se for expressão de sentimentos e convicções que orientam as ações individuais e coletivas. Em algumas dimensões, os textos deste dossiê endossam muitas das intuições e da imaginação ensaística brasileira de nossas referências clássicas: estão neles como sujeitos ausentes, mas co-habitantes, os alertas de Sérgio Buarque, a crueza da análise de Raymundo Faoro, as sugestões de Gilberto Freyre desafiando-nos a encontrar saídas que aprimorem a convivência democrática e evitem a repetição do equívoco com o qual ainda estamos a acertar contas.

E aprendemos também que os traços de cordialidade, mediação, acomodação, personalidade não foram sempre tomados como problemas. Foram muitas vezes mobilizados como uma espécie de avaliação distinta (quase positiva) para o que seria, no caso brasileiro, uma ditadura “menos violenta” (considerando o número de mortos) se comparada aos países

vizinhos – o que vem sendo contestado, sobretudo nessas falas dos cinquenta anos. Principalmente, tais traços foram mobilizados como estratégia para atenuar a repressão dirigida a alguns “alvos” do Estado, ações que, na lógica paradoxal desses jogos de acomodação, implicavam também reduzir a oposição frontal à ditadura, na mesma medida em que o autoritarismo era “suavizado” em certas áreas.

É provável que, cada dia mais, beneficiados pela liberdade, tomemos contato com os prejuízos à institucionalização e à universalização de procedimentos que essa cultura nos legou. Talvez a sociedade mais competitiva, um pouco mais inclusiva, com muito mais gente forçando a porta de entrada propicie o questionamento de situações que acabam sendo privilégios e não direitos. Ao fim e ao cabo, na contramão de tal diagnóstico, achados de pesquisa como os que inspiraram autores neste dossiê enunciam o preço que pagamos por tanta “conciliação”. São indicações para outras indagações e estímulo a outras tantas pesquisas que se orientam para desvendar o enigma da democracia brasileira.

Os anos Jango e a questão democrática

Marly Silva da Motta*

Resumo

A partir do reconhecimento da extensão e profundidade da construção democrática realizada no Brasil entre 1945 e 1964, busco analisar algumas características específicas dessa construção, focando, especialmente, o período de governo do presidente João Goulart (set.1961/mar.64). Defendo a hipótese de que as várias feições da *questão democrática* nesse período tiveram um papel crucial na maneira como se desenrolou o golpe que encerrou o regime democrático e instituiu a ditadura no país.

Palavras-chave

Questão democrática. Anos Jango. Golpe de 64.

Abstract

Since the recognition of the extent and depth of democratic construction carried out in Brazil between 1945 and 1964, this paper analyzes some specific features of this construction, focusing especially on the period that Joao Goulart (set.1961 /mar.64) was president. The hypothesis presented is that various aspects of democratic issue had an important role in the way the military coup took place, ending with the democratic regime and establishing a dictatorship in the country.

Keywords

Democratic Issue. Jango years. 64's coup.

Introdução

Relembrar os 50 anos do golpe de 1964 traz à baila um debate sobre o caráter da democracia brasileira. “Jovem”, “planta frágil, de difícil adaptação ao solo do país”, são algumas das expressões utilizadas para qualificar as experiências democráticas do passado, e mesmo a do presente, em curso desde 1985. O

* Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública (Cipad) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: marly.motta@fgv.br.

objeto deste texto é uma dessas experiências, aquela que abrange o período entre 1945 – quando se encerrou o Estado Novo, de Getúlio Vargas – e 1964. A partir do reconhecimento da extensão e profundidade da construção democrática realizada no Brasil entre 1945 e 1964, busco analisar algumas características específicas dessa construção, focando, especialmente, o período de governo do presidente João Goulart (setembro de 1961 / março de 1964).

Meu interesse pelo que eu chamo de *questão democrática* nos “anos Jango” foi despertado pelos trabalhos que realizei de revisão técnica e de redação da apresentação do livro *1964: o golpe que derrubou um presidente*, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil, de Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes. A leitura cuidadosa de 1964 me fez levantar a hipótese de que as várias feições da *questão democrática* no período Goulart tiveram um papel crucial na maneira como se desenrolou o golpe que encerrou o regime democrático e instituiu a ditadura no país.

Espremida entre duas ditaduras, a vivência democrática experimentada a partir de quatro sucessivas eleições presidenciais – 1945, 1950, 1955 e 1960 – foi chamada, por vários estudiosos, de “República populista”. Segundo essa interpretação, o “golpe militar” resultaria do fracasso dos “líderes populistas”, em especial João Goulart, de conduzir a bom termo a participação das massas populares ao processo político. Por isso, tais lideranças teriam sido as maiores “responsáveis” pela incapacidade da sociedade brasileira de resistir à ditadura e se tornar uma “verdadeira democracia”.

Contrários a essa corrente, vários historiadores, dentre os quais se destacam Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, reconhecem o valor da experiência brasileira na construção de uma democracia nesse período, entrevistos na regularidade do processo eleitoral e na livre atuação de partidos políticos. Por exemplo, o Partido Comunista, embora na ilegalidade, se fazia representar em várias agremiações partidárias e tinha presença marcante na vida sindical. Mais importante, no entanto, foi o reconhecimento do *povo* como ator político a ser conquistado e incorporado ao regime democrático representativo, que levou até mesmo os políticos menos calejados no trato com as camadas populares a se obrigarem a rever suas estratégias de aproximação com os trabalhadores, o que requereu um aprendizado nada desprezível.

No entanto, o fato de ser reconhecido o estatuto de democracia para o período em tela, não nos exime de responder a várias perguntas, as quais, no fundo, visam a responder, enfim, que democracia era aquela. Que limites e possibilidades eram postos aos atores políticos, especialmente aos militares?

Como se relacionavam os três poderes? Como funcionavam os partidos políticos? Qual o papel do presidente Goulart como líder e/ou mediador dos conflitos em jogo? Que apostas eram feitas na manutenção do regime democrático ou na sua derrubada?

O papel político do Supremo Tribunal Federal (ou a falta dele)

A presença hoje capilar do Judiciário não tem paralelo na história. Os litígios encontram formas de solução, reguladas pelas leis¹.

(Luiz Werneck Vianna)

Um dos eventos mais marcantes da democracia brasileira foi a operação política que resultou no *impeachment* de Fernando Collor, em 1992. O processo que comandou o afastamento do primeiro presidente eleito diretamente, depois do jejum de 29 anos (1960-89) imposto pela ditadura, colocou em cena o protagonismo político do Poder Judiciário, em especial do Supremo Tribunal Federal (STF). Se alguns ainda recorreram a membros das Forças Armadas como uma possível força de moderação/pressão/intervenção em prol de uma solução cirúrgica mais rápida – a favor ou contra a permanência do presidente² –, é certo que a opção política vitoriosa foi aquela que previa o estrito cumprimento das normas constitucionais aprovadas há apenas quatro anos, em 1988.

A comparação com os procedimentos adotados por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, é inevitável. Menos do que indagar sobre os “reais” motivos que levaram o presidente a tomar essa medida extrema, me interessa perguntar sobre as razões do silêncio do STF que, em momento algum, foi provocado, como guardião da Constituição, a determinar os trâmites legais que presidiriam a posse do então vice-presidente, João Goulart, então em viagem no exterior.

Uma análise mais ampla desse tenso período entre 25 de agosto e 7 de setembro, quando Goulart tomou posse sob o regime parlamentarista,

¹ Luiz Werneck Viana, Revista *Época*, 31 de março de 2014.

² Ver: Gláucio Ary Dillon Soares; Maria Celina D’Araújo; e Celso Castro. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a ditadura*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1995.

demonstra, por outro lado, o papel de protagonistas que os militares exerceram ao longo de todo esse processo. A começar pela iniciativa de se formar uma Junta Militar, composta pelos ministros da Guerra (hoje, Exército), Marinha e Aeronáutica, a qual, na prática, se legitimava para mandar no país. Apesar de o presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, assumir a presidência da República, não hesitou em comunicar que a Junta Militar manifestara a “inconveniência” do regresso ao país do vice-presidente e, sobretudo, de sua posse como presidente da República, chegando a sugerir a possibilidade de sua prisão assim que desembarcasse no país.³ Foi também aos militares, os ditos “legalistas”, que Jango e seu cunhado, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, recorreram para garantir a posse do vice no lugar do presidente que renunciara.⁴

Ao contrário do Judiciário, mantido à margem de toda a difícil negociação que resultaria na adoção do parlamentarismo, o Legislativo teve um papel de destaque na condução das propostas em jogo. Manifestou-se firmemente a favor da ordem constitucional, rejeitou a intimidação militar, e apoiou a posse de Jango. Na sessão parlamentar de 29 de agosto, a proposta de *impeachment* de Goulart foi derrotada por um placar acachapante: 299 votos contra e apenas 14 a favor. Mesmo a UDN, desalojada do poder com a renúncia de Jânio, defendeu o mandato de seu adversário que, como se sabe, era o principal líder do PTB.

O Supremo tampouco foi chamado a avaliar a constitucionalidade da implantação do regime parlamentarista como condição para a ascensão de Jango ao cargo de presidente da República. Feita uma nova redação na emenda que tramitava no Congresso havia muitos anos, sem ser levada a sério, a Emenda Constitucional n. 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil, foi aprovada em 2 de setembro por 233 votos contra 55.⁵

A ausência do Judiciário pode ser mais uma vez notada no conflito entre os dois poderes – Executivo e Legislativo – em torno da aprovação do plebiscito

³ Ver: Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes. *1964: o golpe que derrubou um presidente pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, p. 436.

⁴ Sobre a campanha da legalidade liderada por Brizola e a posição do comandante do III Exército a favor da posse de Goulart, ver, entre outros: Jorge Ferreira. “A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1964”. In: Jorge Ferreira; *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 277-318.

⁵ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 45.

com vistas a um possível retorno do regime presidencialista. O artigo n. 25 da Emenda parlamentarista previa a realização de uma consulta ao eleitorado sobre a continuidade do regime ou a volta do presidencialismo. A questão era o prazo para a convocação: nove meses antes do fim do mandato de Jango, o que, na prática, significaria amarrar as mãos do presidente.

A correlação de forças que se estabeleceu naquele momento em torno da convocação do plebiscito pode provocar alguma surpresa. Os ministros militares, indicando a divisão existente nas Forças Armadas desde 1961, pediram a antecipação do plebiscito, e receberam o apoio do movimento sindical. Pressionado pelo Executivo, e apesar de os principais partidos simpatizarem com a possibilidade de volta do presidencialismo, o Congresso não quis, voluntariamente, abandonar um regime que lhe garantia poderes excepcionais.

A falta de protagonismo político conferido ao Supremo nessa construção democrática do pós-1946 desembocou, em setembro de 1962, em uma grave crise político-militar. Uma carta dos chefes do I, II e III Exércitos ao presidente Goulart, com cópias para o primeiro-ministro, Brochado da Rocha, e para o ministro da Guerra, Nelson de Melo, anunciava que o Exército não defenderia o Legislativo no caso de “o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito. **O povo é soberano no regime democrático**”.⁶

Esse conflito entre o Executivo e Legislativo evidencia, a meu ver, uma dupla questão. A primeira se relaciona com determinadas concepções de *regime democrático e soberania popular* que não reconhecem a representação parlamentar como capaz de legitimamente se pronunciar sobre o sistema de governo. Negar ao *povo* o direito de se manifestar diretamente seria o equivalente a “abominar ou destruir” a experiência democrática em curso, mesmo que o dito “respeito à vontade popular” mal encobrisse a possibilidade de um golpe militar contra o Congresso.

O segundo ponto, igualmente relevante para a sustentação de nossa hipótese de trabalho, é o não reconhecimento do Judiciário como guardião da Constituição, embora previsto na Carta de 1946 e, em decorrência, a rejeição dos outros dois poderes, o Executivo e o Legislativo, em recorrer ao Supremo na questão da antecipação do plebiscito. Mais uma vez, foram

⁶ Citado em Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 115, grifos nossos.

os militares que se apresentaram como o fiel da balança; só que, em 1962, ao contrário de um ano atrás, a posição vencedora foi a do apoio à volta do presidencialismo.

O presidente Goulart não apoiou a solução golpista indicada pelos chefes militares, e o Congresso foi preservado.⁷ Negociou a flexibilização da Emenda parlamentarista e jogou o plebiscito para janeiro de 1963. Desse modo, ainda teria três anos para governar e encaminhar a sua sucessão. Ficou evidente, também, que Jango possuía um dispositivo militar poderoso, de cunho nacionalista de esquerda, pronto a desfechar um golpe com o fechamento do Congresso.

Talvez o caso mais emblemático de desrespeito às decisões do Supremo tenha sido o julgamento do processo referente ao pedido de direitos políticos dos sargentos, uma vez que a Constituição de 46 permitia interpretações divergentes. Aliás, por essas brechas, em 1962, vários sargentos haviam sido eleitos prefeitos, vereadores e deputados. No dia 11 de setembro de 1963, o STF se manifestou contra o direito dos sargentos de concorrer a cargos eletivos. No lugar do hoje conhecido refrão de que “decisão do Supremo não se discute; cumpre-se”, houve reações contrárias à palavra do órgão máximo do Poder Judiciário.

Foi alto o preço pago pela democracia por esse episódio, que evidenciou a incapacidade do Judiciário de atuar como um ator de relevo no instável cenário político daquele momento. A resposta dos sargentos, tirada em uma assembleia em Brasília, foi um levante militar: tomaram pontos estratégicos da capital, inclusive a Base Aérea e o Ministério da Marinha, além de invadir a Câmara dos Deputados e o STF, prendendo seus respectivos presidentes. Jango, na Guanabara, e o ministro do Exército ficaram fora do domínio dos rebelados, e a pronta reação oficial conseguiu sufocar a rebelião com pequenas baixas humanas.⁸

As baixas políticas, no entanto, foram enormes. Vários analistas do período reconhecem que esse foi o momento a partir do qual a oposição a Goulart, especialmente representada pelas direitas, vislumbrou a possibilidade de reverter o jogo; ou seja, se apoderar da bandeira da democracia e lançar

⁷ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 121-22.

⁸ Para uma análise detalhada da revolta dos sargentos, ver, entre outros: Paulo Parucker. *Praças em pé de guerra. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-64*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro, 1992.

sobre o presidente o epíteto de “golpista”, que ameaçava a “solidez das instituições” e corroía “a hierarquia militar”.⁹

Militares e partidos políticos

A capacidade que o PTB teve de influenciar setores militares ou de interagir com eles foi, certamente, um dos principais fatores para a eclosão do golpe.¹⁰

(Maria Celina D’Araújo)

Esse texto levanta pelo menos duas questões relevantes para se pensar alguns elementos da experiência democrática vivida pelo Brasil nos anos Jango. A primeira delas diz respeito à importância dos partidos políticos naquele período, na contramão, portanto, de concepções que insistem na avaliação de que a estrutura partidária do sistema político brasileiro seria “inconsistente” e “frágil”. Essa importância se traduziu, por exemplo, na filiação de militares – oficiais e subalternos – aos partidos, trazendo para dentro da caserna as disputas políticas, vale dizer, ideológicas e partidárias. Por isso mesmo, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), representantes de correntes opostas do espectro político-partidário, foram os partidos que mais receberam as filiações de militares e que, por isso mesmo, sofreram o impacto dessas disputas.

Portanto, deve-se, sim, considerar a dinâmica político-partidária vigente à época como um elemento básico para a eclosão do golpe de 1964. De acordo com Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, a estratégia de expansão das bases político-eleitorais do PTB teve como alvo os setores nacionalistas e reformistas das Forças Armadas. A pregação petebista atingiu especialmente os sargentos – o “povo em armas”, como se definiam –, que não hesitavam em se declarar “janguistas” e “brizolistas” e que, em função da ambiguidade da Constituição, acabaram concorrendo, em 1962, para cargos eletivos no Executivo municipal e no Legislativo. No estado da Guanabara, o sargento

⁹ Ver, entre outros, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, *op. cit.*, p. 179-85.

¹⁰ Maria Celina D’Araújo. “Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB”. In: Gláucio Ary Soares & Maria Celina D’Araújo (orgs.), *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*, Rio de Janeiro, Editora FGV, 1994, p. 69.

Antonio Garcia Filho foi o segundo mais votado da bancada federal eleita pela Aliança Socialista Trabalhista (PTB/PST), só perdendo para Leonel Brizola, que chegou a conquistar quase 270 mil votos em um eleitorado de um milhão de eleitores. Como foi analisada anteriormente, apesar da manifestação do STF contrária à elegibilidade dos sargentos, a reação de desobediência à posição do Supremo geraria uma grave crise político-militar com repercussão negativa na construção da democracia no Brasil.

Nas mesmas eleições de 1962, ainda na Guanabara, só que do lado da UDN, o general Danilo Nunes foi o recordista de votos para a Assembleia Legislativa da Guanabara. Os mais de 50 mil votos que recebeu representavam uma parte do eleitorado carioca que apoiava sua postura conservadora, profundamente pautada por um feroz anticomunismo. Essa posição radical o conduziu à eleição para o governo estadual em 1965, como candidato a vice-governador na chapa do udenista Flexa Ribeiro, derrotado nas urnas por Negrão de Lima, da aliança PTB/PSD.

É fácil observar que posições radicais, compartilhadas por setores militares, foram trazidas para dentro de partidos políticos como PTB e UDN, esvaziando, como ficou demonstrado pelos resultados eleitorais de 1962, o tradicional partido do centro, o Partido Social Democrático (PSD).¹¹ Ou seja, “as direitas, como as esquerdas, estavam dispostas a recorrer aos militares para alcançar seus projetos de poder”.¹² E completamos: esse recurso aos militares visava tanto à política de partidos, votos e eleições, quanto às iniciativas no campo revolucionário/golpista, de acordo com a linguagem da época.

Jango e as veredas estreitas da negociação

O desinteresse de Jango de buscar uma solução negociada para o impasse não pode ser contestado.¹³

(Marco Antonio Villa)

Não resta dúvida de que existe certo consenso em torno da avaliação de que o presidente Goulart foi um dos responsáveis pelo sucesso do golpe de 1964

¹¹ Ver Lucia Hippolito. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹² Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 136.

¹³ Marco Antonio Villa. “Os gigolôs da memória”, O Globo, 8 de abril de 2014.

em função de seu “desinteresse” ou de sua “incapacidade” de buscar uma “solução” – negociada ou não – para o impasse político-militar que se acirrou após o Comício de 13 de março, na Central do Brasil.¹⁴ A essa tese, junta-se uma outra: a de que o golpe e a consequente decretação da ditadura civil e militar já estavam escritos nas estrelas.

Na direção contrária, pretende-se aqui mostrar as múltiplas possibilidades de ação política existentes na segunda metade de 1963. Opções quase sempre assentadas no fio da navalha, cada vez mais estreitadas por escolhas e ações específicas que “solaparam as possibilidades de ampliação e consolidação de apoio para as reformas, e, desta forma, reduziram as oportunidades de implementar, sob regras democráticas, um compromisso sobre estas reformas”, como analisa Argelina Figueiredo.¹⁵

Dentro do regime democrático, um cardápio de reformas estruturais, tal como apresentado por Goulart como mola central de seu projeto de sustentação política, necessita de um amplo apoio congressual.¹⁶ No entanto, Jango enfrentava desafios até mesmo dentro das forças de esquerda, que tinham seu próprio projeto de poder, tangenciando e até competindo com o dele. Leonel Brizola, Miguel Arraes, o PTB, o Partido Comunista, o movimento sindical e o movimento estudantil o pressionavam em várias direções, tendo em vista aquilo que melhor servia aos interesses de cada grupo.

O debate sobre a reforma agrária ao longo de 1963 e seu encaminhamento político-partidário até a votação do projeto no Congresso parecem ser um bom exemplo desse estreitamento dos caminhos da negociação liderada por Jango. O tom de radicalização surgiu logo em abril, mês da convenção nacional da UDN, quando Bocayuva Cunha, líder do PTB na Câmara dos Deputados, apresentou um projeto de emenda constitucional que alterava as formas de indenização das terras desapropriadas por interesse social. A

¹⁴ Ver Jorge Ferreira. “O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil”. In: Jorge Ferreira; *O imaginário trabalhista*, op. cit., p. 319-74.

¹⁵ Argelina Figueiredo, citada em: Carlos Fico, *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 50.

¹⁶ Sobre as reformas constitucionais do governo Fernando Henrique e a conquista do apoio parlamentar, ver: Helena Chagas. “Relações Executivo-Legislativo”. In: Bolívar Lamounier & Rubens Figueiredo (Orgs.); *A Era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados, 2002. p. 331-68.

movimentação de Leonel Brizola nas cidades-satélites de Brasília, ameaçando com um levante popular, caso a reforma agrária não fosse aprovada, alarmou udenistas, pessedistas, e até petebistas moderados.

O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, bastante conhecido por suas posições radicais de direita,¹⁷ botou lenha na fogueira e, na véspera da convenção nacional, ameaçou sair da UDN e renunciar ao seu mandato, caso os convencionais resolvessem apoiar a reforma pregada pelo PTB. Batendo de frente com o deputado udenista José Aparecido, que apresentou o manifesto da ala mais moderada com declaração de voto favorável à reforma agrária através de emenda constitucional, o governador carioca defendeu a “intocabilidade da Constituição”. Analisando os objetivos da atitude de Lacerda, o jornalista Carlos Castello Branco profetizou: “Carlos Lacerda pretendeu assinalar uma posição radical no quadro geral da crise brasileira, que acredita acabará se impondo não só na UDN, como nos demais partidos do centro liberal e conservador”.¹⁸

Em junho, foi a vez de o moderado PSD apresentar seu projeto de reforma agrária. Tímido em relação ao “programa máximo” de reformas apresentado pelas esquerdas, havia, no entanto, representado um avanço em relação, por exemplo, à caracterização do “latifúndio improdutivo”, ou seja, o que tinha mais de 50% das terras sem cultivo.¹⁹

Ocupando a presidência da República, lugar privilegiado que o capacitava a liderar o entendimento em torno da reforma agrária “possível”, Goulart não conseguiu, no entanto, aglutinar o PTB em torno desse projeto mais moderado, nem impedir a radicalização do processo, talvez um efeito indesejado, mas, quem sabe, evitável. Incapaz de costurar um programa mais moderado e gradual a partir da composição PTB/PSD, Goulart optou por se aproximar dos grupos mais radicais de esquerda, ao apoiar as manifestações de rua com vistas a pressionar o Congresso a votar a reforma agrária. Dessa forma, os caminhos de negociação se afunilavam e se transformavam, cada vez mais, em estreitas veredas.

Jango, tampouco, teve sucesso em encaminhar a sua sucessão, o que lhe daria condições de sinalizar, para frente, um determinado projeto de país.

¹⁷ Sobre Carlos Lacerda, ver, entre outros: Marly Silva da Motta. *O Rio de Janeiro continua sendo: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2001.

¹⁸ Carlos Castello Branco, citado em Marly Silva da Motta, op. cit., p. 197.

¹⁹ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 169-70.

Prevista para outubro de 1965, a eleição presidencial, no entanto, já havia invadido os corações e as mentes dos principais postulantes ao cargo. Na já citada convenção da UDN, realizada em abril de 1963, o nome do radical Carlos Lacerda havia se sobressaído em relação ao moderado Magalhães Pinto, o qual, de maneira aparentemente contraditória, viria a ser a principal liderança civil do futuro golpe de 1964. Indicado como favorito pelas pesquisas, destacava-se o nome de Juscelino Kubitschek, que contava voltar à presidência: dessa vez, não para o Catete, e sim para o Alvorada, que ele havia construído na Novacap.²⁰ Tal como nas negociações para a aprovação de uma reforma agrária moderada, a composição PTB/PSD, que havia rendido frutos em 1955, com a vitória da chapa JK/Jango, fracassou no intuito de apoiar Juscelino Kubitschek em sua pretensão de voltar à presidência em 1965.

Pode-se atribuir esse fracasso, em grande medida, ao ambiente de radicalização política que, sobretudo a partir do final de 1963, exacerbou a percepção, por parte dos principais atores políticos, de que a resolução dos conflitos poderia ser encontrada não apenas na disputa eleitoral, ou seja, dentro dos quadros da normalidade institucional. É nesse contexto que tanto as esquerdas como as direitas fazem suas apostas, ao mesmo tempo, nas eleições presidenciais de 1965 e em soluções extrainstitucionais, definidas por expressões conhecidas, como “na marra” ou “intervenção redentora”.

Se não chegou a ficar paralisado, o presidente se mostrou incapaz de manter a capa de conciliador e de fiador do sistema democrático. A mudança na posição da imprensa em relação ao governo Jango contribuiu fortemente para o estreitamento dos canais de negociação e, por consequência, para o isolamento do presidente, a quem restaram poucas opções de saída para o impasse político que se agravava rapidamente. Em outubro de 1963, não por acaso logo depois da rebelião dos sargentos, proprietários de jornais e rádios da Guanabara formaram a Rede da Democracia, composta pelo O Globo, Jornal do Brasil e Rádio Tupi. Gradativamente, a bandeira da democracia, até então empunhada pelo governo legalmente eleito e empossado em 1961, seria tomada pelos conservadores, que receberam o apoio de parlamentares de centro, como os pessedistas Tancredo Neves e Ulysses Guimarães.²¹

²⁰ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 198-99.

²¹ Idem, *Ib.*, p. 217.

Se é possível contestar a ideia de que Jango não se interessava pela negociação política, pode-se, no entanto, indagar se ele teria sido um “bom negociador”, que acabou derrotado pela força das armas. A resposta parece estar na postulação de uma série de questões sobre o padrão de negociação posto em ação pelo presidente. Teria sido esse padrão inadequado em um contexto de radicalização e, sobretudo, de rápida mudança de cenário como resultado da crise política? Jango não teria se apercebido da gravidade da crise? Ou, então, não possuiria instrumentos para nela intervir, e impedir que uma coalizão de forças de oposição se construísse? Será que sua falta de experiência de liderar a reação legalista de 1961 poderia explicar a falta de coordenação nas ações do governo diante da iminência de um golpe militar?

Cartas na mesa

Jango foi deposto pela carta golpista que estava nas mãos de vários jogadores, mas a direita fez a canastra.²²

(Elio Gaspari)

A imagem de um jogo de apostas é bem ilustrativa da situação política do país, especialmente depois do Comício da Central do Brasil. Se a avaliação de Miguel Arraes, então governador de Pernambuco, de que “um golpe virá: de cá ou de lá”, parece reforçar a análise de Gaspari citada, deve-se lembrar que nem todos os jogadores dispunham da “carta golpista”. É o caso, por exemplo, do ex-presidente Kubitschek, para quem a radicalização trazia a necessidade de fortalecer o “centro” e torná-lo viável eleitoralmente. Havia ainda aqueles, como Carlos Lacerda, que podiam acender uma vela a Deus – disputa eleitoral –, e outra ao diabo, a deposição do presidente com o apoio militar.

Pode-se perceber, portanto, um duplo movimento que, por um lado, procurava qualificar o conceito de *democracia* como o regime que deveria visar a eliminar os privilégios de uma minoria. Nesse sentido, democracia, por si mesmo, não bastava; seria necessário agregar-lhe o termo *popular*. Foram

²² Elio Gaspari, “1964...2014”, *O Globo*, 26 de março de 2014.

várias as propostas de *democracia popular* expostas no Comício da Central, apontando a inviabilidade do aparato constitucional e congressional vigente em atender os interesses da maioria da população.

Ao mesmo tempo, dois dias depois do Comício da Central, em 15 de março, Jango enviou uma Mensagem ao Congresso Nacional, em que pregava a necessidade de uma reforma eleitoral. Um de seus pontos centrais era a ampliação do eleitorado, com a extensão do voto aos analfabetos e aos praças e sargentos das Forças Armadas. O mais delicado, porém, foi a introdução da expressão “são elegíveis os alistáveis”, o que, na prática, permitiria que Brizola, cunhado do presidente, pudesse se candidatar em 1965, e, mais preocupante, abriria caminho para a possibilidade de reeleição de Jango. A entrada na disputa eleitoral desses dois fortes candidatos, não previstos até aquele momento, assustou não apenas o PSD e a UDN, como o próprio PTB, que tinha em Miguel Arraes um postulante de peso à corrida presidencial.

As apostas no processo eleitoral, às vésperas do golpe, demonstram que a saída dentro das regras do jogo ainda constava do leque de opções de alguns dos principais atores do cenário político daquele momento. No entanto, em um ambiente de grande incerteza, a visão de longo prazo se torna refém do imediatismo, como foi bem analisado por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes:

(...) medidas de grande e longo alcance, que transformariam o grau de inclusão da democracia brasileira, como o voto aos analfabetos, perderam tal sentido, ficando aprisionadas pelas circunstâncias eleitorais e pelas disputas políticas imediatas e radicais que dominavam o tenso cenário de março de 1964.²³

Sabemos o epílogo desse filme, e nele a democracia foi a maior vítima. Em suas cenas finais, é possível notar que, no movimento golpista, houve uma ativa participação de líderes civis de oposição ao governo, dentre os quais se destacaram os governadores dos estados mais fortes da federação: São Paulo (Ademar de Barros); Minas Gerais (Magalhães Pinto) e Guanabara (Carlos Lacerda). Foi, portanto, um *golpe civil e militar*. Pode-se até afirmar que a atuação desses políticos levou sempre em conta, ao lado das disputas com

²³ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 289.

vistas às eleições de 1965, a antecipação compulsória do mandato de Jango, ou seja, sua deposição. Com o apoio militar, é claro.

Acompanhando o “movimento em marcha”,²⁴ observa-se que Magalhães Pinto, o até então “moderado” governador de Minas, pagou para ver e se apresentou como a “liderança civil” do movimento que visava a depor o presidente, ao se articular com o general Olympio Mourão Filho que, de Juiz de Fora, havia se deslocado para a Guanabara à frente de um comboio militar. Enquanto isso, na Guanabara, ex-capital federal e principal centro político do país, o governador Lacerda e o grupo de militares liderado por Castello Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, acabaram sendo ultrapassados pela investida de um governador moderado e de um general considerado meio “desequilibrado”.²⁵

Vitorioso o golpe de 64, o noticiário especulava se seria a repetição da intervenção militar de outubro de 1945, que havia acabado com a ditadura do Estado Novo e restaurado a institucionalidade democrática no país. As expectativas de muitos eram de que, afastado o alegado perigo da “comunização” do país, o regime democrático seria “aperfeiçoado”. A questão era que “democracia” seria essa e que tipo de “aperfeiçoamento” seria então necessário.

Renova-se aqui a advertência de que os rumos que acabariam levando à falência da democracia não estavam dados na partida do movimento vitorioso; não se inscreveriam, portanto, em uma crônica de morte anunciada. De certa maneira, a *questão democrática* esteve presente nos debates travados logo após a vitória das forças golpistas. Percebe-se, por exemplo, a preocupação com o uso da palavra mais adequada para designar o ocorrido: havia sido “golpe” ou “revolução” o que ocorrera em 1º de abril de 1964, quando o presidente eleito fora deposto? A primeira – “golpe” – foi sumariamente rejeitada pelos civis e militares que comandaram o movimento vitorioso. Eles preferiram “revolução, vitoriosa e legítima por si mesma”, como proclamaram no Ato Institucional de 9 de abril. Já “revolução”, mesmo associada a movimentos vitoriosos de esquerda no mundo, foi assumida de imediato pelos autoproclamados “revolucionários de 64”. Nesse último caso, seria uma possível comparação com as “quarteladas” ocorridas nos países

²⁴ Ver Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., cap. 21.

²⁵ Citado em Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, op. cit., p. 336

sul-americanos vizinhos? Ou uma referência à Revolução de 1930, ainda muito forte no imaginário nacional como um momento de ruptura com um passado, a denominada “República Velha”?

Havia muita incerteza em relação ao padrão de atuação política a ser seguido pelos golpistas, civis e militares, de 64. A imprevisibilidade era grande, já que existe hoje um consenso de que não haveria, então, um projeto definido para depois da tomada do poder. É interessante lembrar que o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, empossado como presidente da República a partir da vacância do cargo decretada pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, chegou a indicar, no dia 3 de abril, alguns componentes de seu ministério. Não por acaso, alguns deles viriam, posteriormente, a ser referendados pelo próximo presidente, general Castello Branco.²⁶

A busca desse clima de “normalidade institucional” parece ter sido inspirada no golpe que derrubou Vargas do poder, em outubro de 1945, quando o presidente do STF assumiu a presidência da República até a eleição do general Dutra, em dezembro. Dessa vez, no entanto, seria diferente, e logo o noticiário apontava a preferência pelo general Castello Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, para completar o mandato de Goulart até 31 de janeiro de 1966. Preferência que não era unanimidade, tal como evidenciado pelas especulações em torno de outros nomes que competiriam com o de Castello. É interessante verificar que, até o dia 7 de abril, conforme registrado em *O Globo*, caberia ao presidente Mazzilli “unificar o ponto de vista dos chefes militares”, já que havia o perigo de um temido “pronunciamento” dos generais vencedores do dito “movimento revolucionário”. A justificativa do jornal, amplamente favorável ao golpe, foi a de que essa “unificação visa principalmente a permitir que o poder civil possa funcionar paralelamente ao militar”.²⁷ Três dias depois, em 10 de abril, *O Globo* anunciava, em manchete de primeira página, que o “General Kruel também desiste de sua candidatura”. No dia seguinte, Castello foi eleito pelo Congresso Nacional, e tomou posse no dia 15.

²⁶ Ver *O Globo*, 03 de abril de 1964. São eles: General Artur da Costa e Silva (Guerra); Octavio Gouvêa de Bulhões (Fazenda); Arnaldo Sussekind (Trabalho); Vasco Leitão da Cunha (Exterior).

²⁷ *O Globo*, 08 de abril de 1964.

Se as feições peculiares do regime democrático entre 1946 e 1964 tiveram um papel crucial na vitória do golpe que encerrou o regime democrático no país, é verdade também que influenciaram na definição dos caminhos por onde trilharia a ditadura por mais de duas décadas. Mas isso é assunto para outro texto.

Referências

- CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon. (1995). *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a ditadura*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- CHAGAS, Helena. (2002). "Relações Executivo-Legislativo". In: Bolívar Lamounier; Rubens Figueiredo (Orgs.); *A Era FHC: um balanço*. São Paulo, Cultura Editores Associados.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. (1994). "Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB". In: Gláucio Ary Dillon Soares; e Maria Celina D'Araújo (Orgs.); *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. (2014). *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (2005). "A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1964". In: Jorge Ferreira (Org.); *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- (2005). "O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil". In: Jorge Ferreira (Org.); *O imaginário trabalhista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- FICO, Carlos. (2004). *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record.
- HIPPOLITO Lucia. (1985). *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOTTA, Marly Silva. (2001). *O Rio de Janeiro continua sendo: de cidade-capital a estado da Guanabara*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- PARUCKER, Paulo. (1992). *Praças em pé de guerra*. O movimento político dos subalternos militares no Brasil, 1961-64. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro.

Recebido em

abril de 2014

Aprovado em

agosto de 2014

As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros

Janaína de Almeida Telles*

Resumo

O período ditatorial brasileiro foi marcado por notórios abusos aos direitos humanos, perpetrados pelas forças repressivas, dentro de uma intrincada estrutura de poder que uniu órgãos dedicados à vigilância social, unidades militares, polícia civil e política. Neste contexto, a sistematização e divulgação das denúncias acerca dos abusos estatais teve papel determinante no desgaste do regime. Este estudo apresenta o resultado de uma pesquisa de campo em que foram realizadas 107 entrevistas com ex-presos políticos, advogados e militantes de direitos humanos que tiveram atuação relevante no período, com o objetivo de auxiliar a compreensão dos caminhos seguidos para sensibilizar a opinião pública nacional e internacional acerca da extensão da violência estatal que se praticava no Brasil. Estas entrevistas levaram à produção de balanços críticos originais sobre a atuação dos presos políticos e seu legado, os quais são apresentados à luz de referências teóricas pertinentes.

Palavras-chave

Ditadura Militar. Tortura. Presos Políticos.

Abstract

The Brazilian dictatorial period was marked by notorious human rights abuses perpetrated by the repressive forces inside an intricate power structure that united organisms dedicated to social vigilance, military unities, civil and political police. In this context, the systematization and publicization of the indictments on the state abuses had a determinant role in the erosion of the regime. This study presents the result of a fieldwork that conducted 107 interviews with former political prisoners, lawyers and human rights militants of relevance to the period aiming to help the understanding of the strategies adopted to sensibilise the national and international public opinion on the extent of the state violence practiced in Brazil. These

* Pesquisadora do Programa de Pós-Doutorado em História Social da Universidade de São Paulo. Mestre e Doutora em História Social pela mesma instituição. Coorganizadora de *Desarquivando a Ditadura*. Memória e Justiça no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2009, v. 1 e 2, entre outros.

interviews led to the production of original critical reports about the work of political prisoners and their legacy in light of pertinent theoretical references.

Keywords

Military dictatorship. Torture. Political prisoners.

Introdução – o resgate das denúncias pela via da memória autobiográfica

No Brasil, o processo de reconstituição factual e de reflexão crítica acerca da ditadura militar permanece incompleto e permeado por zonas de silêncio e interdições. Decorridos pouco mais de 29 anos desde o fim do regime de exceção, muitos acontecimentos permanecem desconhecidos. Ao mesmo tempo, se observa a existência de importantes lacunas nas articulações entre o passado e o presente no que tange ao legado da ditadura e à memória daqueles que a ela se opuseram ativamente.

Visando contribuir para o entendimento deste processo histórico e de seu legado, este texto procura caracterizar o protagonismo dos presos políticos nas lutas de resistência à ditadura no Brasil durante os anos 1970 por meio de sua atuação na sistematização e divulgação de denúncias de violações dos direitos humanos; em especial, das listas de torturadores. Ao mesmo tempo, pretende-se oferecer elementos para a elaboração de um panorama reflexivo sobre a construção de suas memórias a respeito dessas lutas.

Para alcançar esses objetivos, este estudo pauta-se pelo registro das memórias dos presos políticos – um conjunto de 107 entrevistas realizadas com ex-presos políticos, advogados e militantes dos direitos humanos, constituído ao longo de minha pesquisa de doutorado (TELES, 2011). Tal registro permitiu traçar um quadro a respeito da organização dos presos e sua rede de solidariedade, assim como aprofundar o conhecimento sobre as disputas políticas estabelecidas dentro e fora dos cárceres.

Os testemunhos compilados e os documentos consultados revelaram a efetiva importância dos presos políticos na sistematização e divulgação das denúncias dos crimes da ditadura, contribuindo decisivamente para seu desgaste. Sobreviventes, familiares e militantes constituíram redes de solidariedade aos presos e perseguidos políticos durante os anos de 1970 que

foram cruciais para as lutas de resistência e para a democratização do país.

Sob tal perspectiva, o estudo caracteriza-se, em sua especificidade, pela abordagem escolhida para a produção do panorama das denúncias dos presos encarcerados e pela tônica concedida às redes de relações nas quais esses sujeitos históricos estavam inseridos, abrindo uma janela de oportunidades para uma visão singular dos dados compilados e dos acontecimentos.

1. Das torturas às denúncias

O contexto repressivo sob o qual vicejaram os diversos abusos perpetrados pela ditadura brasileira caracterizou-se por uma intrincada estrutura, que ganhou contornos específicos a partir de 1967, com a formação dos “organismos mistos” nas forças armadas, os quais combinavam operações de informação e de repressão (FICO, 2001, p.91-92). Especialmente, a partir da edição do AI-5, de dezembro de 1968, intensificou-se a formação de uma rede de unidades secretas e clandestinas que gerou o sistema DOI-Codi (Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna), o qual era controlado pelo Exército e resguardava certa autonomia operacional (FICO, 2004, p. 83).

A articulação de diversas modalidades repressivas, aliando desde os centros clandestinos de extermínio até a justiça militar e o sistema carcerário, exigiu a estruturação de um aparelho burocrático sofisticado do Estado, que contou com altos níveis de colaboração entre civis e militares. Nesse contexto, o poder executivo foi agudamente ampliado. Esta estruturação possibilitou a divisão de responsabilidades e certa margem para administrar o poder e as disputas dentro e fora do aparelho de Estado. Produziu-se, desse modo, uma legalidade de exceção e uma grande estrutura administrativa e institucional que possuía relativa eficiência; uma estrutura de poder que passou a dar um “significado jurídico a uma esfera de ação em si extrajurídica” (AGAMBEN, 2004b, p. 24), própria do estado de exceção, no qual a *suspensão da ordem jurídica* é sua condição extrema.

Essa legalidade de exceção possibilitou a coexistência de órgãos e instituições como os campos de concentração na Guerrilha do Araguaia, os DOI-Codi, a rede de centros clandestinos de extermínio, os DOPS, a justiça militar e os presídios; uma das chaves determinantes do êxito da ditadura por um período relativamente longo. Esta sobreposição de hierarquias era parte da lógica repressiva, que criou uma gama diversificada de órgãos e

funções que, a despeito de sua extensão, centralizava a decisão sobre a vida e a morte dos perseguidos políticos e dos considerados “irrecuperáveis” (TELES, 2011).

Tal contexto representa mais que o simples pano de fundo às denúncias, ele fornece um guia para a compreensão das estratégias assumidas pelos diversos grupos de resistência e, frequentemente, para um balanço dos resultados atingidos. Desde o início da ditadura, ocorreram diversas manifestações visando expor as práticas violentas do regime. Denúncias e listas de vítimas de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados, assim como listas de torturadores foram sistematizadas por diversos grupos e partidos políticos, as quais chegaram à Comissão Internacional de Juristas (CIJ), à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Anistia Internacional (AI), entre outros organismos internacionais de defesa dos direitos humanos.

Alguns assassinatos geraram grande impacto na opinião pública nacional e internacional, especialmente após a edição do AI-5¹. Desde a divulgação do assassinato do assessor do arcebispo D. Helder Câmara, o padre católico Antônio Henrique Pereira Neto, na cidade de Recife em maio de 1969², e das denúncias de violações aos direitos humanos feitas pelos prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador dos Estados Unidos, em setembro de 1969 na Cidade do México (DA-RIN, 2008), várias manifestações de protesto se espalharam no exterior. Uma rede mundial de ativistas, católicos e exilados se mobilizou em apoio às vítimas da ditadura, dando visibilidade ao que acontecia no Brasil.

O assassinato sob tortura do militante da “Var-Palmares”, Chael Charles Schreier, em novembro de 1969, teve grande repercussão; especialmente após a publicação da matéria de capa da revista *Veja*, intitulada “Tortura”³. A notícia de sua morte e das torturas sofridas por Maria Auxiliadora Lara Barcellos e seu companheiro Antonio Roberto Espinosa na Vila Militar do Rio de Janeiro foi assunto nos principais jornais dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra (ESPINOSA, 2009). Naquele mês dar-se-ia também a criação da

¹ Para referências sobre a comissão de investigação acerca das denúncias de tortura de 1964, ver: ALVES (1967); ALMEIDA (2009), p.78-80. Sobre a CPI criada para apurar a morte de Soares, ver: ALMEIDA (2009), p.101-104.

² Para referências sobre a morte de padre Henrique, ver: ALMEIDA (2009), p.139-140; e GREEN (2009), p.162-6.

³ Cf. a revista *Veja*, “Tortura”, 03/12/69 e ALMEIDA (2009), p.164-166.

Frente Brasileira de Informações (FBI) no Chile e na Argélia. Articulada em torno de Miguel Arraes, tratava-se de uma frente de esquerdas criada para divulgar no exílio os crimes da ditadura. Pouco dias depois, o FBI divulgou seu primeiro comunicado listando 36 torturadores. Outros núcleos surgiram em diversos países, tais como: Chile, Suíça e Itália, entre outros (GASPARI, 2002, p.272-73). Nesse período, um grupo formado por brasilianistas e militantes organizou-se em torno do *Brazilian Information Bulletin* nos Estados Unidos, o qual repercutia de maneira eficiente as notícias de violações de direitos humanos vindas do Brasil (GREEN, 2009)⁴.

A morte do líder sindical Olavo Hansen, militante do Partido Operário Revolucionário (PORT) assassinado em maio de 1970 no DOPS paulista, também gerou rumorosos protestos de sindicalistas e diversos pronunciamentos no Congresso Nacional. Pouco antes, no dia 2 de maio, os bispos brasileiros haviam se reunido em Brasília e emitido um documento pedindo a investigação de reiterados casos de tortura no país (IDEM, p.280). O acúmulo de denúncias levou a CIJ a divulgar em Genebra, na Suíça, um relatório sobre o Brasil em julho daquele ano, no qual afirmou que a tortura havia se tornado uma arma política e era sistematicamente aplicada. A Comissão era uma organização não governamental e tinha *status* consultivo perante o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas. Seu posicionamento público e o encaminhamento dessas denúncias à OEA alcançaram grande repercussão. Seu relatório baseou-se nas denúncias feitas pelos presos políticos trocados pelo embaixador da República Federal Alemã, em junho de 1970⁵.

Não demorou para a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Igreja Católica condenarem o uso da tortura no Brasil. Em outubro, o papa Paulo VI fez um pronunciamento público em Roma a respeito, pedindo uma reflexão sobre “fatos que chocam pela sua singularidade, sua gravidade e sua repetição” (GASPARI, 2002, p.308). Em seguida, nomeou arcebispo da arquidiocese de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns – um franciscano da ala progressista da Igreja Católica –, cuja atuação foi crucial para a sistematização

⁴ No início de 1970, as denúncias de tortura feitas pelos prisioneiros de Linhares (Juiz de Fora / MG) foram amplamente difundidas no exterior. A descrição de presos submetidos à tortura numa aula para oficiais inspirou uma cena do filme Estado de Sítio (1973) de Costa Gravas. Cf. PAIVA (2004), p.68-70, 120-121.

⁵ Cf. GASPARI (2002, p.297); GREEN (2009, p.287).

e divulgação das violações de direitos humanos no país (BENEVIDES, 2009). No final de 1970, os principais jornais europeus e norte-americanos já haviam publicado numerosos artigos que apresentavam uma imagem bastante negativa da ditadura brasileira (GREEN, 2009, p.297).

A chegada dos presos políticos trocados pelo embaixador suíço ao Chile em 1971 gerou nova onda de denúncias sobre a violência estatal brasileira no exterior⁶. Outros casos de tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados chegaram ao conhecimento de setores mais amplos da sociedade no país; mas, o governo opôs forte resistência a qualquer investigação de responsabilidades (TELES, 2005).

Em julho de 1972, chegou ao Brasil em missão de inquérito o representante do Secretariado Internacional de Juristas Católicos e da Associação Internacional de Juristas Democráticos, solicitada em face da greve de fome de presos políticos de São Paulo, que se prolongava havia muitos dias. Ele não obteve autorização para entrar em nenhum presídio. Seu parecer sobre a situação foi incluído como um adendo ao famoso “Relatório sobre as acusações de torturas no Brasil”, da Anistia Internacional (AI), de setembro de 1972. O adendo repercutiu informações dos presos políticos, tendo destacado o término da greve de fome, 33 dias após o seu início, sem o atendimento de qualquer reivindicação (AI, 1972, p.107-8). Depois de tentar várias vezes obter autorização do governo brasileiro para conferir *in loco* as denúncias recebidas, a AI publicou seu relatório. O extenso documento de 104 páginas relaciona 1.081 vítimas de tortura, relatando as circunstâncias de tortura de alguns casos. Informa também que as investigações haviam levantado 472 nomes de torturadores, cuja lista não seria divulgada até que o governo brasileiro apreciasse o relatório. Em resposta, os militares proibiram qualquer divulgação a respeito do documento (BIOCCA, 1974, p.9).

No ano de 1974, os presos políticos estavam mais articulados, contribuindo para a sistematização das denúncias. O ano iniciou-se com a posse do novo presidente, o general Ernesto Geisel. A estratégia de seu governo envolveu simultaneamente o recrudescimento da repressão à Guerrilha do Araguaia

⁶ Cf. *Brazil, a report on torture* (1971), Chile, 59 min. Em janeiro de 1971, os norte-americanos Saul Landau e Haskell Wexler foram ao Chile para filmar um documentário sobre Allende, mas acabaram fazendo outro, sobre os 70 prisioneiros trocados pelo embaixador da Suíça. O filme foi exibido em Washington e, pouco tempo, depois foi veiculado pela TV pública de Nova York. Cf. GREEN (2009, p. 352-355).

e aos remanescentes da luta armada urbana, assim como aos membros e dirigentes do PCB, da AP-ML e de militantes católicos. Para o regime era necessário eliminar toda e qualquer forma de oposição, intimidar os setores que apoiavam e atuavam com D. Paulo E. Arns e a base social das esquerdas e da ala progressista da Igreja Católica (TELES, 2011, p.385-6).

Respondendo às diversas prisões que ocorreram nesta fase, bem como ao assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme no ano anterior, foi criado em abril de 1974 o Comitê de Defesa dos Presos Políticos numa assembleia realizada no anfiteatro do prédio do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. O DEOPS/SP iniciou um IPM para investigar a atuação dos estudantes e alguns dos presentes à reunião foram ouvidos pela delegacia de Ordem Política. Este evento motivou o DEOPS/SP a investigar a atuação dos estudantes e demais participantes, comprimindo a atuação do mesmo⁷.

Nesse período, denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados ocorridos no Brasil, oriundas de diversas iniciativas, foram divulgadas no Tribunal Russell II, organizado pela Fundação Lélío e Lisli Basso. Entre os dias 30 de março e 5 de abril de 1974 ocorreu a primeira sessão do Tribunal, em Roma. Composto por juristas, professores, escritores e personalidades de renome como Júlio Cortázar, o Tribunal era independente de governos e buscava legitimidade na autoridade moral e consciência da opinião pública mundial (TELES, 2005).

Conscientes da importância da divulgação dessas denúncias, o pequeno coletivo de presos políticos de São Paulo que defendeu a greve de fome de 1972 elaborou um documento em fevereiro 1974 para ser enviado ao Tribunal. Dessa vez, o relatório foi preparado com informações mais detalhadas, baseando-se em outro feito em 1973. O texto foi assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Revolucionários do Brasil, uma organização inventada pelos presos exclusivamente para este fim⁸. De acordo com o texto,

“[...] O ato de dedicarmos nosso trabalho ao Tribunal Russell representa nosso testemunho de reconhecimento pela atividade sem descanso que o mesmo vem desenvolvendo e [...] nossa

⁷ Cf. documento do Arquivo do Estado de S. Paulo, Série Dossiês - DEOPS/SP, s/n., 14 de junho de 1974.

⁸ Cf. CUNHA (2010); MORANO FILHO (2011).

identificação com todos [...] os que resistem e lutam e morrem nos combates diários contra a opressão e a exploração.

Consagrando nosso trabalho à denúncia dos crimes da ditadura militar fascista brasileira, acreditamos estar contribuindo para o avanço da luta anti-imperialista e antifascista que se trava em escala mundial (COMITÊ, 1976, p.15-6).”

O documento foi dividido em duas partes, sendo a primeira dedicada ao “Sistema Nacional de Repressão Política”; onde ao final são descritos os instrumentos e métodos de tortura, seguidos de uma listagem de 328 nomes dos mandantes das práticas de tortura e torturadores, com os locais onde atuavam (IDEM, p.50-77). A segunda parte apresenta uma lista de 155 perseguidos políticos assassinados pela repressão, a qual foi subdividida entre: os mortos “sob tortura”, com 32 casos descritos em detalhes e mais 48 nomes cujos casos não dispunham de muitas informações; e os “fuzilados ou mortos em combate”, com 75 nomes, onde se incluíam alguns de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia (IDEM, p.79-154). A conclusão do documento ressalva que esta é uma lista incompleta, pois a ditadura tudo fazia

“[...] para encobrir seus crimes: divulga informações falsas ou simplesmente não as divulga, simula tiroteios e fugas de prisioneiros, corrompe e aterroriza médicos para que forneçam laudos periciais incompletos ou falsos, desaparecem com corpos mutilados de combatentes mortos [...]. De nossa parte, arrolamos em nosso relatório os [...] casos conhecidos [...] e demos todas as indicações possíveis, de forma que todos [...] disponham de elementos mínimos que os orientem em sua incansável labuta de pesquisa e investigação e de posterior denúncia dos crimes praticados contra os povos explorados e oprimidos do mundo. Mas não temos dúvida, cedo ou tarde a verdade virá, integralmente, à tona [...] (IDEM, p.155-6).

Vários ex-presos políticos brasileiros testemunharam no Tribunal Russell. Analisando a documentação apresentada, a legislação e os testemunhos, o júri considerou comprovado que o governo brasileiro era responsável por graves violações dos direitos humanos. O relatório do antropólogo Ettore Biocca descreveu as torturas, os locais onde ocorriam, divulgou listas de mais de mil atingidos e de torturadores, baseado no relatório da Anistia Internacional (do qual foi o redator também), entre outros.

Esta iniciativa obteve receptividade favorável da mídia internacional, contribuindo para a formação da opinião pública a respeito da ditadura brasileira, tal como ocorreu em relação à ditadura de Pinochet no Chile, pela qual o tribunal se tornou célebre (TELES, 2011, p.389). O Tribunal contribuiu para a elaboração de novos dossiês utilizados na divulgação de denúncias e incentivou a formação de comitês e grupos de solidariedade aos perseguidos políticos do Brasil. O documento dos presos de São Paulo, por exemplo, foi publicado parcial ou integralmente nas publicações da Fundação Basso, as revistas *Dossiê e Boletim*, e em diversas outras pela Europ (DEL ROIO, 2011).

2. A organização dos presos políticos à luz das greves de fome e denúncias

As denúncias e a repercussão internacionais ocorreram em consonância com pressões importantes que os presos políticos empenharam contra o regime, as quais podem ser caracterizadas a partir das tentativas de se conquistar alas de presídios ou presídios específicos para os prisioneiros políticos. Nesse período, os prisioneiros políticos da Bahia, por exemplo, haviam conquistado uma galeria reservada apenas para eles, mas, continuavam vivendo em um ambiente de incertezas e restrições. Em abril de 1974, resolveram deflagrar uma greve de fome em protesto contra o diretor da penitenciária Lemos de Brito, que se recusou a dar atendimento médico a um dos presos. A greve durou onze dias e apenas cessou quando as reivindicações dos presos foram atendidas (JOSÉ, 2000, p.116).

Em São Paulo, na Casa de Detenção, os presos políticos conquistaram alguns direitos e condições carcerárias que lhes asseguravam certa dignidade e estabilidade, embora não fossem reconhecidos como “presos de consciência”. Não obstante, em julho de 1974, a situação modificou-se substancialmente. O Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Erasmo Dias, foi à Casa de Detenção e ficou indignado com o que presenciou. Exigiu a imediata transferência de todos os presos políticos para a Penitenciária do Estado, argumentando que: “[...] preso tinha que sentir o castigo e o peso da cadeia senão não se recuperava (SÁ, 2007, p.209).” Ele classificou e dividiu os presos políticos em dois grupos: o grupo dos considerados “recuperáveis” foi enviado para o presídio do Hipódromo, na Mooca; o outro grupo,

composto pelos “irrecuperáveis”, foi transferido para a penitenciária (IDEM, IBIDEM).

No dia 16 de julho, os presos foram levados à penitenciária (IDEM, IBIDEM); mas, já pensando em encontrar maneiras de articular sua volta e conquistar um presídio exclusivo de prisioneiros políticos. Apesar da grande dificuldade de comunicação na penitenciária, os presos políticos começaram a divulgar as denúncias de abusos aos direitos dos presos comuns visando o desgaste da direção da penitenciária. “[...] nós procuramos um entrosamento com os presos comuns, [...] e chamar advogados para defendê-los. [...] O objetivo [...] era deixar claro que incomodariamos”, conforme relatou-nos Pedro Rocha, militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), preso em São Paulo em 1971 (ROCHA, 2011). A movimentação visava obter o máximo de apoio político para, depois de esgotadas todas as possibilidades institucionais, assumir a realização de uma greve de fome. Segundo Manoel Cyrillo, militante da ALN e um dos que participaram do sequestro do embaixador norte-americano, preso em setembro de 1969:

“[...] Isso foi [...] próximo à eleição de 1974. Nós sabíamos que diversos companheiros [...] estavam apoiando candidaturas [...] da oposição. [...] A gente estava programando para o caso de vir a ser necessária uma greve de fome, que ela acontecesse durante esta campanha política, porque aí nós teríamos muito mais espaço e palanque para denunciar a nossa situação e angariar apoio à nossa luta. [...] As famílias foram à Brasília, de ônibus, para denunciar no Congresso Nacional a situação que a gente estava vivendo na Penitenciária, o absurdo que era o regime penitenciário [e tentar falar com autoridades do STM]. Enfim, esgotamos todos os caminhos legais. [...] E a greve teve muita solidariedade [...]. Buscávamos romper o cerco de silêncio [...] (CYRILLO, 2009; 2010).”

Às vésperas das eleições nacionais de 1974, no dia 24 de outubro (MORANO FILHO, 2002), os presos políticos confinados na penitenciária iniciaram a greve de fome, visando à obtenção de um presídio (exclusivo) político. Por meio de sua rede de apoio, fizeram divulgar um manifesto em que destacavam sua condição de prisioneiros políticos e a prática institucionalizada da tortura no Brasil, ambas negadas pelo Estado. O manifesto foi enviado para diversas entidades e a imprensa internacionais.

Durante à tarde, a redação da *Folha de S. Paulo* foi informada de que estava proibida a divulgação de toda e qualquer forma de notícia, comentários,

editoriais sobre a greve de fome dos presos políticos de São Paulo⁹. De fato, nada foi publicado a respeito neste periódico. *O Expresso*, jornal de grande circulação em Portugal na época, entretanto, divulgou o manifesto vários dias depois, em 30 de novembro:

“Desde que se instalou no país o regime de exceção de 1964 [...] emerge para o nosso conhecimento [...] o sub-mundo do aniquilamento humano no seu mais profundo sentido. [...] a maneira como o governo tem tratado aqueles que dentro dos presídios são qualificados como Presos Políticos. [...] O que nos preocupa é a intenção dos órgãos de informação de tentar [...] demonstrar [...] que não há presos políticos no Brasil, [...] de que não existem opositores ao regime. [...] O meio mais frequentemente utilizado para a consecução de tal objetivo é a dispersão dos presos políticos em diversos presídios e estabelecimentos penais. [...] Nova investida surge em julho do corrente ano, quando abruptamente os presos políticos foram removidos [...] para a Penitenciária do Estado. [...] Há 105 dias estão os presos políticos confinados em cubículos individuais sem nenhum dos direitos que a LSN lhes confere e sujeitos a toda sorte de provações [...]. Acresce ainda, a situação de absoluta restrição de visitas de familiares, recebimento de alimentos, agasalhos, leituras e a precariedade das condições de higiene. Contra tais fatos mobilizaram-se as famílias e os advogados. [...] que receberam promessas que não se concretizaram [...]”¹⁰.”

Na USP, os estudantes organizaram-se em apoio ao movimento, divulgando o manifesto e os nomes dos presos em greve. A BBC de Londres noticiou a greve como destaque do resumo das notícias mais importantes da semana. Havia brasileiros trabalhando lá com os quais os exilados mantinham contato regular (DEL ROIO, 2011); assim como na Anistia Internacional (JOSÉ, 2000). No terceiro dia de greve, o Papa Paulo VI pediu para que todos rezassem pelos 36 prisioneiros políticos em greve de fome no Brasil, em protesto contra os maus-tratos recebidos (SÁ, 2007, p.214).

Não obstante a censura imposta pela ditadura, a opinião pública brasileira tomou conhecimento da greve. Deputados do MDB denunciaram os maus-

⁹ Cf. Fonte: <http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_05mar1978.htm>. Acesso em maio de 2014.

¹⁰ “Brasil: um panfleto sobre a tortura e o resto do ‘milagre’”, *Expresso*, 30 de novembro de 1974, p.8.

tratos sofridos pelos presos políticos na Câmara Federal e no Senado. No quinto dia, chegou-se a um acordo, a greve seria suspensa desde que fossem transferidos para a Casa de Detenção, com a manutenção de todos os direitos conquistados anteriormente, e que seriam transferidos para um presídio exclusivo para presos políticos. Dois ou três dias depois, no dia 5 de novembro de 1974, os presos políticos foram transferidos novamente para a Casa de Detenção (IDEM, p.215-6), enquanto se ultimavam os preparativos para o presídio exclusivo para os mesmos.

Nesse mesmo período, outra greve de fome foi articulada pelos presos políticos transferidos para o presídio do Exército, na Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ) – criada no século XVI para a proteção da Baía da Guanabara¹¹. Esses presos vieram da Ilha Grande e da Vila Militar no continente, permanecendo confinados na Fortaleza por cerca de 9 meses (de março a novembro de 1974), em duas celas posicionadas em um inóspito buraco cavado na rocha, o qual era conhecido como “túnel velho”. De acordo com os presos políticos, os militares tinham como objetivo estabelecer uma experiência com um sistema de premiações relacionado ao comportamento dos presos (REZENDE, 2000, p.126). Nossa pesquisa revela que este “experimento” foi provavelmente liderado pelo capitão e psiquiatra Arquimedes Correia Lima, que preconizou um sistema classificatório que, em tese, auxiliaria a reorganização do regime carcerário dos presos políticos, no contexto da implantação do projeto de *abertura lenta, gradual e segura* do general Geisel (TELES, 2011).

Na Fortaleza, as práticas remontavam ao período da escravidão. O castigo reservado aos que adotavam posturas de enfrentamento, por exemplo, era o confinamento nas “celas do passado”, as quais tradicionalmente serviram para o aprisionamento de escravos condenados à morte. O confinamento dava-se em buracos escavados na pedra (“celas”), cujas alturas variavam de 0,70 a 1,80 metros. José Roberto Rezende e Claudio Torres da Silva permaneceram por sete dias presos nessas celas, como castigo contra um protesto de que participaram (REZENDE, 2000, p.127-30)¹². Os presos protestavam contra o retorno de um preso político epilético e esquizofrênico nas celas

¹¹ A Fortaleza de Santa Cruz, inaugurada em 1555 por Nicolas de Villegaignon, teve papel relevante na defesa da Baía da Guanabara no período colonial.

¹² Nossa pesquisa sugere que a severidade da punição infligida relaciona-se com a participação deles em sequestros de diplomatas (respectivamente, do embaixador alemão e norte-americano).

compartilhadas (Ubajara), posto que ele, tomado por crises psicóticas, havia tentado matar um companheiro de cela quando preso no continente e agredido outro na Fortaleza. A repressão contra o protesto iniciou-se com bombas de gás lacrimogêneo lançadas à distância para dentro das celas e com cacetadas desferidas a esmo.

Enquanto os dois presos mencionados foram encarcerados nas “celas do passado”, os demais foram levados para as “solitárias”. Nessa atmosfera, os presos trazidos da Ilha Grande (há mais tempo na Fortaleza) prepararam uma greve de fome com o objetivo de conseguirem sua transferência para o continente, conforme nos relatou Rômulo Noronha, militante da ALN preso em março de 1970 no Rio de Janeiro:

“Na Fortaleza de Santa Cruz, [...] soubemos depois que eles queriam criar três níveis de graduação de presídios: os dos recuperáveis, os irrecuperáveis e dos passíveis de recuperação.

[...] Quando nós fomos para lá, [...] não sabíamos para onde estávamos sendo levados. [...] saímos da mão da PM e ficamos nove meses sob a custódia do Exército brasileiro. [...] Ali foi o lugar onde estiveram presos escravos, onde esteve Andresito Artigas, um herói do Paraguai, Giuseppe Garibaldi etc. Um lugar que foi usado no período colonial como masmorra, como centro de tortura. Tanto que na Fortaleza de Santa Cruz tinha um lugar que chamavam de ‘cova da onça’, por causa dos gritos dos torturados que pareciam com o urro de uma onça, onde eles faziam o serviço completo. [...] Foi nesta prisão histórica, [...] que nós fizemos uma greve de fome [em novembro] que obrigou a uma intervenção do I Exército no comando da Fortaleza. [...] Eles queriam acabar com a nossa greve de fome, porque a pressão internacional foi grande. [...] acho que foram uns 9 dias de greve de fome¹³.”

Esta situação extrema foi superada com uma greve de fome iniciada em novembro, próximo às eleições de 1974. A repercussão foi grande, as famílias e advogados enviaram telegramas para os ministros do STM e do STF, assim como para o comandante do I Exército e para o presidente Geisel. A OAB e a Cúria Metropolitana se manifestaram favoravelmente aos presos e a imprensa noticiou amplamente o fato (FERNANDES JR., 2004, p.250). O comandante

¹³ Cf. ALBUQUERQUE (2010); REZENDE (2000, p.127-30).

do presídio foi destituído¹⁴ e por meio da negociação intermediada pelo major Miranda, do QG do I Exército, os presos políticos foram enviados de volta para o continente, conquistando suas reivindicações. Eles retornaram ao Presídio Provisório Hélio Gomes, o “PP”, e, em seguida, para o presídio da Ilha Grande (ALBUQUERQUE, 2010).

Nos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco, as famílias tinham muitos obstáculos a enfrentar para conseguir visitar os presos políticos, pois, em determinados períodos, eles ficaram confinados em presídios distantes dos centros urbanos, como o Presídio de Ilha Grande (RJ) (o que ocorreu até 1975) e a Penitenciária da Ilha de Itamaracá (PE) (até 1979).

Segundo Rômulo Noronha, o isolamento imposto pela distância do presídio da Ilha Grande dificultava enormemente as visitas dos parentes. Do Rio de Janeiro, as famílias tinham que se dirigir a Mangaratiba e de lá pegavam um barco para a ilha. O tempo de permanência permitido na ilha era curto, apenas 3 horas, pois, do contrário, perdiam o barco de volta. Quando havia uma tempestade, era necessário esperar o mar se acalmar para pegar outra embarcação, mas, naquela época, as pousadas não eram comuns na ilha, o que criava mais obstáculos aos visitantes, quando havia problemas desse tipo (REZENDE, 2000, p.132):

“No início, eu tinha visita só da minha mãe, porque a minha companheira ainda estava sendo procurada, clandestina. As visitas ocorriam a cada 21 dias e eram somente de familiares diretos. [...] A Ilha Grande era isolada de tudo. [...] Depois conquistamos que as visitas fossem a cada 15 dias, mas foi preciso fazer 3 greves de fome lá para conquistar nossos direitos (ALBUQUERQUE, 2010).”

De acordo com o testemunho de Lúcia Murat, além da localização do presídio, havia outras dificuldades a serem enfrentadas, como as perseguições políticas que continuaram mesmo depois de sua libertação, em 1974. Havia também impedimentos de caráter afetivo, que frequentemente impactavam as relações amorosas dos presos, bem como o relacionamento espontâneo com as visitas. Lúcia relata ter perdido o emprego, ter sido ameaçada pelo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e optado por se mudar para o Rio

¹⁴ Major Haroldo Magno do Nascimento (Infantaria do Exército) comandou a Fortaleza de Santa Cruz entre 1971 e 1974. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/brazil/tort/pequena.html>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

Grande do Sul (onde passou 6 meses), afastando-se do namorado, Claudio Torres da Silva¹⁵, que permanecia preso na ilha (MURAT, 2010, p.392-393).

Apesar de todas as dificuldades, é interessante notar a profusão e vividez de relatos sobre os encontros e trocas de informações e experiências ocorridas nas visitas. Delas surgiram casamentos, filhos e muitos planos, envolvendo advogados, padres, artistas, cantores, políticos, que deste modo contribuíram para a amplificação dos vínculos com o “mundo exterior” e o próprio poder da rede de solidariedade e apoio aos presos políticos no Brasil.

3. A conquista dos presídios políticos

Os abalos sofridos pelo regime com o colapso do “milagre econômico” e a derrota nas eleições de novembro de 1974 levaram a imprensa alternativa a assumir uma nova dimensão, caracterizada pelo aumento de sua influência e do poder de divulgação das lutas populares e de denúncias dos abusos aos direitos humanos cometidos pela ditadura. A imprensa alternativa tornou-se a expressão e parte fundamental de articulação da resistência à ditadura (KUCINSKI, 2003, p.94), consolidando-se como um lugar de atuação da militância partidária e, inclusive, espaço para empregar ex-presos políticos.

Nesta conjuntura, em 4 de março de 1975, os presos políticos inauguraram o presídio Romão Gomes, no Barro Branco, na zona norte de São Paulo (MORANO FILHO, 2002). Embora fosse administrado pela Polícia Militar, oferecia melhores condições carcerárias e era composto exclusivamente por presos políticos. Uma nova fase de adaptação e convívio se iniciava para os presos transferidos para este presídio, onde conseguiram se organizar melhor e ampliar seus contatos políticos.

Em 5 de maio, os presos políticos da Ilha Grande iniciaram uma greve de fome de 17 dias, a qual teve grande cobertura da imprensa e apoio. Artistas famosos escreveram ao STM solicitando a transferência dos presos; parlamentares do MDB leram no Congresso moções de apoio à sua luta. A CNBB também buscou a adesão de políticos e ministros do STM. Terminada

¹⁵ Dirigente do MR-8 (DI-GB) que participou do sequestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969. Preso dois dias depois da libertação do diplomata, ele foi solto em setembro de 1976 (DA-RIN, 2008, p.288).

a greve vitoriosa, em junho começaram a ser transferidos para o presídio Esmeraldino Bandeira, em Bangu. A partir de fevereiro de 1976, passaram a ocupar uma ala exclusiva na penitenciária Lemos de Brito, na rua Frei Caneca, mantendo suas conquistas (FERNANDES JR., 2004, p.278-81). Desde 1971, através de muita luta e greves de fome, os presos da ilha conquistaram, inclusive, o direito a visita conjugal. As celas eram coletivas, assim, estabeleceram escalas de horários e muitos começaram relacionamentos duradouros na cadeia¹⁶.

Ainda no mês de julho de 1975, os presos políticos da Penitenciária Professor Barreto Campelo, localizada na ilha de Itamaracá, em Recife, deflagraram uma greve de fome contra a transferência de alguns presos para quartéis no continente. A greve durou 15 dias e cessou depois que os presos conseguiram o compromisso formal do Superintendente do Sistema Penitenciário de Pernambuco de que suas reivindicações seriam atendidas¹⁷.

No final do mês de outubro, os presos do presídio Romão Gomes, em São Paulo, conseguiram burlar a segurança e fizeram sair um documento de denúncia das torturas e assassinatos do regime, durante uma visita de D. Paulo E. Arns. A iniciativa era uma resposta a uma declaração do presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Mário da Silva Pereira, que lamentava não ter conseguido dados objetivos, por parte das vítimas, sobre prisões irregulares e arbitrariedades policiais, conforme publicado na *Folha de S. Paulo* do dia 1 de agosto daquele ano.

Na introdução do texto, os presos manifestaram sua intenção de fornecer um relatório objetivo acerca dos crimes cometidos pelos órgãos de segurança e informação ao Conselho Federal da entidade, com o fim de que não ficasse nenhuma dúvida e fosse realizada a devida apuração dos mesmos:

“Embora cientes das muitas denúncias concretas já havidas – inúmeras delas inclusive divulgadas mais recentemente por jornais brasileiros –, vimo-nos na obrigação, como vítimas, sobreviventes e testemunhas de gravíssimas violações aos direitos humanos no Brasil, de encaminhar a V. Sa. um relato objetivo e pormenorizado de tudo o que nos tem sido infligido, nos últimos seis anos, bem

¹⁶ Cf. REZENDE (2000), p.134; e CIPRIANO (1992, p.38).

¹⁷ Cf. SOARES (2010) e MELO (2009; 2010).

como daquilo que presenciamos e acompanhamos pessoalmente dentro da história recente do país. [...] É possível que, a despeito de nosso cuidado na elaboração deste texto incorramos em algumas pequenas imprecisões [...]. Fizemo-lo preocupados com a exatidão dos fatos narrados e dispomo-nos a testemunhar perante qualquer comissão ou tribunal idôneo – e realmente interessados em apurar o que aqui se descreve –, quanto ao que relatamos (COMITÊ, 1976, p.160-4)”.

Os presos denunciaram a política de ocultação de cadáveres e de desaparecimentos forçados e a resposta mentirosa do ministro da Justiça, Armando Falcão, dirigida em fevereiro de 1975 aos reclamos dos familiares para esclarecer estes casos, o que acabou gerando a “Crise dos Desaparecidos” e o veto à constituição da CPI dos Direitos Humanos (TELES, 2005). Fizeram um histórico das greves de fome de que participaram em São Paulo e as que ocorreram em outros estados, visando melhorias nas condições carcerárias. E denunciaram que, novamente, os presos políticos de Pernambuco estavam em greve de fome em função do não cumprimento do acordo feito após a greve realizada no mês de julho.

Por fim, o texto faz uma ampla descrição dos métodos e instrumentos de tortura, acompanhado do levantamento dos nomes de 233 torturadores - a lista nomeava os indivíduos que participaram diretamente das sessões de tortura dos que os denunciavam ou aqueles cuja atuação tivesse sido testemunhada pessoalmente por eles (COMITÊ, 1976, p.160-90). Em seguida faz uma apresentação do funcionamento dos órgãos repressivos, das irregularidades jurídicas praticadas contra os presos políticos, mostrando que nem as leis de exceção eram cumpridas, e das condições carcerárias de cada presídio. E ao final traz uma detalhada descrição de 16 casos de perseguidos políticos assassinados sob tortura, presenciados por eles, entre os quais os de dois guerrilheiros desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. A seguir, descreveram 19 casos de desaparecidos políticos, citando o abaixo-assinado enviado ao STM em 18 de fevereiro de 1975 em protesto à resposta de Armando Falcão às solicitações dos familiares de desaparecidos.

O documento também apresenta uma lista com os nomes de outros 20 presos políticos assassinados sob tortura, considerados desaparecidos. Detalharam ainda os casos de desaparecimento de Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier, Joaquim Pires Cerveira e Edgar Aquino Duarte. Os casos de presos que tiveram sequelas físicas e psíquicas são citados, entre eles o de Frei Tito Alencar, que havia se suicidado pouco mais de um ano antes.

Ao final, o documento ressalta o fato desses assassinatos não serem práticas do passado e fazem menção às notícias de jornais sobre militantes do PCB assassinados em 1975; entre eles dois presos integrantes da Polícia Militar de São Paulo. Poucos dias depois de terminado, o documento recebeu um adendo, onde os presos acrescentaram a denúncia do assassinato sob tortura de Vladimir Herzog, no dia 25 de outubro (IDEM, p.224-27)¹⁸.

Esta denúncia foi redigida e assinada por 35 presos políticos do presídio Romão Gomes e enviada oficialmente para a OAB, através do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. Dom Paulo se preocupava com o aspecto legal das denúncias que chagavam a ele, assim, foi elaborada uma estratégia para fazer com que o documento fosse entregue a ele sem despertar suspeitas. Durante uma reunião realizada com uma comissão de presos na sala reservada às visitas com os advogados no presídio, o arcebispo de São Paulo recebeu a carta contendo as denúncias¹⁹, trazido dentro de uma garrafa térmica com café. Cópias do documento foram enviadas para jornais, entidades e personalidades por familiares e militantes (TELES, 2013), as quais ganharam certa repercussão.

Em seguida, deu-se a reação ao assassinato do jornalista e militante do PCB, Vladimir Herzog. Em represália ao documento, os presos receberam cartas e telefonemas anônimos contendo ameaças e José Genoíno foi transferido para o presídio de Fortaleza, com o objetivo de isolá-lo.

Paralelamente, o presidente da OAB encaminhou a denúncia dos presos políticos ao ministro Chefe da Casa Civil Golbery do Couto e Silva por meio de uma representação no dia 26 de novembro. A iniciativa não teve desdobramentos, conforme ocorrera em 1974 quando os familiares de mortos e desaparecidos se reuniram com Golbery e D. Paulo E. Arns, o que acabou gerando grande decepção e a “Crise dos Desaparecidos”. Não obstante, o SNI a considerou

“[...] mais uma tática do MCI [Movimento Comunista Internacional] para desmoralizar e intimidar os órgãos de segurança, visando à sua neutralização atual e extinção futura. [...] Com apoio de D. Hélder Câmara, essa campanha alcançou repercussão no exterior, onde passou a ser patrocinada pela Amnesty International, entidade que

¹⁸ V. tb. Almeida (2009, p.616-18, p.621-22).

²⁰ MORANO FILHO (2008; 2009) e MARTINS (2009)..

assumiu a liderança dessas difamações, visando ao descrédito do nosso país. [...] O objetivo imediato visado é o de dar continuidade à campanha no sentido de pressionar os órgãos de segurança, criando um clima para, no futuro, e, se possível, levar ao banco dos réus os integrantes mencionados²⁰.”

Em documento elaborado pelo SNI ao presidente Ernesto Geisel, os militares revelaram preocupação com a denúncia, pois a cada divulgação deste tipo se criava uma atmosfera de “apreensão e desestímulo” no interior dos órgãos de segurança. As denúncias ainda os obrigavam a preparar “respostas esclarecedoras” à opinião pública. No texto, a comunidade de informações reafirmou seu respeito à hierarquia militar à semelhança de uma advertência: “[...] cabe considerar que os elementos componentes dos Destacamentos de Operações Internas sempre atuaram no cumprimento das ordens emanadas dos escalões superiores (IDEM).”

Em janeiro de 1976, a *Folha da Tarde* dedicou uma página inteira do jornal aos presos políticos, na qual se referia ao documento dirigido ao presidente do Conselho Federal da OAB. Em março, as Auditorias Militares de São Paulo expediram o ofício, dirigido ao capitão-diretor do presídio, instituindo uma nova fase de censura a livros e revistas, infernizando suas vidas quanto ao recebimento de publicações por ele julgada de cunho político. Em setembro, novamente os presos receberam ameaças anônimas.

Neste período, a situação dos presos era incerta. Avanços e retrocessos sucediam-se e entremeavam-se de maneira pouco padronizada, ao sabor das conjunturas locais em seu enlace com o panorama mais amplo do país. O “Pacote de abril” deu a tônica deste período, no qual o congresso nacional foi fechado por um período significativo, e os militantes dividiam-se entre perspectivas menos e mais ofensivas com relação à divulgação das denúncias dos crimes da ditadura e condições carcerárias vividas pelos presos políticos.

Sob este panorama ambíguo, os presos políticos da penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá (PE), iniciaram uma greve de fome em protesto

²⁰ Nesse momento, Heleno Fragoso, um conhecido defensor de presos políticos, era o vice-presidente da OAB. A entidade e seus dirigentes encontravam-se monitorados pelo SNI, conforme documentos de 1976 encontrados em 2013. Cf. Marsília Gombata. *A paranoia dos algozes*. 26 de dezembro de 2013. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/779/a-paranoia-dos-algozes-1879.html>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

contra o isolamento a que estavam submetidos os presos Rholine Sonde Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, os quais haviam sido condenados à prisão perpétua e estavam isolados do convívio com os outros há mais de três anos (JOSÉ, 2000, p.259). O movimento durou 17 dias e ganhou grande repercussão e solidariedade nacionais.

O uso de greves de fome como mecanismo de reivindicação e protesto nem sempre atingiu a mesma eficácia. Em 1977, por exemplo, ocorrem duas greves de fome em solidariedade aos dois presos supramencionados, que não lograram êxito, o que nos sugere que as articulações entre os presos políticos ainda era incipiente, ao mesmo tempo em que expandia-se o interesse da sociedade para sua realidade e para as novas possibilidades de ampliação de sua luta.

Já em 16 de abril de 1978, um movimento mais amplo iniciou-se no Presídio Campelo Barreto contra o isolamento de Rholine e Carlos Alberto, dando origem à primeira greve de fome nacional do período ditatorial. O movimento grevista contou com expressiva solidariedade tanto no país como no exterior – desde a CJP/PE e a CNBB a ABI, o MFPA e políticos do MDB.

O secretário geral da Anistia Internacional, Martin Ennals, e a representante da entidade, Patrícia Freeneym, enviaram telegramas ao presidente da República e ao almirante Hélio Leite, presidente do Superior Tribunal Militar, apelando para que intervissem na greve de fome dos presos políticos de Itamaracá²¹.

A greve de fome nacional teve como aspecto-chave a adesão dos 26 presos políticos do Presídio Frei Caneca, no Rio de Janeiro, no dia 25 de abril, a qual foi seguida pela adesão das duas presas do Presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro.

A participação dos presos políticos de São Paulo foi discreta²². Na tarde do dia 1º de maio, 18 presos do Presídio Político Romão Gomes entraram em greve de fome em solidariedade ao movimento grevista de Itamaracá. Três deles, embora solidários, não aderiram por motivo de saúde²³. No dia 5 de

²¹ “Anistia apela a Geisel pelos presos de Recife”. *Folha de S. Paulo*, 28 de abril de 1978, p.8.

²² Manoel Cyrillo Netto relatou-nos que não se recorda como foi a greve de fome de 1978, cf. NETTO (2009; 2010).

²³ “A greve de fome recebe adesão de presos paulistas”. *Folha de S. Paulo*, 02 de maio de 1978, p.7.

maio, os 10 presos políticos de Fortaleza (CE) também entraram em greve de fome²⁴.

Em seguida, uma comitiva composta de 30 familiares de presos políticos do Estado de São Paulo foi para Brasília, onde visitou o Congresso e o presidente do STM, e tentou encaminhar uma carta ao presidente Geisel solicitando a sua intervenção para que as reivindicações dos presos em greve fossem atendidas. A viagem foi antecipada em virtude do estado de saúde de alguns dos presos ter se agravado²⁵.

Ao mesmo tempo, dois mil estudantes da Faculdade de Filosofia da UFMG, em Belo Horizonte, entraram em greve, em solidariedade aos presos políticos em greve de fome, enquanto em Olinda, dom Helder Câmara, presidiu uma vigília de orações, que teve início às 20 horas do dia 8 de maio. O mesmo ocorreu em São Paulo, onde uma vigília de solidariedade convocada pelo CBA reuniu 700 pessoas.

Os familiares percorreram os gabinetes oficiais do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Militar, do Ministério da Justiça e das lideranças da Câmara e do Senado sem encontrar soluções para o problema que enfrentavam havia 22 dias, e, invariavelmente, ouviram a mesma desculpa das autoridades: “O assunto não diz respeito a esta área”²⁶.

Os 25 presos políticos de Itamaracá, em Recife, terminaram no dia 9 de maio a greve de fome que mantiveram por 24 dias. A decisão foi tomada após a mediação do deputado federal Airton Soares, presidente da Comissão de Direitos Humanos do MDB, que lhes revelou a promessa feita pelo auditor José Bolívar Regis, da 7ª Circunscrição da Justiça Militar, de que em uma semana atenderia parcialmente as reivindicações dos presos políticos²⁷. Marcelo Mário de Melo contou como ocorreu o desfecho da greve de fome:

“Houve uma negociação localizada em Itamaracá e a gente achou que dava para terminar a greve. Efetivamente, depois, houve um compromisso de que eles [Rholine e Carlos Alberto] tivessem, pelo menos, o direito de ter um convívio de quatro dias da semana com a gente. [...] e aí eles passaram a vir nos encontrar. E, um dia, depois desse processo, devolveram os dois pra gente e pronto, passou. Foi uma conquista, fruto desse processo de luta.

²⁵ “Presos do Ceará aderem à greve”. *Folha de S. Paulo*, 02 de maio de 1978, p.8.

²⁶ “Estado de saúde dos grevistas já preocupa médicos”. *Folha de S. Paulo*, 08 de maio de 1978, p.4.

²⁷ “Os 15 presos suspendem a greve de fome (ontem).” *Folha de S. Paulo*, 10 de maio de 1978, p.1.

[...] Mas quando houve a negociação do fim da greve e o convívio dos dois foi acertado, já havia sido marcado um ato de solidariedade aos presos políticos, parece-me que numa faculdade do Rio. O negócio ia ser arretado, mas precisaria de mais uns quatro dias de greve. Aí alguns companheiros disseram o seguinte: ‘- A greve deixou de ser específica de presos políticos contra o isolamento de Rholine e Carlos e passou a ser de luta contra a ditadura’. Eu e outros companheiros, que predominaram, dissemos: ‘- Não, a greve continua a ser por um objetivo específico [...]’. Engrossou o caldo da solidariedade, ótimo, a vigília que está marcada passará a ser uma vigília de festa, de comemoração. Temos que encerrar agora [...]’. Foi aprovada esta posição, mas os companheiros que defenderam a outra disseram que foi capitulação, estreiteza, que nós não estivemos à altura do momento histórico.

[...] Era artificial querer dar uma injeção na greve. [...] O clima ficou péssimo, uma greve vitoriosa que incorporou o movimento popular do Brasil todo, mas o clima dentro da cadeia era de enterro [...]. A ponto de [...] quererem uma entrevista nossa [...] e nós não tivemos condições de dar, porque não havia consenso. [...] Houve uma grande insatisfação de companheiros importantes, expressivos. [...] mas foi ótimo (MELO, 2009; 2010)”.

4. A luta pela anistia e as denúncias

A luta pela anistia tem como marcos iniciais ações promovidas pela rede de solidariedade dos presos políticos, fundamentalmente sustentada pelas mulheres, através do Movimento Feminino pela Anistia, e pela igreja católica progressista, sobretudo através da atuação de dom Paulo Evaristo Arns. Este movimento recebeu uma acolhida inicial ambígua entre os presos, cuja dinâmica de adesão e resistência entremeou-se às estratégias de denúncia, entre 1975 e 1977.

Especificamente, a ambiguidade relacionava-se às concepções distintas acerca do papel da sociedade civil que, para alguns presos, deveria ser o *locus* a partir do qual o movimento da anistia deveria se desenvolver, ao contrário do que pensavam outros, afeitos a encampar esta bandeira. É de se ter em vista que tal situação também refletia a percepção de muitos de que não haviam cometido qualquer tipo de ato criminoso ou ilegítimo, de modo que não haveria nada para ser anistiado de sua parte. Os principais entusiastas da campanha da anistia eram os familiares, estudantes e advogados.

No presídio Romão Gomes, em São Paulo, havia posições divergentes entre os presos sobre quais conteúdos e consequências políticas envolviam a luta pela anistia, se ela implicaria num projeto de transição política com hegemonia da proposta de conciliação com setores que apoiaram a ditadura e o sistema repressivo. Havia presos que desde o primeiro momento abraçaram com força a ideia da anistia, e outros que, inicialmente, foram refratários à proposta, conforme relato de Pedro Rocha:

“[...] Para alguns, talvez, a anistia significasse o fim, terminou a luta agora estamos no momento da reconciliação, então, vamos partir para a luta pela anistia. Para outros não tinha esse significado, ela fazia parte da luta democrática. [...] existiam diversas visões. O concreto é que a partir de um determinado momento todo mundo abraçou a luta pela anistia e contribuiu do jeito que foi possível, principalmente, com documentação, inclusive, teórica [...]. Muita documentação em relação à anistia foi elaborada dentro da prisão e foi mandada para fora (ROCHA, 2010).”

Com o tempo, os presos passaram a apoiar a campanha em defesa da anistia, com a intenção de interferir no processo de luta e tentar mudar a correlação de forças no cenário político nacional. Um dos aspectos mais polêmicos a respeito de qual proposta apoiar estava relacionada à abrangência da anistia, era preciso convencer diversos setores das oposições de que os presos políticos que participaram da luta armada deveriam ser contemplados.

A edição do Pacote de Abril em 1977 e as tensões acumuladas com o fortalecimento dos movimentos sociais levaram os estudantes universitários às ruas em protesto contra as prisões de operários e estudantes trotskistas, às vésperas do 1º de maio.

No dia 28 de abril seis pessoas, estudantes e operários, foram detidas nas proximidades da fábrica da General Motors, na região do ABC paulista, acusadas de distribuir panfletos “subversivos”. Os presos eram militantes da organização trotskista Liga Operária, que originou a Convergência Socialista²⁸. O então secretário de Segurança de São Paulo, Erasmo Dias,

²⁸ Cf. BRAMBILLA (2009) e PAES (2009); “Explicação para prisões no ABCD”. *Folha de S. Paulo*. 01 de maio de 1977, p.33. Cf. <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/5/1/387/4239086>. Acesso em 12/03/12; “Novas figuras na política”. Veja, 11 de maio de 1977, p.22.

procurou ligar o grupo à luta armada tentando justificar a brutalidade do tratamento dado aos presos²⁹.

No dia 5 de maio, outra manifestação convocada pelos estudantes aconteceu no centro da cidade, em protesto contra a prisão dos presos do ABC, reunindo cerca de 7 mil pessoas, quando houve enfrentamento com a polícia. Os protestos contra as prisões do ABC estimularam a ampliação das demandas do movimento estudantil e a ‘questão democrática’ emergiu com força, dando um conteúdo mais politizado às manifestações (NAPOLITANO, 2005, p.34-36). O movimento passava por um processo de renascimento e politização. Esta movimentação impulsionou as lutas em defesa da anistia para os perseguidos políticos.

Nessa conjuntura de crescimento da crise de legitimidade da ditadura surgiram os Comitês Brasileiros de Anistia (CBA), que lançaram e impulsionaram a Campanha pela *Anistia ampla, geral e irrestrita*. Um movimento eminentemente político que recebeu certo apoio popular e cuja adesão foi mobilizada pela extensa divulgação pública das denúncias a respeito dos crimes cometidos pela ditadura (TELES, 2005).

Em 12 de maio de 1978 eclodiram as primeiras greves operárias desde 1968, partindo de um movimento autônomo em relação às organizações tradicionais das esquerdas (KUCINSKI, 2003, p.384-8). O processo de abertura escapava ao controle dos militares. Em junho acabou a censura prévia nos últimos três veículos ainda submetidos a ela, a *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo e Movimento*, marcando um momento importante para o fim do autoritarismo na atividade jornalística. Iniciaram-se, nesse período também, as greves dos professores da rede pública de ensino.

Os jornais alternativos se destacaram pela cobertura sobre a luta pela anistia. O *Em Tempo* desde os primeiros números também deu atenção à campanha. A edição de número 3 possui várias manchetes sobre o tema e uma, em especial, destacava: “Todos de volta até o natal”. A edição de no. 17, de junho de 1978, estampou na manchete “Presos denunciam 233 torturadores”³⁰. A reportagem divulgava o documento elaborado pelos 35 presos políticos do Romão Gomes, em 1975. Na capa aparecem destacados os nomes dos torturadores mais conhecidos: delegado Fleury, general Antonio

²⁹ “Novas figuras na política”. *Idem*.

³⁰ *Em Tempo*, n. 17, 28 de junho a 02 de julho de 78, p.6-7.

Bandeira, os delegados mineiros David Hazan e Tacir Menezes Sia e o deputado federal arenista Ivahyr de Freitas Garcia. Destacava na capa a frase dos presos políticos: “Estamos dispostos a testemunhar perante qualquer comissão ou tribunal idôneos, tudo quanto relatamos” (IDEM), antecipando a retomada da proposta de CPI dos Direitos Humanos de 1975.

O clima em relação às informações trazidas à tona pelos militantes e jornalistas era controverso. Por exemplo, Bernardo Kucinski – que deixara de ser editor do *Em Tempo* em março – afirmou em entrevista que, na época, não havia dado a devida importância para a sugestão da matéria, posto que considerava que a lista deveria ser checada antes que a ela se atribuísse credibilidade (KUCINSKI, 2012). Segundo o próprio, ele estava enganado: aquela edição do jornal atingiu seu apogeu de vendagem (IDEM, 2003, p.418-19)³¹.

Isso valeu ao jornal represálias: três atentados de grupos paramilitares de extrema direita, que levaram à depredação e à explosão de uma bomba em algumas sucursais. A matéria recebeu duras críticas de setores da oposição democrática, os quais a consideravam uma provação, enquanto os governistas a taxavam de “revanchista”. O jornal, porém, reafirmou sua disposição de continuar incentivando a investigação em busca de denúncias³². Os movimentos em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita colocavam em pauta na cena pública a luta para esclarecer os crimes da ditadura.

Os bons resultados do MDB nas eleições de 1974 e 1976 atraíram vários grupos de esquerda para as eleições nacionais de 1978. Aproveitaram-se do espaço aberto e a cobertura legal fornecida pelo MDB, uma das poucas instâncias onde a atividade política era possível após a derrota das esquerdas revolucionárias. Nesse período, diversos militantes voltaram ao país clandestinamente para retomar a atividade política. Assim, vários grupos e partidos clandestinos como PCB, PC do B, a Ação Popular (AP) e o MR-8 apoiaram candidatos do grupo dos autênticos do MDB, ativistas políticos diretamente ligados a movimentos populares ou candidatos próprios nessas eleições. Conforme nos relatou o ex-presos político e exilado Ricardo Azevedo, dirigente da Coordenação Nacional da AP naquele período:

³¹ Segundo um jornalista da equipe do *Em Tempo* (que preferiu não ser identificado), a redação tinha um documento datilografado com a lista dos 233 torturadores. Ao buscarem obter mais informações, chegou-se ao livro *Presos políticos brasileiros: acerca da repressão fascista no Brasil* (1976). Cf. MELO (2011).

³² “Dos 233 aos 442”. *Em Tempo*, n. 54, 8 a 14 março de 1979, p.5.

“[...] Em 1974, [...] a AP mudou de tática e resolveu participar do processo eleitoral através do MDB, o que lhe deu uma audiência muito mais ampla do que o que ela tinha na clandestinidade defendendo o voto nulo. Mais do que isso, em 1976 a AP também participou [...] e, em 1978, elegeu o Geraldo Siqueira deputado estadual em São Paulo e o José Eudes deputado estadual, no Rio de Janeiro. Então, isso deu um crescimento para a organização muito grande. [...] Com isso a AP ganhou uma sobrevida, então, ela se reorganiza, cresce em termos relativos, embora com pouca penetração no movimento operário (AZEVEDO, 2010)”.

O voto de protesto mudou a composição das bancadas do MDB, que consolidou e ampliou sua posição, obtendo 47% dos votos para o Senado (42% em 1974) e 39,3% dos votos para a Câmara Federal (38% em 1974). O grupo autêntico do MDB dobrou de tamanho, passou a ter cerca de noventa deputados na Câmara Federal. Cerca de duas dezenas de deputados federais se elegeram apoiados pelos partidos da esquerda clandestina. O partido conquistou ainda a maioria nas assembleias legislativas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (KUCINSKI, 2001, p.74).

A ênfase do debate em muitos grupos de militantes e exilados era a articulação pela formação de um partido à esquerda do MDB e de um movimento autônomo dos trabalhadores, sendo que parte das esquerdas dava destaque à bandeira da convocação da Assembleia Nacional Constituinte (KUCINSKI, 2003, p.423). As questões em debate para setores focalizavam a maneira de acumular forças para poder propor e interferir na construção política que sobreviria ao fim da ditadura.

Este cenário impulsionou a campanha pela *anistia ampla, geral e irrestrita* no ano de 1979. A efervescência da sociedade civil crescia, mas no início do mandato do general João Batista Figueiredo na presidência, a ditadura buscava retomar o controle do processo de abertura política.

O movimento de anistia percebendo o impulso adquirido, após a realização do Congresso da Anistia de novembro de 1978, na PUC/SP, traçou suas prioridades de ação visando à ampliação do seu leque de alianças. Lançou uma campanha nacional “para a recuperação da memória dos mortos e desaparecidos políticos pela repressão desde 64” no fim de janeiro de 1979³³; e intensificou a preparação de lista detalhadas de mortos e desaparecidos

³³ “CBA lança campanha por mortos e desaparecidos”. *Folha de S. Paulo*, 10 de janeiro de 1979.

políticos e a articulação da frente parlamentar pela anistia. Neste mês ocorreu outra célebre missa na Catedral da Sé, celebrada por D. Paulo, lançando a campanha pelo esclarecimento de 28 casos de desaparecimentos políticos. As fotos destas vítimas foram publicadas em um cartaz que trazia no alto a frase “Procura-se”, ironizando a inversão do papel das forças repressivas naquele momento em que alguns segmentos tradicionais da sociedade começavam a manifestar a coragem de sugerir que deveriam estar no banco de réus.

No dia 05 de março, uma caravana de cem pessoas representativas de vários CBAs do país dirigiu-se ao Congresso Nacional levando a Carta Aberta da Comissão Executiva Nacional do movimento, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* e os dois documentos elaborados pelos presos políticos do presídio Romão Gomes/SP contendo denúncias de torturas e assassinatos. Foi entregue também um *memorandum* exigindo o esclarecimento dos casos de *desaparecidos* e a atribuição de responsabilidades dos crimes cometidos durante a ditadura. Reivindicava-se a constituição de uma CPI para apurar os crimes do regime³⁴.

Na ocasião, o MDB assumiu publicamente a proposta de formação de uma frente parlamentar em torno da bandeira de *anistia ampla, geral e irrestrita*. O movimento defendia que a conquista da anistia deveria expressar a manifestação soberana da vontade popular, mas não excluía a extensão da luta ao parlamento. No referido documento, afirmava-se o apoio à aprovação da emenda constitucional proposta pelo MDB, de autoria do senador Nelson Carneiro e do deputado Ulysses Guimarães, que determinava a reabilitação da prerrogativa do Congresso de propor o instituto da anistia (GRECO, 2003, p.106-8).

Neste contexto, foi publicada uma segunda matéria de capa do jornal *Em Tempo* sobre os torturadores, na segunda semana de março de 1979, com a seguinte chamada “Saiu o 2º. listão: 442 torturadores”³⁵. A matéria atribuía a criação da lista ao mesmo *Comitê de Solidariedade aos Revolucionários Brasileiros*, o qual havia elaborado a denúncia apresentada no Tribunal Bertrand Russell (tal comitê foi inventado pelos presos, conforme assinalado anteriormente), que fora divulgada na Europa a partir de 1976.

³⁴ “Mão estendida, mas manchada de sangue”. *Em Tempo*, n. 54, 8 a 14 mar. 1979, p.3.

³⁵ “O listão dos torturadores”. *Em Tempo*, n. 54, n. 54, 8 a 14 março de 1979, p.4-6.

A lista elaborada pelo Comitê em 1974 recebeu um complemento contendo mais 114 nomes de agentes do aparato repressivo numa reunião que teria sido realizada em fevereiro de 1975. Os nomes contidos na lista integravam um relatório sobre a repressão política enviado à CNBB. Ao final do texto, os presos assinalavam a autoria coletiva da denúncia, destacando as contribuições recebidas desde a elaboração da primeira lista (COMITÊ, 1976, p.156). A derradeira autoria da lista de 442 torturadores, porém, permanece em debate³⁶.

Em Tempo novamente deu destaque à seção do documento que nomeava os agentes repressivos, a despeito das ameaças dos grupos anticomunistas e das críticas de setores da esquerda, que consideravam imprudente fazê-lo naquela conjuntura. O jornal tinha como horizonte a responsabilização judicial dos agentes da repressão estatal, por considerá-la passo fundamental para desmontar o aparato repressivo de então:

“[...] por acreditar que a luta por liberdades democráticas em nosso país não pode prescindir da exigência da desarticulação, do desmantelamento de todo o aparelho, de toda a máquina legal e clandestina, montada para reprimir, torturar e [...] matar os que fizeram oposição ao regime nestes últimos quinze anos. E para isso [...], os homens que movimentam esta poderosa máquina [...] precisam ser conhecidos por toda a população, aos culpados pela violência antipopular só pode restar a punição³⁷”.

No dia seguinte, a 9 de março de 1979, a edição do jornal foi apreendida pela Polícia Federal em todo o território nacional. A medida revela uma mudança na estratégia repressiva que vinha ocorrendo naquele momento: os atentados e ameaças de grupos de ultra-direita estavam sendo substituídos pela apreensão dos jornais alternativos, considerada um método “menos bárbaro”³⁸ e menos ostensivo. A apreensão do número 54 do semanário representou um prejuízo de 30 mil cruzeiros.

Neste período, contudo, *Em Tempo* estava enfrentando mais uma dissidência interna e uma grave crise econômica, acumulava uma dívida de

³⁶ Os entrevistados neste estudo não se recordam como a lista foi ampliada, cf. VIANA (2011) e NETTO (2011).

³⁷ *Em Tempo*, n. 54, 8 a 14 de março de 1979, p.5.

³⁸ *Em Tempo*, n. 55, 15 a 21 de março de 1979, p.3.

1 milhão de cruzeiros, vendendo apenas 7 mil exemplares de uma tiragem de 28 mil. Passa a ser quase exclusivamente um porta-voz da Democracia Socialista (DS). Aos poucos, *Em Tempo* e os “jornais nanicos” deixaram de ser uma frente jornalística das esquerdas e perderam seu fôlego investigativo.

A proposta de retomar a prerrogativa do Congresso de propor a anistia foi rejeitada por uma comissão mista de senadores e deputados, no dia 18 de abril. Naquele dia, os CBAs de todo o país comemoraram o Dia Nacional da Anistia, data em que a anistia foi concedida, após o fim da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945³⁹. Coube ao Executivo, então, a iniciativa de apresentar o projeto de lei de anistia, no final de junho de 1979.

Outras listas sucederam-se a estas, durante a campanha da anistia. No mesmo dia 18 de abril, os presos políticos do Centro de Detenção Milton Dias Moreira, do Rio de Janeiro, divulgaram um documento enviado à OAB, CNBB, ABI, Comissão de Direitos Humanos do MDB, CBA e ao MFFA e demais entidades voltadas à defesa dos direitos humanos no Brasil e exterior. No documento fazem uma minuciosa análise de sua situação no presídio, na justiça militar, e também um amplo levantamento dos nomes e as circunstâncias de morte ou desaparecimento de militantes perseguidos pela repressão estatal, assim como de listas de torturadores, subdivididas em 3 categorias: aqueles que os haviam torturado diretamente; aqueles que presenciaram torturando; e ainda os nomes daqueles sobre os quais ouviram testemunhos de outros presos. Nestas listas aparecem 251 nomes, na qual muitos repressores do Rio de Janeiro são citados, inclusive, nomes de torturadores da Fortaleza de Santa Cruz (DIAS, 1979, p.74-77).

Em maio de 1979, *Em Tempo* voltou a divulgar denúncias de violações de direitos humanos, desta vez, publicou trechos do relatório escrito por 14 presos políticos do Rio de Janeiro. Intitulado “O nosso testemunho”, o documento relatava 29 métodos de tortura utilizados contra os autores, 40 casos de assassinatos e desaparecimentos forçados, bem como um levantamento parcial dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, além da descrição dos meios empregados para ocultar provas, de aulas de tortura com cobaias humanas e ainda 27 centros de tortura⁴⁰.

A lista segue o cuidado das anteriores e demonstra o esforço empenhado

³⁹ “Anistia. Proposta do MDB foi mesmo rejeitada”. *O Estado de S. Paulo*, 19 de abril de 1979.

⁴⁰ Cf. *Em Tempo*, n.64, 18 a 24 de maio de 1979, capa.

para garantir confiabilidade ao levantamento, realizado a partir da experiência direta dos presos ou do testemunho do tratamento sofrido pelos que estiveram detidos com eles. Os autores destacaram, mais uma vez, a incopletude da lista e a necessidade de ampliar a investigação sobre o aparato repressivo e os torturadores (IDEM).

Em 8 de julho de 1979, a sucursal de Belo Horizonte de *Em Tempo* sofreu novo ataque, cuja autoria não foi reivindicada. Nesse período, o semanário publicou diversas matérias que colocavam em cheque o regime, assim como aqueles diretamente ligados ao que se costumava denominar “trabalho sujo”. Os editores do jornal demonstraram cautela diante da condenação pública do atentado feita pelo general-presidente João Batista Figueiredo: “A ‘mão estendida’ e o ‘braço clandestino’ fazem parte do mesmo corpo”⁴¹; ressaltando as ambiguidades e fragilidades do processo de distensão política.

A coragem dos editores de *Em Tempo* pela publicação das listas de torturadores foi reconhecida com o Prêmio Vladimir Herzog, em outubro de 1979. Não obstante os esforços dos militares para dissuadir a militância, este cenário impulsionou a campanha pela *anistia ampla, geral e irrestrita* no ano de 1979. A efervescência da sociedade civil crescia, enquanto os militares buscavam retomar o controle do processo de abertura política.

5. A defesa de todos os atingidos e da memória da repressão

O movimento da anistia caracterizou-se pela profusão de posições; dir-se-ia que, no que se refere à escolha do projeto de lei a se defender, este se desenvolveu tanto por distinções quanto por concordâncias. Uma visão deste cenário pode ser apreciada em relação aos ocorridos em torno do 3o. Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, que teve lugar no Rio de Janeiro, de 15 a 17 de junho de 1979.

Este encontro propiciou condições para que *duas faces da anistia* entrassem em confronto: uma voltada à popularização da luta e sua vinculação com as organizações e lutas populares e outra voltada à defesa dos atingidos pela repressão política e à busca de apoio internacional. Esta discussão entremeou-se com o debate em torno do projeto de anistia parcial do governo, que tomou grande parte do Encontro (GRECO, 2003, p.131).

⁴¹ Cf. *Em Tempo*, 12 a 18 de julho de 1979, capa.

A expansão dos espaços públicos tomados pela luta pela anistia fazia-se evidente e o parlamento possuía um papel fundamental em tal desenvolvimento. No entanto, seu papel permaneceu problemático e contraditório, devido aos contatos insuficientes com a oposição e à fragilidade das relações com os parlamentares. Os compromissos assumidos pelo MDB mostraram-se mais formais do que reais – em muitos casos por força do caráter “extraordinariamente moderado” da agremiação (SKIDMORE, 1990, p.70).

Havia o consenso de que o projeto (de anistia parcial) do governo era insatisfatório, posto que não contemplava os militantes que haviam participado da luta armada. Uma parte das esquerdas acreditava na necessidade de medidas de impacto para mobilizar setores do congresso e da sociedade civil em relação à anistia ampla e irrestrita. Dentro deste segmento, os presos políticos do Rio de Janeiro possuíam uma posição mais radicalizada, em face da qual organizaram a greve de fome nacional pela anistia geral, que transcorreu entre julho e agosto de 1979⁴². A greve representou um momento decisivo na ocupação dos espaços públicos e serviu, não apenas para forçar os limites da proposta de lei de anistia, aumentando o leque de beneficiários da anistia, mas para denunciar os crimes da repressão.

Os presos de São Paulo opuseram-se a esta visão, solicitando que a greve de fome fosse postergada para uma data próxima à da votação da lei no Congresso Nacional, o que não foi seguido pelo grupo carioca, o qual buscava catalisar os movimentos em defesa da anistia e da opinião pública. Assim é que a greve teve início, em 22 de julho, inicialmente envolvendo 14 detentos do presídio da Frei Caneca (Rio de Janeiro) e se ampliando até o envolvimento de 35 presos (dos 53 existentes) de seis estados brasileiros (GRECO, 2003, p.212-3; n.391). Conforme relatou-nos Manoel Cyrillo, preso no Romão Gomes nesse período:

“A gente tinha uma posição que era a de que não podíamos interferir tanto no movimento social, provavelmente, porque, em São Paulo, [...] o movimento estava muito mais ativo, na rua, diferentemente do Rio, onde a participação deles foi decisiva para a coisa tomar mais corpo. Não era um problema interferir, mas passar por cima dos movimentos.

[...] Nós éramos contra a greve e por isso não entramos simultaneamente, mas [...] a gente entrou, mesmo com a denúncia

⁴² Cf. LINS (2008); e VIANA (2011).

dos cinco presos que não quiseram entrar [...].

O que eu acho é que eles atribuíram uma importância muito superior ao papel dos presos do que nós achávamos que era o correto. Isso pode até ser considerado como um vanguardismo da parte deles (CYRILLO, 2011)”.

Enquanto transcorria a greve, manifestações públicas de apoio à anistia ampla e irrestrita expandiam-se. Um ato público organizado no dia 14 de agosto, no Rio de Janeiro, contou com a presença de 20 mil pessoas. Outro ato organizado na Praça da Sé no dia 21 de agosto teve a participação de cerca de 30 mil manifestantes (CIPRIANO, 1992, p.136-7; 168-9). Diversas pessoas, personalidades e representantes de entidades foram aos presídios visitar os grevistas, atuando como formadores de opinião.

Este clima perdurou até a votação da Lei da Anistia, em 22 de agosto de 1979. Entre muitas discussões, o movimento decidiu apoiar a proposta de emenda Djalma Marinho, que não havia sido aceita pelos CBAs de Minas Gerais e de São Paulo, em função da equiparação que promovia entre repressores e vítimas. O resultado da votação surpreendeu; a proposta de conceder destaque (isto é, preferência) ao substitutivo do MDB foi derrotada por 209 votos contra 194, com o apoio de 12 arenistas dissidentes. Após obter o destaque, a emenda Djalma Marinho por pouco não foi vitoriosa, recebendo 201 votos a favor e 206 contra. Ao fim, o projeto de anistia do governo foi aprovado pela votação dos líderes dos dois partidos, não sendo possível a votação nominal. Não obstante, 29 dos 189 deputados do MDB apresentaram sua declaração de voto contrário ao projeto, denunciando a falta de isonomia na concessão da anistia, recusando-se a legitimar a nova lei.

A “votação” do projeto de Lei de Anistia dos militares pôs fim à greve de fome, a qual foi considerada vitoriosa pelos presos (a despeito de seus efeitos práticos parciais), conforme permitiu a divulgação de denúncias e propostas, bem como a sedimentação de seu estatuto de “prisioneiros de consciência” perante a opinião pública. Este movimento foi sucedido pela reforma partidária de outubro de 1979, a qual envolveu divergências em graus diversos entre a opção de se priorizar a organização de novos partidos políticos e o fortalecimento dos sindicatos, e a manutenção dos movimentos de anistia por reparações simbólicas, materiais e justiça. Esta segunda opção acabou mitigada pela força da primeira, a despeito do fato de as atividades reivindicatórias terem caminhado no sentido da organização de campanhas, *i.e.*, libertação dos últimos presos políticos (Flávia Schilling, Flávio Koutzii,

José Salles), retorno de exilados e estrangeiros expulsos do Brasil e extinção da Lei de Segurança Nacional.

O trauma causado pelo isolamento social ao qual as esquerdas revolucionárias foram relegadas, a ansiedade pela retomada da vida pessoal e o afã de se estabelecer novas organizações políticas deixou inconcluso o processo de autocritica iniciado por remanescentes dos grupos aniquilados pela ditadura (TELES, 2011). Assim é que essas bandeiras políticas gradualmente tiveram seus escopos restritos à militância de familiares de mortos e desaparecidos e de alguns sobreviventes. Desse modo, os pequenos grupos formados em torno dessa temática não conseguiram mobilizar a opinião no sentido de extinguir a LSN (reformada em 1983 e em vigor na atualidade) ou estabelecer uma lei contra a tortura na Constituinte de 1987-1988.

Conforme a interpretação predominante da lei da anistia vedava a investigação dos crimes da ditadura (TELES, 2005), a derradeira apuração dos fatos permaneceu obliterada, impossibilitando o conhecimento público dos fatos. Respondendo a esta conjuntura, um pequeno grupo de advogados, militantes e ex-presos políticos deitou as bases do projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), produzido entre 1979 e 1985, por meio da compilação dos dados dos arquivos da justiça militar de 1964 a 1979. Um livro homônimo com os principais resultados da pesquisa foi publicado em julho de 1985. O BNM chegou a uma nova lista de torturadores, contendo 444 nomes, a qual foi divulgada na imprensa em dia 21 de novembro, poucos dias depois das primeiras eleições municipais realizadas sob um regime civil (WESCHLER, 1990, p.75, 82). A opção por manter a lista inédita até a sua divulgação à imprensa, ao invés incluí-la no livro refletiu a avaliação da equipe de pesquisadores envolvidos no projeto de que seria oportuno esperar o arrefecimento da tensão política neste momento de “frágil” transição.

Esta lista era uma continuidade dos levantamentos elaborados pelos presos políticos, publicados em livros e pelo jornal *Em Tempo*. No BNM, no entanto, os nomes apresentados eram resultado do levantamento dos nomes citados na justiça militar, contendo a identidade de quem os denunciou em juízo e o número do processo correspondente⁴³. É digno de nota que a

⁴³ Em 2010, grupos de defesa dos direitos humanos divulgaram uma lista de nomes de 1.600 torturadores do período ditatorial, chamada *Torturadores de A a Z*. Cf. <http://biakushnir.wordpress.com/2010/01/12/pequena-lista-para-ser-lembrada-neste-momento>.

análise comparativa da lista de torturadores produzida em 1975 e daquela divulgada pelo BNM apresenta uma característica comum: a notória presença de militares oficiais envolvidos diretamente na tortura⁴⁴. Ademais, alguns dos presos que ajudaram a organizar estas listas nos cárceres ao longo da década de 1970 participaram ativamente do projeto BNM, tais como Paulo Vannucchi, Carlos Lichtsztejn e Rene de Carvalho (TELES, 2011).

O BNM pautou-se pela estratégia de fazer uso exclusivo de fontes documentais, oriundas da justiça militar do próprio regime, o que representou um fator decisivo para que se garantissem confiabilidade e legitimidade à obra. Por outro lado, o caráter oficial da documentação e, principalmente, sua origem nos tribunais de exceção trouxe limitações e peculiaridades às informações compiladas, tal como a ausência de alguns dos nomes de torturadores, citados no documento dos presos do Rio de Janeiro (1979), na lista publicada. Estas ausências relacionam-se ao fato destes terem sido torturados após a condenação pela justiça militar, conforme o caso mencionado ocorrido na Fortaleza de Santa Cruz.

A despeito destas características, o papel do BNM na divulgação dos crimes da ditadura é paradigmático; o projeto influenciou – e ainda tem influenciado – todas as iniciativas de resgate da história da ditadura que sucederam, informando pesquisadores e sustentando investigações.

Considerações finais

Neste artigo procuramos revelar aspectos pouco conhecidos da atuação dos presos políticos (em especial os de São Paulo) nas lutas de resistência à ditadura no Brasil durante os anos 1970, por meio de sua atuação na sistematização e divulgação de denúncias de violações dos direitos humanos, em especial, das listas de torturadores.

Tais considerações apontam para uma atuação mediada por estratégias diversas, tais como protestos e greves de fome para obter melhores condições

⁴⁴ EDe acordo com duas pesquisadoras que analisaram estas listas: no universo de 1.010 nomes, 650 (64,3%) são passíveis de localização, ao passo que 360 (35,7%) não são identificáveis. A presença dos militares prepondera na relação com os civis, a qual oscilou entre 41% a 64%. O Exército é a força de origem dos agentes do Estado mais presente entre os acusados de praticar torturas, variando entre 65% e 69% do total. A presença de oficiais também foi marcante, a qual variou entre 54% e 63%. Cf. CHIRIO e JOFFILY (2014), p.92-95.

carcerárias e o reconhecimento de sua condição de “prisioneiros de consciência”. Por vezes, esses caminhos mostravam-se incapazes de superar os determinantes impostos pelo regime de exceção, ao mesmo tempo em que contribuíam positivamente para a conquista de melhorias no tratamento dispensado aos presos, a geração de pressões políticas e a construção de uma *contramemória* sobre os crimes da ditadura. Estas ações inserem-se no contexto mais amplo das pressões exercidas pelas redes de solidariedades e apontam para vínculos importantes com as vozes atuantes no exterior que se mostraram fundamentais para dar visibilidade ao que acontecia no país e para o fim da ditadura.

Pautado pelo registro das memórias dos presos políticos, este estudo permitiu-nos traçar um quadro a respeito de sua organização, da sistematização das denúncias de tortura e das listas de torturadores, assim como aprofundar nosso conhecimento sobre as disputas políticas estabelecidas dentro e fora dos cárceres, especialmente, no período das lutas pela *anistia ampla, geral e irrestrita*.

A interpretação predominante da lei da anistia (considerada recíproca) vedou a investigação dos crimes da ditadura e a derradeira apuração dos fatos permaneceu obliterada, impossibilitando o conhecimento público dos fatos. Dir-se-ia que o Brasil avançou a partir das experiências aqui relatadas, mas ao mesmo tempo não soube aproveitar a oportunidade para gerar processos de responsabilização que efetivamente refletissem a real magnitude dos eventos consumados naquele período.

Referências

- ALVES, Márcio Moreira. (1967). *Torturas e torturados*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Idade Nova.
- BENEDITO, Mouzar e REZENDE, José Roberto. (2000). *Usar lutar. Memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo, Viramundo.
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. (2009). *Fé na Luta. A Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização*. São Paulo, Lettera.
- BIOCCA, Ettore. (1974). *Estratégia do Terror. A face oculta e repressiva do Brasil*. Lisboa/Portugal, Iniciativas Editoriais.
- CIPRIANO, Perly; VIANA, Gilney Amorim. (1992). *Fome de Liberdade. A luta dos presos políticos pela anistia*. Vitória, s.n.
- CHIRIO, Maud; JOFFILY, Mariana. (mai. de 2014). “La répression en chair et en os: les listes d’agents de l’État accusés d’actes de torture sous la dictature militaire brésilienne”. In: Maud Chirio; Mariana Joffily (Orgs.); *Brésil(s). Sciences humaines et soliales*, p.77-103.

- DA-RIN, Silvio.
(2006). *Hércules 56*. Brasil, documentário, 92 min.
- (2008). *Hércules 56. O sequestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro, Zahar,
- DIAS, Luzimar Nogueira (org.).
(1979). *Esquerda armada. Testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira, no Rio de Janeiro*. Vitória, Ed. do Leitor.
- FERNANDES JR., Ottoni.
(2004). *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana rural*. Rio de Janeiro, Record.
- FICO, Carlos.
(2001). *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, Record.
- (2004). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record.
- JOSÉ, Emiliano.
(2000). *As asas invisíveis do Padre Renzo*. São Paulo, Casa Amarela.
- KUCINSKI, Bernardo.
(2001). *O fim da ditadura militar*. São Paulo, Contexto.
- (2003). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Edusp.
- GRECO, Heloísa Amélia.
(2003). *Dimensões fundamentais da luta pela anistia*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte.
- GREEN, James Naylor. Apesar de Vocês.
(2009). *Apesar de Vocês. Oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos (1964-1985)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- GASPARI, Elío.
(2002). *A Ditadura Escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MELO, Alice; LIMA, Vivi Fernandes de.
(29 de dezembro de 2011). "A lista dos acusados de tortura". *Revista História*. Rio de Janeiro.
- NAPOLITANO, Marcos.
(2005). *Cultura e poder no Brasil contemporâneo*. Curitiba, Juruá.
- PAIVA, Maurício.
(2004). *O sonho exilado*. 2ª. ed., Rio de Janeiro, Mauad.
- SÁ, Ayberê Ferreira de.
(2007). *Das ligas camponesas à anistia. Memórias de um militante trotskista*. Recife, Fundação de Cultura Cidade de Recife.
- SKIDMORE, Thomas.
(1990). "A lenta via brasileira para a democratização". In: Thomas Skidmore; Alfred Stepan (Orgs.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TELES, Janaína de Almeida.
(2005). Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- (2011). Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em em História da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo.
- TELES, Janaína de Almeida, RIDENTI, Marcelo; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. (orgs.).
(2010). *Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, FFLCH/USP, 2010.
- WESCHLER, Lawrence.
(1990). *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo, Companhia das Letras.

Documentos consultados

ANISTIA INTERNACIONAL.

(1972). "Relatório sobre as acusações de torturas no Brasil". ASMOB 03.15, 2, *Arquivo do CEDEM/UNESP*.

ALMEIDA, Criméia; LISBÔA, Suzana; TELES, Janaína de Almeida; TELES, Maria Amélia. (Orgs.).

(2009). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/Imprensa Oficial.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO.

(1989). *Brasil: Nunca Mais*. 22ª. ed., Rio de Janeiro, Vozes.

COMITÊ PRÓ-AMINISTIA GERAL DOS PRESOS POLÍTICOS NO BRASIL.

(1976). "Apresentação". In: *Dos presos políticos brasileiros. Acerca da repressão fascista no Brasil*. Lisboa, Ed. Maria da Fonte, 1976.

MORANO FILHO, Reinaldo.

(05 de Junho de 2002). "Atestado de Permanência e Conduta" (Casa de Detenção). In: *Requerimento de Reinaldo Morano Filho dirigido à Comissão Especial da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo*. São Paulo/SP, Arquivo pessoal de Reinaldo Morano Filho.

Entrevistas citadas

ALBUQUERQUE, Rômulo Noronha de.

(22 de março, 2010). Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. Rio de Janeiro (RJ). *Arquivo Audiovisual sobre Presos Políticos (AAPP)/Arquivo Edgard Leuenroth-Diversitas (USP)*.

AZEVEDO, Ricardo de.

(27 de janeiro, 2010). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

BENEDITO, Mouzar e REZENDE, José Roberto.

(2000). *Ousar lutar. Memórias da guerrilha que vivi*. São Paulo, Viramundo.

BRAMBILLA, Celso Giovanetti.

(18 de dezembro, 2009). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

CUNHA, Carlos Alberto Lobão.

(05 de maio e 17 de setembro, 2009). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

(10 de outubro, 2010). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

DEL ROIO, José Luiz.

(29 de março, 2010). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

KUCINSKI, Bernardo.

(05 de outubro, 2012). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

MARTINS, Roberto Ribeiro.

(01 de abril, 2009). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

MELO, Marcelo Mário de.

(27 de novembro, 2009; 23 de abril, 2010). Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. Recife (PE). AAPP/AEL-Diversitas (USP).

MORANO FILHO, Reinaldo.

(14 de março, 2011). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

(17 de outubro, 2008; 16 de abril, 2009) Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP). São Paulo/SP.

MURAT, Lúcia.

(25 de março, 2010). Rio de Janeiro/RJ. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. In: Janaína de Almeida Teles; Marcelo Ridenti; Zilda Márcia Gricoli Iokoi (Orgs.); *Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, FFLCH/USP. p.353-398.

NETTO, Manoel Cyrillo de Oliveira.
(08 e 30 de novembro, 2009; 27 de janeiro, 2010). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

(20 de março, 2011). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

PAES, Márcia Basseto.
(18 de junho e 28 de setembro, 2009). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

ROCHA FILHO, Pedro.
(05 de março, 2010). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

SOARES, Carlos Alberto.
(23 de abril, 2010). Recife/PE. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

LINS, Paulo Henrique.
(23 de novembro, 2008). Rio de Janeiro/RJ. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles. AAPP/AEL-Diversitas (USP).

TELES, Maria Amélia de Almeida.
(05 de março, 2013). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

VIANA, Gilney Amorim.
(05 de março, 2011). São Paulo/SP. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles.

Jornais

(8 a 14 março de 1979). "Saiu o 2º. Listão: 442 torturadores". *Em Tempo*, no. 54.

Recebido em
abril de 2014

Aprovado em
agosto de 2014

Universidades, ditadura e cultura política

Rodrigo Patto Sá Motta*

Resumo

O texto empreende um esforço analítico visando compreender a essência da política universitária da ditadura, que foi eivada de paradoxos e ambiguidades. Lançando mão da categoria cultura política, a proposta é mostrar que as relações do Estado com a comunidade acadêmica foram marcadas por negociações e acomodações – paralelamente às ações repressivas – e que tais estratégias estão inscritas nas tradições políticas do país, sobretudo quando estão em cena as elites sociais.

Palavras-chave

Ditadura. Universidade. Cultura política.

Abstract

This is an analytical effort to understand the essence of the policy for universities during the military dictatorship in Brazil, which was stained with paradoxes and ambiguities. Launching hand of the category political culture, the proposal is to show that the relations between State and academic community were marked by negotiations and accommodations – in parallel to the repressive actions – and that such strategies are entered in political traditions of the country, especially when the social elites are on the scene.

Keywords

Dictatorship. University. Political culture.

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: rodrigomotta@yahoo.com.br .

Introdução

Este artigo foi redigido com base em publicação recente, o livro *As universidades e o regime militar*.¹ A pesquisa para este trabalho foi desenvolvida ao longo de seis anos e mobilizou diferentes e volumosos acervos documentais, começando pelos arquivos que foi possível localizar das extintas ASI (Assessorias de Segurança e Informações) universitárias. No campo das agências de vigilância política, também foram pesquisados arquivos de alguns Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) estaduais, assim como os acervos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Foram pesquisados ainda alguns arquivos norte-americanos, principalmente os National Archives and Records Administration e os registros da United States Agency for International Development (Usaid). Finalmente, foram realizadas cerca de 50 entrevistas com pessoas que eram estudantes e/ou professores nos anos 1960 e 1970.

O objetivo central da pesquisa era compreender e explicar o impacto da ditadura sobre as universidades, sobretudo as políticas adotadas pelo regime autoritário para o ensino superior e o modo como a comunidade acadêmica vivenciou esse processo. Além disso, a intenção era construir um modelo analítico capaz de dar conta das complexidades do experimento autoritário brasileiro, que não se enquadra bem em modelos simplistas e binários. A pesquisa revelou a existência de muitos paradoxos nas relações da ditadura com a comunidade acadêmica, que o autor procurou explicar lançando mão do conceito cultura política. A hipótese, que será alinhavada nas páginas seguintes, é que as ambiguidades e os paradoxos da ditadura podem ser melhor compreendidos se os inscrevemos na tradição política brasileira, de que são tributários. Nessa linha, as palavras-chave são conciliação e acomodação. Levar em conta esses aspectos é importante não apenas para entender o funcionamento da ditadura, mas também sua peculiar transição à democracia. Vejamos.

* * *

¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

Muito ainda há a analisar e explicar sobre o regime militar brasileiro, cuja história é eivada de ambiguidades e paradoxos, algumas vezes raiando à contradição. O Estado autoritário foi marcado por indefinições ideológicas, dividido entre assumir-se como ditadura ou conciliar com os princípios liberais, ao passo que oscilava entre o nacionalismo desenvolvimentista e os princípios do livre mercado. Ao mesmo tempo que demonizou o “populismo” de seus antecessores, a ditadura não só manteve intactas como ampliou as estruturas corporativas herdadas, além de ter criado um sistema previdenciário universal, sob controle do Estado.

Considerando as ações repressivas, que produziram centenas de mortos e um número ainda maior de torturados, em certas ocasiões as perseguições aos esquerdistas foram contornadas com base em interesses pragmáticos ou em arranjos pessoais. O regime era convictamente anticomunista, porém manteve relações corretas com Moscou e o bloco socialista (exceto Cuba), e, enquanto a leitura de Mao e Guevara era proibida, Marx podia circular nos bancos universitários e mesmo nas bancas de revistas. Além disso, os vitoriosos de 1964 atacaram as promessas do governo deposto, mas se apropriaram de alguns de seus projetos e ideias, como a reforma universitária, que implantaram de modo autoritário e elitista.

Nessa direção, o conceito de modernização conservadora pode servir como síntese dos paradoxos e contradições do regime militar. O grande paradoxo da ditadura era expressar, simultaneamente, impulsos conservadores e modernizadores que, por vezes, geraram ações contraditórias. O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico, e, portanto, aumento dos contatos com o exterior e mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola. Com isso, levava-se ao aumento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. Já o impulso conservador estava ligado à vontade de preservar a ordem social e os valores tradicionais, o que insuflava o combate às utopias revolucionárias e outras formas de subversão e “desvio”, aí incluídos questionamentos à moral e aos comportamentos convencionais.

Paradoxalmente, o poder autoritário construído para expurgar as esquerdas e manter a ordem social foi usado também para alavancar os projetos modernizadores, removendo obstáculos e impondo os caminhos escolhidos pelos tecnocratas. Daí haver motivos para oscilar na escolha da melhor adjetivação para o regime militar brasileiro: modernização conservadora ou autoritária? A resposta é que ele foi simultaneamente

autoritário e conservador.

Importa perceber que esses paradoxos e contradições derivavam da própria ossatura política do regime, resultado da aproximação de grupos ideologicamente distintos, unidos apenas por pauta negativa comum. O regime militar tinha três fontes ideológicas principais: nacionalismo autoritário, liberalismo e conservadorismo (e mais a tradição anticomunista, servindo como elo entre elas), cada uma com nuances e peculiaridades que apontavam para políticas diferentes. O caráter paradoxal do regime militar, em grande medida, devia-se às pressões diferentes exercidas por tais grupos, que por vezes eram conciliadas, enquanto, por outras, eram atendidas umas em detrimento das outras. Em certas circunstâncias, já que diferentes grupos ocupavam lugares distintos no aparelho do Estado, políticas contraditórias foram adotadas ao mesmo tempo.

Tratava-se de regime político em cujos discursos se afirmavam, ao mesmo tempo, os valores democráticos e liberais, a defesa da autoridade e da pátria “una e indivisa”, e a exaltação da família e da ordem social tradicional. Para explicar a indecisão do regime militar entre ditadura e respeito a certas instituições liberais, há que levar em conta, também, o fato do seu evento originário (o “31 de março”) ser considerado um movimento em defesa das instituições democráticas, supostamente ameaçadas pela esquerda e por Goulart. Assim, no imaginário da “Revolução de 1964”, os temas da liberdade e da democracia ocupavam lugar importante, opondo obstáculos aos que desejavam estabelecer regime ditatorial puro.

Evidentemente, isso não impediu a violência repressiva, tampouco que o conceito de democracia se prestasse às mais diversas apropriações. Ainda assim, as representações associando “1964” a significados liberais não se restringiram a efeitos retóricos, pois serviram de arma aos setores moderados do regime para conter sua ala radical. Não que houvesse entre eles, efetivamente, democratas. Tais setores preferiam um tipo de autoritarismo liberal capaz de garantir estabilidade, afastar os riscos de mudança social, e, ao mesmo tempo, evitar que a repressão muito intensa tornasse a luta armada a única opção dos opositores.

Cultura política

O argumento principal a ser desenvolvido neste texto é que o influxo da cultura política pode explicar as peculiaridades do autoritarismo brasileiro,

que se destacam mais quando fazemos comparações com as experiências dos países vizinhos. Aliás, os estudos sobre cultura política ganham maior densidade quando é possível estabelecer padrões comparativos. Com base no conhecimento disponível sobre as ditaduras do Cone Sul, pode-se perceber tanto similaridades quanto singularidades na comparação com o caso brasileiro. A ideia é que as diferenças guardam relação com as respectivas culturas políticas, muito embora não se adote uma compreensão essencialista desse conceito. A proposta analítica é que os paradoxos, as ambiguidades e as estratégias de acomodação presentes no caso brasileiro têm origem, ao menos em parte, no repertório que integra as tradições políticas do país.

Entre os pontos que distinguem o regime militar brasileiro, podem ser destacados: o projeto econômico nacional-desenvolvimentista, a manutenção em vigor (embora de modo precário) de instituições liberais, o menor número de mortes e desaparecimentos provocados pela repressão política, uma taxa mais elevada de absolvições nos julgamentos de crimes políticos², e uma maior tolerância com intelectuais e valores culturais de esquerda³, que continuaram a circular durante a Ditadura.

Antes de prosseguir, é indispensável conceituar cultura política, categoria de análise desenvolvida por cientistas sociais norte-americanos nos anos 1950 e 1960 (sobretudo Gabriel ALMOND e Sidney VERBA), que tem sido apropriada seletivamente pela historiografia. O quadro teórico originalmente desenvolvido foi submetido a severas críticas por sua proximidade ideológica com os preceitos da Guerra Fria e por hierarquizar, embora sutilmente, as diferentes culturas políticas. Em anos recentes, o conceito tem sido apropriado pela historiografia, sob o impacto da “virada culturalista”. Influenciados pela força ascendente do paradigma culturalista e

² Cf. PEREIRA, Anthony, que comparou o funcionamento da justiça política das ditaduras do Brasil, Argentina e Chile. No entanto, Pereira não considera a cultura política fator relevante para explicar por que no Brasil os réus políticos foram absolvidos em maior proporção. *Political (in) justice. Authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile and Argentina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.

³ Sobre as relações paradoxais entre o Estado autoritário e produtores culturais e artistas de esquerda, ver RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: UNESP, 2010, pp.103-106 e também NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: OLLEMBERG, Denise Rollemberg; Samantha Quadrat (Org.); *A construção social dos regimes autoritários* Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.145-174

interessados em renovar o enfoque da História Política, alguns historiadores redescobriram a categoria cultura política, entre eles os franceses Jean-François Sirinelli e Serge Berstein⁴, que propuseram apropriação, que exclui os elementos funcionalistas e eventualmente etnocêntricos presentes na formulação original.

Embora a categoria seja utilizada em acepção diferente da versão dos cientistas sociais norte-americanos, em um ponto central a inspiração teórica é a mesma: o entendimento de que a cultura – em sentido antropológico – influencia as decisões e ações políticas. Tal compreensão implica certa crítica ao paradigma liberal-racionalista, que vê os agentes políticos como seres movidos essencialmente por ideias e interesses. A perspectiva culturalista, portanto a aplicação do conceito cultura política, supõe a convicção de que os homens agem também movidos por paixões e sentimentos, como medo, ódio e esperança; são mobilizados por meio de representações e imaginários que constroem mitos e heróis exemplares, bem como inimigos odientos; e tomam decisões por influência de valores construídos em torno da família, nação ou religião. No entanto, isso não implica estabelecer uma espécie de determinismo culturalista, desprezando a importância do interesse e da escolha individual. A abordagem cultural é valiosa e inspiradora, mas, se for encarada de maneira absoluta, pode empobrecer, em lugar de enriquecer o conhecimento. No momento da decisão, os agentes têm à disposição um leque de opções, e os fatores culturais (sentimentos, identidades, valores) podem exercer maior ou menor influência, a depender do contexto e dos atores em cena.

Nessa perspectiva, pode ser adotada a seguinte definição para cultura política, sem a pretensão de excluir outras acepções possíveis para um conceito, que é, evidentemente, polissêmico: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

⁴ Suas obras principais são: BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelli (Org.); *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1988; BERSTEIN, Serge (org.). *Les cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil, 1999; BERSTEIN, Serge. “Culturas políticas e historiografia”. In: Cecília Azevedo; Denise Rollemberg; Maria Fernanda Bicalho; Paulo Knauss; Samantha Viz Quadrat (Orgs.); *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

Tal conceituação de cultura política pode ser utilizada tanto no plural quanto no singular, ou seja, pode ser aplicada tanto a conjuntos nacionais (cultura política brasileira, por exemplo), quanto a projetos políticos específicos, em matriz pluralista: comunismo, liberalismo, conservadorismo, fascismo etc.⁵ A proposta aqui, portanto, é considerar a existência de uma cultura política brasileira que convive e interage com culturas políticas específicas, como o liberalismo ou o socialismo que, por sua vez, são influenciados por traços da cultura nacional.

No entanto, a existência de padrões e valores gerais não significa que todas as pessoas aderem e se comportam de modo uniforme; trata-se apenas de uma orientação geral que, não obstante, é suficientemente influente ao ponto de configurar traço cultural marcante. Por outro lado, não se trata de comportamentos inexoravelmente determinados por estruturas culturais preexistentes. O campo da política supõe o protagonismo de agentes que fazem escolhas: há sempre margem para a opção entre diferentes caminhos de ação. O argumento é que as escolhas podem sofrer a influência da cultura política, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores. Assim, não há por que supor oposição entre a influência de padrões culturais e o arbítrio dos agentes políticos. A cultura política exerce influência efetiva, porém não por implicar algum tipo de atavismo, mas por indicar aos atores caminhos e estratégias com maiores chances de sucesso, tornando-se escolhas interessantes para os agentes envolvidos.

Uma última observação para esclarecer o sentido atribuído à cultura política, enfatizando o cuidado para evitar generalizações excessivas. Propor a existência de traços culturais específicos no campo político não implica a postulação de uma excepcionalidade brasileira. Alguns dos elementos característicos de tal cultura política podem ser encontrados em outros espaços nacionais. Nessa direção, há que considerar os debates já clássicos em torno do “iberismo”, que teria marcado a formação nacional brasileira, apontando para laços de afinidade cultural em relação a algumas nações

⁵ Scf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In *Culturas Políticas na História: Novos Estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.

européias e latino-americanas.⁶ No entanto, defende-se que o legado de outros povos combinou-se no desenrolar da experiência histórica nacional e gerou resultado original, melhor percebido quando se compara a história política brasileira com a de países em situação semelhante.

Discussões sobre o tema são tão antigas quanto a formação nacional brasileira, já que a identificação de características distintivas entre os povos é parte do processo de imaginação nacional. Tais debates mobilizaram tanto motivação acadêmica quanto impulsos folclorizantes, que, particularmente no último caso, se prestaram a manipulações políticas. Desde o século XIX, vários traços foram apontados como singularidades brasileiras, tanto por viajantes quanto por pensadores sociais destacados, a exemplo de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Hollanda, Oliveria Vianna, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta.⁷ Esses autores, entre outros, apontaram características ou comportamentos políticos típicos dos brasileiros, embora sem mobilizar cultura política, até porque, na maioria dos casos, suas reflexões antecederam o debate acadêmico sobre o conceito. Não obstante, é interessante destacar a situação excepcional de Oliveira Vianna, que fez uso pioneiro de cultura política em obra publicada em 1949. No livro *Instituições políticas brasileiras*, Oliveira Vianna usou cultura política para denominar o conjunto de costumes e tradições políticas brasileiras e, embora não tenha apresentado definição precisa, o sentido é próximo do que foi desenvolvido posteriormente pelas ciências sociais.⁸

⁶ Cf FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre: Globo, 1975 e BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

⁷ Vale mencionar que alguns *brazilianistas* argutos também se interessaram pelo tema, como Philippe Schmitter, que mencionou o pioneirismo de Oliveira Vianna no uso do conceito cultura política. Cf. SCHMITTER, Philippe. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1971.

⁸ VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: José Olympio, 1949. É importante considerar que a expressão já circulava no Brasil desde a famosa publicação do Estado Novo *Cultura Política*, iniciada em 1941. Os editores não definiram o sentido da expressão, mas pode-se inferir que ela expressava o desejo da elite estadonovista de oferecer cultura política a um povo considerado “inculto” e incapaz de autogoverno. A propósito, é importante destacar que não partilho o pessimismo de Vianna acerca das virtudes políticas do povo brasileiro, tampouco suas conclusões autoritárias, embora reconheça a relevância de sua contribuição para o tema da cultura política.

Pois bem, a proposta é perceber nesse conjunto de características uma unidade (embora descartando quaisquer determinismos) que constitui e dá forma a uma cultura política, em outras palavras, um repertório de representações e práticas que influenciam os comportamentos políticos de muitos brasileiros. Passo a apresentar um esboço dos elementos centrais de tal cultura política para, em seguida, enfatizar alguns de seus aspectos e o modo como incidiram no período do Regime Militar, sobretudo em sua política universitária.

Primeiramente, para caracterizar uma cultura política enquanto tal, é necessária a existência de um imaginário, no caso em tela, um imaginário nacional, um conjunto de representações capaz de instituir o grupo como comunidade política. Desse conjunto fazem parte heróis, vilões, eventos marcantes, guerras etc., uma gama de representações construídas por meio de imagens mentais ou visuais que são preservadas, reproduzidas e reapropriadas ao longo do tempo, processo em que atuam tanto a memória como a historiografia, além da literatura, a cultura visual e as diferentes mídias. Existem excelentes estudos dedicados ao campo do imaginário político brasileiro, mas se trata de tema ainda não esgotado e carente de obras de síntese.⁹

Além do imaginário, outro ponto essencial para identificar uma cultura política é a presença de comportamentos e valores políticos típicos do grupo. Os ensaístas e pesquisadores que visitaram o tema destacaram uma série de questões, que serão elencadas a seguir sem a preocupação de se analisar (e criticar) todas de maneira aprofundada. Nas obras desses autores, um dos temas mais fortes é o patrimonialismo, ou seja, a tendência a confundir os bens públicos e os privados, supostamente uma herança ibérica, questão analisada, sobretudo, por Raimundo Faoro. Outro nome clássico do nosso pensamento político, Oliveira Vianna propôs que o personalismo (ou o privatismo) seria elemento central da cultura política, marcada, portanto,

⁹ Um das contribuições mais relevantes é a de José Murilo de Carvalho, notadamente em *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Entre os textos de referência para o estudo dos imaginários políticos podem ser citados: ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar 1978; BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: Edmund Leach *et al.* (Ed.); *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985; e GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

pela primazia dos laços pessoais em detrimento das relações impessoais. Trocando em miúdos, na sua atuação política, os cidadãos privilegiariam a fidelidade a laços de parentesco, amizade, compadrio ou patronagem, à revelia de normas universais, com baixa adesão a projetos políticos impessoais. Essa descrição empreendida por Oliveira Vianna não está muito distante do homem cordial enxergado por Sérgio Buarque de Hollanda, embora esse autor não tenha ultrapassado a fase de esboço do seu *insight*. Em linha parecida, também, podem ser situadas as análises de Roberto DaMatta sobre a “Casa e a Rua”, que apontam igualmente para a tradicional prevalência de laços sociais privados (Casa) em detrimento dos espaços e instituições públicas (Rua).

Vale a pena notar que a influência do “personalismo” analisado por Oliveira Vianna permanece presente nos dias atuais. A maioria dos cidadãos brasileiros ainda faz suas escolhas eleitorais privilegiando pessoas em detrimento de instituições, e acolhe bem líderes carismáticos, depositando neles suas esperanças e anseios. Pesquisas recentes de cientistas políticos que trabalham com a categoria cultura política, baseadas em *surveys* e estudos comparativos com outros países da América Latina, mostram como tais comportamentos políticos continuam arraigados entre os brasileiros.¹⁰

Além dos temas já apontados, poderíamos incluir como elementos integrantes da cultura política brasileira o clientelismo, o elitismo (e seu par inseparável, a exclusão popular dos espaços de decisão), a frágil identificação dos cidadãos com os partidos, o pouco apreço e a escassa participação nos espaços públicos. Alguns autores apontaram que a fraca participação popular na política institucional não significa ignorância e pode representar, bem ao contrário, a sagaz percepção de que o universo da “grande” política exclui os setores sociais subalternos. Seria o bilontrismo, uma disposição popular para

¹⁰ José Álvaro Moisés analisou pesquisas de opinião com dados referentes a 18 países latino-americanos. A conclusão é que a maioria dos brasileiros mantém atitudes ambivalentes diante das instituições liberal-democráticas: a desconfiança em relação às instituições se combina com a manifestação formal de apreço por valores democráticos, o que sugere a adesão de muitos a uma espécie de democracia sem partidos ou congresso. De acordo com os dados da pesquisa, o percentual de cidadãos adeptos de valores democráticos é um dos mais baixos da América Latina, enquanto o grupo dos ambivalentes (que combinam valores democráticos e autoritários) no Brasil é o mais alto da região MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.23, no66, 2008, pp.11-43.

perceber o caráter elitista da política brasileira e recusar-se à participação, para evitar o logro.¹¹ Entretanto, cabe questionar, tal forma de sagacidade não significaria, ao mesmo tempo, uma manifestação de impotência? A recusa à participação, ainda que inspirada por um olhar sagaz, não contribuiria para a manutenção das desigualdades políticas e sociais?

Tal linha interpretativa sofreu muitas críticas, acusada de pretender aplicar ao Brasil modelos de cidadania criados em outros centros, o que levaria à sobrevalorização de inevitáveis ausências. Apontar tais características implicaria análises que desvalorizam a capacidade do povo brasileiro, rebaixam-no, ao passo que a mudança de foco na direção de outras dimensões da vida social, deixando de lado a política institucional, revelaria manifestações pujantes. Não interessa agora entrar em tais polêmicas, pois não se trata de exaltar ou rebaixar a cultura política brasileira. No entanto, ainda que a cultura popular tenha diversas expressões de força e vivacidade, segue o problema da frágil participação nos temas de maior interesse coletivo, que têm relação com outros problemas estruturais, como as taxas de desigualdade social, ainda entre as maiores do mundo.

Passo a analisar com mais cuidado uma característica tradicionalmente considerada parte da cultura brasileira, enfatizando sua incidência no campo político. Refiro-me à tendência à flexibilidade, à conciliação, ou à negociação de conflitos, cuja influência no regime militar pretendo demonstrar nas páginas seguintes. Trata-se de tema clássico entre ensaístas e pensadores sociais, mobilizando tanto defensores como críticos, e que está em pauta pelo menos desde Gilberto Freire, tendo merecido um livro de José Honório Rodrigues.¹² Temos larga história de grandes conciliações políticas (1822, 1853, 1889, 1961, 1979, 1985), quando arranjos foram mobilizados para evitar conflitos graves e encontrar saídas políticas aceitáveis para os grupos envolvidos. Tais estratégias tendem a encontrar maior sucesso quando o jogo político não inclui segmentos sociais subalternos, portanto, quando se trata de arranjos entre grupos pertencentes às elites sociais e políticas. Nos momentos em que ocorrem episódios de maior mobilização popular,

¹¹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987 (sobretudo o capítulo 5).

¹² RODRIGUES, José Honório. Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1965.

a tendência a soluções violentas é mais provável (como o caso de Canudos, por exemplo), com menores chances para a mobilização de iniciativas conciliatórias.

Especulando mais, pode-se dizer que tal fenômeno guarda relação com certos aspectos da cultura brasileira já apontados por outros autores: a tendência a negar/escamotear conflitos, diferenças e distâncias sociais, com boa disposição para a incorporação (do estrangeiro, p.e.), a tolerância/flexibilidade (religiosa, p.e.) e a mistura racial. Evidentemente, não se trata de aceitar o velho mito da democracia racial, que esconde o racismo peculiar ao Brasil. No entanto, como todo mito poderoso, esse também se assenta em certos elementos “reais”, como a alta taxa de mestiçagem e a possibilidade do “branqueamento” e ascensão social para alguns indivíduos “não brancos”. A propósito, a larga aceitação do mito da democracia racial entre os brasileiros¹³, inclusive muitos cidadãos negros, serve de comprovação ao argumento defendido aqui: ela confirma que a disposição para aceitar fórmulas negadoras/escamoteadoras dos conflitos sociais é muito forte no Brasil, contribuindo para atenuar uma das questões com maior potencial de gerar conflitos políticos no país.

Antes de representar um caráter bondoso dos brasileiros ou qualquer adjetivo moral equivalente, a acomodação representa uma estratégia inteligente. Escamotear e conciliar conflitos têm sido meios eficientes para reduzir tensões sociais e, com isso, manter o poder político e privilégios sociais, facilitando a manutenção do *status quo*. Entretanto, é necessária a presença de disposição cultural favorável, pois apenas o cálculo estratégico não é suficiente para explicar a adesão a tal comportamento. Claro, na história brasileira houve violência política, tanto mais intensa quanto maior a presença de grupos populares, e o nosso quadro de violência social “comum” é muito elevado, como qualquer habitante das grandes cidades bem sabe. Não

¹³ Uma evidência estatística da dificuldade dos brasileiros para perceberem conflitos raciais: em maio de 1963, o IBOPE realizou uma pesquisa de opinião com 1010 entrevistados na Guanabara. Vários temas foram explorados na entrevista, mas interessa aqui destacar uma pergunta: “Na sua opinião o Brasil tem algum problema racial?”. O resultado foi que 60% responderam não e apenas 34% sim. Curiosamente, e significativamente, a pergunta seguinte explorou a opinião dos cariocas sobre o racismo nos EUA, e a maioria opinou que as relações entre brancos e negros naquele país eram ruins. A pesquisa se encontra em National Archives and Records Administration II, RG 306, # 1015, caixa 15, pasta 2. College Park, MD, EUA.

obstante, temos uma tendência forte para a conciliação política, fenômeno difícil de negar dada sua ampla recorrência – e atualidade.

Chegando ao ponto principal deste trabalho, pretendo mostrar que tendências conciliatórias também se manifestaram no regime militar, apesar do autoritarismo intrínseco e maior disposição para a violência política. Centenas de pessoas morreram naqueles anos em luta contra a ditadura e um número maior foi torturado, removido de cargos públicos ou partiu para o exílio. Ainda assim, a influência da cultura política se fez presente, e jogos de acomodação e estratégias conciliatórias ocorreram simultaneamente à violência. E é fundamental analisar tais questões para termos um “quadro” mais completo, com a convicção de que sua adequada compreensão tem importância tanto acadêmica quanto política.¹⁴

As ambiguidades e os paradoxos da ditadura brasileira podem ser explicados, em parte ao menos, pelo influxo de elementos da cultura política. A fórmula modernizadora-autoritária; a hesitação entre uma ditadura clássica e o liberalismo autoritário e a tendência a acomodar no “barco” do poder grupos diferentes, com projetos díspares e às vezes contraditórios, são parte da tradição política do país. A conciliação-negociação como estratégia política é recorrente na história do Brasil, e o episódio de 1964, em linhas gerais, se encaixa no modelo. Nesse sentido, a própria modernização conservadora também não é novidade, já que se manifestou em momentos anteriores, sobretudo na ditadura varguista. Assim, a disposição para a montagem de projetos políticos ambíguos, à base da acomodação, está inscrita na cultura do país, tornando-se opção viável por ter gerado sucesso em ocasiões anteriores.

Quem se propõe a desvelar as complexidades da ditadura enfrenta alguns desafios políticos, principalmente o risco de acusação de complacência com a violência do regime, como se os crimes da ditadura pudessem ser perdoados. Não se trata disso. O regime militar já foi derrotado, felizmente, e pesquisá-lo

¹⁴ O foco aqui é o regime militar, mas é interessante considerar que também no Estado Novo ocorreram jogos de acomodação. Um aspecto a ser destacado foi a estratégia do governo Vargas de abarcar tanto intelectuais conservadores como modernistas em seus quadros, o que gerou políticas culturais e educacionais paradoxais. José Antonio Giusti Tavares (*A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982) e Kenneth Serbin (*Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001) utilizaram a categoria cultura política para analisar certos aspectos do regime militar.

para além de sua violência repressiva não vai fortalecer o projeto autoritário, ao contrário. Serão mais elevados os custos políticos se evitarmos aprofundar as pesquisas e envolvermos o tema em redoma protetora, contentando-nos em repetir esquemas explicativos consagrados. A verdadeira superação do autoritarismo demanda perceber que o problema não se resumiu a uma casta de malvados que tomaram o poder e impuseram violências à sociedade. O Estado autoritário encontrou o apoio e o beneplácito de muitas pessoas, além de ter contado com a indiferença de outros tantos, este último grupo talvez a maioria.¹⁵

Assim, é fundamental compreender os mecanismos que explicam o apoio à ditadura, sobretudo as estratégias e as políticas elaboradas pelo Estado para conquistar legitimidade. Esclarecer a complexidade do fenômeno autoritário para, quem sabe, superá-lo demanda revelar a existência de conexões situadas para além do aparelho estatal. É imprescindível perceber que o regime militar, para perdurar, adotou outras armas além da violência. E como durou! A ditadura brasileira foi violenta, como sabemos bem. Entretanto, o Estado autoritário combinou a violência com estratégias de negociação e acomodação, para aplacar as oposições e reduzir a resistência ao seu poder. Nesse sentido, as políticas de modernização objetivavam também a conquista de legitimidade, pois buscavam atrair apoio social e desmobilizar os opositores. Tais estratégias foram particularmente visíveis na relação do Estado com as elites intelectuais, em particular profissionais acadêmicos e produtores culturais.

Jogos de acomodação nas universidades

As universidades configuram espaço privilegiado para perceber as ambiguidades do regime militar, bem como suas estratégias para aplacar os descontentes e seduzir as elites intelectuais. Observando as políticas estatais para o ensino superior, notamos, em certas circunstâncias, que a repressão foi temperada com estratégias de moderação. Para além da violência política, que

¹⁵ Sobre o apoio à ditadura ver AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

não pode ser minimizada, as relações da ditadura com os meios acadêmicos foram permeadas também por jogos de acomodação que transbordam a tipologia binária “resistência x colaboração”. As universidades foram um dos alvos principais do projeto modernizador autoritário da ditadura, pelo papel que elas têm na preparação de elites administrativas, de tecnólogos e cientistas, mas também por sua importância política, como formadoras de lideranças intelectuais.

Nessa linha, o novo regime se apropriou do projeto de reforma universitária, uma demanda da esquerda no pré-1964 que defendia, entre outras coisas, a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa, sobretudo com o regime de trabalho de dedicação integral. Ensaçada entre 1965 e 1967, a reforma universitária da ditadura foi lançada efetivamente em 1968, impulsionada pela crise estudantil que ela procurava aplacar. A reforma resultou de uma decisão política do comando militar, imposta a uma comunidade acadêmica que, em muitos casos, reagiu com perplexidade. Claro, os traços esquerdistas das demandas reformistas do contexto pré-64 foram desconsiderados, mas alguns pleitos dos acadêmicos foram atendidos. O objetivo era conectar as universidades aos trilhos do projeto desenvolvimentista autoritário, mas a motivação política de desmobilizar o radicalismo estudantil e seduzir os intelectuais foi fundamental.

Modernização conservadora-autoritária é o termo adequado para expressar a reforma universitária da ditadura, processo marcado por paradoxos e impulsionado por forças heterogêneas. Em seu eixo modernizante, a reforma implicou: racionalização de recursos; busca de eficiência; expansão de vagas na graduação; mudanças nos exames vestibulares; aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior; reorganização da carreira docente federal, com melhores salários e dedicação exclusiva; criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras; fomento à pesquisa, com aumento nas verbas e financiamentos; criação de cursos de pós-graduação; incremento nas bolsas de estudo para formação de docentes no exterior; e criação de novas universidades federais e estaduais, com um projeto milionário de construção de novos *campi*.

Para se ter uma ideia dessas mudanças em números, alguns exemplos: em 1964 havia 23 cursos de pós-graduação no Brasil, enquanto em 1974 eles passaram a 400; o número de estudantes universitários subiu de 140 mil, em 1964, para 1 milhão e 300 mil em 1979; as bolsas de pós-graduação financiadas

pelas agências federais (Capes e CNPq) passaram de aproximadamente mil em 1964 para cerca de 10 mil em 1976.

A infraestrutura universitária e os recursos para pesquisa e pós-graduação aumentaram significativamente no Brasil, mais ainda quando se compara com a situação nas ditaduras vizinhas do Cone Sul, que reduziram verbas para forçar o encolhimento do ensino superior. Entretanto, é preciso destacar que se tratou de crescimento atabalhoado e precário, que entrou em crise com o esgotamento da expansão econômica do regime militar, nos anos 1980.

No eixo conservador das políticas universitárias, a ditadura sofreu o impulso de forças (geralmente de religiosos, intelectuais e de militares conservadores) que não se contentavam tão somente com o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção. Tais grupos tentaram aproveitar o momento para impor a agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo a pátria e a religião. Por isso, o regime militar combateu e censurou as ideias de esquerda e tudo mais que achasse subversivo – e, naturalmente, os seus defensores; controlou e subjugou o movimento estudantil; criou agências de informação (as Assessorias de Segurança e Informações, ASI) específicas para vigiar a comunidade universitária; censurou a pesquisa, assim como a publicação e circulação de livros; e tentou inculcar valores tradicionais por meio de técnicas de propaganda, da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo e de iniciativas como o Projeto Rondon.

As universidades eram lugares importantes para a modernização do país, bem como campo de batalha entre os valores conservadores e os ideais de esquerda e de vanguarda; instituições que o regime militar, simultaneamente, procurou modernizar e reprimir, reformar e censurar. Sob o influxo da cultura política brasileira, os governos militares estabeleceram políticas ambíguas, conciliatórias, em que os paradoxos beiram a contradição: demitir professores que depois eram convidados a voltar, para, em seguida, afastá-los novamente; invadir e ocupar universidades que ao mesmo tempo recebiam mais recursos; apreender livros subversivos, mas também permitir que fossem publicados e circulassem. Como explicar o paradoxo de uma ditadura anticomunista que permitiu a contratação de professores marxistas e manteve comunistas em seus cargos públicos, enquanto outros eram barrados e demitidos? Como foi possível, no mesmo contexto, o marxismo ter aumentado sua influência e circulação nas universidades, contra a vontade e os esforços dos órgãos de repressão?

Outros elementos tradicionais da política brasileira, integrantes da sua cultura, também se fizeram presentes: o Estado autoritário lançou mão de estratégias de cooptação, e vários agentes públicos demonstraram flexibilidade em relação às normas oficiais, com tendência a tangenciar os preceitos legais e confiar mais na autoridade pessoal, nos laços sociais e em arranjos informais. Tais práticas permitiram ao Estado contar com o talento de profissionais provenientes de campo ideológico adversário, mas também propiciaram o amortecimento da repressão, com base na mobilização de fidelidades pessoais e compromissos informais. Em outros termos, certas vezes os atores colocaram no primeiro plano os laços pessoais, deixando para segundo lugar compromissos políticos e afinidades ideológicas.

No caso dos meios acadêmicos, esse aspecto foi mais marcante, pois muitos dos seus membros tinham laços pessoais ou familiares com membros do governo e mesmo das Forças Armadas. Assim, características peculiares da sociedade brasileira, altamente elitizada e com recursos educacionais e culturais concentrados nos estratos superiores, geraram situações em que as lideranças acadêmicas esquerdistas e os líderes do Estado militar pertenciam aos mesmos grupos sociais, o que implicava, muitas vezes, laços de parentesco, amizade ou de convivência escolar anterior.

Isso explica porque, em certas situações, quando as características do regime autorizavam ações repressivas firmes, certos agentes estatais optaram por moderação, tolerância e/ou negociação. Gestões de natureza pessoal permitiram que vetos políticos à contratação de alguns professores fossem contornados; sugestões para aposentadoria compulsória fossem engavetadas; passaportes bloqueados fossem liberados; bolsas de pesquisa retidas fossem autorizadas; condenações judiciais se tornassem mais leves; e, também, alguns presos fossem libertados, e certas prisões, evitadas.

Claro, nem todos os servidores do regime estavam predispostos à moderação, e nem sempre ela funcionou bem, pois centenas de professores e intelectuais perderam cargos ou tiveram sua contratação barrada.¹⁶ Além disso, é importante lembrar que muita violência ocorreu nos *campi*

¹⁶ Considerando os dois grandes expurgos, em 1964 e 1969, entre aposentadorias e exonerações, pode-se estimar que de 250 a 300 docentes foram afastados das universidades. O número dos que tiveram sua contratação bloqueada por razões ideológicas é mais difícil de precisar, pela escassez de evidências.

universitários, sobretudo nos momentos das invasões policiais, que tiveram lugar em 1968 e, com menor intensidade, em 1977, para não falar dos membros da comunidade universitária presos, torturados e mortos. Por outro lado, a disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menor o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário. Em outras palavras, se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas.

No entanto, apesar dessas ressalvas, nas universidades com frequência as vozes moderadas prevaleceram, e a repressão foi temperada com negociação e tentativas de acomodação, em certos casos com a anuência dos órgãos de repressão. Importa ressaltar que esses jogos de acomodação, que se situavam em espaço intermediário entre as opções de resistir ou aderir ao regime militar, implicavam compromissos de mão dupla. Os intelectuais visados pelas agências de repressão que conseguiam escapar de perseguições deveriam comportar-se com discrição, evitando ataques públicos contra a ditadura.

É fundamental levar em conta a existência de tais espaços de acomodação e negociação, tanto para entender a natureza do regime militar quanto porque eles tiveram impacto no processo de superação do autoritarismo. Os expurgos nas universidades teriam sido maiores não fosse a influência moderada em alguns círculos do poder, e graças às estratégias de acomodação que adotaram em certas circunstâncias. Tanto membros do governo quanto dirigentes universitários trabalharam para evitar demissões e liberar contratações, contrariando a indicação de órgãos repressivos. Fizeram-no pelo interesse de contar com o talento de certos profissionais acadêmicos, o que a seus olhos justificava a tolerância política, ou para evitar perda de prestígio junto à comunidade universitária e à opinião pública. Daí ser comum encontrar reitores que tomavam medidas repressivas com uma mão e com a outra protegiam pessoas visadas.

Com isso, evitou-se o expurgo completo da esquerda acadêmica, e, apesar dos esforços da direita militante, que teve força para bloquear muitas contratações de “suspeitos”, alguns professores com perfil esquerdista foram admitidos. Essas situações foram mais frequentes antes do AI-5 (entre 1965 e 1968) e depois da distensão (de 1974 em diante), porém ocorreram também durante os anos de repressão mais intensa. Tal não se deu apenas nas universidades, mas também em outros órgãos públicos, da administração direta e indireta, em que algumas pessoas visadas pela repressão foram protegidas por sua competência presumida ou por laços pessoais. Essas

situações provocaram a ira da direita radical, principalmente de grupos encastelados no aparato de repressão, que, a partir de meados dos anos 1970, passaram a acusar a “infiltração comunista” no governo, elemento que se tornou um dos ingredientes na disputa pelo poder na sucessão do general Geisel.

Os jogos de acomodação analisados sumariamente aqui têm uma peculiaridade que cabe ressaltar: como em todo jogo, as coisas não funcionam se houver apenas um contendor. Explicitando a metáfora, as negociações visando a moderar a repressão sobre as elites intelectuais implicavam concessões mútuas, envolvendo os dois lados. Por isso, não deve causar estranheza que práticas semelhantes tenham marcado também a saída da ditadura, estimulando o pacto e o arranjo entre os círculos no poder e as forças de oposição. Creio residir aí uma explicação para o caráter relativamente indolor (para os próceres do regime militar) da transição pós-autoritária no Brasil, marcada pela ausência de punições contra os agentes da violência estatal e pela acomodação das antigas elites políticas no novo quadro “democrático”.

O processo de saída do regime militar e de construção da democracia foi marcado por acomodações e conciliações que permitiram reduzir os custos para os agentes da ditadura. Porém, vale a pena insistir, esse caminho foi possível porque mesmo nos momentos intensos da repressão o Estado autoritário mostrou-se transigente em certas situações. A acomodação beneficiou membros das elites sociais, que, embora avessos aos valores oficiais, foram poupados da repressão por considerações pragmáticas ou pela mobilização de laços sociais.

O modo ambíguo e conciliatório como se processou a transição implicou outro preço a pagar do lado dos opositores, para além da aceitação da ausência de punições para os apoiadores da ditadura. Refiro-me ao caráter descontínuo do desmonte das estruturas repressivas, pois, ao passo que a repressão política diminuiu, alguns de seus instrumentos demoraram a ser desmontados, como o SNI e outras agências do gênero, que permaneceram ativas até 1990.

Assim, a influência de traços marcantes da cultura política do país se fez presente também no regime militar, sobretudo a tendência à acomodação interelites. Tendo adotado políticas voltadas simultaneamente para a conservação e a modernização, e mostrado, em certos contextos, indecisão entre erradicar os inimigos ou acomodar-se com parte deles, e oscilado entre a ditadura e as instituições liberais, o Estado autoritário acabou por negociar

sua saída do poder de maneira igualmente ambígua. Embora com protestos de parcela minoritária da oposição, o arranjo se fez tendo como corolário o esquecimento de todos os crimes cometidos e a incorporação de antigos apoiadores do regime ao novo quadro político.

Considerando os países do cone sul, o Brasil é o único em que os agentes repressivos da Ditadura continuam impunes, apesar das pressões em contrário. Tradicionalmente receptiva a acordos e acomodações, mais uma vez, a força da cultura política se faz valer. E as ações de alguns integrantes do regime militar que aceitaram arranjos para diminuir o impacto da repressão contribuíram para esse quadro, pois, ao reduzir a escala dos atingidos, eles aumentaram, no campo das antigas oposições, o número de lideranças dispostas a negociar e a se acomodar com seus antigos inimigos.

Referências

- AARÃO REIS Filho, Daniel.
(2005). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney.
(1965). *The civic culture: political attitude and democracy in five nations*. Boston: Little-Brown.
- ANSART, Pierre.
(1978). *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BACZKO, Bronislaw.
(1985). A imaginação social In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- BARBOZA FILHO, Rubem.
(2000). *Tradição e artifício. Iberismo e barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG.
- BERSTEIN, Serge.
(1988). A cultura política. In RIOUX & SIRINELLI (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa.
- BERSTEIN, Serge (org.).
(1999). *Les cultures politiques en France*. Paris: Éditions du Seuil.
- (2009). "Culturas políticas e historiografia". In Cecília Azevedo; Denise Rollemberg; Paulo Knauss; Maria Fernanda Baptista Bicalho; e Samantha Viz Quadrat. *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV.
- CARVALHO, José Murilo de.]
(1987). *Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1990). *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- FAORO, Raymundo.
(1975). *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. 2 ed. Porto Alegre: Globo.
- GIRARDET, Raoul.
(1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MOISÉS, José Álvaro.
(2008). Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol.23, no66, pp.11-43.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá.
(2009). Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia In: *Culturas Políticas na História*: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, p. 13-37.
- (2014). *As universidades e o regime militar. Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- NAPOLITANO, Marcos.
(2010). “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970 In Denise Rollemberg; e Samantha Quadrat (Orgs.); *A construção social dos regimes autoritários Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.145-174.
- PEREIRA, Anthony. *Political (in) justice. Authoritarianism and the rule of law in Brazil, Chile and Argentina*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2005.
- RIDENTI, Marcelo.
(2010). *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: UNESP.
- RODRIGUES, José Honório.
(1965). *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SCHMITTER, Philippe C.
(1971). *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford: Stanford University Press.
- SERBIN, Kenneth.
(2001). *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TAVARES, José Antonio Giusti.
1982. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira.
(1949). *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo: José Olympio.
- Recebido em**
abril de 2014
- Aprovado em**
julho de 2014

A cultura como campo de inovações organizacionais

Lucia Lippi Oliveira*

Resumo

O artigo analisa a atuação dos governos militares no campo das políticas de cultura. A criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966 foi uma das primeiras iniciativas. Nos anos 1970 um processo de modernização começa a se desenhar com o Programa de Ação Cultural (PAC), que vai dar origem à Fundação Nacional de Arte (Funarte). Tais experiências de gestão acontecem quando a cultura ainda fazia parte do Ministério da Educação. O Programa das Cidades Históricas (PCH), originalmente ligado à Seplan, e que atuou no campo do patrimônio sobretudo no Nordeste, merecerá destaque, já que inovou ao lançar mão de procedimentos de gestão inéditos na burocracia estatal. As transformações das práticas burocráticas e organizacionais – Institutos, Secretarias e Subsecretarias Fundações – marcam as experiências de modernização da cultura e apontam as batalhas travadas no campo das políticas de cultura implementadas nos tempos da ditadura e no primeiro governo eleito democraticamente.

Palavras-chave

Políticas de cultura. Governos militares. Modernização organizacional.

Abstract

This paper analyzes the role of military governments in the field of cultural policy. The creation of the Federal Council of Culture (*Conselho Federal de Cultura* or CFC) in 1966 was one of the first initiatives. In the 1970s, a process of modernization began to take shape with the creation of the Cultural Action Program (*Programa de Ação Cultural* or PAC) which would later give birth to the National Art Foundation (*Funarte*). These management experiences happened when culture was still an issue that belonged to the Ministry of Education. The Historical Cities Program (*Programa das Cidades Históricas* or PCH), originally connected to Seplan, and which has served in the field of heritage especially in Brazil's northeast region deserves prominence since it has innovated by making use of unprecedented management procedures in State bureaucracy. The transformations of bureaucratic and organizational practices - Institutes, Departments and

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); e pesquisadora e professora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: lucia.lippi@fgv.br.

Secretariats, as well as Foundations - mark experiences of culture modernization and show the battles waged in the field of cultural policies implemented in times of the dictatorship and during the first democratically elected government.

Keywords

Cultural policies. Military governments. Organizational Modernization.

Introdução

Nos anos 1960 a esquerda via o Estado como vértice, como motor do desenvolvimento das forças históricas. A questão nacional assumia o centro da luta político-ideológica então em curso, e o Estado, reificação do bem público, era o eixo central, a partir do qual seria possível operar a ruptura com o passado. Entretanto, o Estado brasileiro foi tomado pelas forças da direita, que passaram a implementar políticas para sua modernização, o que desafiava o esquema interpretativo original das esquerdas que pressupunha ser a direita a guardiã do passado. Para uns, o golpe de Estado se esgotaria em breve e voltaríamos à contínua luta para galgar espaços no aparelho de Estado. Para outros, era preciso mostrar os limites e a coerção daquele Estado. O período 1964-1968 concentra atividades e práticas de enfrentamento entre as forças de esquerda que queriam ocupar os nichos do Estado e seus novos ocupantes.

A deflagração do golpe, a memória da atuação da ditadura e, principalmente, a dos “anos de chumbo”, vem sendo recuperada por inúmeros depoimentos, livros, filmes. Trabalhar com outros ângulos de ação do governo que não o da repressão, ao contrário, tem sido menos frequentado. Queremos retornar ao tema e acompanhar como foi tomando forma um novo desenho de gestão no campo da política cultural na segunda metade dos anos 1970, quando a cultura ainda fazia parte do Ministério da Educação.

O presente texto foi originalmente apresentado na mesa redonda: “Políticas culturais nos governos autoritários” realizada a 4 de agosto de 2005, no âmbito do Projeto Pronex: Direitos e cidadania, do CPDOC/FGV. E ficou lá parado no tempo. As recentes análises sobre os 50 anos da ditadura e, principalmente, o livro de Rodrigo Patto, *As universidades e o regime militar* (MOTTA, 2014), reascenderam um possível interesse em tentar destrinchar

os meandros, as tentativas, os ensaios e os erros no campo da política cultural do Estado brasileiro naqueles anos.

As primeiras análises

Os primeiros textos de análise acadêmica sobre o mundo da cultura do período autoritário estão presentes no livro, organizado por Sérgio Miceli, *Estado e Cultura no Brasil* (1984), resultado de seminário sob o mesmo título promovido no segundo semestre de 1982 pelo Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (IDESP) em convênio com a Funarte, e no artigo de Renato Ortiz, “Estado autoritário & cultura” publicado no livro *Cultura brasileira & identidade nacional* (1985). Esses dois textos ofereceram os primeiros e principais pontos a partir dos quais se pode avançar nas futuras pesquisas.

O artigo de Miceli “O processo de ‘construção institucional’ na área cultural federal (anos 70)” trata da dinamização do Instituto Nacional do Livro (INL) – sua ampliação para o setor do livro didático e coedição com editoras particulares - e da criação do Programa de Ação Cultural (PAC), lançado em agosto de 1973, iniciativas que marcam a gestão de Jarbas Passarinho, ministro da Educação do governo Médici (1969/1973). O PAC é apresentado como programa com novo estilo de gestão, que funcionou a partir de núcleos e grupos-tarefas, dispondo de recursos do FNDE, com quadros de fora da carreira do MEC e sendo capaz de atrair profissionais de sucesso oriundos de diferentes instituições. Assim, se é possível reconhecer novos estilos de gestão no campo da ação cultural, tal atuação do Estado nos anos 1970, segundo o autor, se concentrava em áreas de mercado diminuto e de produção artesanal personalizada.

Sérgio Miceli acompanha também a estrutura organizacional do Ministério da Educação e Cultura nas gestões Ney Braga, Eduardo Portella e Rubem Ludwig. Sintetiza suas observações ao sinalizar a presença de um conflito entre a “vertente executiva” e a “patrimonial” no processo de construção institucional da política cultural. Em outro artigo do mesmo livro, “Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil” (p. 97-112), Miceli vai destacar as alterações introduzidas no campo da cultura, principalmente da cultura popular, na gestão de Eduardo Portella, visíveis em documentos de autoria de Márcio Tavares d’Amaral, Secretário de Assuntos Culturais e de Pedro Demo.

Gabriel Cohn também publica no mesmo livro. Seu artigo “A concepção oficial da política cultural nos anos 70” (p.87-96) compara dois documentos: “Diretrizes para uma Política Nacional de Cultura”, na gestão de Jarbas Passarinho, e “Política Nacional de Cultura”, na gestão de Ney Braga.

Já Renato Ortiz, no artigo “Estado autoritário & cultura”, que integra o livro *Cultura brasileira & identidade nacional*, de 1985 (p. 79-126), procura examinar de que modo as relações entre cultura e Estado se alteram no pós-64, quando há expansão de bens culturais (produção, distribuição e consumo) e criação de grandes conglomerados (TV Globo, Editora Abril). O autor enfatiza a criação do mercado de bens culturais com volume e dimensão nacionais e indica a questão da integração, ou melhor, da falta de integração como o problema maior a ser enfrentado pelo discurso ideológico da Segurança Nacional, que vai perseguir a integração das diversas regiões brasileiras no interior da hegemonia estatal.

Segundo Ortiz, passa a valer uma divisão de trabalho entre cultura de massa deixada a empresas privadas, e cultura artística e popular sob o encargo do governo. Sua análise vai tomar como foco inicial o Conselho Federal de Cultura (CFC), criado no governo Castelo Branco com o objetivo de elaborar uma nova política de cultura para o país. Mas isto não acontece. Vejamos como o autor desenvolve seu argumento. O Conselho congrega intelectuais tradicionais originários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), como Josué Montello, Adonias Filho, Augusto Meyer, Murilo Miranda, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Américo Jacobina Lacombe, entre outros. Ortiz examina o pensamento do CFC pela leitura dos artigos presentes na *Revista Cultura*, porta-voz oficial do Conselho, no *Boletim*, e na *Revista Brasileira de Cultura*, todas editadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para esses intelectuais, a cultura brasileira é compreendida e apresentada como “unidade na diversidade” e a tradição (entendida como ontologia do SER brasileiro) é objetivada em patrimônios representados pelos grandes nomes e pelo folclore. Para tais intelectuais, 1964 representava uma continuidade e não uma ruptura e a prioridade da política cultural, portanto deveria continuar a ser a conservação dos patrimônios.

Segundo Ortiz, havia então um descompasso entre as falas dos Conselheiros do CFC e do Ministro da Educação. Havia uma tensão entre tradição e modernidade, entre cultura (qualidade) e técnica (quantidade), entre cultura popular (qualidade) e cultura de massa (quantidade). Para os membros do CFC, a sociedade moderna é identificada com o economicismo,

com o tecnicismo, lida como cópia de modelos estrangeiros, o que leva à “asfixia do humanismo”. Assim, os membros do CFC fazem a crítica da modernização em nome do humanismo.

Se isto é assim, cabe perguntar: Como conciliar a ação modernizadora do Estado com esse discurso tradicional? A ideologia tradicional dos membros do CFC não se adequaria ao desenvolvimento do capitalismo que tem o Estado como promotor da racionalidade e da técnica. Haveria então necessidade de contar com um novo intelectual, cujos exemplos estão, inicialmente, no Instituto Nacional de Cinema (INC), criado em 1966 e absorvido mais tarde pela Embrafilme (1969).

Sintetizando os argumentos de Ortiz, podemos dizer que para ele os intelectuais tradicionais do CFC seriam incapazes de elaborar um plano nacional de cultura para os novos tempos e, em seu lugar, aparecem novos gestores da área de cultura. Assim, o Estado se volta para os intelectuais disponíveis, aqueles que, em suas áreas, se afinam com as propostas modernizantes do governo militar.

Após os textos inaugurais de Miceli e Ortiz, já mencionados, foram publicados outros importantes trabalhos sobre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) (GONÇALVES, 1996; FONSECA 1997) e sobre a Fundação Nacional de Artes (Funarte) (BOTELHO, 2000). O CFC volta a ser objeto de pesquisa no doutorado de Tatyana de Amaral Maia, publicada no livro *Os cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)* (MAIA, 2012).

A autora vai analisar a composição do CFC, formado por 24 membros fundadores, e que teve entre seus conselheiros Josué Montelo, principal articulador do Conselho, Pedro Calmon, Gilberto Freyre, Djacir Menezes, Guimarães Rosa, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, Roberto Burle Marx, Afonso Arinos de Melo Franco, Hélio Vianna, todos com longa experiência como intérpretes da nação e de continuada inserção nos órgãos do Estado brasileiro. Daí terem sido nomeados por Gilberto Freire como “cardeais” da cultura nacional. Tais nomes compõem uma geração longa, que esteve entrelaçada com movimentos culturais, literários e políticos desde a década de 1920 até os anos 1970.

A rede de sociabilidade dos conselheiros é examinada a partir do levantamento biográfico e das trajetórias dos seus membros tomando como marcadores cargos no espaço do MEC, participação em movimentos culturais e políticos, em academias de letras e institutos históricos e geográficos, em

periódicos, em mandatos no legislativo. Tais dados oferecem uma visão clara da constituição de uma elite cultural, ainda que isso não signifique a existência de um grupo homogêneo ou que não haja áreas de conflito entre eles.

Para muitos membros do Conselho, a cultura nacional se encontrava ameaçada, principalmente, pela invasão de valores estrangeiros que se consolidavam pela indústria cultural. O CFC reafirmava concepções de cultura em que língua, território e passado comum eram fundamentos centrais e se posicionava contra o desenvolvimento da cultura de massas.

Tatyana Maia (2012) examina os fundamentos das políticas defendidas pelo Conselho mostrando como seus principais eixos estiveram centrados na cultura regional, na identidade e na memória nacionais, o que confirma em linhas gerais o que já tinha sido indicado por Renato Ortiz.

Diante das ameaças e das mudanças arriscadas que ameaçavam a cultura nacional, volta-se a valorizar o civismo, considerado como valor social superior capaz de proporcionar a autodefesa da nação. Hinos, heróis, datas e mitos de origem vão compor o aparato simbólico que passa a ser defendido pela Comissão Nacional de Moral e Civismo do MEC e que constituirão o cerne das disciplinas “Educação Moral e Cívica” e “Estudos dos Problemas Brasileiros” dos currículos oficiais. O trabalho patriótico de devoção à pátria, de defesa do Estado nacional teria por objetivo também afastar os jovens das ideologias perniciosas que invadiam as escolas secundárias e universidades.

O CFC entra nessa mesma trilha de valorizar as comemorações de datas históricas - vale lembrar o Sesquicentenário da Independência em 1972 -, com a publicação de livros e de obras coletivas, muitas delas de autoria dos próprios conselheiros, e de calendários culturais de efemérides que acabam marcando a atuação do Conselho como predominante no campo simbólico do civismo. Pode-se dizer que a ideologia tradicionalista dos “velinhos” do CFC assim como sua prática não se mostravam adequadas ao desenvolvimento do capitalismo que tem no Estado seu motor.

Os objetivos do CFC envolviam, além da distribuição de recursos para projetos da área, uma função executiva como centralizadora na organização das ações culturais. Tal atribuição configuraria o que pode ser entendido como política cultural, ou seja, como ação estatal organizada, contínua, com recursos destinados exclusivamente ao setor. Maia (2012) analisa igualmente os impasses, as disputas internas, as verbas deficitárias, assim como as propostas de estruturação da área cultural que acabam prevalecendo. O esgotamento do CFC pode ser apontado quando Ney Braga assume o MEC em 1974.

Vale mencionar que entre os estímulos patrocinados pelo CFC está a criação de conselhos estaduais e municipais de cultura, considerados embrião de um sistema nacional de cultura, sistema que só nos anos 2010 vai ser montado. Esse eixo da cultura regional se apresenta como um interessante marco da atuação do CFC e se fez presente pelo projeto de implantação de Conselhos Estaduais de Cultura, merecendo destaque a fundação da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, primeira do país, e de seu respectivo Conselho Estadual (COSTA, 2011).

Mas será outro setor do MEC - o Departamento de Ação Cultural (DAC) – que passará a contar, a partir de 1973, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e que representará, por assim dizer, o lado modernizador. No seu espaço surgirá o importante Programa de Ação Cultural (PAC), cuja criatura mais conhecida e reconhecida é a Funarte. Entre os projetos desenvolvidos pela Funarte vale citar o Projeto Pixinguinha, o projeto de seminários organizados por Adauto Novaes e o Projeto Bandas, que tornou o Brasil exportador de instrumentos de sopro. Esse outro órgão do MEC, o DAC, que acabamos de mencionar, vai elaborar a Política Nacional de Cultura e trazer para dentro da burocracia do MEC outra perspectiva de lidar com a cultura e de gerenciar as políticas culturais.

Essa literatura fornece bases, pistas, temas para novas pesquisas e para a produção de novas fontes, como a realização de entrevistas com os principais responsáveis por diversos órgãos do governo no campo da cultura. Vale lembrar que o levantamento do arquivo Geisel depositado no CPDOC (BOMENY, 2002) também pode ser considerado uma fonte fundamental para novas pesquisas. Sabemos que estudar a ação do Estado envolve, por um lado, tomar os documentos de arquivos e os artigos das revistas oficiais. Por outro lado, o depoimento dos técnicos envolvidos diretamente em diferentes projetos oferece uma interpretação muito mais viva e matizada da realidade.

Com isto em mente demos andamento à realização de entrevistas com técnicos que participaram do processo de construção de órgãos e de políticas públicas na área da cultura no período em que a cultura ainda fazia parte do Ministério da Educação, ou seja, até 1985. Iniciamos as entrevistas colhendo os depoimentos de Amália Lucy Geisel (do CFC), de Roberto Parreira (Funarte), de Henrique Oswaldo de Andrade no Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), de Roberto Moreira (do gabinete de Aloísio Magalhães) e de Isaura Botelho (Funarte). Pudemos contar também com o depoimento de José Silva Quintas (do Centro Nacional

de Referência Cultural, CNRC), já publicado pelo Iphan, em 1994. É possível adiantar que alguns depoimentos confirmam as hipóteses já aventadas, apresentando ângulos novos ou complementares; outros questionam as versões existentes e abrem trilhas para novas interpretações.

Muitos outros atores ainda precisam falar para que seja possível montar um quadro mais abrangente e multifacetado sobre as atuações, os impasses e as políticas que acabaram sendo implementadas. A lista de outros entrevistados é grande e cresce à medida que, ao se fazer entrevistas, os depoentes indicam a relevância de outros nomes.

O Programa de Cidades Históricas

Uma premissa presente na literatura diz que os intelectuais tradicionais estavam envolvidos com o patrimônio (o que é questionável, já que Aloísio Magalhães, que não é considerado um tradicionalista, acabou atuando e privilegiando também a área de patrimônio), enquanto os intelectuais modernos eram executivos que inseriam a cultura no mundo do consumo capitalista. Vamos dirigir nossa atenção a um programa voltado para o patrimônio e que incorporou estratégias modernas em sua organização e funcionamento: o Programa de Cidades Históricas (PCH), criado dentro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN).

Em 1973 foi criado o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste (PCH), por portaria do Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso. Ligado à Secretaria do Planejamento (SEPLAN), o programa dispunha de recursos do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados.

Foram selecionadas 28 cidades nos nove estados nordestinos cujos monumentos, casas e igrejas representassem os ciclos da cana-de-açúcar, do couro e do algodão. O grupo interministerial que projetou o programa (Ministério do Planejamento, direção; da Indústria e Comércio, representado pela Empresa Brasileira de Turismo, Embratur; do Interior, representado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, Sudene e da Educação e Cultura, representado pelo Iphan) pensou na preservação dos monumentos tombados atrelando-a à viabilidade de sua utilização econômica e à geração de renda no Nordeste. Os monumentos que recebessem recursos para sua restauração deveriam se tornar economicamente rentáveis, pela atuação do turismo. Era um programa interministerial com a finalidade de revitalizar

os núcleos históricos em estreita colaboração com a comunidade, formando mão de obra especializada e gerando empregos.

O PCH aprova projetos que passam a ser executados com recursos do Fundo, faz convênios com fundações culturais e empresas estaduais de turismo. Ao Iphan cabia aprovar a restauração e acompanhar os trabalhos. O Programa dispunha de recursos e de autonomia gerencial, o que viabilizou importantes iniciativas no campo da preservação do patrimônio na região Nordeste. A recuperação do Largo do Pelourinho (Salvador), diversas restaurações em Olinda (PE), a restauração do Forte dos Reis Magos (Natal), o início dos trabalhos nos sobrados de São Luís (MA), a restauração do Teatro José de Alencar (Fortaleza) e do Teatro 4 de Setembro (Teresina) são projetos creditados ao PCH. Deve-se também atribuir ao Programa a transformação de antigos presídios em Recife, Natal e Fortaleza em Casas de Cultura, fortalecendo o artesanato e o turismo. A entrevista com Henrique Oswaldo de Andrade¹, que assumiu a direção do programa, está sendo a principal fonte para essas reflexões, que sinalizam aspectos de modernidade da gestão no campo tradicional do patrimônio.

Henrique Oswaldo de Andrade é originário de família mineira de elite e membro de uma geração da qual fazem parte Paulo Haddad e Élcio Costa Couto. Foi para Brasília a convite de João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, mais especificamente, de Élcio Costa Couto, secretário geral do Ministério do Planejamento. Foi convocado para realizar uma avaliação do PCH, que tratava do patrimônio associando-o ao turismo, fórmula engenhosa que permitia incluir a cultura em órgão de planejamento do governo federal.

Para Henrique Oswaldo, Velloso fora sensibilizado pela situação de penúria do patrimônio do Nordeste, o que o leva a criar em 1973 o PCH. O programa, cujos recursos vinham de um Fundo ligado ao MEC, reservava 20% para o IPHAN, desde que algumas exigências fossem observadas. Henrique Oswaldo vai então para o Ministério do Planejamento fazer a avaliação do PCH e identifica como seus principais problemas: falta de pessoal qualificado para cuidar da restauração do patrimônio, ausência de projetos e dificuldade

¹ Realizada em 07 de abril de 2005 por Lia Calabre e Lucia Lippi no âmbito do Projeto Pronex do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

de manutenção do que era restaurado. A partir desse diagnóstico, o PCH passou a requerer que o planejamento de novas ações incluísse também o uso futuro do bem a ser restaurado assim como a existência de uma instituição especializada no local. Essas passaram a ser as exigências para que os recursos do programa chegassem a um projeto.

Segundo o entrevistado, as contribuições do PCH foram criar um modelo de gestão para a área, propugnar pela junção de esforços entre municípios, estados e governo federal e incentivar a criação de instituições locais. Foi a partir desse programa que muitos municípios e estados criaram instituições e elaboraram uma legislação relativa aos bens patrimoniais, como, por exemplo, o caso de Olinda. Com o PCH, a preservação de bens culturais passou pela primeira vez a integrar os planos de desenvolvimento econômico. Foi feito um modelo para avaliar custos e benefícios e assim justificar os recursos alocados ao programa. Dispondo de indicadores econômicos pôde o Programa ser acompanhado pelo sistema de controle do governo e foi possível proceder a uma comparação com outros programas ligados ao restauro de bens patrimoniais, como o Monumento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID.

A burocracia do PCH, segundo Henrique Oswald, envolvia apenas cerca de quatro pessoas, entre elas Silva Teles do Iphan, sob sua coordenação. Os técnicos do Iphan, no início, sentiram-se ameaçados com a existência do PCH, mas com a chegada de Irapoan Cavalcanti de Lyra ao Iphan essa ameaça, como mencionaremos adiante, foi contornada.

A reforma organizacional de que o IPHAN necessitava começou a ser feita, e os recursos do Programa direcionados ao órgão (20%) começaram a ser repassados. Esse dinheiro era muito mais do que o IPHAN dispunha em seu orçamento, e imediatamente muitos escritórios regionais começaram a se interessar pelo programa. Alguns municípios que já tinham instituições locais começaram a receber recursos, como Olinda e Salvador.

As primeiras atividades da gestão de Henrique Oswald no PCH envolveram “manualizar”, ou seja, produzir manual de obra, de operação para montagem de programas estaduais em que estava embutida a ideia de roteiro de turismo. O PCH também abriu espaço para o planejamento urbano de núcleos históricos e até para arqueologia. Ou seja, o programa era muito flexível, podia incluir qualquer projeto, qualquer ideia que fosse considerada inovadora no sentido de facilitar a preservação.

Henrique Oswald vai destacar como uma das atividades mais relevantes a formação de pessoal. Diante das dificuldades de fazer parte da grade

regular da universidade, o Programa se ligou à extensão universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com um curso de quatro meses. Os alunos (engenheiros ou arquitetos) deveriam estar ligados a instituições locais, tinham que apresentar e desenvolver projetos durante o curso e o compromisso de implementá-los ao retornar. E mais, os projetos recebiam financiamento se estivessem nos roteiros aprovados pelo programa. Outros cursos se seguiram em Minas e na Bahia. Cada curso gerava de 30 a 40 projetos e, até o final dos anos 1970, foram formados 126 técnicos que, por sua vez, formaram equipes locais e/ou estaduais. Na avaliação de Henrique Oswaldo, a importância de tais equipes pode ser confirmada, já que foram elas que garantiram a sobrevivência das atividades do patrimônio durante o período devastador do governo Collor.

Outro ângulo do depoimento de Henrique Oswaldo é a valorização do contato com a área internacional representada principalmente pela Unesco. A conexão entre as instâncias de preservação do patrimônio no Brasil e a presença da Unesco mencionada no depoimento começam a ser explicitadas em trabalhos como o de Claudia Feierabend Baeta Leal (2012), que toma como parâmetro as visitas do inspetor Michel Parent ao Brasil em 1966 e 1967. O relatório “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, de autoria de Michel Parent, foi, segundo a autora, relevante tanto no âmbito dos envolvidos com a preservação do patrimônio no Brasil, à época chamada de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), quanto para os demais consultores da Unesco nas visitas seguintes ao Brasil.

O contato do DPHAN com a Unesco se fazia relevante através de acordos de cooperação técnica assinados a partir de 1964, que previam missões, visitas de peritos a cidades históricas brasileiras, cooperação técnica e, principalmente, ajuda para reformular e reforçar a atuação frente a demandas por novas políticas para a conservação do patrimônio. Entre as novas políticas está a assistência técnica da Unesco para o estudo e execução de um programa com vistas à aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais. Assim a Unesco defende o programa de turismo cultural que envolve, entre outros tópicos, a reconversão dos usos dos edifícios restaurados. O turismo aparece como fonte do desenvolvimento da renda nacional e vai favorecer a salvaguarda do patrimônio cultural que se encontrava em perigo de desaparecer.

A ênfase no turismo trazida pela Unesco e presente em suas Cartas Patrimoniais encontrava eco no Brasil, já que aqui tinha sido criada a

Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), em 1966. Mas o turismo ganha importância, reconhecimento e, acima de tudo, respeitabilidade graças às recomendações e orientações da Unesco. O contato entre a DPHAN e a Embratur vai se efetivar em 1975, quando os dois órgãos vão ter uma ação conjunta exatamente no Programa Integrado das Cidades Históricas.

Se formalmente existia uma ação conjunta, as coisas não caminharam pacificamente. Henrique Oswald, ao comentar as mudanças da estrutura organizacional do campo da cultura, observa que a Embratur, que fazia parte do núcleo original do PCH, teve pouca participação na dinâmica do Programa.

As mudanças decorrentes da incorporação do PCH e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) ao Iphan e, mais tarde, as mudanças no próprio Iphan deram a possibilidade de colocar em funcionamento um novo modelo de gestão para cada projeto, configurado como “gestão matricial”, que será implementado, como veremos adiante, na Fundação Pró-Memória.

A migração do PCH para o IPHAN significou a ida também do fundo do orçamento da Seplan para o Iphan e depois para a Pró-Memória. Segundo Henrique Oswald, o ministro João Paulo dos Reis Velloso trabalhava com programas, tendo cada um seu fundo, o que veio garantir à Fundação Pró-Memória uma situação especial para seus técnicos (curva salarial corrigida em período de inflação). Isso continuou a funcionar desse modo, mesmo após a morte de Aloísio Magalhães, e vigorou até 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC).

Na entrevista aqui mencionada, escolhemos tratar apenas os trechos que apontam a inovação organizacional na área de atuação cultural do governo. O depoimento de Henrique Oswald assim como outros trabalhos recém-publicados mencionam que as transformações e inovações organizacionais foram decorrentes da gestão do João Paulo dos Reis Velloso na Seplan e no Ministério do Planejamento. Areladas ao ministro foram criadas “ilhas de excelência” da administração pública federal. Essas “ilhas” foram ameaçadas com a Constituição de 1988, que criou o Regime Jurídico Único com perda de flexibilidade e de eficiência, nos diz João Paulo dos Reis Velloso, referindo-se ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Entre as “ilhas” indicadas pelo ministro podemos acrescentar a Funarte, o PCH e a Fundação Pró-Memória, órgãos que ofereceram uma gestão eficiente e moderna.

Sabemos que as Fundações foram também pensadas como uma solução para vencer as barreiras e tentar inovações na administração pública.

Segundo Amália Lucy Geisel (entrevista em 3.03.2005), a época, em torno de 1976, “foi o boom das fundações. O que eram as fundações? As fundações eram a salvação das instituições públicas, davam certa liberdade em alguns aspectos, afrouxavam, possibilitavam ações mais rápidas e eram sim a grande solução”.

O período entre 1979 a 1981 pode ser considerado assim um tempo de inovações organizacionais na área de cultura do MEC pela criação da Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), pelas mudanças no Sphan (que como Iphan já tinha incorporado o CNRC e o PCH), que detinha o poder normativo, e pela criação da Fundação Nacional Pró-Memória.

A nova Sphan e a Fundação Nacional Pró-Memória

Em 1979 é criada a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) no início da gestão de Eduardo Portela, no Ministério da Educação, para congregar todas as instituições de cultura do Ministério. A Secretaria trouxe uma nova formulação para a política cultural do ministério, preconizando ações culturais voltadas para a população de baixa renda e para as “regiões carentes”. A cultura passa a ser entendida como o principal motor de resoluções dos problemas sociais do país. O maior mérito da SEAC foi instaurar e aprofundar o debate sobre política cultural. O novo órgão foi conduzido por Márcio Tavares d’Amaral e, a partir de dezembro de 1980, por Aloísio Magalhães.

Foram tantas as mudanças organizacionais que considero importante mencioná-las novamente. Em 13 de novembro de 1979 é criada a Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), pela fusão do CNRC e do PCH ao IPHAN. A nova secretaria ficou com a responsabilidade normativa e legal, o poder de intervenção do Estado. O projeto era parte de um modelo institucional moderno e econômico, vindo a funcionar junto de outro órgão, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Aloísio Magalhães assumiu sua chefia, acumulando a função com a condução da SEAC.

Concomitantemente à SPHAN é criada, em 26 de novembro de 1979, a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), com a função operacional de preservação em nível nacional. Em outubro de 1980, a FNPM absorve a Biblioteca Nacional, o Instituto Nacional do Livro, o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Museu Villa-Lobos, todos órgãos do Ministério da Educação e Cultura.

O *Boletim SPHAN / Pró-Memória* foi um importante recurso de divulgação das atividades desempenhadas pelos órgãos responsáveis pelas questões culturais no Ministério da Educação: a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. Apesar das funções e atuações distintas – o primeiro de caráter mais normativo e o segundo mais executivo – no *Boletim* estão apresentadas as atuações conjuntas. Foram 47 volumes publicados entre julho/agosto de 1979 - quando os dois órgãos, SPHAN e Pró-Memória estavam sendo constituídos - a março/abril de 1989. Durante esse período, o *Boletim* acompanharia a constituição da Secretária Nacional de Cultura e do posterior Ministério da Cultura.

A Secretaria Nacional da Cultura (SEC), criada em 10 de abril de 1981, através da portaria ministerial n. 274, foi resultado da fusão da SEAC com a SPHAN, ambas comandadas por Aloísio Magalhães. Assim, a Secretaria da Cultura passou a ter duas subsecretarias (com o nome das antigas secretarias originais): a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Subsecretaria de Assuntos Culturais (SEAC), cada uma delas com suas respectivas fundações, a Pró-Memória e a Funarte. As demais instituições – Embrafilme, Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Joaquim Nabuco – ficaram subordinadas diretamente ao Secretário da Cultura, Aloísio Magalhães.

A figura central em todo esse processo de transformação dos órgãos do Estado responsáveis por políticas culturais é Aloísio Magalhães (1928-1982). Artista plástico, *design* reconhecido pela criação do logotipo do 4º Centenário do Rio de Janeiro em 1964, do símbolo para a Bienal de São Paulo em 1965. Participou da fundação da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI) no Rio de Janeiro. Trabalhou para o Banco Central, desenhando novo papel-moeda, o cruzeiro novo, e foi também consultor da programação visual da reforma dos Correios e Telégrafos. Será com essa bagagem que vai formar o grupo em Brasília que dará origem ao CNRC e assumir a direção da nova estrutura que gerenciará as políticas de patrimônio: a nova SPHAN e a FNPM.

A Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) junto com a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) tinham como objetivo institucionalizar a mudança de forma permanente, evitando a rigidez burocrática. Para tornar isso possível, foi necessário proceder a inovações na gestão administrativa. Esses dois órgãos vão se tornar núcleo do que seria mais tarde o Ministério da Cultura. Dali sai o documento *Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC*, base de referência para os

artigos 215 e 216 da Constituição de 1988.

Aloísio Magalhães morre em 1982, quando participava de uma reunião da Unesco em Veneza. Suas conferências, entrevistas e discursos foram reunidos no livro *E triunfo? – a questão dos bens culturais no Brasil* (1985) onde estão suas principais ideias sobre o papel fundamental da cultura no desenvolvimento econômico e social.

Para Aloísio Magalhães, o Brasil, país onde coexistem megalópoles e comunidades isoladas, ainda não teria logrado construir uma imagem própria, a partir de sua produção material e simbólica. Isolado em um continente em decorrência da língua e da distância, o Brasil viveu às voltas com problemas de sobrevivência, e sua cultura não conseguiu se sedimentar. O país absorve de modo avassalador valores estranhos que atingem os meios de comunicação de massa e o pensamento intelectual. Daí ser necessária, a seu juízo, a conscientização de nossa cultura para enfrentar o avassalador processo de transplante. Os bens culturais passam a ser vistos como uma espécie de “vacina”.

Até então, segundo Aloísio Magalhães, tinham sido valorizados os bens móveis e imóveis impregnados de valor histórico, mas que representavam bens de criação individual. Daí terem ficado de fora o fazer popular, inserido no cotidiano, e que expressavam os bens culturais vivos. Sua proposta é voltar ao projeto original de Mário de Andrade de “tradições móveis”. Aloísio evita noções de “cultura popular” e de “folclore”, já que não vê bens culturais como sobrevivências do passado. Nos anos 1980 ele cunhou a expressão “patrimônio cultural não-consagrado”, que se refere a manifestações não reconhecidas até então como bens culturais.

Sob a gestão de Aloísio Magalhães foram encaminhadas as primeiras inscrições brasileiras na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco: Ouro Preto (1980) e as ruínas de São Miguel das Missões (1981). Também sob sua gestão foi realizado o primeiro Seminário nas Cidades Históricas, com apoio da Fundação Roberto Marinho, dando espaço para o debate em torno do uso turístico e da autossustentabilidade dos bens tombados, cujo caso exemplar foi a restauração da cidade de Tiradentes (MG).

Após a morte de Aloísio, Marcos Vinícius Vilaça ocupou a direção da Secretaria de Cultura, e em sua gestão foi publicado um livro com as transcrições dos Seminários e Encontros de Cultura acontecidos entre 1982 e 1984, chamado *Por uma Política Nacional de Cultura*. (Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984).

A Fundação Nacional Pró-Memória também mereceria uma atenção específica. Fica aqui apenas a observação sobre a criação de uma fundação com o nome “pró-memória”, ou seja, a favor da lembrança. Isto corresponde perfeitamente a uma visão da época sobre a cultura nacional e os perigos que ela enfrentava. Os anos 1970 e 1980 viviam uma tensão entre a modernidade tecnológica em curso e uma representação sobre a cultura brasileira que guardava resquícios do movimento de defesa do folclore. De qualquer modo, passa-se a defender o registro e o salvamento das manifestações culturais populares, fossem elas folclóricas ou não, que estariam sendo ameaçadas.

Na criação do Pró-Memória, acionou-se um argumento similar ao usado na criação do Sphan, a “retórica da perda”, como nos diz o antropólogo José Reginaldo Gonçalves dos Santos. Ressaltava-se o perigo, o esmagamento das culturas locais e regionais pela cultura urbana, pela cultura de massa típica da modernidade capitalista. Frente a esse perigo, está o povo, concebido desde os românticos como uma totalidade homogênea e autônoma, com criatividade espontânea e autêntica. O povo é entendido como o que guarda o arcaico, aquilo que conseguiu sobreviver, derivado de uma vivência comunitária que se via ameaçada. Diante do processo em curso, imposto, inevitável, o que cabia fazer era salvar pelo registro, pela gravação, pelo documento. A salvação garantia a identidade nacional/regional/local. Salvar era registrar a memória do Brasil para que ela pudesse ser ouvida/apreciada pelas gerações futuras, mesmo que as práticas sociais que deram origem aos bens culturais não mais existissem. O trabalho de salvação, de preservar a memória da cultura popular agrega uma distinção aos apreciadores, já que denota certo gosto sofisticado, diferente do gosto médio, e ao mesmo tempo indica certa comunhão entre os apreciadores e o povo.

Sob a ótica da modernização da administração pública, vale registrar a contribuição de Irapoan Cavalcanti de Lyra no campo da cultura. Técnico em administração pública, ele atuou em diversos órgãos do governo, entre eles a Fundação Casa de Rui Barbosa, os Correios e Telégrafos e a Fundação Pró-Memória. Sobre sua atuação na área de patrimônio, Irapoan nos conta em entrevista concedida ao CPDOC em 2002: “Fui para a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Sphan, a convite de Aloísio Magalhães, que conheci durante a reforma dos Correios, (...); ficamos amicíssimos até sua morte. Aloísio assumiu a Sphan em 1979, na gestão do ministro Eduardo Portela”. E continua: “Naquele momento, o quadro da Sphan estava reduzido a meia dúzia de abnegados, que, como loucos,

andavam pelo Brasil inteiro”. Prossegue em seu relato: “Daqui a pouco nem eles, porque vão morrer ou se aposentar, e não teremos como contratar gente jovem. Dentro da administração direta é impossível; teremos que criar uma fundação”. E foi assim que nasceu a Fundação Pró-Memória.

O Instituto do Patrimônio, criado em 1937 por Rodrigo de Melo Franco, contou com arquitetos, engenheiros, historiadores e museólogos excepcionais. Porém, na avaliação de Irapoan, sofreu a deterioração que atingiu toda a administração pública brasileira; seus técnicos mais jovens começaram a ir embora, porque precisavam ganhar a vida, já que os salários eram irrisórios. A Pró-Memória ofereceu algumas vantagens para o pessoal que optasse... O salário era muito melhor, com perspectivas de crescimento na carreira, ainda que envolvesse a troca da estabilidade pela rentabilidade.

A Fundação foi criada e a Sphan foi mantida já que, explica Irapoan:

“A Sphan tinha dois poderes fundamentais, que são exclusivos da administração direta: poder de polícia, isto é, podia embargar uma obra que estivesse destruindo o patrimônio e aplicar uma multa, chegando até mesmo à ordem de prisão, por exemplo; e o poder de Estado, de criar normas que a sociedade tem que cumprir, como a possibilidade de tomar um bem e criar regras para sua utilização. Assim, mantivemos o Patrimônio apenas com o secretário nacional e os secretários estaduais”.

“A Pró-Memória, por sua vez, não tinha estrutura, coisa que chocava as pessoas. Não tinha departamentos, divisões, nada. Tínhamos um banco de recursos humanos, com arquitetos, engenheiros, historiadores etc., e pessoas de fora do sistema que eram eventualmente contratadas. (...) Fazíamos uma administração por projeto. Na época, era uma novidade chocante. Que eu saiba, a Pró-Memória é a única organização pública brasileira que viveu, com grande êxito, sem estrutura interna. Como o processo de produção não era conhecido, ele se organizava na hora da produção e se dissolvia quando aquela produção deixava de existir”.

O fim da Fundação Pró-Memória, segundo Irapoan, se deveu a um

“erro administrativo lamentável do ministro Celso Furtado, ministro da Cultura do governo Sarney (...). Tínhamos concebido um sistema só, que exercia o poder de Estado e de polícia com a Sphan [Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e a atividade de preservação com a Pró-Memória. O secretário

de Cultura era o presidente da Pró-Memória e recebia um único salário. Celso Furtado escolhe duas pessoas: para secretário da Sphan, Ângelo Osvaldo, pessoa de grande conhecimento – hoje é secretário de Cultura de Minas Gerais –, uma pessoa notável; para presidente da Fundação Pró-Memória, Joaquim Falcão”.

Irapoan contra-argumenta com o ministro:

“Acho que o senhor vai cometer um engano fatal ao nomear uma pessoa para a Pró-Memória e outra pessoa como secretário do Patrimônio. Por melhores que sejam, vão entrar em atrito, porque dois comandantes não comandam um só navio, e o sistema foi concebido para ser uma coisa só. Mexa, então, no sistema, desmembre-o, caso contrário o conflito será inevitável.”

A proliferação de novos formatos organizacionais

Na curta gestão de Eduardo Portela no MEC é criada, como já mencionamos, a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) assim como dois programas: o Pronasec (Programa nacional de ações socioculturais para o meio rural) e o Prodasec (Programa nacional de ações socioculturais para as periferias urbanas). É também quando, em 1979, o PCH passa a ser incorporado ao IPHAN.

Na gestão do ministro Rubem Ludwig, em 1981, foi criada a Secretaria de Cultura (SEC) tendo duas subsecretarias: a Subsecretaria de Assuntos Culturais, SEAC com a sua fundação, a Funarte; e a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN com sua fundação, a Fundação Pró-Memória. Aloísio Magalhães, que vem da direção do CNRC, vai para o IPHAN/ Sphan, e, por fim, chega à direção da SEC. É dessa posição que ele pode dizer que “mais vale uma secretaria forte do que um ministério fraco”.

Essa organização, com a vigência de uma Secretaria de Cultura, é preciso lembrar, foi recriada no governo Collor, tendo como secretário Ipojuca Pontes e depois Sérgio Paulo Rouanet. Essa secretaria também se dividiu em dois grandes grupos, tendo de um lado bens culturais e de outro os bens patrimoniais: o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC), dirigido por Mário Machado, e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), dirigido por Lélia Coelho Frota. Mas essa reformulação atabalhoada, com a

extinção da Funarte, da Pró-Memória, da Fundacen, da Embrafilme, entre outros órgãos e fundações, levou a um caos tão paralisante e a uma revolta tão grande que nada pode ser dito – um tipo de “silêncio obsequioso” parece calar os que ainda estão vivos e declarar de antemão que nada ali vale alguma coisa ou pode ser aproveitado para futuras gerações.

Figuras importantes da época não falam sobre esse tempo traumático no campo das instituições culturais. Paulo Sérgio Rouanet se recusa a dar entrevistas sobre o tema, o mesmo acontece com Mário Machado, que dirigiu o IBAC. Desconheço se Lélia Coelho Frota registrou antes de morrer sua experiência a respeito! Talvez seja necessário passar mais 50 anos para que se possa ter mais e melhores informações sobre essa experiência traumática durante o primeiro governo eleito pelo voto direto após os anos de ditadura e de transição para a democracia.

Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro (2014), procura analisar as relações entre a elite universitária e o Estado autoritário, classificando-as em adesão, resistência e acomodação. Vai mostrando as contradições e ambiguidades que atingem as estratégias de mão-dupla que fazem parte da longa tradição da cultura política brasileira. Faz também algumas indicações comparativas entre as duas ditaduras: o regime militar e o Estado Novo de Vargas.

Sobre a comparação entre as duas ditaduras, gostaria de levantar algumas hipóteses que se referem à memória desses dois períodos e que ainda precisam ser mais bem investigadas. Embora o Estado Novo tenha recebido rejeição nos anos da democracia liberal de 1945, muitas das instituições criadas no campo da cultura, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Instituto Nacional do Teatro, o Instituto Nacional do Livro, entre muitas outras, continuaram a atuar e a ser respeitadas. Isto não aconteceu com as instituições de cultura no processo de democratização após a ditadura militar... A herança do que foi construído no campo da cultura durante a ditadura militar teve rejeição maior e foi amaldiçoada por sua recuperação no governo Collor.

O regime militar promoveu diferentes projetos culturais, alguns que iam para além do patriotismo tradicional ainda que nem todos tivessem fundamentos ideológicos bem elaborados e conseguissem ser hegemônicos. Só para lembrar: parece-me que a atuação da Fundação Pró-Memória e a de Aloísio Magalhães não se enquadram exatamente na reafirmação do patriotismo tradicional. O mesmo pode ser dito do Projeto Pixinguinha abrigado pela Funarte! Já levantei, meio brincando, meio falando sério, que

os ideólogos do Estado Novo eram melhores do que os ideólogos da ditadura militar...

Referências

- BOMENY, Helena.
(2002). Educação e cultura no Arquivo Geisel. In: Maria Celina D'Araújo; Celso Castro (Orgs.); *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro, FGV. p. 89-103.
- BOTELHO, Isaura.
(2000). *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa.
- CALABRE, Lia.
(2005). Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.
- COHN, Gabriel.
(1984). A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: Sérgio Miceli (Org.); *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel. p. 87-96.
- COSTA, Lílian Araripe Lustosa da.
(2011). *A política cultural do Conselho Federal de Cultura 1966-1976*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (Orgs.).
(2004). *Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso; memórias*. Rio de Janeiro, FGV.

(2002). Entrevista de Irapoan Cavalcanti de Lyra. In: Helena Bomeny; Marly Silva da Motta (Orgs.); *A escola que faz escola*: Ebape, 50 anos. Rio de Janeiro, Editora FGV. p. 310-330.
- FONSECA, Maria Cecília Londres.
(1997). *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos.
(1996). *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN.

(2005). *Ipea 40 anos: uma trajetória voltado para o desenvolvimento*. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro, FGV/Ipea.
- LEAL, Cláudia Feierabend Baeta.
(2012). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. In: Márcia Chuva; Antonio Gilberto Ramos Nogueira (Orgs.); *Patrimônio cultural, políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X /Faperj. p.133-144.
- LONDRES, Maria Cecília Fonseca.
(1997). *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro, UFRJ/MinC-IPHAN.
- MAIA, Tatyana de Amaral.
(2012). *Cardeais da cultura nacional: O Conselho Federal de Cultura e o papel cívico das políticas culturais na ditadura civil-militar (1967-1975)*. São Paulo: Instituto Itaú Cultural/ Iluminuras.
- MICELI, Sérgio.
(1984). "O processo de construção institucional" na área cultural federal (Anos 70). In _____. (org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, P. 53-85.
- MICELI, Sérgio.
(1984). "Teoria e prática da política cultural oficial no Brasil" In: _____.(org.). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo, Difel, p. 97-112.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá.
(2014). *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi.

(2007). Política Nacional de Cultura: dois momentos em análise – 1975 e 2005. In: Ângela de Castro Gomes (Coord.); *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ/CNPq. p. 137-153.

ORTIZ, Renato.

(1975). *Planejamento & desenvolvimento*. N. 1, ano 1, 1973, p.6-21. N. 27, ano 3, p.26-45.

(1985). Estado autoritário & cultura. In:_____. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense, P. 79-126.

RIDENTE, Marcelo.

(2003). Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: Jorge Ferreira; Lucília Neves Delgado (Orgs.); *O Brasil Republicano 4*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 133-166.

Recebido em
abril de 2014

Aprovado em
julho de 2014

Os Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ: a estrutura e as engrenagens de um projeto de socialização política

Samara Mancebo Lerner*

Resumo

Analisa-se neste artigo a estrutura da pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros criada por militares na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, nos anos 70, durante a vigência do regime militar no Brasil. A análise dos documentos relativos à esta pós-graduação nos permite desvendar as engrenagens desse projeto de socialização política, demonstrando sua relação com a Escola Superior de Guerra e sua Doutrina de Segurança Nacional. Sustenta-se, neste artigo, que a pós-graduação em EPB foi criada com o objetivo de socializar os jovens na ideologia política do regime militar, justamente durante o período de abertura política, quando se mostrava importante garantir a transição para outro regime político, sem a tentação das ideologias do campo da esquerda.

Palavras-chave

Estudo de Problemas Brasileiros (EPB-UERJ). Escola Superior de Guerra (ESG). Socialização Política.

Abstract

In this article, it is analyzed the structure of a postgraduation course in Brazilian Problems Studies (EPB), created by the militaries in Rio de Janeiro State University (UERJ), in the 70s, during Brazilian Military Regime. The document analysis of this postgraduation course allows us to unveil the gears of such a political socialization project, demonstrating its relationship with the Superior School of War (ESG) and its National Security Doctrine (DSN). It is argued in this article that the postgraduation course in EPB was created with the intent of socializing young people in the Military Regime political ideology, precisely during the democratization

* Samara Mancebo Lerner é doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professora de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atualmente, é pós-doutoranda no âmbito do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Desigualdades (NIED) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: samaramancebo@gmail.com.

period, when it was important for the militaries, to keep leftist ideologies way from the Brazilian political scenario.

Keywords

Brazilian Problems Studies at Rio de Janeiro State University (EPB-UERJ). Superior School of War (ESG). Political Socialization.

Apresentação

Por cerca de duas décadas a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Escola Superior de Guerra mantiveram intensa relação colaborativa. Desde sua criação, a Universidade buscou manter relações amistosas com os governos estadual e federal. Com a implantação do regime militar em 1964, esse quadro não foi modificado, e a UERJ manteve íntima relação de colaboração com os militares, contando, inclusive, com a participação de vários *esguianos* em seus órgãos superiores e unidades universitárias (MANCERO, 1995; MANCERO-LERNER, 2013). O estreitamento dessas relações garantiu prestígio à Universidade – frente aos militares – e permitiu à UERJ desenvolver um curso de Especialização e outro de Mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros (EPB), sendo pioneira nessa área. Após análise da documentação pertinente à pós-graduação em EPB, observou-se que a mesma foi desenvolvida com base no programa de um curso elaborado dentro da Escola Superior de Guerra, fundamentado em sua Doutrina de Segurança Nacional, com o objetivo de socializar os jovens na ideologia política do regime militar.

Ao longo deste artigo, procuraremos remontar a estrutura dos *Estudos de Problemas Brasileiros* na UERJ – sob a forma de disciplina e de pós-graduação lato e stricto sensu – dando destaque aos propósitos para sua criação, às ideias e “projetos de nação”, que buscavam disseminar e sua fundamentação doutrinária, visto que essas informações nos falam sobre o caráter político-ideológico dos EPB, bem como de sua função socializadora. A montagem das engrenagens que deram vida aos EPB na UERJ nos leva diretamente até a Escola Superior de Guerra (ESG) e sua Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Este trabalho focará os Estudos de Problemas Brasileiros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma vez que a UERJ foi a única

universidade, no Brasil, a desenvolver uma Pós-Graduação *stricto sensu* nessa área¹.

Este artigo baseia-se na análise de fontes primárias relativas à disciplina de EPB, aos cursos de Especialização e Mestrado em EPB da UERJ, à Doutrina de Segurança Nacional e aos cursos desenvolvidos na ESG no início dos anos 70.

Sobre a disciplina de EPB e o contexto de sua criação

Em 1969, no auge do regime autoritário, nasceu a disciplina de Estudo de Problemas Brasileiros como uma forma da Educação Moral e Cívica (EMC) no ensino superior. Seu currículo, assim como o da EMC, já nasceu comprometido com um projeto político-pedagógico bem definido, voltado para a socialização política em certa concepção de mundo fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional e na tradição católica (BOMENY, 1981; CUNHA, 2007, 2010). Ficou estabelecido na legislação educacional do período que a EMC deveria ser ministrada sob a forma de disciplina e prática educativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, devendo ainda assumir a forma de Estudo de Problemas Brasileiros no ensino superior. Deste modo, todas as instituições de ensino superior no Brasil, a partir de 1969, passaram a ministrar, compulsoriamente, a disciplina de EPB (DECRETO-LEI n° 869/69; DECRETO CFE n° 68.065/71; PARECER CFE n° 94/71).

A inclusão da disciplina de EPB no ensino superior ocorreu durante o Regime Militar e dentro de um contexto de agitação política por parte da juventude – organizada nos movimentos estudantis. Por sua participação ativa e de vanguarda ao longo dos anos 60, os estudantes tornaram-se um dos alvos prediletos do regime (HAYASHI; VICINO, 2007). À época, tornou-se comum o argumento – tanto em círculos militares quanto em civis que apoiavam o regime – de que as agitações de estudantes se ligavam, em especial, à aproximação dos jovens com a ideologia comunista e ao

¹ Este artigo baseia-se em pesquisa desenvolvida pela autora para realização de sua tese de doutorado, defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ, em fevereiro de 2013 (MANCIBO-LERNER, 2013).

suposto enfraquecimento dos valores morais que, por sua vez, apareciam como decorrentes da infiltração comunista. Na luta contra o comunismo e sua influência sobre a juventude, foram intensificados os mecanismos de repressão, transformada a legislação educacional (para aumentar o controle sobre a juventude) e criado um instrumento mais refinado para enfrentar a *guerra revolucionária e psicológica* que se apresentava ao regime dos militares (BORGES, 2009). Por instrumento estratégico, tomamos a disciplina de EPB. Além de disseminar em seu conteúdo um *corpus* de ideias voltadas para o fortalecimento de valores morais, ligados à tríade “Deus, Pátria, Família”, o EPB veiculava também a Doutrina de Segurança Nacional da ESG, socializando seus objetivos (ligados ao alcance do desenvolvimento e da segurança nacional), os problemas para o alcance desses objetivos, bem como os métodos para o equacionamento dos chamados problemas brasileiros. Junto à intenção de socializar os jovens na DSN, acreditava-se à época que, se envolvidos com o estudo dos problemas nacionais, os jovens não teriam tempo para desperdiçar energia com agitações políticas². Um exemplo desse tipo de pensamento que predominou nos anos 60 pode ser observado em um Manifesto publicado na Folha de São Paulo, em novembro de 1965, e assinado pelo Movimento de Arregimentação Feminina. O Manifesto deixa transparecer o clima de *guerra* que dominava o imaginário social à época e a preocupação em torno da suscetibilidade da juventude frente ao comunismo, o que, por sua vez, legitimava a necessidade de submeter os jovens a uma formação moral e cívica durante percurso escolar:

Existe um campo de batalha onde nossos inimigos lutam com grande força e aparelhamento: é a mente de nossa mocidade, que alimentam com suas ideologias falsas. Enfrentemos essa luta no mesmo campo, com a bandeira da ideologia democrática, baseada nos princípios cristãos. (Folha de São Paulo, MAF, 1965 apud OLIVEIRA, 1982: 20).

Tornada obrigatória e tendo seu programa normatizado pelo Conselho Federal de Educação, a disciplina de EPB passou a integrar o currículo

² Este foi, inclusive, um dos argumentos que motivou a criação do Projeto Rondon em 1967. Não foi sem razão que, em 1973, a participação dos estudantes no Projeto Rondon foi considerada pelo Conselho Federal de Educação como créditos em Estudo de Problemas Brasileiros (PARECER CFE nº 1.293/73 apud BOLETIM UEG, Outubro de 1973, p. 907-910).

dos cursos de graduação de todas as instituições de ensino superior no Brasil, dentre as quais a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Não obstante a obrigatoriedade da disciplina, muitas instituições resistiram à sua implementação, o que não ocorreu na UERJ – ao menos não de forma organizada ou contando com a adesão das autoridades da universidade. Respondendo a um jogo de múltiplos fatores e agentes e a uma permanente relação de colaboração entre civis e militares, de dentro e de fora da Universidade, a UERJ desenvolveu, logo que a legislação educacional determinou, um programa para a disciplina de EPB bastante fiel às determinações legais estabelecidas no Parecer nº 94/71 do CFE (MANCERBERG, 2013). Nesse Parecer, foram estabelecidas seis unidades, a partir das quais o ensino de EPB deveria ser desenvolvido:

- Unidade I) Panorama Geral da Realidade Brasileira
- Unidade II) Problemas Morfológicos
- Unidade III) Problemas de Desenvolvimento Econômico
- Unidade IV) Problemas Socioeconômicos
- Unidade V) Problemas Políticos e
- Unidade VI) Segurança Nacional (PARECER CFE n.º 94/71)

A UERJ adotou em sua grade curricular as mesmas unidades e seus respectivos conteúdos como diretrizes para o ensino da disciplina de EPB. Algumas universidades, como forma de resistir a esse ensino, tomando-o como imposição autoritária do regime militar, não adotaram todas as unidades e/ou não seguiram plenamente seus conteúdos. Esse não foi o caso da UERJ. Dentre as unidades mencionadas, duas delas, segundo Luiz Antonio Cunha (2012), “expressam, incontornavelmente, a doutrina da Escola Superior de Guerra”. O sociólogo se refere às unidades V e VI voltadas, respectivamente, para a discussão dos Problemas Políticos e da Segurança Nacional, cujos conteúdos envolvem temas como: O Poder Nacional: suas expressões; Segurança externa e interna – Responsabilidade do cidadão; Guerra Revolucionária; As Forças Armadas - Marinha, Exército e Aeronáutica; e Formulação de uma Doutrina e execução de uma política de segurança nacional – Conselho Nacional de Segurança – Estado Maior das Forças Armadas – Escola Superior de Guerra (PARECER CFE nº 94/71).

Em 1975, ano em que foi criada a Coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros (CEPB) na UERJ, o programa de ensino de EPB foi reestruturado, passando a explicitar ainda mais, em seu conteúdo programático, um comprometimento ideológico com a DSN. O novo programa analítico da

disciplina, reestruturado pelo coordenador de EPB – o general João Bina Machado³ –, passou a ser constituído de quatro unidades apenas:

- Unidade I) Problemas do Desenvolvimento Políticos
- Unidade II) Problemas de Desenvolvimento Econômico
- Unidade III) Problemas do Desenvolvimento Social
- Unidade IV) Problemas de Segurança Nacional (CEPB, Programa da disciplina de EPB, UERJ, 1975)

Muito embora o programa de EPB criado pelo CFE já disseminasse a Doutrina de Segurança Nacional, como bem aponta Luiz Antônio Cunha, sua reestruturação na UERJ, em 1975, resultou em maior semelhança com a estrutura programática do Curso Superior de Guerra da ESG, na medida em que passou a organizar-se claramente a partir das quatro grandes áreas de concentração: política, econômica, (psico) social, e segurança nacional (militar). Depreende-se dessa constatação que, com a entrada do general Bina Machado na UERJ, as engrenagens construídas pelos militares para socialização política foram sendo cada vez mais aperfeiçoadas. Esse processo começou a arrefecer em meados da década de 80, mas só terminou ao final desta, com a extinção da disciplina de EPB da grade curricular da universidade.

A ESG, sua Doutrina, a fundamentação e o modelo para os *Estudos de Problemas Brasileiros*

Uma importante instituição foi criada dentro do campo militar, no final dos anos 40: a Escola Superior de Guerra. A ESG teve papel fundamental no processo de elaboração do conteúdo programático da EMC e, sobretudo, de EPB. Como aparelho de sustentação ideológica do campo militar e, posteriormente, do regime militar, a ESG não somente fortaleceu o referido campo e orientou as ações do Estado durante o regime, como se prontificou a criar instrumentos para disseminação de sua doutrina, dentre os quais o

³ O General João Bina Machado foi comandante da ESG de 1972 a 1974. Um ano depois de deixar o comando da ESG, o general foi convidado para criar a CEPB e assumir sua coordenação.

Estudo de Problemas Brasileiros.

A ESG foi criada pela Lei nº 785/49 com o propósito de ser um centro misto de altos estudos militares e civis, com vistas a elaborar alternativas para equacionar os obstáculos ao desenvolvimento nacional. Os tempos de guerra fria que marcaram o nascimento da Escola deram a ela o inimigo que supostamente estaria “corroendo as bases políticas e sociais do país, o comunismo” e que, por isso, precisava ser combatido (SEPÚLVEDA, 2011, p.120). Pode-se dizer que a luta contra o comunismo motivou a construção de sua doutrina (DSN) e a formulação metodológico-doutrinária de seus cursos, dentre os quais o Curso Superior de Guerra (CSG), de onde proveio a estrutura da pós-graduação em EPB da UERJ.

A criação da Doutrina de Segurança Nacional, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de “uma linguagem e ideias comuns com as quais se pensavam os problemas do país” (SANTOS, 2010, p. 100). A disseminação dessa linguagem e ideias imprimia uniformidade às propostas elaboradas dentro da Escola e evitava que as mesmas, piores de interesses do campo militar, fossem desviadas de seus propósitos originais. Sendo assim, todos os *estagiários* dos cursos da Escola eram socializados a partir de um mesmo referencial metodológico-doutrinário embasado na DSN, bem como direcionados a analisar e a buscar equacionar os problemas sociais a partir dele. A formação de profissionais civis e militares, segundo um mesmo referencial metodológico-doutrinário, e a participação de muitos *esguianos* no aparelho do Estado, mostraram-se estratégicos para a reprodução da ideologia política do regime e sua manutenção por cerca de duas décadas.

Quanto à Doutrina de Segurança Nacional, esta era, ao mesmo tempo, uma doutrina de ação política e a manifestação de uma ideologia que, por sua vez, repousava sobre as noções de *guerra interna e permanente* contra o comunismo. Nesse cenário de guerra, a doutrina caracterizava-se como anticomunista, antimarxista, cristã e democrática (BORGES, 2009; SANTOS, 2010). Motivada por esses valores e tendo seu foco sobre as questões da segurança e do desenvolvimento nacionais, a DSN desenvolveu-se a partir de quatro conceitos principais: Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Estratégia Nacional e Segurança Nacional. O alcance e a manutenção dos Objetivos Nacionais representavam a função maior do Estado para a garantia da Segurança Nacional. Para alcançar os Objetivos Nacionais, o Estado deveria fazer uso do Poder Nacional, que funcionaria como um instrumento para o alcance daqueles objetivos. Constituíam os Objetivos Nacionais: integridade territorial, integração nacional, democracia, progresso, soberania e paz social

(BORGES, 2009). Todos esses objetivos integram as finalidades dos cursos desenvolvidos na ESG, dentre os quais o Curso Superior de Guerra (CSG).

Desde o início de suas atividades, o CSG tem como público-alvo civis e militares e toma como objetivos estabelecer uma Doutrina de Segurança Nacional, formular uma Política de Segurança Nacional e, por fim, elaborar técnicas de planejamento para a Segurança Nacional (SVARTMAN, 2006). Nos anos 70, o Curso estruturava-se em três períodos de estudo, sendo o primeiro *doutrinário*, o segundo *conjuntural* e o terceiro, voltado para a *aplicação* dos conhecimentos assimilados nos períodos precedentes – o que significa a formulação da Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. As “disciplinas” dos cursos foram agrupadas dentro de cada um desses três períodos (ESG, D1-73; D2,74). O primeiro destinava-se a fornecer uma base conceitual ao estagiário, de modo que o mesmo pudesse refletir apropriadamente sobre os problemas conjunturais trabalhados no segundo período. Inicialmente, portanto, deveriam ser definidos os modos de pensar, a visão de mundo da Escola, que se fundamentava na DSN, para só então o estagiário ter condições de pensar sobre os problemas nacionais (e internacionais). De posse de métodos e conceitos doutrinários apropriados e do conhecimento acerca dos problemas sobre os quais importava refletir e solucionar, partia o estagiário para o terceiro período do curso, em que deveria demonstrar seus conhecimentos através da “formulação de planos, estratégias e políticas a serem aplicadas na sociedade” (SEPÚLVEDA, 2011, p. 154). Todos os temas desenvolvidos ao longo dos três períodos do CSG relacionavam-se às cinco unidades apresentadas a seguir:

- Unidade I) Assuntos Políticos
- Unidade II) Assuntos Econômicos
- Unidade III) Assuntos Psicossociais
- Unidade IV) Assuntos Militares
- Unidade V) Generalidades (ESG, D4-123-72)

A organização do curso baseada nas referidas unidades demonstra claramente sua semelhança tanto com a estrutura programática da disciplina de EPB quanto com a estrutura da pós-graduação em EPB desenvolvida na UERJ, sobre a qual trataremos adiante. Antes disso, é preciso destacar que entre o Curso Superior de Guerra e a pós-graduação em EPB da UERJ está um projeto de curso de Mestrado, também em EPB, criado na ESG em 1973, sob a coordenação do então comandante da Escola, o general João Bina Machado. O referido projeto, apesar de aprovado pelo Conselho Federal

de Educação em 1974, não chegou a ser desenvolvido na ESG, tendo-o sido, em verdade, na UERJ, poucos anos depois, quando Bina Machado já se encontrava reformado e responsável pela Coordenação de EPB nesta universidade. Como o curso de Mestrado não chegou a ser desenvolvido na Escola e sua estrutura e base doutrinária advinham do Curso Superior de Guerra, afirma-se que o CSG foi a fonte de onde se originou a pós-graduação em EPB da UERJ⁴.

O curso de Mestrado criado na ESG, tal qual o CSG, se estruturava a partir de quatro grandes *áreas de concentração*: política, econômica, psicossocial e militar, sendo esta última voltada apenas para militares. Suas disciplinas dividiam-se entre essas áreas e aquela chamada de *área de domínio conexo*, que compreendia a disciplina de Didática do Ensino Superior. O curso compartilhava com o CSG a mesma fundamentação metodológico-doutrinária de suas disciplinas/temas de trabalho, bem como os períodos a partir dos quais se estruturava – embora não fosse usada a mesma terminologia.

Quanto aos objetivos arrolados para o curso de Mestrado em EPB criado na ESG, apresentam-se:

- a) Promover a formação, em nível de pós-graduação dos estagiários e formados do Curso Superior e do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas.
- b) Realizar a pesquisa e o desenvolvimento de estudos sistemáticos de alto nível nas áreas de concentração previstas neste regimento [a saber: política, econômica, psicossocial e militar].
- c) Preparar especialistas, pesquisadores e professores em nível universitário para desempenhar funções de liderança e de superior hierarquia e responsabilidade no magistério e na administração do sistema escolar brasileiro, no que concerne ao Estudo de Problemas brasileiros. (Parecer CFE nº 1.331/74, p. 203).

Como recursos humanos, o Mestrado da ESG contou com um *corpo permanente* composto por oito professores (civis e militares com algum tipo de formação na ESG). Todos versavam “com igual proficiência as áreas

⁴ A análise dos documentos de execução da ESG e do Parecer de Credenciamento do Mestrado em EPB da ESG (Parecer nº 1331/74) nos fez concluir que a estrutura curricular e doutrinária do projeto do Mestrado em EPB proveio do Curso Superior de Guerra.

política, econômica, psicossocial e militar” (PARECER CFE nº 1.331/74), o que lhes permitia preparar “adequadamente” os futuros professores e coordenadores para atuarem no campo de EPB. Por adequadamente, leia-se o grau de comprometimento ideológico e metodológico com a doutrina da Escola. Três dos professores que integraram o corpo docente do Mestrado em EPB da ESG pertenceram também ao corpo docente da pós-graduação em EPB desenvolvida na UERJ. Além desses, ambos os cursos compartilharam também a coordenação do mesmo general.

A pós-graduação em EPB na UERJ

Em 1975, a UERJ criou a Coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros (CEPB) e abrigou, a partir de então, dois cursos de pós-graduação em EPB, uma Especialização e um Mestrado, cujos objetivos e programas explicitavam, de modo claro, interesses do campo militar. Os referidos cursos visavam contribuir para a formação da elite intelectual brasileira (segundo moldes político-ideológicos bem definidos); cuidar para que seus valores morais (cristãos) fossem conservados; colaborar para a formação de professores para atuarem no campo da EMC/EPB nas instituições de ensino brasileiras, conforme determinações do próprio Parecer CFE nº 94/71; e estreitar as relações de colaboração entre a UERJ e o governo federal⁵.

Em 1976, teve início o curso de Especialização em EPB, que atuou como nivelamento para o curso de Mestrado. Este recebeu sua primeira turma em 1977. Ambos permaneceram em atividade até o final dos anos 80. É interessante assinalar que a pós-graduação em EPB desenvolveu-se na UERJ durante o período de abertura política, quando os militares não somente preparavam sua saída do governo, mas também contavam com menor apoio dos segmentos civis da sociedade. Nesse momento, a socialização em sua ideologia política apresentava-se como uma garantia de que o retorno ao

⁵ O interesse da UERJ em construir seu *campus* e de se firmar como uma universidade autônoma – ainda que essa autonomia fosse buscada através da centralização administrativa e não pela densidade acadêmica – levou a universidade a procurar os militares e a compartilhar com eles, além dos valores e da visão de mundo, projetos específicos (como os EPB) e a formação de seus profissionais (MANCEBO, 1995; MANCEBO-LERNER, 2013).

regime democrático-representativo ocorreria sem a tentação das ideologias do campo da esquerda.

A pós-graduação em EPB da UERJ nasceu sob a justificativa de atender a “demanda do mercado de docência em nível superior” de ensino, na área de Estudo de Problemas Brasileiros (CEPB-SR-2, UERJ). Não obstante o objetivo arrolado, pode-se afirmar que estava entre seus principais objetivos a socialização de jovens e adultos em determinadas concepções de mundo e “projetos de Nação” de interesse dos militares, então no governo.

Com relação aos objetivos inicialmente apresentados para a criação do Mestrado em EPB na UERJ, sua Coordenação informa que o curso apresentava “[...] o mesmo objetivo que o autorizado para a Escola Superior de Guerra, cabe[ndo] a proposição de analogia de tratamento” (CEPB-SR-2, UERJ). A CEPB se refere ao Curso de Mestrado em EPB criado na ESG e aprovado pelo CFE em 1974. Além disso, e de forma bastante objetiva, a Coordenação de EPB condiciona a criação do Mestrado em EPB da UERJ à existência do projeto de Mestrado criado dentro da Escola Superior de Guerra. A citação seguinte deixa entrever que tanto o curso de Especialização quanto a CEPB já foram criados com a intenção de receber o curso de Mestrado, funcionando a Especialização como um *nivelamento* para ingresso neste último.

O comandante da Escola Superior de Guerra, [em 1973], determinou a constituição de um Grupo de Trabalho a fim de estudar a viabilidade da criação na Escola Superior de Guerra, do Curso de Mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros. Mandado o Processo ao Conselho Federal de Educação para Parecer, o Conselheiro Tarcísio Meirelles Padilha, exara brilhante Parecer em que coloca de forma nítida a caracterização deste tipo de Mestrado. Desmobilizado o Curso na Escola Superior de Guerra, após a saída do então comandante [João Bina Machado], a UERJ achou por bem convidá-lo para a Coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros e auscultado o Magnífico Reitor foi dado início ao Curso de Nivelamento para o Mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros (CEPB-SR-2).

A pós-graduação em EPB da UERJ estruturava-se a partir de quatro grandes áreas de concentração:

- Desenvolvimento Político
- Desenvolvimento Social
- Desenvolvimento Econômico

- Segurança Nacional⁶

As disciplinas da *área de concentração* recebiam esse nome porque pertenciam ao campo específico de conhecimento, que constituía o objeto de estudo do aluno nos referidos cursos de pós-graduação. Além dessas, o Curso contava também com as chamadas disciplinas da *área de domínio conexo* que, por sua vez, diziam respeito àquelas que envolviam conteúdo didático-pedagógico (Programa do Curso de Mestrado em EPB, 1977 *apud* PROCESSO n° 3602/84 da SR2-UERJ).

| Disciplinas da pós-graduação em EPB-UERJ / 1979 | | Cursos |
|---|--|----------------|
| Disciplinas Didático-Pedagógicas (Domínio conexo) | 1. Currículo e Programas em EPB | Especialização |
| | 2. Didática de Ensino Superior | |
| | 3. Tecnologia Educacional | |
| | 4. Filosofia da Educação | Mestrado |
| | 5. Medidas da Educação | |
| | 6. Estatística Educacional | |
| | 7. Metodologia de Pesquisa Educacional | |
| Disciplinas de Conteúdo Específico (Área de concentração) | 8. Desenvolvimento Político I | Especialização |
| | 9. Desenvolvimento Político II | Mestrado |
| | 10. Desenvolvimento Econômico I | Especialização |
| | 11. Desenvolvimento Econômico II | Mestrado |
| | 12. Desenvolvimento Social I | Especialização |
| | 13. Desenvolvimento Social II | Mestrado |
| | 14. Segurança Nacional I | Especialização |
| | 15. Segurança Nacional II | Mestrado |

Fonte: DELIBERAÇÃO n° 43/79

A divisão das disciplinas em áreas de domínio conexo e área de concentração bem como a tônica dos conteúdos dos trabalhos em ambos os cursos as ligam diretamente ao curso de Mestrado em EPB da ESG – e ao

⁶ No caso do curso da UERJ, a quarta área de concentração dos cursos da ESG, chamada de militar, foi substituída pela área de segurança nacional. No entanto, os temas trabalhados na área de Segurança Nacional continuaram afins à doutrina e integraram temas relacionados a assuntos militares.

Curso Superior de Guerra. A análise das ementas das disciplinas da área de concentração da pós-graduação em EPB da UERJ, conjugada à análise da estrutura curricular do CSG da ESG, nos permite observar grande semelhança entre os temas trabalhados nos referidos cursos. Destacaremos a seguir alguns dos temas comuns a ambos os cursos e chamaremos a atenção para a relação de proximidade existente entre os “períodos” que organizavam o CSG e o curso de Mestrado em EPB da UERJ.

Como visto anteriormente, o CSG estruturava-se em três períodos: Doutrinário, Conjuntural e de Aplicação. Na fase dedicada à Doutrina Básica e à Metodologia (1º período), o *estagiário* entrava em contato com temas relacionados à política nacional; ao poder nacional (e suas respectivas expressões do poder político, econômico, psicossocial e militar); a teorias do desenvolvimento nacional; modelos de desenvolvimento; políticas e estratégias de desenvolvimento e de segurança; teorias da segurança e dos conflitos contemporâneos; informações nacionais; mobilização nacional; e metodologia para o estabelecimento da política nacional. Podemos observar a presença de todos esses temas distribuídos nas quatro disciplinas da área de concentração do curso de Especialização em EPB: Desenvolvimento Político I, Econômico I, Social I e Segurança Nacional I. Funcionando a Especialização como *nivelamento* para o Mestrado, pode-se afirmar que as discussões realizadas no período doutrinário do CSG estavam presentes no curso de Mestrado, constituindo seu “primeiro período” de estudos – o de nivelamento.

De posse dos referidos conhecimentos metodológicos e doutrinários, o aluno do CSG entrava em contato com seu objeto de estudo – os principais problemas nacionais de segurança e desenvolvimento, chamados de conjunturais. Só então estava apto a aplicar seus conhecimentos e a elaborar uma Política Nacional de desenvolvimento e segurança para o Brasil. O processo de formação do Mestre em EPB na UERJ se dava, guardadas as devidas especificidades, de forma semelhante. Para ingressar no Mestrado, o aluno precisava ter concluído o curso de Especialização em EPB, uma primeira fase dos estudos em que tinha acesso a algumas disciplinas didático-pedagógicas e a outras da chamada área de concentração, que reuniam um conteúdo muito próximo daquele trabalhado no período doutrinário do CSG. Findado esse primeiro período, que pode também ser definido como de socialização em conhecimentos doutrinários “essenciais” para pensar os problemas brasileiros, o aluno era apresentado aos referidos óbices ao desenvolvimento e à segurança nacional. Este representava o “segundo

período” de formação do curso, equivalente ao conjuntural do CSG, que no caso tinha início com o ingresso no curso de Mestrado em EPB e a realização das seguintes disciplinas da área de concentração: Desenvolvimento Político II, Econômico II, Social II e Segurança Nacional II.

O período dedicado à aplicação dos conhecimentos e métodos assimilados no decorrer da Especialização e do Mestrado ficava expresso na elaboração da dissertação de Mestrado, cujo tema vinculava-se, necessariamente, a um dos quatro campos/áreas de concentração do curso.

A análise das unidades didáticas do período conjuntural do CSC e das disciplinas do Mestrado em EPB da UERJ nos permite mapear os temas abordados em ambos os cursos, tomados como problemas brasileiros a serem conhecidos, interpretados e equacionados para o alcance do desenvolvimento e da segurança do país, dentre os quais podemos citar:

- Relações internacionais (do Brasil com os EUA e a Europa) e política externa
- Partidos e sistema político no Brasil
- Planejamento econômico brasileiro
- Problema energético brasileiro
- Integração nacional
- Ciência, tecnologia e desenvolvimento brasileiro
- Educação, saúde e desenvolvimento
- Segurança nacional
- Comunicação/informação no Brasil
- Comunismo/movimento comunista
- Políticas de estratégias e segurança nacional
- Conselho Nacional de Segurança
- Estado-Maior das Forças Armadas/EMFA
- Doutrina de Segurança Nacional (ESG, D4-123-72; ESG, D1-73, PROCESSO n° 3602/84 da SR2-UERJ).

A fundamentação metodológico-doutrinária tanto do CSG quanto dos cursos de pós-graduação em EPB da UERJ assentava-se na Doutrina de Segurança Nacional, o que fica expresso claramente nos temas citados, trabalhados em ambos os cursos.

Outro fator que constitui as engrenagens do projeto criado pelos militares para socialização de sua ideologia política e que contribuiu para a semelhança estrutural entre os cursos da ESG e da UERJ diz respeito aos recursos humanos envolvidos com sua criação e desenvolvimento. Uma estrutura hábil para socializar a Doutrina de Segurança Nacional não poderia

prescindir da participação de militares e civis formados pela ESG (e/ou afins à sua doutrina) na coordenação dos cursos de pós-graduação e em seu corpo docente. Além de Bina Machado, ex-comandante da ESG e coordenador da pós-graduação em EPB da UERJ, três desses oito professores do corpo permanente do Mestrado em EPB da Escola integraram o corpo docente da pós-graduação em EPB da UERJ: João de Alvarenga Soutto Mayor, Luiz Carlos Bastos Hosken e João Marinônio Aveiro Carneiro, tendo este último também assumido funções de coordenador da pós-graduação em EPB. Outros militares e civis com formação na ESG integraram o corpo docente e/ou assumiram funções na coordenação de EPB, dentre os quais estão o general Horácio Lemos Corrêa e o coronel Ítalo Costa Jóia.

Considerações Finais

Na contramão dos interesses dos militares, e apesar de toda a estrutura montada na UERJ, o desenvolvimento da pós-graduação em EPB, no decorrer dos anos 80, mostrou-nos que o projeto de socialização na ideologia política do regime militar, se não malogrou, teve vida mais curta do que a idealizada. O arrefecimento do Regime Militar e do poder de influência dos militares dentro da universidade associado a mudanças no cenário político estadual e na própria reitoria da UERJ culminaram em transformações também na estrutura da pós-graduação em EPB – o que incluiu modificação nos nomes das disciplinas e áreas de concentração. Apesar dessas modificações, o conteúdo disseminado através de ambos os cursos de EPB permaneceu reproduzindo temas, noções, ideias e projetos caros aos militares e contidos na Doutrina de Segurança Nacional. Esse processo só teve fim com a extinção dos Estudos de Problemas Brasileiros na UERJ, no final da década de 1980⁷.

Ao longo deste artigo, ainda que de forma breve, pudemos atestar a compatibilidade estrutural e ideológica "dos Estudos de Problemas Brasileiros" na UERJ com projetos e cursos desenvolvidos dentro da Escola Superior de Guerra. A referida compatibilidade mostrou-se expressa

⁷ A disciplina de EPB foi formalmente extinta, na UERJ, em 1989, e os cursos de Especialização e Mestrado, em 1988. As atividades da pós-graduação seguiram até 1993, quando foi defendida a última dissertação de Mestrado pelo Programa de EPB da UERJ.

não somente no conteúdo de uma disciplina obrigatória, como o foi EPB, mas na estrutura da pós-graduação em EPB, criada espontaneamente pela universidade, com a cuidadosa colaboração de militares *esguianos*. A identidade politico-ideológica encontrada entre a pós-graduação em EPB da UERJ e o CSG / Mestrado em EPB da ESG (expressa na convergência entre seus programas e na fundamentação doutrinária de seus cursos) permite-nos corroborar a tese de que os Estudos de Problemas Brasileiros foram criados com a função de socializar jovens e adultos na ideologia política do Regime Militar. Em outras palavras, pode-se dizer que a criação da pós-graduação em EPB foi concebida para disseminar, em meio civil e, especialmente, em campo legitimamente voltado para a produção de conhecimento, valores, ideias e projetos de Brasil que outrora haviam permitido a manutenção e a legitimidade do Regime Militar.

Partindo da premissa de que, em todos os tipos de regime, seus atores dominantes buscam disseminar sua ideologia política entre os atores relevantes do sistema, ou seja, procuram influenciar o processo de socialização política – como bem aponta Mário Brockmann Machado (1980) –, não estranha o esforço dos militares em criar instrumentos para reprodução de sua ideologia. Pode-se afirmar, no entanto, que o referido processo de socialização não logrou os resultados esperados pelos militares, apesar da robusta estrutura criada por eles e da grande sobrevida dessa estrutura nas instituições de ensino brasileiras. A rejeição generalizada aos *Estudos de Problemas Brasileiros* – no ensino superior e na pós-graduação –, tanto por alunos quanto por professores (que se recusavam a ministrar a disciplina de EPB em conformidade com o conteúdo determinado pelo CFE), em várias universidades Brasil afora, atesta senão o insucesso dessa experiência de socialização política, a não concretização de seus objetivos iniciais.

Referências

- BOMENY, Helena Maria Bousquet. (1981) *Paraíso Tropical: a ideologia do civismo na TVE do Maranhão*. Rio de Janeiro: Achiamé. militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 4, 3ª Ed., p. 13-42.
- BORGES, Nilson. (2009) "A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares". In: Jorge Ferreira; Lucília Almeida Neves (Orgs.); *O Brasil Republicano - O Tempo da Ditadura: regime* CUNHA, Luiz Antônio. (2010) Ambiguidade ideológica na universidade: os estudos de problemas brasileiros. *Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas/CFCH da UFRJ*. Ano 1, v. 1, p. 10-33.

- (2012) Os estudos de Problemas Brasileiros na UFRJ: aproximações institucionais. *Revista Contemporânea de Educação*. Faculdade de Educação, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 193.
- (2007). "Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931/1997". *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo), v. 37, nº. 131, p. 285-302.
- HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini; VICINO, Mariângela de Lello.
 (2007) *Movimento estudantil: história e memória do Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira (CAASO)*. Coleção Nova História. São Carlos: EDUFSCar.
- MACHADO, Mário Brockmann.
 (1980) Ideologia, Socialização Política e Dominação. *Dados*, v. 2, p. 131-149.
- MANCEBO, Deise.
 (1995) *Da gênese utilitária aos compromissos: uma história da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1950-1978)*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo.
- MANCEBO-LERNER, Samara L. T.
 (2013). *A pós-graduação em Estudo de Problemas Brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Maria Aparecida Brisolla.
 (1982). *Política e educação no Brasil: a implantação da obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica no ensino brasileiro em 1969*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SANTOS, Everton Rodrigo.
 (2010) *Poder e Dominação no Brasil: A Escola Superior de Guerra (1974-1989)*. Porto Alegre: Sulina; Novo Amburgo: Feevale.
- SEPÚLVEDA, José Antônio Miranda.
 (2011) *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- SVARTMAN, Eduardo Munhoz.
 (2006) *Guardiões da nação. Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Documentos utilizados:

- CEPB. Coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros, UERJ.
 (1975) Programa analítico da disciplina de EPB, de 11 de agosto de 1975.
- CEPB-SR-2. Coordenação de Estudo de Problemas Brasileiros-Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, UERJ.
 (Sem data) Pedido de Credenciamento do Curso de Mestrado em EPB, UERJ. Material enviado à Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ, entre 1980 e março de 1983, para ser encaminhado à CAPES e ao CFE.
- (12 de setembro de 1969). DECRETO-LEI nº 869 do Conselho Federal de Educação, Brasil.
- (14 de janeiro de 1971). DECRETO nº 68.065 do Conselho Federal de Educação, Brasil.
- (21 de fevereiro 1979). DELIBERAÇÃO nº 43 do CSEP, UERJ (Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da UERJ).
- (1975) Dispõe sobre o Curso de Mestrado em EPB da UERJ.
- ESG, D1-73.
 (1973) Currículo dos Cursos. Departamento de Alunos.
- ESG, D2-73.
 (1973) Programa de Estudos (anexo C ao PGE/73). Departamento de Alunos.

ESG, D2-74.
(1974) Plano Geral de Estudos Para o Ano Letivo de 1974. Departamento de Alunos.

ESG, D4-123-72.
(1972) Programa do 2º Período do Ano Letivo de 1972. Departamento de Alunos, 1972.

ESG, Regulamento.
(1973).

(04 de fevereiro de 1971). PARECER nº 94 do Conselho Federal de Educação, Brasil.

(09 de maio de 1974). PARECER nº 1.331 do Conselho Federal de Educação, Brasil.

(1974) Credenciamento do Curso de Pós-Graduação – Nível de Mestrado – em Estudos Brasileiros.

PROCESSO nº 3602 da SR-2 (Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UERJ).
(1984). Trata do processo de regulamentação do Curso de Mestrado em EPB da UERJ, aberto em 24 de setembro de 1984 e encerrado em 19 de outubro de 1987 pela Deliberação nº 182 do CSEP, UERJ.

Recebido em
fevereiro de 2014

Aprovado em
julho de 2014

Artigos

Os pontos de vista do morador da periferia: o outro lado da política urbana¹

Maria Thereza Rosa Ribeiro*

Resumo

Este artigo tem por assunto as representações de grupos sociais, cujas práticas são (in)visíveis e (des)conexas em relação a políticas de planejamento da cidade. Discorre a representação dos moradores que vivem na periferia, não somente em virtude da desigualdade de distribuição de recursos econômicos, embora, por isso, atendidos por políticas sociais de Estado. Busca-se apresentar as entrevistas com lideranças de moradores de três loteamentos na cidade de Pelotas (RS)², pelas quais se observa que a produção de significados do mundo vivido reproduz práticas culturais dominantes em espaços compartilhados por indivíduos possuidores de diferentes repertórios e visões de mundo. Constata-se, entretanto, que a “variação intraindividual” de significações oferece o repertório vinculado à “pluralidade de oferta cultural”, como argumenta Lahire (2006. p. 54-55), e possibilita “resistir à legitimidade cultural dominante”.

Palavras-chave

Representação. Periferia. Disposição intraindividual.

Abstract

This article is subject representations of social groups whose practices are (in) visible to policies regarding city planning. Discuss the representation of outskirts dweller that inhabit in

¹ Uma versão deste texto foi apresentada no XVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia 10 a 13 de setembro de 2013, Salvador, Bahia. Grupo de Trabalho 16: Movimentos Sociais na atualidade: reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos.

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); professora Associada do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, no Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: mtherezaribeiro@gmail.com.

² Pelotas, município brasileiro localizado na região Sul do estado do Rio Grande do Sul.

precarious urban spaces, not only because of the unequal distribution of economic resources, though, so, attended by social policies of the state. We seek to present interviews with leaders from residents of three urban settlements in the city of Pelotas (RS), in which we observed that the production of meanings of the lived world reproduces dominant cultural practices shared by individuals possessing different repertoires and worldviews spaces. We note, however, that the "intra-individual variation" of meaning is linked to the "plurality of cultural offer", as argued Lahire (2006, p.54-55) and enable "resist the dominant cultural legitimacy."

Keywords

Representation. Outskirts dwellers. Intra individual disposition.

Introdução

O contexto da pesquisa sobre as representações dos moradores da periferia foi desenhado no final da investigação do projeto Cidade, sociabilidade e desigualdade social³, que tratou a reformulação do planejamento municipal de Pelotas, especificamente do projeto do IIIº Plano Diretor, elaborado pelo Conselho do Plano Diretor (CONPLAD) de Pelotas no período de 2002 a 2006. O estudo convergiu para a análise da configuração do CONPLAD, pela qual se apreendeu a posição dos diferentes representantes da sociedade civil, do governo e do mercado (sobretudo promotores imobiliários), atinente à proposta de mudança do plano diretor do município de Pelotas. Também se levou em consideração o Estatuto das Cidades, lei federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e introduz diretrizes gerais da política urbana. Realizaram-se entrevistas tanto com representantes do CONPLAD⁴ quanto com lideranças de moradores

³ Projeto de pesquisa aprovado com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (2008-2010) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS (2007-2011).

⁴ Ribeiro, Maria Thereza Rosa. "Políticas de participação: o lugar do ator/ agente na reconstrução da cidadania". In: Léo Peixoto Rodrigues; Marcus Vinicius Spolte (Orgs.); *Sociologia: conexões pertinentes*. Pelotas: Editora UFPel, 2012, v. 1. p. 169-196. Ribeiro, Maria Thereza Rosa. "Cidade e desigualdade: os novos arranjos institucionais e repercussão sociopolítica". In: Rosângela Marione Schulz (Org.); *Ensaio de Sociologia e Política*. Pelotas: Editora UFPel, 2010, v. 1. p. 177-201. Ribeiro, Maria Thereza Rosa; Pereira, Alaídes Catarina dos Santos. *Práticas Participativas e Conselho de Gestão das Cidades*. Pensamento Plural - UFPel, v. 6, p. 71-95, 2010.

que coabitam na região centro/periferia da cidade de Pelotas.

Na época da pesquisa, averiguava-se, em entrevista com as lideranças de moradores, se a discussão do plano diretor contribuiu de fato para a construção de um espaço de negociação e intervenção no território. Portanto, indagava-se se ao morador de baixa renda estava aberta a possibilidade de participar do debate do novo plano diretor, realizado em fóruns, conferências da cidade, e da escolha de porta-voz (mediador) no CONPLAD, a fim de encaminhar demandas por melhorias de saneamento básico, de infraestrutura, moradia etc. O objetivo das entrevistas foi o de conhecer os pontos de vista das lideranças de moradores e a situação em que vivem, bem como perceber a potencialidade da ação das lideranças para estabelecer redes de negociação e de vínculos sociais na esfera pública. A hipótese da pesquisa era de que o debate do plano diretor robusteceria o potencial da ação não só dos atores instituídos pela condição de cidadania, a exemplo dos representantes do CONPLAD, porém também dos moradores da periferia, classificados pela cultura dominante como cidadãos de segunda categoria em virtude da condição de pobreza.

Por fim, chegou-se ao resultado de que para os representantes de entidades (ONGs, sindicatos, associações etc.) participantes do CONPLAD, é difícil legitimar demandas que emanam de propostas dos grupos sociais os quais as entidades representam, em virtude da correlação de forças com os promotores imobiliários (sobretudo a construção civil). Essa situação leva muitas vezes à desistência dos representantes da sociedade civil de participar de conselhos e fóruns de discussão de assuntos públicos. Já para os moradores da periferia, se a possibilidade de atuar e decidir, nos espaços institucionalizados, é mais remota, resta-lhes a ação coletiva nos enfrentamentos públicos, a qual desvela a necessidade de melhores condições de moradia e infraestrutura urbana, e a denúncia da desigual oportunidade de acesso a bens, equipamentos e serviços nos centros urbanos.

Delimitação do espaço dos moradores da periferia

O objetivo deste artigo é tratar dos pontos de vista dos moradores da periferia, no que tange à condição de moradia e percepção dos laços sociais advindos do lugar onde estão situados. Discorrer sobre a representação dos moradores que vivem na periferia, não somente em virtude da desigualdade de distribuição de recursos econômicos, embora, por isso, atendidos por

políticas públicas estatais. Para definir a periferia, atenta-se a referência a duas variáveis: renda familiar e propriedade, tendo em vista localizar grupos sociais não proprietários que coabitassem nas regiões centro / periferia de Pelotas. Conforme o censo do IBGE (2000): “o não proprietário é o que não tem imóvel próprio, sejam os que pagam aluguel, posseiros ou moram de favor/cedido em um domicílio, com renda entre 1 a 3 salários mínimos familiar com referência ao salário mínimo nacional (SM/BR)” (IPO, 2002, p. 9)⁵.

Cabe mencionar que, em 2000, o diagnóstico do déficit habitacional em Pelotas era estimado em 14 mil domicílios – entre urbanos e rurais – para uma população urbana de 297.825 e rural de 25.333 habitantes. Atualmente, a zona urbana de Pelotas atinge uma população de 306.193 habitantes e a rural, 22.082 (IBGE, 2010). A cidade possui 113 mil domicílios cadastrados no IPTU, e seu déficit habitacional é de 11,93% (aproximadamente 13.598 domicílios). Esse índice é considerado elevado se comparado a cidades brasileiras de médio porte, as quais apresentam em média 6% de carência habitacional⁶.

A informação geral do déficit habitacional de Pelotas ainda contribui para selecionar os moradores de renda familiar de 0 a 3 salários mínimos (S.M) que vivem em domicílios precários nas regiões: Fragata (Zona Oeste), Areal / Laranjal (Zona Leste) e Centro/Porto (Zona Central/ Zona Sul). Com base nesses dados, busca-se conhecer os problemas urbanos e sociais, especificamente nos loteamentos: Navegantes I e II, ambos localizados entre Areal e Centro; Anglo nas regiões Centro/Porto e FRAGET (Associação das Vilas Reunidas Farroupilha, Real, Aurora, Guabiroba, Elza, Treptow) na Fragata. A situação socioespacial dessas áreas consiste em loteamentos com moradia e infraestrutura precárias, com assentamentos em áreas de risco e com falta de regularização fundiária. Os loteamentos Navegantes I

⁵ Os dados da pesquisa do Instituto de Pesquisas de Opinião (IPO) sobre o déficit habitacional da zona urbana de Pelotas, levantados no mês de maio de 2002, serviram de referência para a escolha das localidades onde moram moradores de baixa renda, de zero a três salários mínimos.

⁶ Informações do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), apresentado na audiência pública que integrou a 5ª Conferência Municipal da Cidade, promovida pela Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana (SGMU) de Pelotas em 15 de junho de 2013. Fonte: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhc.php?controle=MjAxMy0wNi0xNQ=&codnoticia=34439> . Acesso em: 09 de agosto de 2013.

e II, Fraget e Anglo estão localizados em áreas próximas à região central da cidade de Pelotas, embora configurem a periferia, cujos moradores de origem das classes trabalhadoras percebem, no dia a dia, a ínfima aplicação de investimentos públicos voltados para melhorar as condições de habitação, serviços de água e esgoto, equipamentos urbanos, bem como oferta de emprego.

Tem-se o entendimento de que os limites de acesso aos serviços urbanos e seu substrato à terra caracterizam o espaço da periferia como campo de reprodução de desigualdades sociais. Sob o aspecto econômico, a existência da periferia pode significar e abranger “as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial”, como a definem os autores Bonduki e Bonduki (1979, p. 147). Isto é, na concepção marxiana, a renda diferencial e a renda absoluta são componentes distintos da renda fundiária. Ao transpor essa distinção ao processo de urbanização, Bonduki e Bonduki esclarecem que a renda diferencial se constitui “nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e nos diferenciais de investimentos sobre eles, ou no seu entorno, aplicados.” Esse componente de renda diferencial se adiciona à renda absoluta que deriva da remuneração paga na forma de aluguel e compra de terreno, em virtude da existência da propriedade privada (BONDUKI; BONDUKI, 1979, p. 147). O acesso a serviços urbanos, a exemplo de transporte, serviços de água e esgoto, energia elétrica, escola, comércio etc., propicia a valorização de localidades urbanas, cuja demanda para fins de moradia também expressa a busca de incorporar o *status* da vizinhança. Contudo, a população pobre, desempregada e de baixa renda fica relegada às áreas com menor aplicação de serviços urbanos, por essa razão, paga um preço muito baixo pelo direito de morar.

Entretanto, como enfatiza Singer (1979, p. 27-28), há de se considerar a dessemelhança entre o caráter diferencial da renda da terra urbana paga pelas empresas imobiliárias e pelos consumidores. As empresas têm em vista o máximo proveito retirado, principalmente, da situação privilegiada de áreas bem servidas para ocupação dos grupos sociais de renda mais elevada. Isso confere a renda de monopólio da promoção imobiliária, a qual instiga a privilegiar determinadas localidades “em medida tanto maior, quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda” (SINGER, 1979, p.27). Já a renda diferencial paga pelos consumidores (moradores) “depende de sua quantidade, da repartição da renda pessoal e de necessidades míticas que a própria promoção imobiliária cria.” (SINGER, 1979, p.28).

Nesses termos, a periferia é caracterizada, empiricamente, como a

localidade com baixo investimento em serviços urbanos, ou pior servida por estes, por isso o preço de morar é mais barato, e o prestígio social de quem nela habita é depreciado no mercado econômico e simbólico dominante. Essa classificação de periferia vincula “a ocupação do território urbano à estratificação social”, portanto também a formação de espaços de segregação social, como afirmam Bonduki e Bonduki (1979, p. 148), bem como Singer (1979, p.27). Em analogia ao “subúrbio” analisado por Martins (1992), ainda em termos quantitativos, a produção do espaço “periferia” implica a predominância de “a renda fundiária e a riqueza imobiliária e a pobreza que delas decorre” (p. 16) sob a especulação dos preços dos imóveis. A periferia está distribuída no espaço urbano não apenas como espaço de exclusão, mas também de reprodução das relações sociais implícitas na expansão das cidades.

Essas definições econômicas de periferia convertidas à perspectiva sociológica de Bourdieu (1989; 1996) significam relacionar as condições geográficas ou físicas de localização dos terrenos, que podem aproximar os agentes numa região mais homogênea do espaço urbano, com a distribuição das diferentes espécies de capital (econômico, cultural, simbólico) que as distanciam no espaço social. Apesar da proximidade geográfica e física inter e intra às regiões centro e periferia, as distâncias sociais pressupõem o distanciamento no espaço de relações hierarquizadas pela distinção de modos de vida e de preferências, sustentadas pela posição de agentes em diferentes campos de concorrências, disputas e reciprocidades. Nesse sentido, a aproximação predispõe pessoas situadas em posições superiores, inferiores ou intermediárias, em determinada microrregião, dadas a características mais homogêneas do tipo de capital cultural herdado, adquirido e institucionalizado, incorporado ao mesmo tempo ou sucessivamente. A incorporação de similares tipos e padrões de propriedades (habilidades), bens, preferências, gostos etc. fazem as pessoas estarem mais perto umas das outras, portanto “mais inclinadas a se aproximar; e também mais fáceis de abordar, de mobilizar” (BOURDIEU, 1996, p. 25) o poder simbólico que o agente suporta.

Sendo assim, as diferenças das espécies de capitais (econômico, cultural) adquiridas e incorporadas pelos agentes e grupos sociais, durante momentos diferentes de suas vidas, estruturam o campo hierarquizado pela diferenciação do lugar no espaço constituído relacionalmente. Apreende-se da leitura bourdieusiana, portanto, que na prática o que existe são estratos de grupos relativamente homogêneos que ocupam o espaço social de forma diferencial

em razão dos diversos capitais que possuem. Por sua vez, a periferia pode ser concebida como campo diferencial de significados os quais são produzidos, conforme condições sociais e situações históricas, pelas variações cognitivas dos agentes a respeito do mundo em que vivem.

Por fim, considera-se que “a baixa renda diferencial” e as variações das disposições de significados dos agentes no campo de disputas, concorrências e reciprocidades configuram a periferia como espaço de diferenciação hierárquica de *status* negativo, que reproduz o espaço urbano mais amplo. Contudo não é um espaço exclusivamente homogêneo, pois se pode considerar que há múltiplas periferias, como explicitam Bonduki e Bonduki (1979, p.148):

(...) não existe uma única periferia uniforme, mas muitas, com características diferentes, pois mesmo dentre os territórios da cidade mal servidos, há uma graduação e uma hierarquização muito grande, desde o que não tem ruas até o que tem água e não asfalto, etc., nas mais diversas localizações.

Desse modo, ainda retomamos Bonduki e Bonduki (1979, p.148) para afirmar que entre as “várias periferias”,

a população de baixa renda se deslocará, vendendo sua casa e mudando seu local de moradia; provavelmente, se deslocará no sentido do gradiente declinante da renda diferencial, ou seja, de uma periferia para outra mais carente, reproduzindo seu espaço para reproduzir sua força de trabalho.

Por outro lado, em termos qualitativos, a periferia é o lugar do *habitat*, lugar para “comer, dormir e trabalhar, reproduzir-se” conforme Lefebvre (2008, p. 78), porém também “lugar do vivido” enquanto memória fragmentária da experiência cotidiana concebida como senso comum. Este exerce a função ideológica e de representação “que cimenta a unidade contraditória dessas aparentes dicotomias” do lugar para morar e trabalhar (MARTINS, 1992, p. 15). No movimento de busca de memória, o sentido da historicidade privada e esmagada de sentidos pelo poder dominante da “História” da reprodução das relações é descoberto cotidiano e fragmentário, como mundo significativo do “vivido” reprimido e esquecido, como salienta Martins.

O cotidiano é o espaço vulnerável e resistente cuja estrutura corpórea possibilita refutar “a reprodução das relações que o esmagam e o privam de tudo.” (LEFEBVRE 1977, p. 251). Similar ao corpo, o cotidiano é o

“Fundamento tanto das necessidades e do desejo, como das representações e dos conceitos, sujeito e objeto filosóficos e, mais e melhor, base de toda a práxis e de toda a reprodução”, portanto é o foco de resistência, se não ostensiva, silenciosa, “à reprodução das relações opressivas”, Lefebvre conclui.

Por fim o contraste dos argumentos dos autores supracitados colabora para avançar o enfoque bourdieusiano de estudo de microrregiões homogêneas onde os agentes sociais estruturam o campo hierarquizado pelas disposições relacionalmente incorporadas, adquiridas e institucionalizadas. Tem-se em vista compreender o vivido, o lugar onde está retido o sentido da ação precedida e esmagada pela unicidade da “oferta cultural dominante” (LAHIRE, 2006), a partir da reação dele (do vivido) ao poder simbólico (força opressiva) do espaço constituído pelo qual atravessa a manifestação de vários pontos de vista “repertórios, hábitos e disposição de agir e crer” (LAHIRE, 2002; 2006).

A observação direta da ação dos moradores da região centro-periférica da cidade de Pelotas propicia apreender esses repertórios que traduzem a percepção dos moradores referida à situação da localidade e do lugar onde coabitam. O propósito é o de ressaltar, por meio das disposições de agir e crer dos agentes, o potencial de resistência dos grupos sociais que pode ser constatado, como diz Lahire (2006, p.54), na

variação intra-individual das práticas e das preferências culturais [que] constitui o traço e o sintoma, na escala do social incorporado, da pluralidade da oferta cultural, de um lado, e da pluralidade de grupos sociais, de outro (dos mais micro aos mais macro), capazes de sustentar (suportar) essas diferentes ofertas culturais específicas, que compõem nossas formações sociais altamente diferenciadas.

Entende-se que a trajetória do indivíduo se realiza numa pluralidade de contextos sociais, seja a família, os amigos, o trabalho, a associação, o clube, a escola etc., onde as experiências socializadoras fornecem, durante momento simultâneo ou sucessivo em quaisquer desses contextos, os “quadros sociais da memória” dos indivíduos (HALBWACHS *apud* LAHIRE, 2002, p. 31). A partir das práticas desempenhadas em múltiplos contextos, é possível descobrir a heterogeneidade de pontos de vista e a variedade de tipos de experiências sociais. Ou seja, os indivíduos internalizam a pluralidade de práticas, de preferências culturais, de inclinações, de disposições etc. como quadro social de memória (o vivido), cujo produto são os repertórios dos

hábitos que traduzem as variações intraindividuais escoradas em diferenciados contextos dos quais os indivíduos participam.

A periferia: espaço diferencial de reprodução de relações sociais

Em janeiro e fevereiro de 2009, a investigação empírica foi desenvolvida com estudos exploratórios nas localidades Navegantes (situada entre as regiões Centro e Areal), Anglo (Centro / Porto) e por último no FRAGET (Reunião de Vilas Farroupilha, Real, Aurora, Guabiroba, Elza, Treptow) na região Fragata, e com sete entrevistas realizadas com os moradores desses loteamentos. Contudo, neste artigo, acrescentam-se informações sobre intervenções de programas sociais e institucionais implantados a partir de 2010 que alteraram as relações sociais nos loteamentos referidos, assim como pontos de vista sobre a discussão do IIIº Plano Diretor do município de Pelotas.

Características físicas e sociais específicas da periferia (dos loteamentos)

O Loteamento Navegantes é dividido em Navegantes I, II e III. Nos dois primeiros, observou-se que possuem uma estrutura melhor em relação ao Navegantes III. Nesse último, as ruas não possuem calçamento, e as ligações de água e luz são realizadas pelos próprios moradores, ao passo que o Navegantes I e II apresentam calçamento e algumas ruas asfaltadas, a água e a luz fornecidas pelos SANEP⁷ e CEEE⁸, esgoto canalizado (na maioria das ruas). Um posto de saúde atende as três divisões do Loteamento Navegantes.

A associação de moradores do Navegantes I possui estatuto e está registrada em cartório, mas ainda não tem sede. Todos os anos, os moradores se reúnem para a realização de festas e eventos comemorativos. Por sua vez, no Navegantes II, a Associação dos Moradores do Bairro Navegantes (AMOBAN) possui

⁷ Empresa de Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, Rio Grande do Sul.

⁸ Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul.

sede própria, onde realizam cursos de alfabetização de adultos, de artesanato para donas de casa: tricô, renda, costura etc. O loteamento Navegante III é o que possui a pior condição física e de localização, por isso não foi possível entrevistar os moradores.

No Loteamento Anglo, localizado na região Porto, das 150 famílias moradoras, aproximadamente 90 estão assentadas em área de risco. A comunidade não dispõe de saneamento básico, a rede de energia elétrica e de abastecimento de água é clandestina, as ruas estreitas, não há calçamento nem esgoto canalizado ou coberto. A maioria das casas de madeira é construída com material precário. Todo o lixo é jogado no Arroio Pepino, que passa ao lado do loteamento. O mesmo arroio deságua no Canal São Gonçalo. É comum ocorrer enchente nessa área, pois o terreno é baixo à beira do arroio, portanto sempre inunda com o excesso de chuva. A fonte de renda das famílias é o Programa Bolsa Família⁹, e a complementam como o trabalho de catadores de lixo. A comunidade possui uma associação de moradores, porém carece de uma sede, e as reuniões são realizadas na rua.

A partir de 2010, as condições habitacionais e de infraestrutura do Loteamento Anglo têm se alterado, devido ao fato de o município de Pelotas em 2008 ter sido contemplado com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Farroupilha, pelo qual obteve recurso para diversas obras, entre elas quatro conjuntos habitacionais: Anglo, Ceval, Vila Farroupilha e Osório.¹⁰

⁹ O Programa Bolsa Família (PBF) criado pelo Governo Lula em 2003 é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. A seleção das famílias para o PBF é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Fonte: www.mds.gov.br. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

¹⁰ A assinatura do contrato foi realizada, em maio de 2008, pelo então prefeito Fetter Júnior (PP), e a contratação da empresa Artefatos de Concreto Pedro Osório (ACPO), vencedora da licitação para as obras de infraestrutura - rede de esgotos, terraplanagem, pavimentação e rede de água -, ocorreu em dezembro. No final de abril de 2009, a empresa foi liberada para começar as obras. Um ano após, o empreendimento vencedor do projeto de licitação para construção das casas - não só do Anglo, como do Ceval e do Osório -, Pérgola Arquitetura Construção e Restauração Ltda, abandonou o canteiro de obras devido a problemas financeiros. Seis meses mais tarde a prefeitura rescindiu o contrato e teve de abrir um novo processo de licitação com os valores atualizados. A contratação de outra empresa, Quality Engenharia Ltda, vencedora da nova licitação, porém, só ocorreu um ano depois, em setembro de 2011. Fonte: <http://cufapelotas-rs.blogspot.com.br/2013/07/atraso-na-entrega-do-loteamento-anglo.html>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

No que tange aos recursos destinados ao Anglo, o valor total da obra, firmado desde 2008, é de R\$ 3 milhões, a serem gastos R\$ 1,6 milhão com as habitações, R\$ 1,2 milhão com infraestrutura e R\$ 200 mil com o Centro comunitário. Este último foi entregue, recentemente, na segunda semana de julho de 2013. O recurso para habitação abrange gastos com a construção de 90 casas. Entre janeiro e março de 2012, 58 famílias sorteadas receberam suas respectivas casas. As 32 famílias restantes, entre elas oito tiveram sua antiga casa retirada devido à necessidade de espaço para execução das obras no loteamento, essas famílias aguardam a construção das moradias. As novas casas têm dois pequenos quartos, sala conjugada à cozinha e um banheiro. As famílias do Anglo esperam a continuação das obras da rede elevatória de esgoto que está parada, bem como os ajustes na infraestrutura da rede de esgotos, terraplanagem, pavimentação e rede de água.¹¹

Por último, nas vilas FRAGET atua a Associação de Catadores de Lixo, onde 12 famílias garantem seu sustento, trabalhando diretamente com reciclagem de lixo. Também aproximadamente 60 famílias se beneficiam da coleta de lixo e vendem para a mesma associação. Na época da entrevista, os associados reclamavam da falta de reconhecimento da Associação de Catadores de Lixo pelos poderes públicos locais. Eles enfrentam dificuldades quanto à ausência de infraestrutura adequada para o funcionamento do local de reciclagem de lixo. A associação oferece curso para alfabetização de adultos. A comunidade do FRAGET conta com o atendimento de um posto de saúde para as vilas Farroupilha, Real, Aurora, Guabiroba, Elza e Treptow. Os moradores queixavam-se de problemas, sobretudo da Vila Farroupilha, como a falta de saneamento básico, de transportes coletivos, de iluminação e o crescimento da violência.

Repertórios do morador da periferia

Com as entrevistas, buscou-se conhecer os repertórios das lideranças de moradores, as variações intraindividuais concernentes às disposições e

¹¹ Dos loteamentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Farroupilha, apenas o Ceval foi entregue. O Osório, assim como o Barão de Mauá - construído para as 152 famílias vítimas das enchentes de 2009 que moram em área de risco -, aguarda o término de uma rede elevatória de esgoto que está em construção e ajustes na infraestrutura. Algumas casas do Barão de Mauá foram, porém, entregues pela Prefeitura de Pelotas em junho de 2012. Fonte: <http://cufapelotas-rs.blogspot.com.br/2013/07/atraso-na-entrega-do-loteamento-anglo.html>. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

hábitos (LAHIRE, 2002, 2006), manifestos em narrativas heterogêneas sustentadas no trabalho, na família, na escolaridade e nas preferências culturais. Também se tratou sobre o significado do plano diretor da cidade, se os moradores haviam participado dos fóruns de discussão e encaminhado demandas. Se o espaço democrático de reformulação do plano de diretor (2002-2008) foi aberto aos moradores da periferia, sobretudo os de baixa renda, a possibilidade de reivindicar melhorias à situação precária – falta de saneamento básico, de infraestrutura, de moradia, serviços etc. em que vivem. Quais são as estratégias para tornar visíveis os problemas e as demandas dos moradores da periferia?

As respostas obtidas com quatro lideranças dos loteamentos: a primeira, do Navegantes I; a segunda, do Navegantes II; a terceira, do Anglo, e a última com os membros da Associação de Catadores do FRAGET, se guem:

1. A liderança dos moradores do **Loteamento Navegantes I** tem 31 anos. Possui ensino fundamental incompleto (até 5ª série). Ele é operário, trabalha na Secretaria de Cidadania do Município de Pelotas. Já foi filiado ao Partido PDT. Gosta de futebol e maratona. Vive uma união estável há 11 anos, possui dois filhos (um, é da primeira união da sua mulher; outro é de ambos). A mulher é agente comunitário, trabalha no Posto de Saúde do Navegante II, possui ensino fundamental completo. Ele assiste ao jornal da TV Record, ao programa de TV Fantástico aos domingos. Admira o jogador Ronaldinho, a música sertaneja do cantor Zeca Camargo e o ator Tarcísio Meira. Não participou dos fóruns de discussões do plano diretor, porque não foi chamado para participar e argumentou: “Talvez por não ter um ponto de referência [uma sede da associação], eles [Prefeitura e a Câmara de Vereadores] não chamam”. Disse que os moradores encaminham reivindicações à Prefeitura: “Todos os anos, qualquer dia. Tenho mais relação com os secretários, porque sou funcionário da Prefeitura e, hoje, também filiado ao Partido (PPS). Assim, eles atendem os pedidos (sic) diretamente, na maioria das vezes.”

Outros moradores do Navegantes I apresentaram pontos de vista similares ao da liderança da associação, não sabem o que é o plano diretor da cidade e acham que a associação de moradores deve ter mais apoio da prefeitura. Uma das moradoras mencionou: “Através da ONG CAPA [Centro de Apoio do Pequeno Agricultor] e das reuniões das mulheres organizadas pela vereadora do Partido PT [Miriam Marroni] no salão da sede da Igreja Nossa Senhora de Fátima, nós [os moradores] tomamos conhecimento do plano

diretor. No entanto, nunca fomos chamados a participar de nada, eles vinham aqui para apresentar as propostas. Eles [ONG CAPA e PT] propunham melhorias para o bairro e tal, envolvendo o partido político”.

Nessa entrevista com a liderança e com os moradores do Navegantes I, por um lado, depreende-se o repertório que acede à “oferta cultural dominante” de gostos e preferências culturais reservados às classes populares. Por outro, os moradores fazem parte, embora apartados dos espaços de decisão institucionalizados, como o CONPLAD, do sistema de troca mediado pela reciprocidade de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003), onde os doadores – moradores, partidos políticos, prefeitura e ONGs – aparecem como atores independentes e individuais, cada um dos quais se constitui num reprodutor do sistema de troca simbólica marcado pela necessidade. Ou seja, a troca é requerida pela necessidade de reciprocidade, e essa reciprocidade é exigida pela necessidade de troca, como um “sistema de prestações totais” ou contratuais, como menciona Mauss (2003, p. 191).

2. A liderança do **Navegantes II** tem 51 anos. Está terminando o ensino médio, turno noturno, no Colégio Assis Brasil. Já foi operária na fábrica de enlatados Pomberang, hoje é cabeleireira. Ela é casada há 35 anos, o marido é comerciante aposentado. Tem quatro filhos. Gosta de caminhar, de festa e de carnaval. Frequenta a praia Barro Duro (Balneário da Laguna dos Patos). Assiste na televisão ao jornal e à novela. Gosta de literatura espírita. A respeito da associação de moradores, ela mencionou: “O pessoal [moradores] busca a associação quando precisa recorrer ao poder público”. Quanto à assembleia: “os moradores nos procuram e marcamos uma reunião para debatermos os problemas, e elaboramos um abaixo assinado.” Em relação ao plano diretor, ela disse: “Não estou bem informada, não sei o que é plano diretor.”

Ela também comentou sobre “a importância da atuação da ONG C.A.P.A. (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor) com a distribuição de cesta básica do Programa Fome Zero”¹². Além

¹² O Programa Fome Zero é um programa do governo federal de combate à fome (Governo Lula, 2003), o qual engloba o Programa Bolsa família mediante a unificação dos programas implantados no Governo FHC (1995-2002), idealizados pela então primeira-dama D. Ruth Cardoso: “Bolsa Escola”, “Auxílio Gás” e “Cartão Alimentação”. Fonte: www.mds.gov.br. Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

disso, “eles fornecem cursos de capacitação aos moradores.”. A representante da comunidade Navegantes II ressaltou a necessidade de políticas de geração de emprego para inclusão dos moradores no mercado de trabalho local.

Essa moradora, presidente da associação do loteamento Navegantes II, atua de maneira mais engajada na causa de solução de problemas sociais dos moradores do loteamento. Ela estabelece razoável comunicação com os demais moradores e organiza demandas de emprego, de curso de capacitação, de distribuição de alimento com a ONG C.A.P.A., e recepciona as denúncias dos problemas de moradia e de precária oferta de serviços urbanos. Resolver essas questões requer mobilizar os residentes do loteamento para que participem de reuniões da associação do Navegantes II e encaminhem petições, abaixo assinado etc. ao poder público municipal. Também a presidente da associação de moradores busca articular essa ação coletiva à ONG C.A.P.A., cuja atuação no loteamento é tanto de mediação com o poder público como de copartícipe das demandas dos moradores.

3. No **Loteamento Anglo**, o líder da associação de moradores tem 39 anos. Possui ensino fundamental incompleto (até a 7ª série), fez curso de mecânico na FEBEM (por decisão de seu avô). Vive uma união estável há oito anos. A mulher é dona de casa. Eles têm um afilhado, filho do seu irmão. Gosta de futebol, novela e de pescar na região da Balsa [próxima ao Anglo, na orla do Canal São Gonçalo]. Não tem filiação partidária. Sobre a frequência dos moradores nas reuniões da associação, respondeu:

“Vamos de casa em casa chamar o pessoal, as reuniões são na esquina, pois não temos sede, comparece quase todo mundo, só faltam por motivo de trabalho. Depois a gente vai pra cima do prefeito e também pra Secretaria de Habitação. Quando a gente quer alguma reunião, falo com o vereador do Partido PR [Waldomiro Lima] que serve de intermediário para se chegar ao prefeito. O vereador conseguiu colocar o Anglo no programa do PAC [Programa de Aceleração do Crescimento].”

Ao ser questionado sobre o plano diretor, ele respondeu: “Não, nunca fui chamado para os fóruns de discussão.”

Também entrevistamos uma família de moradores composta pelo casal e cinco filhos pequenos na faixa etária de 2 a 10 anos. A

assistente social do Programa Primeira Infância Melhor (PIM)¹³, apresentou-nos a dona de casa e visitamos a casa dessa família, que ficava na frente de um terreno estreito ao longo do Arroio Pepino no Anglo. A dona de casa concordou em participar da entrevista. Ela de imediato tratou sobre remoção de sua casa que estava prevista pelo Projeto PAC - Farroupilha, e demonstrou preocupação, dizendo: “Eu e meu marido sabemos que moramos em área de risco, mas nossa casa é ajeitada e o terreno é grande. A nossa casa é de madeira e tem cinco peças e um banheiro. As crianças brincam no pátio (...)”. Perguntamos se ela já conhecia a planta da nova casa: “Sim. Os funcionários da prefeitura disseram que receberemos uma casa com dois pequenos quartos, sala junto com a cozinha e um banheiro. “Eu e meu marido não estamos satisfeitos, porque o tamanho da nova casa é muito pequeno para nos acomodar com os cinco filhos.” Em 2012, esta família foi contemplada com a nova moradia no Loteamento Anglo, do Projeto PAC – Farroupilha.

O loteamento Anglo em relação aos outros dois tratados anteriormente é o que possui as piores condições físicas e ambientais, e os moradores pleiteavam, para viabilizar o plano de urbanização do loteamento, recursos do PAC. Eles organizaram essa demanda para constituir um sistema de troca – dar, receber e retribuir (MAUSS, 2003) - com outros atores, o político mais próximo à causa dos moradores, a assistente social, a imprensa, a ONG C.U.F.A. (Central Única das Favelas), esses vínculos locais robusteceram a ação de enfrentamento dos moradores com o poder público, prefeito e secretaria de habitação. Por outro lado, a parceria da promoção imobiliária com a Prefeitura de Pelotas, relação mediada pela política pública do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), oferece um modelo de planejamento urbanístico absolutamente uniforme e unívoco, desconexo das reais necessidades (tamanho das habitações) de cada família de

¹³ Programa social sob a coordenação da Secretaria da Saúde do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, e apoio das secretarias de Educação, Cultura, Trabalho e Desenvolvimento Social, com sede em Pelotas no Posto de Saúde do Navegante I. Esse programa institucional de ação socioeducativa, desenvolvido pelo governo estadual desde 2003, tornou-se lei estadual em 2006. Seu objetivo é o atendimento às famílias com crianças de zero a 6 anos e gestantes, que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As famílias também estão cadastradas no Programa Bolsa Família. Fonte: http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/php/pagina-QuemSomos.php. Acesso em: 09 de agosto de 2013.

trabalhadores. Na incerteza da possibilidade de acesso aos recursos para viabilizar obras no espaço diferencial, afirma a liderança da associação do Loteamento Anglo: “a solução é ocupar a Câmara de Vereadores”, episódio acontecido na audiência pública de 14 de junho de 2013. Ainda ele conclui: “pressionar o prefeito para terminar as obras do PAC-Farroupilha nesse loteamento”.

4. Na localidade da **Associação das Vilas Reunidas do FRAGET**, foram entrevistadas três moradoras, e uma assistente social que atua na localidade¹⁴. As moradoras disseram que enfrentam problemas na Associação de Catadores do FRAGET, devido à exigência da prefeitura (gestão do partido PP), que trata da regularização do espaço físico, do galpão onde manejam a seleção do lixo. A prefeitura, segundo elas, estipulou um prazo para a regularização de instalações apropriadas ao trabalho de reciclagem, porém a associação enfrenta problemas financeiros para executar as obras no mesmo estabelecimento. Também informaram: “a comunidade já teve um representante no CONPLAD [Conselho Municipal do Plano Diretor de Pelotas] que reivindicou verbas para a melhoria da comunidade, também recursos do PAC para Vila Farroupilha”. A assistente social contou que participou no grupo temático de Habitação Social – Estudo das Áreas de Interesse Especial Social –, formado por arquitetos, geógrafos e assistentes sociais, da UFPel, da UCPel e da Prefeitura Municipal de Pelotas. Ela informou que o mesmo grupo temático participou do CONPLAD no período de 2002 a 2006: “tratou de analisar a localização das áreas de habitação social e em demarcar os vazios urbanos, a fim de contribuir para uma política pública com vistas ao controle e fiscalização uso e ocupação do espaço”.

Diferentemente dos outros três loteamentos, a FRAGET escolheu um representante para o CONPLAD, bem como a assistente social participou do grupo temático de habitação social no mesmo conselho durante os trabalhos de formulação do IIIº Plano Diretor de Pelotas. O representante da FRAGET no conselho justificou a necessidade de captação de recursos PAC para Vila Farroupilha. Esse loteamento próximo à rodoviária da cidade apresentava péssimas condições de moradia e sem qualquer infraestrutura de

¹⁴ Nessa entrevista se abordou o repertório das moradoras que atuam na Associação de Catadores de Lixo.

serviços urbanos de água, esgoto, eletricidade etc. A participação no espaço institucional de discussão do plano diretor possibilitou formular demandas também referentes à elaboração de cadastro dos vazios urbanos para fins de criação de uma política realista destinada a remediar o déficit habitacional da cidade de Pelotas. Por fim, a associação FRAGET está engajada na luta pelo emprego sob o modelo de economia solidária dos catadores de lixo, estes tão depreciados pelas políticas locais vigentes no período de investigação (2009-2013).

Considerações Finais

Os moradores e lideranças dos loteamentos Navegantes I e II, Anglo e FRAGET concebem o associativismo como significativo para resolução de necessidades e problemas de moradia e infraestrutura, porém chama atenção o movimento flutuante ou circular da ação, que oscila do particular (privado) para o geral (público) e vice-versa. O associativismo dos moradores consiste em organizar as necessidades básicas, demandas imediatas, atividades lúdicas (festas), reuniões, cursos de capacitação, encontro das mulheres, em determinados momentos, são iniciativas articuladas à ação dos atores – partidos, poder público, ONGs. Todavia, a participação no espaço de debates do plano diretor da cidade de Pelotas foi ínfima, com exceção da FRAGET. Pode-se considerar que a fraqueza da participação democrática volatiliza a autonomia pública dos moradores, indispensável para assegurar a autonomia privada constituída intersubjetivamente. De modo que os pontos de vista dos moradores e das lideranças das associações, no que tange aos problemas da periferia, ou seja, dos espaços de “baixa renda diferencial”, reproduz as condições desiguais de oportunidades de acesso aos e controle dos recursos públicos destinados à infraestrutura e à habitação.

As necessidades imediatas levam à resistência dos moradores ao que os oprime e os ignora. O cotidiano se apresenta como espaço vulnerável à reprodução das relações do poder dominante, porém espaço de resistência à unicidade e uniformidade da concepção de *habitat* dos promotores imobiliários. Simultânea e sucessivamente, a linguagem cotidiana traduz a periferia como o espaço da pluralidade de significados, de representações e de disposição do agir que reage à unicidade e consistência dos projetos e programas de intervenção no espaço urbano. De maneira que a periferia se fundamenta como o lugar de moradores despossuídos, cujas práticas estão

ancoradas no terreno das necessidades econômicas e sociais. Na periferia, o cotidiano enquanto necessidade prática é a revisão da ação precedida e silenciada (“vivido”), é a reação ao esquecimento do sentido da história social e do indivíduo. Por isso, o espaço diferencial ressignifica a condição de pobreza, de discriminação, de oposição entre ricos e pobres e de segregação social.

A estratégia de resistência, de solução de problemas é o confronto direto e imediato, e a busca de mediadores, porta-vozes políticos que se inclinam à “questão social”, secretarias municipais e as organizações não governamentais. Na maioria das vezes, os moradores dos loteamentos Navegantes I e II e Loteamento Anglo não obtêm o retorno por parte da prefeitura, ainda assim o trabalho das ONGs, a exemplo da ONG C.A.P.A. (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), a mais citada pelas lideranças e moradores, atende à comunidade ao oferecer cursos de qualificação, distribuição de alimentos e palestras.

Os programas sociais e institucionais de políticas de assistência e urbanas, como Fome Zero, Bolsa Família, PMCMV, PAC etc., embora parcialmente preencham as necessidades de renda familiar e moradia (e infraestrutura), apresentam um repertório dominante do cotidiano planejado e homogêneo. Com os objetivos de inclusão das camadas da população de baixa renda, os programas sociais intervêm no espaço urbano com a estratégia de dominação, paradoxalmente emanam do mesmo espaço, os repertórios dos moradores, cujas variações intraindividuais em cada um dos loteamentos pesquisados – Navegantes I e II, Anglo e FRAGET – expressam pontos de vista, os quais reagem e criticamente atravessam a oferta de bens dominante.

Referências

- BONDUKI, Raquel; BONDUKI, Nabil. (1979). Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço com expediente de reprodução da força de trabalho. In: Ermínia Maricato (Org.); *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 117-154.
- BOURDIEU, Pierre. (1979). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre. (1996). Espaço Social e Espaço Simbólico. In: *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. p.13 - 33.
- LAHIRE, Bernard. (2002). *Homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- LAHIRE, Bernard. (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed.

- LEFEBVRE, Henri.
(1977). *Estrutura social: a reprodução das relações sócias*. In: Marialice Mencarini FORACCHI; José de Souza MARTINS (Orgs.); *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. p. 219 - 252.
- LEFEBVRE, Henri.
(2008). *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG.
- MARTINS, José de Souza.
(1992). *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MAUSS, Marcel.
(2003) Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____; *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify. p.185-314.
- SINGER, Paul.
(1979). "Uso do solo urbano na economia capitalista". In: Ermínia Maricato (Org.); *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. p. 21-36.
- BRASIL. Governo Federal.
(2011). Ministério de Desenvolvimento Social. Programa. Bolsa Família (PBF). Programa Fome Zero (PFZ). Disponível em: www.mds.gov.br . Acesso em: 11 de dezembro de 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
(2011). Sinopse do Censo Demográfico de 2010. População rural e urbana de Pelotas. 01 de julho de 2011.
- C.U.FA. CENTRAL UNICA DAS FAVELAS BASE PELOTAS.
(2013). "Atraso na entrega de casas no Anglo". Disponível em: <http://cufapelotas-rs.blogspot.com.br/2013/07/atraso-na-entrega-do-loteamento-anglo.html>. Acesso em 09 de agosto de 2013.
- INSTITUTO PESQUISAS DE OPINIÃO (IPO).
(2002). Relatório de Pesquisa: avaliação do déficit habitacional de Pelotas, Rio Grande do Sul. Pelotas, mimeo.
- PELOTAS. PREFEITURA MUNICIPAL. Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e mobilidade Urbana. Relatório aponta déficit habitacional de Pelotas em 11,93. Pelotas, 15 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wNi0xNQ==&codnoticia=34439> . Acesso em 09 de agosto de 2013.
- RIO GRANDE DO SUL. Governo Estadual. Secretaria da Saúde. Programa uma Infância Melhor (PIM). Disponível em: http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/php/pagina-QuemSomos.php . Acesso em 09 de agosto de 2013.

Recebido em
janeiro de 2014

Aprovado em
abril de 2014

A “nova” Argentina (re) vista: breves considerações acerca das representações modernas portenhas por um paulista

Mayra Coan Lago*

Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar breves considerações do paulista Mário de Andrade, expressas nos quatro artigos sobre as Letras Argentinas Contemporâneas, que publicou no *Diário Nacional* de São Paulo entre 22 de abril e 20 de maio de 1928, sobre a “Nova” Argentina das décadas de 1920 e 1930. Mais do que expor os escritos publicados de Mário sobre o país vizinho, é preciso considerar esses momentos como de diálogo, crítica e reflexão das questões nacionais brasileiras, bem como de aproximação com a Argentina.

Palavras-chave

Modernidade. Vanguardas. Mário de Andrade.

Abstract

The objective of this work is to introduce brief considerations of the *Paulista* Mário de Andrade, expressed in four articles about the Contemporaneous Argentinean Letters that he published in the *Diário Nacional* of São Paulo between April 22nd and May 20th in 1928, about the “New” Argentina of the decades of 1920 and 1930. More than exposing Mário’s writings about the neighbor country, is it important to consider these moments as moments of dialogue, critique and reflection of the Brazilian national issues, as well as of an approaching with a Latin American country.

Keywords

Modernity. Avant-gardes. Mário de Andrade.

* Mestranda no Programa de Pós-graduação Interunidades em Integração para América Latina (PROLAN) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mcoann@hotmail.com .

Introdução

“O movimento da revista *Martín Fierro* é na certa o mais vivo, mais fecundo e mais típico da literatura moderna argentina. *Martín Fierro* tomou e mantém cada vez mais viva uma função orientadora e selecionadora de ideias e valores caracteristicamente modernistas (...). Até o nome da revista esboça bem a força nacional. Me parece incontestável que nas suas linhas gerais a Argentina toda já vibra num ritmo psicológico único”
(ANDRADE, *Diário Nacional*, 13 de maio de 1928).

Sarlo (2010) considera que a história se conta com tramas compostos por cenários, sujeitos, discursos e práticas. O nosso cenário é a Argentina e, mais especificamente, a cidade de Buenos Aires. Segundo Zanetti (1994), pelo menos desde o século XIX, a cidade era notada como centro de atração do continente e centro irradiador do modernismo¹. O fato justifica-se pelo dinamismo modernizador, pelas possibilidades de trabalho, pela projeção dos grandes jornais como *La Nación* e, ainda que incipiente, o destacado desenvolvimento da indústria editorial.

De acordo com Artundo (2004) “é evidente que Buenos Aires, com suas novas avenidas, seus parques e seus jardins operava ativamente sobre esse imaginário do moderno e continuou a fazê-lo mesmo passada a euforia competitiva entre ambas as capitais” (p. 25). Embora a cidade fosse centro irradiador para os vizinhos do Sul, alguns autores como Jorge Schwartz, Emir Monegal, entre outros, consideram que a recíproca de interesse, no caso argentino para o Brasil, salvo algumas exceções, não é “verdadeira” no início do século XX. Segundo Schwartz e Alcalá (1992), apesar da correspondência aparente, na década de 1920, os brasileiros tinham um conhecimento bem maior do que se produzia na Argentina que os argentinos em relação ao Brasil, assim como um interesse maior na busca de material e no aprofundamento da análise.

¹ De acordo com Sarlo (2010), o modernismo hispano-americano ocorreu no final do século XIX. O movimento representou uma superação do modelo romântico, manifestando-se especialmente na poesia, contando com nomes como os de Ruben Dário, José Martí e Leopoldo Lugones. Em linhas gerais, as características do movimento podem ser comparadas com traços do simbolismo e do parnasianismo brasileiro. Desse modo, difere bastante do modernismo paulista, cujo equivalente na América Hispânica são as vanguardas da segunda e terceira década do século XX.

Schwartz (1993) e Monegal (1978) atribuíram aos escassos pontos de contato nesse período, entre outras razões, a questão do idioma². Segundo Schwartz (1993), não encontraremos até meados do século XX, qualquer intelectual hispânico que tivesse pelas letras do Brasil o interesse abrangente e sistemático que José Veríssimo, Mário de Andrade, Brito Broca e Manuel Bandeira dedicaram às literaturas do continente. Notando o fato, Monegal (1978), que sempre circulou por ambas as literaturas, afirmou: “os brasileiros cultos frequentam mais assiduamente e com maior proveito a literatura hispano-americana que seus colegas hispânicos a brasileira, devido à preguiça (ou incapacidade) de verificar se o português é tão difícil de se ler”³.

Schwartz e Alcalá (1992) utilizam-se de outra hipótese: o olhar do brasileiro frente a uma “superioridade relativa” da Argentina como país, com sua modernidade antecipada. Deste modo, na perspectiva dos autores, Buenos Aires para os paulistas poderia ser “nós amanhã”. Ademais dessas hipóteses, devemos considerar o interesse de um sujeito específico, seja recíproco ou não, que representou um momento e um movimento particular no Brasil: o *modernismo*.

O nosso “sujeito” é o paulista Mário de Andrade: “Ávido leitor, bibliófilo incansável e copioso correspondente, Mário de Andrade sempre fez questão de manter-se informado a respeito do que se passava na literatura e nas artes dos países vizinhos, sobretudo da Argentina” (SCHWARTZ, 1993, p.189).

Com as palavras de Schwartz (1993) justificamos a escolha do intelectual e do tema. Soma-se ao fato a admiração do paulista pela Argentina, que conseguiu sintetizar na sua cultura nacional o elemento original e as heranças migratórias (SCHWARTZ; ALCALÁ, 1992) – e sua atração em fazer comparações culturais, literárias, geográficas, linguísticas entre Brasil/ Argentina e, mais especificamente, São Paulo/ Buenos Aires.

² Com relação à questão linguística, vale lembrar do artigo “*Abaixo Tordesilhas!*”, de Schwartz (1993), em que ele menciona o clássico entrave que fez do castelhano língua mais acessível ao leitor brasileiro do que o português para o leitor hispano-americano e cita exemplos dessa situação.

³ Schwartz (1993) cita como exemplo os casos de Alfonso Reyes, que foi diplomata no Brasil e aproveitou pouco sua estadia no país, quando relacionada ao intercâmbio mais próximo da literatura brasileira durante os quatro anos que dirigiu o *Correo Literario de Alfonso Reyes*, dedicando um espaço reduzido ao Brasil no tabloide; e Gabriela Mistral em semelhante missão, tendo o Brasil pouco influenciado em suas reflexões.

Com relação aos “discursos”, podemos dizer que, apesar de Mário ser considerado um “homem da biblioteca” e ter sido um leitor e um escritor assíduo, consideraremos algumas das leituras ou dos comentários feitos por ele na década de 1920 e 1930, principalmente os relacionados com as imagens, projeções e/ou representações “modernas” produzidas pelas vanguardas argentinas, por questões metodológicas. Os comentários que serão considerados são aqueles em publicações jornalísticas e, em especial, a série de quatro artigos sobre as Letras Argentinas Contemporâneas, que Mário publicou no *Diário Nacional* de São Paulo, entre 22 de abril e 20 de maio de 1928.

Por fim, devemos considerar as “práticas” que, neste momento, alteraremos para o “método” ou algo que equivalha à estrutura do artigo. Tendo em vista o nosso objetivo de apresentar breves considerações do paulista Mário de Andrade, expressas nos quatro artigos sobre as Letras Argentinas Contemporâneas que Mário publicou no *Diário Nacional* de São Paulo entre abril e maio de 1928, sobre a “Nova” Argentina das décadas de 1920 e 1930, o artigo está estruturado em três momentos principais, além da introdução e conclusão: iniciaremos com questões mais gerais, mas que compõem o “pano de fundo” deste trabalho. Nesse sentido, retomaremos algumas ideias sobre modernização, modernidade e ultraísmo tendo em vista as particularidades dos fenômenos, seus distintos desdobramentos e as respostas variadas que podem ser encontradas; em um segundo momento trataremos de algumas das respostas da vanguarda argentina a esses processos, assim como abordaremos, *grosso modo*, algumas das particularidades dessas respostas por meio das revistas de vanguarda – *Prisma, Proa e Martín Fierro*; e, por fim, estudaremos, ainda que brevemente, algumas das considerações de Mário de Andrade nos seus artigos no *Diário Nacional*, entre abril e maio de 1928, acerca dessas imagens, projeções e representações produzidas por uma parte da vanguarda argentina. Mais do que entrar nos minuciosos e ricos detalhes de cada artigo, entendemos os mesmos como espaços de reflexão e crítica à situação nacional brasileira.

Cabe dizer que este trabalho pode ser entendido e interpretado como um “ensaio”. Desse modo, esclarecemos que não pretendemos abordar todas as “respostas” aos processos modernizantes na Argentina ou todos os detalhes dos artigos de Mário, mas sim iniciarmos uma reflexão a partir do que foi projetado e representado por parte da vanguarda argentina, sob a ótica de um paulista “moderno”.

Modernidade, modernização e ultraísmo

Segundo Berman (1986), atualmente, existe um tipo de experiência vital, de tempo e espaço e das possibilidades de vida e perigos, que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. A esse conjunto de experiências, o autor denomina “modernidade”. “Ser moderno” é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor, sendo que, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos e tudo o que somos, enfatizando que “ser moderno” é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (p. 15).

Faoro (1994), na segunda parte do livro *“Existe um pensamento político brasileiro?”* estabelece uma distinção entre a modernização e a modernidade. Segundo o autor, a modernidade, no seu processo, compromete toda a sociedade, ampliando o raio de expansão de todas as classes, revitalizando e removendo seus papéis sociais, quase como uma “lei natural”, enquanto a modernização chega à sociedade por meio de um grupo condutor que procura moldar o país a partir da ideologia ou da coação, almejando uma política de mudança. Nas palavras do autor:

Na modernidade, a elite, o estamento, as classes — dizemos, para simplificar, as classes dirigentes — coordenam e organizam um movimento. Não o dirigem, conduzem ou promovem, como na modernização. A modernização, quer se chame ocidentalização, europeização, industrialização, revolução passiva, via prussiana, revolução do alto, revolução de dentro — ela é uma só, com um vulto histórico, com muitas máscaras, tantas quantas as das diferentes situações históricas (FAORO, 1994, p.3).

Desse modo, deve-se refletir e considerar o significado, as percepções e as consequências variadas da modernização e da modernidade, nos seus devidos locais.

Com relação às distintas consequências econômicas, políticas e sociais da modernidade e modernização na América Latina⁴, Zanetti (1994) afirma

⁴ Segundo Rama (1984), a modernização na América Latina se inaugura por volta de 1870 e se estende até 1900.

que essas proporcionaram condições favoráveis à irradiação dos logros de um campo cultural ampliado, diversificado e complexo, que surgia em cada um dos centros hispano-americanos, sobretudo naqueles “mais modernos”. Ademais, de acordo com Pizarro (2004), a modernidade na América Latina adquire um perfil periférico, pois,

(...) la complejidad de flujos culturales que se cruzan, se solapan, permanecen muchas veces aislados, se desarrollan en términos desiguales, adquieren carácter residual o emergente, se desintegran o permanecen, se mezclan, proviniendo de puntos diferentes del área, posibles tal vez de organizar para su comprensión en torno a núcleos de funcionamiento que reciben, irradian o por lo menos adquieren espesor en su geografía cultural (p.110-111).

Segundo Pizarro (2004), os “núcleos aglutinadores” são as cidades que polarizam a atividade cultural pela força do movimento que as faz emergir frente às demais e que configuram e abrigam distintos movimentos e respostas. Desse modo, Sarlo (2010) considera que o processo modernizador foi condição imprescindível para um movimento articulado, ainda que composto por diversas faces, do ponto de vista de concepções estéticas e ideológicas, com um intercâmbio e discussão entre os pares. Nesse sentido, a modernização na América Latina trouxe consigo novas regras de articulação e de consumo, com intercâmbios nos modos de consagração e dos sentimentos de pertencimento⁵. Como um exemplo dessas transformações, podemos destacar a Argentina e, mais especificamente, a cidade de Buenos Aires.

Buenos Aires cresceu de forma significativa nas duas primeiras décadas do século XX. Segundo Lattes e Sautu (1978), a Argentina ocupa o segundo lugar entre as nações que receberam maior imigração europeia⁶ nos cem anos entre a metade do século XIX e a década de 1950, o que também influenciou na série de mudanças⁷ que seus habitantes tiveram de processar.

⁵ Também neste período que a “letra” aparece como a alavanca da ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder (RAMA, 1984).

⁶ Calcula-se que até 1930 a Argentina tenha recebido por volta de 6,4 milhões dos imigrantes, dos quais metade retorna ao país de origem (GALLO, 1986). Em 1936, a porcentagem de estrangeiros superava 36,10% e os homens não nativos eram 120,9% a mais.

⁷ Entre as mudanças, destacam-se a modernização dos meios de comunicação, assim como a divulgação e massificação dos mesmos. Esses fenômenos influenciaram nas mais diversas respostas que foram produzidas pelos intelectuais.

O Centenário da Independência⁸, em 1910, traduziu em termos ideológicos e morais as reações diante de uma população diferenciada pelos idiomas e origens nacionais, atenuada pelo rápido crescimento material da própria cidade.

De acordo com Sarlo (2010), ainda que a reflexão sobre a nação tenha sido significativa no Centenário da Independência, as décadas de 1920 e 1930 marcaram esse processo de reflexão sobre si e o “outro”, o “nacional” e o “estrangeiro”. É nesse contexto que podemos retomar o movimento de vanguarda argentino que, segundo Schwartz (1992), não teve um marco fundador estrondoso, como a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo no ano de 1922, mas teve algo equivalente ao *modernismo* brasileiro⁹, que ficou conhecido como *ultraísmo*¹⁰. O movimento teve início na Argentina em meados da década de 1920 a partir de Jorge Luís Borges, introduzindo

⁸ Temas como o nacionalismo, hispanismo e arielismo passam a formar parte do horizonte ideológico do centenário (ALTAMIRANO, 1997). Entre as obras da comemoração do centenário estão: *Canto a la Argentina* (1910) de Ruben Darío e *Odas Seculares* (1910) de Leopoldo Lugones.

⁹ De acordo com Sérgio Miceli (2010), a diferença mais gritante entre o *modernismo* brasileiro e o *ultraísmo* argentino tem a ver com a centralidade cultural de Buenos Aires, cuja hegemonia inviabiliza até hoje quaisquer pretensões de reconhecimento da atividade intelectual nas províncias. Os escritores nascidos longe da capital – como Carlos Mastronardi – não teriam persistido sem as bênçãos da capital, enquanto a predominância Rio-São Paulo em todos os domínios da atividade cultural nunca breiou os surtos regionais de criatividade intelectual, como de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Outro contraste mencionado é o contexto político: enquanto na Argentina o golpe do Uriburu não produziu sequelas de peso na ordenação institucional do campo intelectual, a vitória da Aliança Liberal sob a liderança de Vargas alterou a conformação anterior. Em outras palavras, o *arreglo* argentino se contrapõe à brusca ruptura na história intelectual brasileira em 1930. Miceli considera que o vigor portenho continuou dependente dos magnatas da imprensa, enquanto, no Brasil, as políticas públicas de iniciativa governamental alteraram de modo drástico o ofício e as práticas dos intelectuais, isto é, se por um lado os intelectuais brasileiros foram brindados com posições funcionais destacadas nos altos escalões do serviço público federal, por outro ficaram reféns das oportunidades de inserção burocrática. Ademais, refere-se à distinção da origem social e dos modos de aquisição de capital cultural por parte da geração de vanguarda. Por fim, conclui: “*os argentinos inventaram uma simbiose entre a matéria jornalística e o texto literário. Os brasileiros se especializaram na prestação de serviços ideológicos e políticos*” (p. 16-18).

¹⁰ Movimento que tem origem na Espanha, no final da década de 1910, tendo como protagonistas: Rafael Cassinos-Asséns, Ramón Gómez de la Serna, Jacobo Sureda, Gerardo Diego e Guillermo de Torre. O movimento floresceu em Buenos Aires, por volta do início da década de 1920, através de Jorge Luis Borges, que passa três anos na Espanha, publicando nos jornais madrilenos traduções de poesia expressionista de Gotfried Benn, Wilhelm Klemm, entre outros.

no país a nova estética de vanguarda, que revolucionava as artes em todos os grandes centros¹¹:

Assim o definiu o próprio Cansinos-Asséns: “O ultraísmo é uma vontade caudalosa que extravasa todo limite escolástico. É uma orientação para contínuas e reiteradas evoluções, um propósito de perene juventude literária, uma antecipada aceitação de todo módulo novo e toda ideia nova. Representa o compromisso de ir avançando com o tempo”. (BORGES *apud* SCHWARTZ, 1992, p. 29).

A partir do trecho extraído de *Nosotros*, em 1921, Borges propunha e “convidava” os demais intelectuais argentinos à “*transmutação da realidade palpável do mundo em realidade interior e emocional*” (p.31). Segundo Schwartz (1992), o ingresso oficial da Argentina no “universo da vanguarda”¹² ocorre com a publicação, em 1921 e 1922, dos dois números da revista mural *Prisma*, colados nos muros de Buenos Aires por Borges, Eduardo González Lazuna, Guillermo Juan, entre outros.

A revista mural *Prisma* tinha como frase: “hoja mural que dio a las ciegas paredes y a las hornacinas baldías una videncia transitoria y cuya claridad sobre las casas era ventana abierta frente a cielos distintos”. O objetivo da revista era continuar a linha de reformulação das chaves necessárias para a mudança de escritores consagrados, que mantinham as estruturas clássicas. As modificações relacionadas à estética e a concepção da literatura e das suas funções conduziram ao descobrimento de autores considerados “marginais” até então, que chegam a converter-se nos percursos dessa nova literatura,

¹¹ Ainda que tenha nascido na Argentina, inspirado na Espanha, o movimento não era uma cópia. As diferenças deveriam ser consideradas, como assinala Borges: “El ultraísmo de Sevilla y Madrid fue una voluntad de renuevo, fue la voluntad de ceñir el tiempo del arte con un ciclo novel, fue una lírica escrita como con grandes letras coloradas en las hojas del calendario y cuyos más preclaros emblemas- el avión, las antenas y las hélices- son decidoras de una actualidad cronológica. El ultraísmo en Bueno Aires fue el anhelo de recabar un arte absoluto que no dependiese del prestigio infiel de las voces y de hermosura. Bajo la enérgica claridad de las lámparas, fueron frecuentes, en los cenáculos españoles, los nombres de Huidobro y Apollinaire. Nosotros, mientras tanto, sopesábamos líneas de Garcilaso, andariegos y graves a lo largo de las estrellas del suburbio, solicitando un límpido arte que fuese tan intemporal como las estrellas de siempre. Abominamos los matices borrosos del rubenismo y nos enardeció la metáfora, por su algebrica forma de correlacionar lejanías” (BORGES *apud* MONEGAL, 1978: 20).

¹² Uma breve discussão sobre o termo e as condições para que a vanguarda surja será feita no próximo tópico.

entre eles estão: Ricardo Güiraldes, Evaristo Carriego, Baldomero Fernández Moreno e Macedonio Fernández.

Segundo Schwartz (1992), em linhas gerais, a situação política do país era propícia às mudanças, pois com Hipólito Yrigoyen e Marcelo T. de Alvear como presidentes da nação nos anos 1916 e 1922, foi possível dar início às reformas sociais e universitárias que permitiram a participação da população argentina – ao invés de somente as forças oligárquicas – na vida nacional¹³. Nesse sentido, ao processo de profissionalização iniciado nas duas primeiras décadas do século XX segue-se um conjunto de detalhamento das práticas e de diferenciação de grupos.

De acordo com Sarlo (2010), a cidade passa a ser o objeto de debate ideológico-estético: sua modernização é celebrada e denunciada, busca-se um espaço perdido ou se encontra, na dimensão internacional, uma cena espetacular (p.56). Também é interessante notar o sistema de “respostas” culturais produzidos nesses anos e, pelo menos, até a década de 1950.

A autora considera como um período de incertezas e de certezas muito sólidas, de releituras do passado e de utopias, de choques entre as representações do futuro e da história nos textos e polêmicas. É por essa razão que o próximo tópico abordará algumas dessas “respostas” para, ao final, estudarmos algumas das considerações de um paulista acerca dessas representações modernas portenhas.

A “nova” Argentina imaginada e projetada

A doçura da nostalgia não nos deleita e quiséramos ver todas as coisas em primícias de floração. E ao vagar por esta única noite deslumbrada, cujos deuses magníficos são as augustas reverberações das luzes áureas, como gênios salomônicos prisioneiros em taças de cristal, quiséramos sentir que tudo nela é novo e que essa lua que surge no azul edifício não é a circular eterna palestra sobre a qual os mortos fizeram tantos exercícios de retórica, mas uma lua nova, virginal e auroralmente nova (BORGES, À margem da estética moderna).

¹³ Do ponto de vista da política internacional, a Revolução Mexicana, o pós-Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa também influenciaram na evolução ideológica dos intelectuais (PIZARRO, 2004).

A partir da década de 1920 e, mais especificamente, 1922, a efervescência intelectual provoca uma explosão de manifestos, editoriais, folhetos e, principalmente, revistas. Segundo Sarlo (2010), as revistas¹⁴ foram o instrumento privilegiado de intervenção do “novo cenário” que surgia. Uma vez que todo processo literário se desenvolve na relação com um núcleo estético-ideológico que o legitima – seja tradição, nacionalidade, alguma dimensão social, entre outros –, os jovens renovadores escolheram o “novo”¹⁵ como princípio de sua literatura e dos julgamentos que lançaram sobre seus antecessores e contemporâneos¹⁶, que organiza e dá significado ao conjunto de reivindicações. Em outras palavras:

O “novo” é um princípio autossuficiente para traçar as grandes linhas divisórias no campo intelectual, mas não esgota todos os conteúdos do programa com que a vanguarda intervém na conjuntura. (...) as ideologemas nacionalistas são produzidos pelos escritores da renovação, que o processam a partir da “perspectiva” do “novo” (SARLO, 2010, p. 178).

Por outro lado, o “novo” é também uma opinião sobre o público que a vanguarda¹⁷ vai dividir¹⁸, em um movimento oposto ao de revistas como *Nosotros*, que se comprometeu em homogeneizar e unificar o público.

¹⁴ Segundo o guia hemerográfico, *Las revistas literarias argentinas* (1893-1960), de Héctor René Lafleur, Sergio D. Provenzano e Fernando Pedro Alonso, na década de 1920, a Argentina teve o surgimento de 83 revistas novas.

¹⁵ Cabe dizer que nem mesmo a concepção do “novo” é algo homogêneo. Por exemplo, *grosso modo*, o “novo” para os “vanguardistas” impõe-se na cena estética; para uma parte da esquerda, era a promessa contida no futuro – isso demonstra que os princípios de valor, em grupos distintos e mesmo dentro das denominações “esquerda” e “direita”, eram diferentes (SARLO, 2010).

¹⁶ Esse eixo de diferenciação opõe a vanguarda não apenas a Lugones e ao modernismo, a Galvéz e ao realismo, mas também à estrutura e à organização das instituições intelectuais (SARLO, 2010).

¹⁷ Segundo Monegal (1978), Borges sempre zombou suavemente do termo “vanguardia”. No artigo “La paradoja de Apollinaire”, Borges escreve: “Con alguna evidente salvedad (Montaigne, Saint-Simon, Bloy) cabe afirmar que la literatura de Francia tiende a producirse en función de la historia de esa literatura. Se cotejamos un manual de la literatura francesa (v.g o de Lanson ou o de Thibaudet) con su congénere británico (v.g o de Saintbury o el de Sampson), comprobaremos no sin estupor que éste consta de concebibles seres humanos y aquél de escuelas, manifiestos, generaciones, vanguardias, retaguardias, izquierdas o derechas, cenáculos y referencias al tortuoso destino del capitán Dreyfus” (p. 14).

¹⁸ A esquerda cria a hipótese de um público que é preciso educar, expresso em *Claridad*, ou imagina um público que deve converter-se em leitor a partir de determinações sociais. Também

Cabe fazermos algumas considerações acerca da vanguarda argentina. De acordo com Sarlo (1997), diferentemente da vanguarda europeia – que tinha sua “verdade” na radicalidade estética, moral e social –, a Argentina buscava sua “verdade” no sistema literário e no espaço sociocultural respectivo do qual rompe: “el cambio de las formas y la transformación de los costumbres literarias se manifiesta como “vanguardia” cuando existen actores y relaciones institucionales que pueden definirse como propios de un campo intelectual desarrollado” (p.212).

Ou seja, esse campo intelectual não se produz no vazio social, ao contrário, encontra nas formas sociais de produção literária as condições para a sua realização. A ruptura da vanguarda afeta o conjunto das relações intelectuais – as instituições do campo intelectual e as funções socialmente aceitas por seus atores. Sarlo (1997) afirma que, em suma, todas as modalidades de organização material e ideológica são afetadas pela vanguarda.

Sarlo (2010), baseando-se na carta publicada na revista *Poesia* de Macedonio Fernández para Pedro Vignale, escreve:

Se o modernismo e o decadentismo haviam difundido formas caracterizadas por fortes vínculos sensoriais, a vanguarda trabalhava para destruí-los. O que constituía, no modernismo, uma estratégia de ampliação no sentido da legibilidade, na renovação são operações que delimitam o campo e afirmam a legibilidade como não valor (p.180).

As opções estéticas atingem não só a produção literária, como também a recepção e as expectativas dos leitores. Nas revistas se processavam os tópicos e se definiam os obstáculos que os movimentos de renovação ou democratização da cultura argentina enfrentavam. Do mesmo modo, conflitos sociais espalhavam seus “fantasmas” sobre os debates culturais e estéticos: a questão da língua (o “castelhano aceitável” na fala e na escrita), das traduções

para a vanguarda estão os “filisteus”, os artistas acadêmicos e os tradicionalistas, que não querem arriscar uma arte pouco imaginável com os sentidos, e do outro, o novo leitor, com um perfil imaginário. Nesse sentido, Sarlo (2010) considera que a vanguarda dos anos 1920 não é pedagógica, pois, mais do que educar, mostra, exhibe-se e provoca.

(quem e por que está autorizado a traduzir), do cosmopolitismo¹⁹ (qual é o internacionalismo “legítimo”), do criollismo (quais formas respondem à nova estética), da política (qual é a posição da arte, o papel do intelectual), entre outros (SARLO, 2010).

A primeira dessas revistas – após a *Prisma* – foi a *Proa*, dirigida em sua primeira fase (1922-1923) por Borges, Eduardo González Lanuza e Francisco Piñero e na segunda fase (1924-1926) por Borges, Alfredo Brandán Caraffa, Ricardo Güiraldes e Pablo Rojas Paz. O tom do período foi expresso nas palavras de Eduardo González Lanuza, na revista *Prismas*:

Eu não hei de anunciar meu coração qual mercadoria, nem hei de fazer piruetas para cativar tua atenção dispersa no caleidoscópio vário de teu viver [...]. Se buscas a bazófia de todos os dias, tira uns níqueis do bolso e compra alguma revista; mas este livro está sobrando em tuas mãos (LANUZA, 1924, p. 7-8).

Do mesmo modo, o objetivo ou a intenção da revista foi expresso por Borges, na primeira edição da segunda fase da revista:

Proa surge em meio a um florescimento insólito. Jamais nosso país viveu a vida do espírito tão intensamente como agora. A alta cultura, que até hoje tinha sido patrimônio exclusivo da Europa e dos poucos americanos que tinham bebido nela, começa a transmutar-se em forma milagrosa, como produto essencial de nossa civilização (...). A *Proa* quer ser uma tribuna ampla e sem barreiras. Crisol de juventudes que amam o heroísmo obscuro e cotidiano, ela pretende plasmar em Academia a energia dispersa de uma geração sem rancores (BORGES *apud* SCHWARTZ *et al.*, 1992, p. 31-33).

¹⁹ A dialética do localismo e do cosmopolitismo gerou uma polêmica-atualmente antológica-entre os escritores argentinos dos grupos antagônicos “Boedo” e “Florida”, nomes correspondentes às ruas de Buenos Aires com características sociais bem diferentes. Em linhas gerais, o Boedo representa o setor urbano, vinculado à periferia e ao proletariado, agrupando os escritores com preocupações literárias socializantes, interessados na obra de arte pelo conteúdo do que pela ordem formal. Como representantes desse grupo estavam as revistas *Renovación*, *Los Pensadores*, *Claridad* e *La Campana de Palo*. O grupo Florida, por outro lado, tem como preocupação maior a incorporação ao panorama cultural argentino dos novos valores estéticos da vanguarda europeia, tanto na literatura como nas artes plásticas, música e na arquitetura. Como representantes desse grupo estavam os martinferrietas, assim como as revistas *Prisma* e *Proa* (SCHWARTZ, 1991).

O texto coletivo que se abre na segunda fase da revista declarava a independência do grupo em relação aos “velhos mestres” e registrava os efeitos da Guerra Mundial, que modificou todas as estruturas e instituições. *Proa* era uma frente caracterizada pelo espírito renovador e pela juvenildade. Segundo Sarlo (2010), o texto inicial da revista tem ecos e inflexões *arielistas*²⁰: fervor, afirmação moral, espírito de seriedade e unidade de aspirações.

De acordo com Achugar (1994), a revista apresentava um internacionalismo mais ligado ao *ariélismo*, isto é, a América Hispânica tem um lugar mais destacado²¹. *Proa* também incluía um nacionalismo cultural de “novo tipo” – encabeçado pela versão borgiana do *criollismo* –, organizava estratégias para demonstrar a função da literatura europeia no contexto da renovação rio-platense e preocupava-se com as questões do idioma. Outro elemento marcante da revista eram as ilustrações de Norah Borges, Figari, entre outros; os desenhos de Gustavo Klimt; caricaturas de inspiração cubista de Salgueiro Dela-Hanty, entre outros. No fundo, segundo Sarlo (2010), a revista preocupava-se em redefinir o espaço da literatura argentina.

Segundo Schwartz e Alcalá (1992), se *Prisma* e *Proa*²² significaram o ponto de partida das revistas de vanguarda, coube a *Martín Fierro*²³ (1924-1927), sob a direção de Evar Mendéz durante 45 edições e idealizada por Oliverio Gironde²⁴, consolidar o movimento. Matizada entre o nacionalismo e o

²⁰ O termo se refere à tendência cultural, nacionalista e latino-americanista de fins do século XIX, cujo principal expoente é o uruguaio José Enrique Rodó, com sua obra *Ariel* (1900).

²¹ Exemplo disso é a publicação, no número 10 da segunda fase, da fundação da *Unión Latino-Americana*, com os seguintes dizeres: “Desenvolver, nos povos latino-americanos, uma nova consciência dos interesses nacionais e continentais, auspiciando toda renovação ideológica que conduza ao exercício efetivo da soberania popular, combatendo toda a ditadura que crie obstáculo às reformas econômicas inspiradas pelos anseios de justiça social (...)” (PROA, nº 10, 1925: 65-66).

²² Também devemos mencionar, em 1923, a publicação da revista *Inicial* com Roberto Ortelli, Brandan Caraffa e González Tunon e de *Valoraciones*, do grupo *Renovación de La Plata* que irá até 1928.

²³ O nome da revista faz referência ao grande herói da literatura gauchesca do século XIX, cantado no poema épico de José Hernandez. No entanto, o nome da revista, que tem como pano de fundo o “nacionalismo cultural”, se deve ao fato de que, antes da fase vanguardista, a *Martín Fierro* fora publicada por um breve período – apenas três números – em 1919, sob a direção de Alberto Ghirardo.

²⁴ Demais fundadores da revista: Ernesto Palacio e Pablo Rojas Paz.

cosmopolitismo, a revista publicou artigos sobre pintura, música e cinema. Segundo Sarlo (1997), a partir de testemunhos sobre o periódico, a revista foi considerada uma vanguarda eclética, a qual: “fue una especie de cóctel de la nueva generación. No había mayor selección. Estaban todas las tendencias pero predominaba la superficialidad combativa” (CARRAFA, El Clarín, 1977).

Seu perfil vanguardista delineou-se com clareza, no quarto número, quando foi publicado o *Manifiesto de Martín Fierro*, redigido por Girondo:

Ante o receituário que inspira as lucubrações de nossos mais “belos” espíritos e o gosto pelo anacronismo e pelo mimetismo que demonstram. Ante a ridícula necessidade de fundamentar nosso nacionalismo intelectual, enchendo valores falsos que à primeira alfinetada murcham como balões (...). Martín Fierro sente a necessidade imprescindível de se definir e de chamar quantos sejam capazes de perceber que nos encontramos na presença de uma nova sensibilidade e de uma nova compreensão que, colocando-nos de acordo com nós mesmos, nos descortina panoramas insuspeitados e novos meios e formas de expressão (...). Martín Fierro sabe que “tudo é novo sob o sol” se se olha com pupilas atuais e se expressa com um acento contemporâneo (GIRONDO *apud* SCHWARTZ, 1994, p. 115).

A partir do manifesto, nota-se que a tradição²⁵ e a “novidade” se conjugam a fim de trazer uma reflexão sobre o cosmopolitismo:

Afirmación de la novedad como valor y remisión a una tradición cultural preexistente, reivindicación de lo “característicamente argentino” y perspectiva cosmopolita. Con estos elementos se construye ese compuesto ideológico-estético que es el martinfierrismo y, en general, la vanguardia del veinte. La tensión populismo/ modernidad o nacionalismo/cosmopolitismo informa acerca de un hecho significativo, casi una constante de la cultura argentina del siglo XX (SARLO, 1997, p. 253).

²⁵ A tradição da revista também pode ser notada no número 22, quando Girondo propõe uma campanha para um monumento a José Hernandez, devendo receber a adesão de todos os artistas. Os nomes dos artistas de “tradição” – como, por exemplo, Eduardo Wilde e Rojas Paz – são propostos várias vezes pela revista (SARLO, 1997).

Ademais, a necessidade de ser “moderno” não implicava, necessariamente, abandonar o nacional, porque, antes de pensar no “internacional”, era preciso ser gaúcho/ argentino²⁶. Nesse sentido, pode ser que Gironde compartilhasse com Mariátegui a seguinte afirmação: “(...) por estes caminhos cosmopolitas e ecumênicos, de que tanto nos criticam, vamos nos aproximando cada vez mais de nós mesmos²⁷” (MARIÁTEGUI *apud* SCHWARTZ, 1995, p. 473).

Isto é se valer das conquistas europeias e norte-americanas em favor do “bem-estar” argentino. Nas palavras de Mariátegui:

Mas para estabelecer mais exata e precisamente o caráter nacional de todo vanguardismo, voltemos à nossa América. Os novos poetas da Argentina constituem um interessante exemplo. Todos eles estão nutridos da estética europeia. (...) Não obstante esta impregnação de cosmopolitismo, não obstante sua concepção ecumênica da arte, os melhores destes poemas vanguardistas continuam sendo os mais argentinos. A argentividade de Gironde, Guiraldes, Borges etc. não é menos evidente do que seu cosmopolitismo. O vanguardismo literário argentino denomina-se “martinfierismo”. Quem alguma vez tenha lido o periódico desse núcleo de artistas, Martín Fierro, terá encontrado nele, ao mesmo tempo que os mais recentes ecos da arte ultramoderna da Europa, os mais autênticos sons gaúchos (MARIÁTEGUI *apud* SCHWARTZ, 1995, p. 474).

De acordo com Sarlo (1997), a aparição da revista *Martín Fierro*, em fevereiro de 1924, marcou no campo intelectual argentino uma forma de ruptura estética tipicamente moderna: a da vanguarda. Desse modo,

²⁶ É interessante lembrar de Borges, ainda na década de 1920 e 1930, quando tentou definir em seus poemas, na prosa de seus ensaios, na biografia do poeta popular Evaristo Carriego e até nos seus primeiros ensaios de ficção costumbrista: “*Hombres pelearon*” de 1928 e “*Hombre de la esquina rosada*” de 1933 um *criollismo* essencial, não acidental, que vem da herança cultural argentina e também da biografia e do sangue do poeta popular. Segundo Monegal (1978), esse *criollismo* não nega a herança europeia, mas a transforma através de experiências do poeta no tempo (a História ainda viva) e no espaço (o pampa e o subúrbio que descobre nas beiras da cidade moderna que já é Buenos Aires) (p. 23).

²⁷ De acordo com Susana Zanetti (1994), a residência em Paris contribuía para descobrir ou assumir a condição hispano-americana, assim como a pensá-la em sua dimensão literária, utilizando-se dos escritos de Ugarte: “Nuestra generación se definió en Iberoamérica pronunciando el nombre de dos ciudades: París, Madrid...Al instalarnos en Madrid (punto de partida) y París (ambiente español) descubrimos dos verdades. Primera, que nuestra producción se enlazaba dentro de una sola literatura. Segunda, que, individualmente, pertenecíamos a Iberoamérica desde Europa en forma panorámica” (p. 525-526).

Martin Fierro propuso una ruptura com las instituciones y costumbres de un campo intelectual preexistente, cuyo desarrollo fue el que hizo socialmente posible el surgimiento de la vanguardia. Incluso algunas formas típicas de las costumbres literarias de los años que preceden y siguen al Centenario (...) (SARLO, 1997, p. 216).

Nesse sentido, desde a sua fundação, quando se tratava do “sistema de consagração”, a revista criticava *Nosotros*. Para *Martín Fierro*, a revista *Nosotros* “representa una replicación, cuando no una agencia, en el campo intelectual, del sistema oficial de consagración y de sus criterios estéticos”.

Para além dos confrontos entre as revistas e os intelectuais, deve-se pensar no significado e nas mais diversas “respostas” que foram dadas a esse cenário tão rico e complexo. Concordamos com Sarlo (2010) ao escrever que a “modernidade é um cenário de perdas, mas também de fantasias reparadoras. O futuro era hoje” (p.57).

Claramente, esse tópico não teve e nem conseguiria abordar todas as especificidades dos debates e das revistas. O nosso objetivo foi dar luz a algumas das questões mais comentadas nas revistas, pelas vanguardas, que servirão para nortear o próximo tópico.

É a partir do que foi imaginado e projetado nestas revistas – mas não exclusivamente por elas – que Mário de Andrade escreve, por vezes admira, e reflete sobre a “novidade” portenha e, em alguns momentos, estabelece um diálogo com alguns intelectuais argentinos.

A “nova” Argentina sob as lentes paulistas

Me parece que nenhuma figura representa mais integralmente que Ricardo Guiraldes o período psicológico nacional que estão atravessando com maior ou menor intensidade as nações sul-americanas. Já afirmei que a diferença psicológica atual entre brasileiros e argentinos significava mais que simples descendência racial e circunstâncias sociais diferentes. Significava que as duas nacionalidades já possuíam uma entidade psicológica constante (...). Porém todos dentro do mesmo turtuveio entre a atração e influência europeia, e uma fatalidade nacional certa mas sem nitidez ainda, quase miragem, por ser baseada no futuro (ANDRADE, Diário Nacional, 13 de maio de 1928).

Segundo Antelo (1986), é por volta de 1925 que Mário encontra-se empenhado em elaborar um conceito de vanguarda que reunisse a liberdade estética e a responsabilidade do intelectual. Nessa busca, que o autor denominou “organicidade”, Mário vai tentar se informar da maior quantidade de experiências coincidentes tentadas na América Latina. Uma das que mais lhe desperta atenção é o *ultraísmo* argentino que tinha, como seu maior símbolo, o periódico *Martín Fierro* (1924-1927):

É precisamente em 1925 que Mário de Andrade toma contato com o grupo *Martín Fierro*, a partir do número 20 da revista. Pode-se supor que daí tenha surgido o interesse por Bazar (1922) de Francisco Luiz Bernárdez e por quatro textos, publicados em 1925. São eles: Alcândara do mesmo Bernárdez, Calcomanías e Veinte poemas para ser leídos en el tranvía de Oliverio Girondo e as Inquisiciones de Jorge Luis Borges (...). À leitura de Bernárdez, Borges e Girondo, deve-se acrescentar o panorama que lhe oferecem as duas antologias da poesia argentina da geração de 22, a Antologia de la poesia argentina moderna de Julio A. Noé e a Exposicion de la actual poesia argentina (1922-1927) de Pedro J. Vignale e César Tiempo (ANTELO, 1986, p. 26).

Apesar das leituras dessas obras, a partir dos arquivos de Mário de Andrade, Antelo (1986) considera *Martín Fierro* como guia crítico. Exemplo disto é a anotação na página de antepálio de *Antologia de Noé: “Crítica do livro em Martín Fierro, 1926, maio”* (p.27).

Segundo Monegal (1978), o documento mais importante para a reconstrução do aspecto das relações entre o *modernismo* brasileiro e o *ultraísmo* argentino é a série de quatro artigos sobre as leituras argentinas contemporâneas que Mário publicou no *Diário Nacional* de São Paulo, entre 22 de abril e 20 de maio de 1928.

O primeiro dos quatro artigos foi dedicado à “*Literatura Modernista Argentina*” (22 de abril de 1928) e esteve orientado, sobretudo, para mostrar a diferença entre as literaturas argentina e brasileira. Mário de Andrade (1928) assinalava que podemos recriar pela inteligência as causas e os elementos que levaram o outro país a adquirir o ritmo mais forte que organiza a literatura modernista. No entanto, assegurava que como o ritmo não era o da “gente” e não interessava como ajuda ou complemento, não fazia parte de nós mesmos. Ainda segundo Mário, isso decorria de certos ideais americanistas e latino-americanistas, que não despertavam interesse

aos intelectuais de ambas as partes:

Tenho horror a essa história de “América Latina” muito agitada hoje em dia. “Hispano Americanismo, cuantas estupideces se hacen y dicen en tu nombre!” (Martín Fierro). Tenho horror ao Pan-americanismo. Noções, aliás, que na Europa já acharam rival na idealizada República Europeia..Não existe unidade psicológica ou étnica continental. Mesmo aceitando só para argumentar que as condições históricas e econômicas sejam absolutamente iguais nos países de um continente, isso não basta para a criação de um conceito social continental porque não são condições permanentes nem intrínsecas (ANDRADE, Diário Nacional, 22 de abril de 1928).

No fundo, Mário quis demonstrar que, naquele momento, o nacionalismo dominava. E o que lhe incomodava ao ler, estudar e conhecer o movimento argentino era que no país vizinho havia uma “*inconsciência nacional*” ou, em outras palavras, um “nacionalismo natural”, devido à força concentradora e unidade geográfica de Buenos Aires, expresso na literatura:

Quando já falam que a Argentina é um grande país e Buenos Aires uma grande capital, falam duas verdades incontestáveis. Isso dá aquela calma necessária de si mesmo, aquela confiança na terra e no patricio que são os elementos mais úteis para a determinação, firmamento e permanência dos caracteres psicológicos. Ninguém é tão si mesmo como em casa (...) O argentino, consciente da grandeza dele e auxiliado por ela, já possui a confiança de quem está na própria casa e a calma de quem está no próprio quarto. Pouco se amola desse argentino de dentro possuir tal dose de italiano, tal dose de espanhol (...). Tudo isso já é para ele mais ou menos indiferente. Não porque raciocine que de fato as entidades nacionais coincidem em vários pontos, mas porque está bem seguro de si. Mesmo ele quase nunca matuta sobre isso porque não carece mais de reagir (ANDRADE, Diário Nacional, 22 de abril de 1928).

Mário comparou e criticou os brasileiros que estavam “*muito conscientes*” de sua condição, com um “*nacionalismo desbragado*” e, por vezes, um “*patriotismo de bafafá*”, decorrente de diversos fatores e, especialmente, da variação geográfica e da “*desarmonia de progresso formidanda*”. A partir dessas observações e dos

nomes das obras e revistas modernas na Argentina e no Brasil²⁸, concluiu: “Ora, a confiança do argentino e a insegurança do brasileiro caracterizam o jeito diferente com que estão sendo tratadas as falas nacionais”.

Partindo da ideia de que o brasileiro possui uma psicologia própria e que o fato foi verificado, Mário acreditava que isso facilitaria e tornaria ridículos aqueles que vivem de patriotada em patriotada gritando: “*Eu que sou brasileiro!*”, “*Eu é que estou sendo brasileiro*”, sem a mínima compreensão humana, nem da vida e nem do Brasil. Antes de encerrar, criticou novamente os regionalistas, enfatizando que “não basta a gente condimentar a escritura com a especiaria d’um modismo vocabular para que o prato seja tutu. Continua cozido e não tutu”. Encerrando o artigo dizendo que “o Brasil não foi feito por ninguém, Brasil é uma fatalidade que a gente pode melhorar ou piorar, esfacelar ou conservar, com psicologia já própria e fatal, através e apesar de todas as pesquisas conscientes”.

Ao fim do primeiro artigo, Mário desculpa-se por não ser um especialista na matéria. Contudo justificou o “risco”, pois é “sob muitos aspectos notável e digna [a literatura] de ser mais conhecida aqui”. Desse modo, em seu segundo artigo, Mário esboçou um panorama rápido das revistas literárias argentinas, inserindo-as no contexto argentino, citando seus nomes mais ilustres e trechos de suas obras. Ao falar de revistas como *Claridad e Martín Fierro* e dos grupos que compõem cada uma das revistas, estabeleceu novamente uma comparação entre as vanguardas brasileira e argentina e demonstrou um conhecimento significativo de intelectuais argentinos:

Ao passo que a nossa poesia modernista ia tomar uma feição eminentemente rapsódica, a argentina assumia desde logo um caráter intrinsecamente literário. Tipográfico mesmo. Até dentro do Ultraísmo e da metáfora organizada em preceito os argentinos

²⁸ “Aqui, tivemos Terra Roxa e temos Verde. Aqui possuímos gente “verde”, gente “verdeamarela”, gente “pau-brasil”. E há livros que chamam-se Meu, Raça, Toda a América, Pau Brasil, Minha Terra, Terra Impetuosa, Coração Verde, Canto da Raça, Este é o canto da minha Terra, Brás, Bexiga e Barra Funda, entre outros. Os argentinos secundam, no geral, com La Musa de la Mala Pata, El Contador de Estrellas, Terremotos y otros Temblores, El puñal de Orion, Oasos en la Sombra, Inquisiciones, Naufragios, entre outros.” (ANDRADE, Diário Nacional, 1928). Cabe dizer que segundo Monegal (1978), Mário cometeu um delicado equívoco ao considerar Martín Fierro como uma questão nacionalista e não política. De acordo com Monegal (1978), o que interessava aos fundadores era a atitude do poeta “gauchesco” e do seu personagem ao “cantar opinando”.

fogem da poesia oratória. Com exceção de Ricardo Güiraldes (poemas em prosa de Xaimaca) e Jorge Luis Borges, que muitas vezes a gente percebe gozando com o valor musical das palavras e oral da frase (ANDRADE, Diário de Notícias, 29 de abril de 1928).

Seguindo o interesse pelos intelectuais argentinos e por suas revistas, o terceiro de seus artigos tratou especificamente da revista *Martín Fierro* e de sua função “orientadora e selecionadora” de ideias e valores caracteristicamente modernistas²⁹: “Por todas estas razões *Martín Fierro* ajunta o que tem de melhor a literatura moderna argentina e representa com largueza o caráter e o espírito dessa literatura”.

Por outro lado, o paulista demonstrou certo descontentamento com os últimos números da revista, pois foram compostos por muitos nomes estrangeiros, especialmente europeus e franceses. Justificou a afirmação dizendo que aqueles que se interessavam pela manifestação argentina de arte ficavam prejudicados em número, isto é, deixa-se menos espaço para os intelectuais da região em razão dos europeus que, segundo ele, liam revistas europeias com mais seriedade do que uma sul-americana: “Em geral é escrita pour l’Amérique Latine”.

Apesar desse descontentamento, Mário continuou com a ideia de que a revista esboçava a força nacional e demonstrava, a partir da vibração argentina, um ritmo psicológico único, tal como explicitado no primeiro dos artigos de 1928. Desse modo, retomou a ideia de que o nacionalismo argentino era mais inconsciente do que rotular, vide a pouca frequência do problema “nacional” nas páginas de *Martín Fierro* e a “importância sem importância que a ele parecem dar na revista”. Outro exemplo desse inconsciente era o “*criollismo essencial*”, o qual também lhe pareceu menos tendencioso que inconsciente e mais ativo do que rotular – quase como uma fatalidade nacional que se encontra nas obras de Güiraldes, Oliverio Girondo e especialmente na obra de Borges – e pelo qual demonstrou profunda admiração:

Este poeta e ensaísta me parece a personalidade mais saliente da geração moderna da Argentina. Depois de Ricardo Güiraldes- o que teve a felicidade de morrer depois da obra prima- a figura de

²⁹ É interessante notar que, embora o modernismo nos países hispano-americanos tenha ocorrido anos antes, Mário refere-se à vanguarda argentina como modernista.

Jorge Luis Borges é a que mais me atrai e me parece mais rica de lá. Será talvez ele quem vai substituir Ricardo Güiraldes e consolar com uma presença de intimidade a memória do morto (ANDRADE, Diário Nacional, 13 de maio de 1928).

Segundo Monegal (1978), o que Mário reconheceu foi a natureza profunda e não ostentosa do *criollismo* de Borges, sua radicação essencial em um solo cultural que era seu por direito de nascimento e ocupação e que jamais poderia ser extinto pelas capas de cultura estrangeira que também recobriam e adubavam este solo. Mário considerou certo ceticismo decadente de Borges decorrente da cultura excessiva para idade que tinha: 28 anos.

No restante do terceiro artigo, Mário citou e analisou outros poetas e pensadores do grupo *Martín Fierro*, como: Sergio Piñero, Leopoldo Marechal, Norah Lagne, Nydia Lamarque, Nicolás Olivari e Oliverio Girondo, sendo que a nenhum dedicou os elogios e a atenção concedidos a Borges. Encerrou esse artigo considerando a série escrita por ele como uma passagem, com sensação de leitor estrangeiro, no sentido de que estrangeiro compreende apenas uma psicologia étnica diferente, pois:

(...) no resto, não me considero estrangeiro para ninguém. Aqui no Brasil a palavra “estrangeiro” só é conhecida pelos semicultos. Meu povo só fala em “estranhos”. Naqueles que a gente estranha um bocado pelo modo de falar e de sentir. É como estranho que escrevi tudo isto. Minha intenção foi apenas vulgarizar aqui nomes de valor que não cedem a muito nome europeu que vem na capa tradicionalmente comprada do livro francês, inglês e italiano (ANDRADE, Diário Nacional, 13 de maio de 1928).

Cabe mencionar a interessante, porém breve, análise que Mário fez sobre a literatura da “América”, os intelectuais e a sua participação, ainda que em menor número, mas em igualdade de valores, no movimento do mundo. Segundo Mário (1928), a literatura modernista argentina produziu a obra de Güiraldes e, com as outras literaturas, indicou uma força nova que aparece para a mocidade cantando o lindo verso de Raul Gonzalez Tuñon: “Soy un gran pedazo de juventude”.

O quarto e último artigo foi dedicado a Ricardo Güiraldes. Mário (1928) considerou o autor de *Don Segundo Sombra* como a figura que mais representava o período psicológico nacional, com mais ou menos intensidade, que estavam atravessando as nações sul-americanas:

Acho que ninguém representa talqualmente Ricardo Guiraldes o momento psicológico sul-americano justamente porque ninguém como nele não se ajuntaram tão conscientemente tão equilibradamente e bem aceitas as duas tendências em que a gente se debate: atração da França e atração nacional. De toda a obra dele pequena e desigual (desconheço Rosaura, edição fora do mercado) se salientam pelo valor duas: Xamaica e Don Segundo Sombra. A primeira representa o predomínio da influência francesa, obra requintadíssima. A segunda é um equilíbrio perfeito entre as duas tendências mas tendo como base fatalizada o ideal nacional (ANDRADE, Diário Nacional, 20 de maio de 1928).

Mais uma vez Mário retomou a questão nacional e a dificuldade das nações sul-americanas em lidar com o problema: nacional/ internacional, tradição/ modernidade, e assim por diante. Posteriormente, fez uma análise minuciosa destas duas obras: *Xamaica* (1923) e *Don Segundo Sombra* (1926), e de outras como: *Cuentos de Muerte y de Sangre* (1915), *El Cencerro de Cristal* (1915), *Raucha* (1917). Mais do que mencionar as minúcias apresentadas por Mário, cabe refletirmos a respeito do significado, aos olhares de Mário, de Guiraldes para a “*mocidade argentina*”:

A influência dele foi não de modelo mas de espelho. Quem olha no espelho se enxerga a si mesmo. Libertando a gente nova argentina dum passado falso ele fez mais do que dar a atualidade, de presente para esses moços. Lhes deu a realidade. Alguns a falsificaram de novo. A culpa não é nem dele nem deles. A falsificação faz parte da existência. É ela que justifica as coisas autênticas. E bom número dos poetas de hoje, por essa influência de espelho que Ricardo Guiraldes teve, gozam na Argentina a lealdade de indivíduos e de nacionais (ANDRADE, Diário Nacional, 20 de maio de 1928).

Segundo Antelo (1986), há uma diferença entre o nacionalismo de Borges e o de Mário. Por um lado, temos um nacionalismo que pensa o espaço como um âmbito reservado e restrito e que concebe o tempo ciclicamente. Nesse sentido, Borges passa por uma fase *criollista*, na qual o nacionalismo é concebido como categoria estética, um princípio que estabelece compromissos com o literário de uma maneira exclusiva, negando a vinculação com a história (p.49). Por outro lado, o nacionalismo de Mário, em 1928, estava em transição de uma fase ufanista e apromblemática para uma em que ele se vincula à sociedade de classes, como instrumento para

a luta por uma nova hegemonia. Antelo (1986) denominou “*nacionalismo representativo*”.

Foi inserido nesse “nacionalismo representativo” que Mário escreveu os artigos do Diário Nacional. Apesar das diversas interpretações que podem ser produzidas a partir desses artigos, quisemos considerá-los como espaço de reflexão e crítica para pensar a situação nacional brasileira, ainda que brevemente, naquele período. Por outro lado, também é interessante notarmos os olhares e as percepções de um paulista, alguém externo, frente ao movimento argentino, que nem sempre foi notado pelos próprios argentinos dessa forma.

Considerações Finais

O que Xul mescla em seus quadros também se mescla na cultura dos intelectuais: modernidade europeia e especificidade rio-platense, aceleração e angústia, tradicionalismo e espírito renovador; criollismo e vanguarda. Buenos Aires: o grande cenário latino-americano de uma cultura de mescla (SARLO, 2010, p. 32).

De acordo com Sarlo (2010), no século XIX, a Argentina era uma causa e um programa. Na terceira década do século seguinte, o país surgiu como um problema que admitia poucas soluções otimistas. Ainda segundo Sarlo (2010), as sínteses estéticas do Centenário da Independência – resolução da unidade racial, cultural e linguística – não convencem nos anos 1920-1930. Por essa razão, o movimento da vanguarda argentina será significativo do ponto de vista das mais diversas “respostas”, pois o que se tinha era um objeto multifacetado com possibilidades de olhares e perspectivas de análise diversas, algo que Sarlo denominou “*cultura de mescla*”.

Segundo Pimentel (2010), os estudos sobre cidades e encontros culturais no século XXI, ainda que continuem sob a ideia do espírito moderno que movera os surtos de reurbanização nas cidades latino-americanas, reaparecem com uma grande diferença: a revisitação é crítica, não mais fascinada. Pimentel (2010) considera que, mais do que isso, os intelectuais queriam descobrir os impasses e as dificuldades que acompanharam o ingresso das capitais em um mundo radicalmente moderno.

A distância temporal e a “fascinação” do momento certamente influenciaram a breve análise de Mário de Andrade sobre o período e

o que o caracterizava. Enquanto alguns intelectuais argentinos estavam desacreditados em uma “solução” do problema argentino, Mário acreditava que a Argentina era um exemplo da “inconsciência nacional” e de certa “conformidade” de culturas tão distintas. Mais do que identificar os diferentes olhares e vozes para o “mesmo” objeto, procuramos estudar e refletir, ainda que brevemente, uma parte da história das transformações de Buenos Aires nos anos 1920 e 1930 e seus desdobramentos para outros espaços, sob o olhar de um paulista “moderno”.

Entre esses espaços destacamos o Brasil, um país que também contava com intelectuais das mais diversas vertentes, com suas inquietações, críticas e “respostas” diante do cenário mundial, que foram ainda mais fortalecidas pelo Centenário da Independência e pelo modernismo. Assim como na Argentina, o Centenário da Independência também é fundamental para a história brasileira, pois a questão “*Que país é esse?*” retorna às “cabeças e bocas” de grande parte dos intelectuais, ainda que incentivados pelas comemorações do governo. O 7 de setembro de 1922³⁰ pôde articular presente, passado e futuro ao ensejar o balanço obrigatório dos acontecimentos passados, a avaliação dos feitos presentes e a perspectiva de realizações futuras do país. O grande anseio e tarefa dos intelectuais era conhecer o país, “criar” a nação, “forjar” a identidade nacional e “construir” o Brasil moderno (MOTTA, 1992). No mesmo ano também ocorreu a Semana de Arte Moderna, marco do modernismo no Brasil, composta por intelectuais de diversas vertentes que elaboraram uma série de “retratos” ou respostas para esboçar aquilo que constituiria a verdadeira “realidade brasileira”.

É dentro desse contexto que o olhar de um paulista “moderno” para Buenos Aires está inserido. Percebemos os artigos de Mário como um espaço de reflexão para as questões nacionais e, por outro lado, como um momento interessante de diálogo entre as literaturas brasileira e argentina. Neste sentido, encerramos este ensaio com uma reflexão de uma das interpretações do passado a fim de buscar seus desdobramentos no presente, seja do ponto de vista político ou cultural.

³⁰ Segundo Maria Lígia Prado (2009), o discurso oficial do governo manteve as grandes linhas de interpretação forjadas no século XIX, isto é, da harmonia dos opostos, da unidade e grandeza do território brasileiro. Nesse sentido, a independência, o Império e a República foram passos diferentes de uma evolução “natural” e benéfica. Exemplo disso foi dado em 1921, em que o presidente Epitácio Pessoa, sob o pretexto do centenário da Independência “pacífica”, pediu o traslado dos despojos do último Imperador, Dom Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina.

Referências

- ACHUGAR, Hugo
(1994). "La hora americana o El discurso americanista de entreguerras". In: Ana Pizarro (org.); *América Latina: palavra, literatura e cultura*. vol 2. São Paulo: Memorial; Campinas, Ed.Unicamp, p. 635-662.
- ALTAMIRANO, Carlos
(1997). "La Argentina del Centenario: campo intelectual, vida literaria y temas ideológicos". In: Carlos Altamirano; Beatriz Sarlo; *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia*. Argentina: Ariel, p. 161-197.
- ANDRADE, Mário
(1928). "Literatura Modernista Argentina". *Diário Nacional*. São Paulo, 22 de abril.
- (1928). "Literatura Modernista Argentina". *Diário Nacional*. São Paulo, 29 de abril.
- (1928). "Literatura Modernista Argentina". *Diário Nacional*. São Paulo, 13 de maio.
- (1928). "Literatura Modernista Argentina". *Diário Nacional*. São Paulo, 20 de maio.
- ANTELO, Raúl
(1986). *Na ilha de Marapatá: Mário de Andrade lê os hispano-americanos*. São Paulo: HUCITEC; INL, Fundação Nacional Pró Memória.
- ARTUNDO, Patrícia
(2004). *Mário de Andrade e a Argentina: um país e sua produção cultural como espaço de reflexão*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo.
- BERMAN, Marshall
(1986). *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- FAORO, Raymundo
(1994). *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Editora Ática.
- GALLO, Ezequiel
(1986). "Argentina: society and politics, 1880-1916". In: Leslie Bethell (org.); *The Cambridge History of Latin America*. Vol.5. Cambridge: Cambridge University Press, p.359-392.
- LAFLEUR, Héctor René; PROVENZANO, Sergio; ALONSO, Fernando Pedro (1962). *Las revistas literarias argentinas (1893-1960)*. Buenos Aires: Ediciones Culturales Argentinas.
- LANUZA, Eduardo González
(1924). *Prismas*. Buenos Aires: Samet, p. 7-8.
- LATTES, Alfredo Enrique; SAUTU, Ruth
(1978). "Inmigración, cambio demográfico y desarrollo industrial en la Argentina". *Cuadernos del CENEP*, n. 5.
- MICELI, Sergio
(2010). "O enigma portenho". In: Beatriz Sarlo (Org.); *Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo: Cosac Naify.
- MONEGAL, Emir Rodríguez
(1978). *Mário de Andrade/Borges. Um diálogo dos anos 20*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MOTTA, Marly Silva da
(1992). *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC.
- PIZARRO, Ana
(2004). *El sur y los trópicos: ensayos de cultura latinoamericana (Cuadernos de América Sin Nombre)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- PRADO, Maria Ligia Coelho
(2009). "Identidades latinoamericanas (1870-1930)". In: Enrique Ayala Mora (director), Eduardo Posada Carbó (Codirector) (Org.); *Historia General de América Latina - Volumen VII: Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930*. Ied. Paris: Ediciones UNESCO/ Editorial Trotta, v. VII, p. 583-615.
- RAMA, Ángel
(1984). *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SARLO, Beatriz
(1997). "Vanguardia y criollismo: la aventura de Martín Fierro". In: Carlos Altamirano; Beatriz Sarlo (Orgs.); *Ensayos argentinos: de*

Sarmiento a la vanguardia. Argentina: Ariel, p.127-171.

(2010). *Modernidade Periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo: Cosac Naify.

SCHWARTZ, Jorge; ALCALÁ, May Lorenzo (1992). *Vanguardas argentinas: anos 20*. São Paulo: Iluminuras.

SCHWARTZ, Jorge (1993). "Abaixo Tordesilhas!". *Estudos Avançados*. vol 7, n. 17, p. 185-200.

(1995). *Vanguardas Latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Iluminuras; FAPESP.

ZANETTI, Susana (1994). "Modernidad y religación: una perspectiva continental (1880-1916)". In: Ana Pizarro (Org.); *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp.

Recebido em
janeiro de 2014

Aprovado em
março de 2014

A produção simbólica dos desastres naturais: composições, seleções e recortes¹

Victor Marchezini*

Resumo

Desastres podem ser compreendidos como processos em que subjaz uma produção simbólica sempre construída por agentes em disputa pelo monopólio da visão oficial. Palavras e imagens são usadas pelos agentes para enunciar o que se constitui como ordem e desordem, para conformar uma dada visão sobre o desastre, definindo uma seleção do tempo real e o que vem a se constituir como a realidade. O objetivo deste artigo é analisar esse processo de produção simbólica do desastre a partir de uma seleção de reportagens e imagens dos saques ocorridos durante as inundações e deslizamentos na região do Vale do Itajaí/SC em novembro de 2008.

Palavras-chave

Poder simbólico. Mídia. Desastres.

Abstract

Disasters can be comprehended as processes that were defined by the symbolic production, which it constituted by the agents in competition for the monopoly of official vision. Words and images are used by agents to enunciate what consists order and disorder, to frame one vision about the disaster, defining the selection of real time and, as a result, what it can be considered as reality. This paper aims to analyze the process of symbolic production of the disaster, from the selection of notices and images about the looting occurred during floods and landslides in the region of Itajaí Valley/SC in November 2008.

Keywords

Symbolic power. Media. Disasters.

¹Apoio: Fapesp.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSC) e especialista em Direitos Humanos, Gestão de Riscos e Políticas Públicas de Prevenção a Desastres pela Fundação Henry Dunant. E-mail: victor.marchezini@gmail.com .

Introdução

Os estudos científicos acerca dos “desastres naturais” têm início nas primeiras décadas do século XX, mas somente a partir de 1970, quando passam a ser analisados pelas Ciências Sociais, que se problematiza a natureza desses, compreendendo-os como resultado das relações sociais, ou seja, considera-se que para a configuração de um desastre não se depende somente de uma ameaça natural, mas sim de uma dada organização social. O resultado dessa interação entre uma ameaça natural e uma dada organização poderia configurar um desastre, dependendo do reconhecimento público da vivência de uma crise, espacializada a partir de uma quantidade de danos ambientais, materiais e humanos ocorridos num dado *tempo e lugar*.

Este artigo tem por objetivo analisar sociologicamente a produção simbólica daquilo que é entendido como *desastre*, focando-se em algumas relações de poder subjacentes que tendem a impor o que é considerado como ordem e desordem nesse contexto. Para tanto, irá se debruçar sobre a análise dos desastres relacionados às chuvas, os quais têm sido classificados como “desastres naturais”, como uma função prática cujo objetivo é não problematizá-los como um fenômeno também social.

A produção simbólica das chuvas atípicas

Bourdieu (2004) elaborou o conceito de poder simbólico para se referir ao poder de constituir o dado pela enunciação, como um poder capaz de fazer ver e fazer crer, destinado a confirmar ou transformar a visão de mundo e, conseqüentemente, a ação sobre esse mundo e o próprio mundo. Como um poder quase mágico, ele traria a possibilidade de adquirir aquilo que muitas vezes é obtido pela força física e/ou econômica, em razão de gerar um efeito de mobilização que só se efetiva pelo fato de ser ignorado como arbitrário. Assim, ele se exerceria e se definiria numa relação entre os que o executam e aqueles que estão sujeitos a ele. Pelo fato de ser ignorado como arbitrário, esse “poder simbólico é [...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2004, p. 7-8). Seria, desse modo, um poder constituído a partir da relação, pois, se o real é relacional, o poder simbólico é um poder de construção da realidade.

Nesse sentido, o que faria do poder das palavras e das palavras de ordem um poder de manter a ordem ou de subvertê-la seria a crença na legitimidade das palavras daquele que as pronuncia e não da competência das palavras, pois o poder simbólico “é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (Idem, p. 15), principalmente, mas não somente, do poder econômico. Isto é, “o poder das palavras não reside nas próprias palavras, mas nas condições que dão poder às palavras criando a crença coletiva” (BOURDIEU, 2006, p. 162). A realidade construída a partir de palavras seria assim fruto de relações de poder entre os agentes cujas disputas engendrariam campos (campo do esporte, artístico etc.), construídos a partir das relações dinâmicas. Desse modo, haveria um campo de produção simbólica, definido como “um microcosmos da luta simbólica entre as classes” de agentes constituídas a partir da relação. Tais agentes lutam “pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social”. Em razão disso, “investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos” (BOURDIEU, 2004, p. 146), os quais poderiam ser vislumbrados, por exemplo, a partir dos títulos de especialistas, de peritos, de *experts*, tal como os meteorologistas, os engenheiros civis, os agentes de defesa civil, os geólogos, os próprios sociólogos etc.

Assim, muito do que está dado, o que está inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, e que se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebido porque considerado perfeitamente natural, seria fruto de uma afirmação com autoridade e considerado uma verdade com força de lei. O poder simbólico aí instaurado é capaz de produzir a existência daquilo que enuncia, pois as coisas ditas com autoridade, isto é, à vista de todos e em nome de todos, de forma pública e oficial, são sancionadas, santificadas e consagradas, fazendo-as existir como dignas de existir, como conforme à natureza das coisas, naturais. Entretanto, salienta Bourdieu (2004, p. 115) que “as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são (...) produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”. Pois as classificações práticas, como definidoras da realidade social, estão sempre subordinadas a funções práticas e orientadas para a produção de efeitos sociais, posto que são engendradas a partir de relações de poder.

O autor critica o fato de se dar “menos importância aos grandes acontecimentos exteriores e aos acasos da fatalidade, [pois] pensa-se que eles são pouco capazes de revelar alguma coisa de essencial a respeito do objeto considerado” (BOURDIEU, 2004, p. 68). A primeira tarefa da ciência social seria instaurar como “norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta” (Idem, p. 49). O objetivo da ciência social seria compreender as lutas pelas classificações, porque o problema da classificação é um problema político, surge na lógica da luta política (BOURDIEU, 1996). Os desastres são classificados como naturais, mas não haveria lógicas assimétricas de poder subsumidas na definição da realidade social que esse conceito encerra? Poderiam os desastres, classificados como naturais, ser submetidos a essa revolução do olhar proposta por Bourdieu?

A linguagem corrente “contém, em seu vocabulário e sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social” (BOURDIEU *et al.*, 2007, p. 32) e se instaura a partir de relações. Se o que confere o caráter de relação é o poder que sobre ela está imbuído entre aqueles que tentam impor uma determinada lógica e aqueles que a esta resistem, haveria o poder de constituição de uma linguagem cujo intuito é criar uma realidade. Palavras e conceitos criariam realidades a fim de dar sentido ao mundo social, mas a produção simbólica dessas estaria concernente ao capital possuído pelos agentes na relação que empreendem. Assim, o que é “natural” passaria anteriormente por uma luta classificatória para impor esse caráter a algo que, antes de tudo, é uma construção social. O “natural” traria consigo a neutralidade e imparcialidade, imiscuindo sobre ele a necessidade de deflagrar possíveis relações de poder imbricadas. O “natural” seria “assim mesmo”, não havendo necessidade de problematização. As chuvas são classificadas como fenômenos naturais e há uma ciência – ciência atmosférica – que se incumbem de explicar a sua formação, os fatores que influem sobre ela, os tipos de chuvas que ocorrem, os tipos de nuvens, fazendo-se distinções entre o que é considerado clima e o que é admitido como tempo, prognosticando as quantidades de chuvas esperadas para determinadas localidades etc.

Embora esse fenômeno físico seja considerado natural, as ações humanas têm um impacto sobre o clima e sobre o regime de chuvas, sendo as conclusões do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2007) uma constatação disso. Segundo Nunes (2009), no que se refere ao sistema climático, as mudanças induzidas pelas ações antrópicas relacionam-

se “às alterações na composição do ar e no balanço de energia que, devido à dinâmica intrínseca da atmosfera, afetam locais muito além da fonte de origem” (NUNES, 2009, p. 54). Dentre essas ações, estão, por exemplo, o processo de mudança do uso da terra, o desmatamento, a urbanização, que altera “o fluxo de energia e de umidade no nível local ao substituir a vegetação por asfalto e outros materiais, além de modificar o curso dos rios, muitas vezes canalizados, e mudar o fluxo natural das circulações, criando verdadeiros corredores que canalizam os ventos” (NUNES, 2008, p. 73). No Brasil, por exemplo, a seca na região Amazônica no ano de 2005 prova o quanto o regime de chuvas está sendo alterado como decorrência das ações humanas sobre o meio ambiente. Se a seca que se abateu sobre a região Amazônica causou mortes e impactos ambientais, sociais e econômicos, os impactos de uma seca em Israel não serão os mesmos. Isto é, um fenômeno físico tem um determinado impacto conforme o meio social que ele encontra, pois “episódios similares do ponto de vista energético (...) [causam] efeitos distintos, de acordo com as características socioambientais da localidade afetada” (NUNES, 2009, p. 57).

Se pensarmos no caso das chuvas, enquanto estas podem ser consideradas como uma bênção quando atingem determinadas regiões do semiárido nordestino (o ano de 2004, de 2009 e 2010 talvez contestem essa versão), podem significar ameaça quando atingem determinadas cidades brasileiras, ou seja, há diferentes representações leigas e peritas em relação ao fenômeno físico denominado chuvas, como demonstrado por Valencio *et al.* (2005). Mas essas representações revelam determinadas relações de poder que confluem para processos sociais, inclusive o de produção simbólica do desastre. Assim, quando chuvas caem sobre determinadas cidades brasileiras, elas passam a ser classificadas como “responsáveis” por desastres, sendo estes, em razão disso, nomeados como “desastres naturais” pelos meios de comunicação e por algumas áreas do meio acadêmico.

Dombrowsky (1998) argumenta sobre o fato de a linguagem empregada, muitas vezes pelos meios de comunicação, estruturar percepções em torno do desastre, tendendo a tratar o fenômeno das chuvas como o responsável por este e, portanto, operando uma construção da realidade do mundo social permeada por palavras, pois, quando “(...) se trata do mundo social, as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas” (BOURDIEU, 1996, p. 127). Nesse sentido, substantivos são “combinados a adjetivos tácitos, os verbos a advérbios silenciosos, que tendem a consagrar ou a condenar, a instituir como digno de existência e

de perseverar no ser, ou, ao contrário, a destituir, a degradar, a desacreditar” (BOURDIEU, 1988: 16). Assim, palavras e frases do tipo “Chuvas matam mais dois em Minas Gerais”, “Chuvas matam mãe e filho soterrados em Pernambuco”, “Chuvas castigam o Paraná e o Espírito Santo”, “o temporal também fez estragos na região litorânea”, “Chuvas causam alagamentos e falta de energia”, estruturariam percepções e representações de modo a dotar as chuvas de um poder sobrenatural, pseudoconcreto, mágico e animista (DOMBROWSKY, 1998), isto é, capaz de punir, de matar, de causar desastres.

Desse modo, opera-se a nomeação de um fenômeno físico, no caso as chuvas, como o agente responsável pelo desastre quando, na verdade, o desastre não é causado pelas chuvas. Há uma produção simbólica em torno do fenômeno natural das chuvas, das *chuvas atípicas* como agentes do desastre e que se difundem pelos meios de comunicação em diversas regiões do Brasil. Em Manaus, após as chuvas de abril de 2007, noticiouse: “Os ministros Márcio Fortes (Ministério das Cidades) e Geddel Vieira Lima (Ministério da Integração) anunciaram ontem, em Manaus, que o governo federal irá liberar R\$ 135 milhões para a reconstrução dos locais que sofreram alagamentos e desabamentos **em razão das chuvas atípicas** dos últimos dez dias na capital” (AGÊNCIA FOLHA, 2007; grifo nosso); e, como um segundo exemplo ilustrativo, temos o caso de São Luís/MA, em julho de 2008: “**as chuvas fortes e atípicas voltaram a castigar** São Luís ontem. As precipitações começaram a cair na madrugada e se intensificaram ao meio-dia, deixando muitas avenidas alagadas e **causando transtornos** a motoristas (...) **as chuvas atípicas** na cidade são justificáveis por dados técnicos. Segundo o meteorologista Márcio Eloi, do Laboratório de Meteorologia do Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (Uema), mesmo atuando com frequência nos meses de junho e julho, **as águas são atípicas** e impulsionadas por variações de temperaturas” (TV CANAL 13, 2008; grifo nosso).

Embora haja um consenso entre cientistas, sobretudo da área de ciências naturais, de que os eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas aumentarão a intensificação da precipitação pluviométrica em certas porções do planeta, dentre as quais a porção Centro-Sul do Brasil, pode haver uma apropriação discursiva para a produção de uma realidade mais afeita a certos agentes dotados de capital na luta concorrencial travada no campo de produção simbólica em torno da definição da real “natureza” dos desastres. Isto é, se as chuvas atípicas se caracterizam como um mecanismo que tenta dotar

as chuvas de um poder de destruição, naturalizando-as como responsáveis pelos efeitos causados, as Mudanças Climáticas vêm a fortalecer esse discurso do caráter “natural” da fúria das chuvas como as grandes responsáveis pelos desastres. Nos campos de disputa em torno dessas produções antecipadas das interpretações sobre os riscos, os desastres e as Mudanças Climáticas, há mecanismos para torná-las abstratas, como perigos e ameaças que não são tangíveis, imediatos e visíveis no dia a dia, mas sim como problemas futuros, como projeções e probabilidades que, evidentemente, são objeto de disputa no presente: nos discursos científicos dos céticos e dos catastrofistas que ganham a atenção da mídia; nos discursos políticos entre os estados nacionais que se reúnem nas conferências da ONU sobre o tema; nos negócios econômicos promovidos em torno do mercado de carbono etc. (GIDDENS, 2009). Enquanto os discursos em torno das Mudanças Climáticas ganham visibilidade, de fora dos noticiários estão as pautas invisíveis de desastres cotidianos, de desastres que continuam e de outras catástrofes sociais que se produzem silenciosamente no processo de abandono social dos atingidos em desastres (VALENCIO, SIENA, MARCHEZINI, 2011; MARCHEZINI, 2014a; 2014b).

A produção social do desastre se expressa nos processos de territorialização, mas os enredos da tragédia só ganham visibilidade esporádica na pauta dos noticiários quando as chuvas revelam a crise crônica e evoca-se, como afirma Valencio (2012), um *dia do desastre*, materializado pontualmente nos danos e perdas ocorridos em inundações e deslizamentos. As chuvas, como fenômeno natural, só revelam a crise crônica, elas não causam os desastres e seus efeitos. O desastre é resultado de uma “interação deletéria entre um evento natural ou tecnológico e a organização social, que coloca em “disrupção” as rotinas de um dado lugar e gera elevados custos (temporais, materiais e psicossociais)” (VALENCIO *et al.*, 2005, p. 163-164). Isto é, a “calamidade é o ápice de um processo construído cotidianamente, especialmente em áreas de registros crônicos ou negligenciadas” (NUNES, 2009, p. 55). Em outros termos, as chuvas são naturais, os desastres são socioambientais.

O rompimento com esse pressuposto recorrente na literatura sobre perigos e desastres, o de que uma vida normal seria interrompida por um fenômeno natural e este seria o agente causador de danos, foi impulsionado, em grande parte, pelas discussões acerca da teoria da *sociedade de risco* (BECK, 1997; GIDDENS, 1991). A partir dessa abordagem, os riscos sociais, políticos, econômicos são vislumbrados como fruto do desenvolvimento da sociedade moderna. Tais riscos não são mais residuais, mas tendem a escapar

do controle das instituições, tornando-se centros de conflitos políticos, não só públicos, como privados. O processo de modernização fez com que tais riscos deixassem de ser acidentais, tornando-se parte constitutiva da própria modernidade, decorrentes da incisiva intervenção humana sobre o meio. Entretanto, tanto Giddens (1991) quanto Beck (1997) são criticados por não incorporarem a diversidade social envolvida nos processos discursivos, sociais e políticos de “construção” dos riscos, isto é, não há “nenhuma referência aos distintos modos pelos quais os atores sociais evocam a noção de risco, nem às dinâmicas da acumulação que subordinam as escolhas técnicas, nem tampouco ao trabalho de construção discursiva de que depende a configuração das alianças no âmbito das lutas sociais” (ACSELRAD, 2002, p. 4).

Na realidade dos municípios brasileiros, a injustiça ambiental e os desastres cotidianos expressam-se na superposição espacial de problemas sociais e ambientais, que explicitam a coexistência dos piores indicadores socioeconômicos com os riscos de inundações e deslizamentos de terra, bem como um ambiente intensamente poluído e serviços sociais (quando os há) extremamente precários. Nessas *hiperperiferias* se convive com situações de extrema pauperização, péssimas condições sociais e exposição cumulativa a diversos tipos de risco (ALVES; TORRES, 2006). Tais condições de vulnerabilidade e de exposição aos riscos não decorrem de fenômenos naturais, mas sim de *processos de vulnerabilização* (ACSELRAD, 2006a), ou seja, de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos, cujas práticas econômicas e político-institucionais concorrem para *tornar vulneráveis* determinados grupos sociais, para *vulnerabilizá-los*. Dito de outro modo, antes da estação chuvosa já está definido quem será exposto aos riscos socioambientais, a que tipo de riscos estará suscetível e quais os graus de exposição. Os mecanismos de produção dessa desigualdade ambiental, ou seja, da “exposição desproporcional dos socialmente mais desprovidos aos riscos das redes técnico-produtivas da riqueza ou sua desposseção ambiental pela concentração dos benefícios do desenvolvimento em poucas mãos” (ACSELRAD, 2010, p.109), manifestam-se sob a forma de proteção ambiental desigual, como também pelo acesso desigual aos recursos ambientais (ACSELRAD *et al.*, 2008).

Quando a implementação de políticas ambientais e/ou sua omissão diante das forças de mercado gera(m) riscos ambientais desproporcionais aos agentes com menor capital econômico, político etc., pode-se dizer que a proteção ambiental é desigual. Mas essa desigualdade também se expressa no acesso aos recursos ambientais: “os mais ricos tendem a escapar dos riscos

ambientais residindo em áreas mais protegidas, cujo solo tem mais valor. Aos mais pobres correspondem condições ambientais de existência mais degradadas, por um duplo mecanismo” (ACSELRAD *et al.*, 2008, p. 78). Nesse duplo mecanismo, populações de menor renda são empurradas para áreas de maior risco e com menos infraestrutura, como também as fontes de risco ambiental e de grande impacto ecológico são direcionadas para essas áreas.

Acsehrad (2006b) salienta que essas ocupações tendem a ocorrer em áreas desprovidas de interesse e possibilidade de exploração econômica pelo capital imobiliário, como, de modo geral, as encostas, os mananciais e as áreas de proteção ambiental. Carmo (2014) esboça um retrato dessas condições de ocupação em encostas, explicitando a desigualdade ambiental e os graus diferenciados de exposição e segurança humana em contextos de riscos de desastres. A partir da análise de um conjunto de informações do Censo Demográfico 2010, o autor atenta para o número de domicílios particulares situados em aglomerados subnormais² e localizados em áreas com declividade moderada e acentuada³. Somente os municípios de Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro somam mais de um milhão de domicílios situados em aglomerados subnormais, sendo que mais de 630 mil destes (59,66% do total) estão em áreas com aclividade/declividade moderada e alta (IBGE, 2013).

Ao operar para a produção simbólica dos “desastres naturais” como uma fatalidade e como algo naturalizado, a organização social e seus problemas históricos (pobreza, desigualdade, falta de equipamentos públicos etc.) passam a ser fatores não problematizados, de modo que a temporalidade do desastre passa a remeter à ocorrência do fenômeno das chuvas e não propriamente ao rearranjo das relações de poder imbricadas após a “disrupção” das rotinas. Isto é, o desastre passa a ser remetido não aos efeitos e relações de poder criados e reiterados em decorrência da interação entre a ameaça natural e a organização social, mas sim a uma ação pontuada pelo

² O IBGE (2013) define o aglomerado subnormal como um conjunto constituído por cinquenta e uma ou mais unidades habitacionais dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, caracterizadas por ausência de título de propriedade ou obtenção recente (dez anos ou menos) e ao menos uma das seguintes características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou carência de serviços públicos essenciais (coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

³ A aclividade/declividade moderada foi classificada entre 5% (2,9 graus) e 30% (16,7 graus) de inclinação. A aclividade/declividade acentuada como igual ou superior a 30% (16,7 graus) de inclinação (IBGE, 2013).

fenômeno chuvoso que remete às práticas pontuais de prevenção que as pessoas adotaram quando informadas da ameaça pelos meteorologistas. Em outros termos, para alguns agentes dotados de capital científico e político, as mortes decorrem da não proteção das pessoas frente à fúria da natureza, da não compreensão delas perante o risco informado pelos peritos em seus boletins meteorológicos. As mortes e eventuais danos são em consequência da não adoção de uma proteção individual, de modo que as vítimas passam a ser culpabilizadas (SIENA; VALENCIO, 2005).

Mas essa construção simbólica em torno da definição do desastre como circunscrita ao evento natural obscurece as relações de poder emergidas como consequência da interação entre esse evento natural e a organização social. Dessa interação surgem novas figurações, as quais passam a ser ordenadas dentro de uma luta pelas classificações, criando e reafirmando posições no campo do desastre que se afirmam pela linguagem oral como também pela linguagem visual. Isto é, há linguagens visuais que estão presentes na produção simbólica do desastre que se somam às palavras na criação de determinadas realidades, reiterando as injustiças ambientais no contexto dos desastres.

O desastre como espetáculo: do consumo da imagem da desordem e da dor à produção do mecanismo problema-solução

Uma das grandes obras de Walter Benjamin, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, foi escrita em 1936 durante seu exílio em Paris. Ao escrevê-la, seu objetivo era criticar a apropriação e o uso político que os regimes totalitários fizeram de alguns conceitos tradicionais, como criatividade e gênio. A crítica que empreende revela que tais conceitos possuem, em sua essência, toda uma lógica política que demonstra que os modos de produção também são responsáveis pela produção da cultura. Nessa sua crítica, é clara sua postura de ser uma intervenção política socialista de forma a combater o regime fascista, intervenção esta que poderia advir por meio do uso político da arte, que também se desenvolveria no plano de uma luta simbólica pautada pela criação de novos conceitos que serviriam como uma nova forma de enunciar a realidade.

Para possibilitar o uso político da arte, era preciso demonstrar que ela pode ser produzida, inclusive, pela referência a novos conceitos, como

o da reprodutibilidade técnica. Esse conceito relaciona o uso da técnica à produção da cultura, concebendo a arte como uma produção que se pode efetivar por meio da técnica, que não depende necessariamente da criatividade e genialidade. Assim, a possibilidade de reproduzir tecnicamente uma obra de arte engendraria sua refuncionalização, de modo a permitir que fosse desenvolvida uma função não de contemplação (culto), mas sim de exposição. A partir disso, o valor de culto (fundado no ritual), associado historicamente à esfera religiosa, passa a se fundar a partir de um valor de exposição (ligado à reprodutibilidade técnica) que, por sua vez, possibilita um maior acesso das pessoas à arte, democratizando o acesso das massas, fundando-se, assim, sob uma práxis política: “(...) com a reprodutibilidade técnica, a obra de arte se emancipa (...) destacando-se do ritual. A obra de arte reproduzida é cada vez mais a reprodução de uma obra de arte criada para ser reproduzida (...). Em vez de fundar-se no ritual, ela passa a fundar-se em outra práxis: a política” (BENJAMIM, p. 171-172).

Em outras palavras, se, “no interior dos grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência” (Idem p. 169), essa transformação se desenvolve porque o modo de percepção do mundo é condicionado historicamente pelos meios técnicos que se possui, razão pela qual “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte. Retrógrada diante de Picasso, ela se torna progressista diante de Chaplin” (Idem p. 187). É por meio da função social e política da arte democratizada que Benjamin deposita sua crença na possibilidade de uma renovação mundial, de uma mudança política que sedimentasse os regimes totalitários e ensinasse a implantação do socialismo.

Se, para Benjamin, a técnica adquire um valor positivo de libertação da sociedade, para Adorno (1986) o seu uso se dá a fim de dominá-la, de modo que o poder técnico será detido pelos que possuem os meios de produção. A técnica tem uma função econômica, implementa a padronização e a produção em série para cumprir essa função. Em outras palavras, se “a reprodutibilidade técnica da obra de arte modifica a relação da massa com a arte” (BENJAMIN, 1994, p. 187), isso se processa não como um potencial emancipatório, mas sim de escravização: “a dominação técnica progressiva se transforma em engodo das massas, isto é, em meio de tolher a sua consciência” (ADORNO, 1986, p. 99).

Isso porque, para Adorno, as formas de produção de cultura sob o sistema capitalista estão inseridas em um sistema organizado, que se constitui como

uma indústria cultural – é regida administrativamente, detém capital e meios de produção –, e a técnica está a serviço desse projeto “de como e para quem produzir a cultura”. Desse modo, se Benjamin via o cinema como sendo responsável por uma função social de possibilitar ao homem uma nova forma de representar o mundo, para Adorno ele está inserido no sistema da indústria cultural e “reorienta as massas, não permite quase a evasão e impõe sem cessar os esquemas de seu comportamento” (Idem p. 98). Na ideologia que dissemina, “o conformismo substitui a consciência; jamais a ordem por ela transmitida é confrontada com o que ela pretende ser ou com os reais interesses dos homens” (Idem p. 97).

Se a reprodutibilidade técnica assumia, para Benjamin, a possibilidade de luta política e emancipação, a luta concorrencial travada no campo da produção simbólica do desastre não se desencadeia no sentido de revelar a fala dos dominados para um uso político deles próprios, mas de instituir o consumo de suas imagens pela disputa das imagens-mercadorias com maiores valores de troca, na luta concorrencial que os agentes dos meios de comunicação travam no campo, definindo o que é ordem e desordem.

Assim, as imagens fotográficas “e suas variantes, no filme e no vídeo, antecipam ou mesmo substituem a própria pessoa na reprodução das relações sociais” (MARTINS, 2008, p. 23), tais como as imagens de desastres que passam a ser veiculadas *em tempo real*. Embora pareçam reproduzir fidedignamente a realidade, são resultado de seleções, recortes e composições, pois os agentes do campo comunicacional estão em disputa pelo monopólio da visão sobre o que constitui a realidade, modulando uma seleção do tempo real. As imagens expressam uma relação de poder à medida que as relações entre os dominantes e os dominados se perpetuam como a produção simbólica do desastre, silenciando as formas de violência subsumidas nessas relações no campo do desastre. Um dos exemplos desse processo se refere à propagação das imagens dos saques ocorridos, em novembro de 2008, durante os eventos hidrometeorológicos ocorridos no Vale do Itajaí/SC, as quais podem se constituir como que dotadas de capital simbólico, veiculando conteúdos morais que visam associar a desordem pública como resultado da índole má, da ignorância do grupo envolvido referente às regras sociais da “civitas”, e não como alternativa de sobrevivência imediata do grupo diante da ineficiência das instituições envolvidas nas ações de socorro e emergência na provisão de alimentos e de outros bens perdidos.

Nesse sentido, sobre as imagens pairam juízos de valor e uma luta classificatória que visa nomear os que estão em interação para endossar

procedimentos que verticalizam a compreensão do mundo e a concepção de ordem: aos desviantes passa a corresponder como o Outro, as instituições que se veem “obrigadas” a restituir o controle total sobre o espaço, sem questionamento ou negociação. Aos que resistem a sair de suas casas, como “os ignorantes”, os que pegam comidas dos supermercados como “os ladrões” (vide Figura 1), os que reclamam das instituições públicas, fica a pecha de “desordeiros”, a quem, “apesar de tudo”, o ente público preocupa-se em dar abrigo. Isto é, há uma concepção de poder propagada pelas imagens que está além do economicismo, pois a dimensão política da instrumentalização das imagens ocorre a partir de seleções e recortes, de visibilidades e invisibilidades que compõem a produção de determinada realidade.



Heda Wenzel/Leitora

Figura 1: Fotografia da Folha Online registra 'saqueadores' na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008 (WENZEL, 2008).

Legenda: Em meio às águas baixando, observa-se a ênfase dada pela fotografia e jornalista da Folha Online no dia 27 de novembro a um homem e uma mulher que, juntos, carregavam, à luz do dia, num carrinho de supermercado, fardos de refrigerante (em maior quantidade) e de cerveja, sendo observados por outros moradores. Ao fundo da Figura, observa-se que havia um grupo de mulheres carregando sacolas plásticas de supermercado, mas com nenhum fardo de cerveja junto às mãos. Nesse sentido, as imagens passam a mediar relações entre pessoas e ensejam determinados julgamentos morais, lutas classificatórias em torno dos fenômenos de modo a produzir uma determinada realidade.

As imagens são “expressão de uma necessidade do imaginário, uma linguagem e um discurso visual [...] um discurso visual dotado de vida e

legalidade próprias” (MARTINS, 2008, p. 30). Como tais, são sempre resultado de uma seletividade de focos que tende a hierarquizar o que é visto, ordena imaginariamente o irrelevante da vida cotidiana, criando desprezos visuais, de modo que a “definição da pessoa e das próprias relações sociais, na modernidade, tornou-se dependente de imagens e do enquadramento do visto no imaginado” (Idem p. 47). As imagens passam a ser um meio de exercer o poder e de fazê-lo funcionar, “produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1984, p. 8). Não se pode desconsiderar que, embora esses mecanismos de poder não estejam restritos à esfera do Estado, a ele se articulam de maneiras variadas e são indispensáveis à sua sustentação e atuação eficaz (FOUCAULT, 1984). Isto é, há uma instrumentalização política das imagens que, selecionadas, tendem a hierarquizar o que é visto, definindo as pessoas e suas relações sociais. Os agentes dos meios de comunicação produzem discursos e formam saberes a partir das imagens, produzindo simbolicamente a ideia de que o Estado está atuando de forma eficaz no desastre, e as eventuais falhas e desordens são delegadas aos agentes que detêm menor capital no campo, ou seja, os pobres.

No caso dos saques ocorridos, no final de novembro de 2008, em Itajaí/SC, os meios de comunicação difundiram reportagens nas quais a associação de imagens e relatos visou criar uma representação de que a desordem na cidade não era em decorrência da ineficiência das instituições de atuação em desastres e emergências, mas em razão da ação de um grande número de “saqueadores”, que se aproveitariam das fortes chuvas e da situação de emergência para roubar comida, bebida, material de limpeza, geladeira e utensílios domésticos:

A Polícia Civil de Santa Catarina prendeu nesta quarta-feira 20 pessoas suspeitas de saquearem um supermercado no município de Itajaí. ‘Os invasores se aproveitaram das fortes chuvas e da situação de emergência na cidade, em função das enchentes, para invadir o estabelecimento de onde levaram diversos produtos’, informou a polícia em comunicado divulgado ontem. De acordo com a corporação, os suspeitos carregavam comida, bebida, material de limpeza e higiene, além de dois aparelhos de TV de plasma, uma geladeira e utensílios domésticos. (WENZEL, 2008).

Lindell, Prater e Perry (2006), ao desenvolverem estudos e pesquisas sobre alguns desastres nos Estados Unidos que tiveram relação com fenômenos naturais (furacões, tornados etc.), chegaram à conclusão de que existem alguns mitos em relação aos desastres que obscurecem o que

realmente acontece neles, sendo a prática de saques um desses exemplos. Esses seriam fenômenos bem restritos e não revelariam o que acontece, de forma abrangente, num desastre. Entretanto, se operarmos com a lógica de que a exceção ganha visibilidade pela trama midiática como sendo a regra de comportamento coletivo, podemos depreender que se tem configurado um interesse em classificar os atingidos de modo a desprestigiar suas ações no espaço público como sendo legítimas, mesmo em meio a uma configuração espacial caótica e desigual.

Thompson (1998), ao pesquisar os motins e os saques nos períodos de fome e escassez ao longo do século XVIII, ressaltou que esses eram desencadeados não como resultado mecânico de um estímulo econômico do aumento do preço do alimento, mas permeados por complexidades da motivação, comportamento e função, longe de serem compulsivas. Isto é, para o autor, haveria em quase toda ação popular, do século XVIII, uma noção legitimadora, na qual homens e mulheres “da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais: e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade” (THOMPSON, 1998, p. 152).

Esse autor afirma que essa noção de economia moral denotava algumas concepções definidas do que constituía o bem-estar comum para o povo, fundamentadas na tradição paternalista das autoridades. Os motins funcionavam, muitas vezes, como formas de pressão, “como um sinal para os ricos de que era preciso colocar em bom estado os mecanismos de assistência e caridade da paróquia – cereais e pão subsidiados para os pobres” (Idem p. 190).

Se pensarmos em alguns casos de saques ocorridos em contextos de desastres no Brasil, talvez eles possam ser compreendidos como um sinal de que os mecanismos de assistência precisam ser acionados; mas revelam, antes de tudo, que há uma descrença de que esses vão ser desencadeados pelos agentes do Estado em atuação nos cenários de emergências e desastres, descrença que é fruto de históricas produções de injustiça social e ambiental. Como exemplo desse processo, em 2 de junho de 2005, em vídeo produzido pela Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE, registraram-se as chuvas ocorridas no município, reportando em algumas imagens um grupo de jovens nadando em meio à enchente na região do Jaboatão Centro tentando obter alguns colchões novos de uma loja inundada, num conjunto de imagens que buscavam produzir simbolicamente o imaginário da desordem, aproveitando-se desse “mito” para conferir às pessoas à culpabilização por

esta, tirando o foco das razões que materializaram tanto aquela situação da enchente como, por exemplo, as más condições de drenagem urbana quanto, principalmente, as causas para pessoas precisarem buscar itens de primeira necessidade em meio à destruição o que, sem dúvida, deve-se à pobreza estrutural.

No caso do desastre de Jabotão, mais de quatro mil pessoas perderam suas casas e tiveram de ir para abrigos temporários organizados em escolas públicas. Passados dois anos da ocorrência das enchentes, ainda havia aproximadamente mil pessoas em abrigos temporários aguardando a reconstrução de suas casas, isso porque o processo de reconstrução foi travancado por questões políticas (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2009). No caso dos saques ocorridos no município de Itajaí/SC, os meios de comunicação os descreveram como situações de festa (reveillon) em que caberia correr “riscos” (“com a água na altura do pescoço”) para levar tudo o que estivesse ao alcance das mãos, representando a partir de imagens um caráter racial desses saqueadores, no caso homens negros (vide Figura 2):

Com a água na altura do pescoço, os saqueadores levavam tudo o que estava ao alcance das mãos. Uma mulher grita a um conhecido: “Tu não queres um chester? Tem um boiando ali”. Uns juntavam chinelos, outros recolhiam bebidas: água, refrigerantes, cerveja e até champanhe. “É para o Réveillon”, dizia um deles sem culpa. Cabos de vassoura eram feitos de suporte para carregar as “compras” do mês nos ombros. No interior da loja, numa escuridão em que quase nada se via, famílias garimpavam os produtos largados no chão e escalavam as prateleiras.

Do lado de fora, bicicletas, carroças, carrinhos de mão, carros velhos e de luxo e até caminhões eram carregados com os produtos. Um deficiente físico pedalava um triciclo com uma perna só e, junto com bebidas, carregava uma mula. (GALVÃO; LOPES JUNIOR; IZIDORO, 2008).



Heda Wenzel/Leitora

Figura 2: Fotografia da Folha Online registra “saqueadores” negros na cidade de Itajaí/SC, no mês de novembro de 2008 (GALVÃO; JÚNIOR; IZIDORO, 2008).

Legenda: Em meio às águas baixando, observa-se a ênfase dada pela fotógrafa e jornalista da Folha Online no dia 27 de novembro a um grupo de homens negros que, juntos, carregavam, à luz do dia, num carrinho de supermercado, diversos produtos, sendo observados por outros moradores. Martins (2008, p. 74) afirma que o “flagrante de um instantâneo fotográfico pode ocultar muita coisa, pode reduzir a realidade social à brevidade de um fragmento”, ou seja, a realidade presente neste fragmento visa produzir uma realidade, produz discursos porque estão imbuídas de relações de poder, mas também obscurecem relações políticas aí imbricadas que podem revelar a descrença no poder público no tocante à provisão de alimentos, por exemplo.

Os saques, os motins eram, para Thompson (1998), formas de ação coletiva, mas não se constituíam como as únicas, pois jejuns, sacrifícios e petições em massa às autoridades também eram exercidos. Essas ações não eram uma “resposta natural ou óbvia à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência” (THOMPSON, 1998, p. 208), fato este verificado no caso dos saques de Itajaí/SC, que envolviam um grande número de pessoas (Figura 3), implicando “um padrão de protesto social que deriva de um consenso a respeito da economia moral do bem-estar público em tempos de escassez” (Idem p. 193). Falar em economia moral implicaria, segundo o autor, considerar as “profundas emoções despertadas pelo desabastecimento, as reivindicações populares junto às autoridades nessas crises” (Idem p. 257), sendo a manifestação uma forma de compartilhamento de assuntos comuns a todos, uma vivência do mundo constituído entre os homens, uma ação

que busca a efetivação da condição de pluralidade. Segundo Arendt (2005, p. 192), “na ação e no discurso, os homens mostram quem são (...) apresentam-se ao mundo humano”, circundados pela teia de atos e palavras de outros homens, e o poder passa a existir entre eles quando agem juntos para revelar realidades que são invisibilizadas, tal como a inexistência de ações de socorro e provimento de alimentos por parte do Estado.



Figura 3 – Ação coletiva em supermercado de Itajaí/SC (Fonte:<http://www.clicrbs.com.br/rbs/image/5497419.jpg>. Acesso em: 02 fev. 2009).

Ao analisar, no século XVIII, como as autoridades reagiam aos saques e motins, Thompson afirma que elas procuravam demonstrar "para os pobres de que (...) agiam vigilantemente para defender os seus interesses" (THOMPSON, 1998, p. 60). A produção desse efeito simbólico, no caso do desastre do Vale do Itajaí/SC, deu-se a partir da difusão de reportagens e imagens das doações de alimentos, roupas e doações em dinheiro vindas de diversas partes do Brasil, constituindo-se como a produção do mecanismo solução-problema (cf. DOMBROWSKY, 1998), isto é, em meio ao problema advindo em razão do “excesso de chuvas”, as soluções estavam sendo tomadas no provimento dos alimentos, roupas, abrigo, atendimento médico etc., ou seja, diante da ignorância, incapacidade, impotência, enfim, inferioridade constatada dos atingidos pelas enchentes, contrapunham-se a altivez e compaixão dos doadores e heroísmo dos agentes do Estado. Aos poucos,

tudo estava voltando à “normalidade”, devido à essa composição de sujeitos na cena.

Entretanto, nessa produção simbólica do mecanismo problema-solução – como se a vida pudesse voltar ao normal para muitos dos que perderam familiares – obscureceram-se muitas relações de poder imbricadas na definição das razões do desastre, como, por exemplo, a falha logística das esferas municipal, estadual e federal no transporte de alimentos que tardaram a chegar enquanto muitos passavam fome; os que ficaram dias isolados e sobreviveram graças ao apoio coletivo, como as comunidades do Morro do Baú, cujos salvamentos realizados pelos helicópteros das Forças Armadas ressaltaram o heroísmo destes em detrimento das estratégias comunitárias de salvamento diante da ineficiência do Estado; as tentativas de suicídio, assédio sexual e tráfico de drogas em alguns abrigos temporários em razão da inexistência de um plano para organização e administração de abrigos temporários (MARCHEZINI, 2014a). As imagens definiram no imaginário nacional a representação de um desastre que ocorreu, sedimentado a partir da produção simbólica da normalidade, isto é, da superação do desastre pela atuação da eficiência do Estado e do apoio nacional no provimento de doações. Mas a definição da temporalidade do desastre está alicerçada nas experiências daqueles que estão vivenciando-o, não necessariamente implicando que todos tenham superado ou irão superá-los, pois os desastres são classificados a partir dos pontos de vista dos agentes, embora a representação hegemônica do que é o desastre esteja longe de considerar as perdas materiais e imateriais dos afetados, classificando-os como desastres naturais, subestimando a importância destes para a vida social, incorrendo numa violência simbólica que procura dar a forma produzida publicamente de que o sofrimento social é consequência de algo natural e não de algo produzido a partir das relações sociais.

Para concluir

Se a forma de percepção das coletividades humanas é condicionada historicamente pelos meios técnicos que se possui, transformando-se ao mesmo tempo que seu modo de existência (cf. BENJAMIN, 1994), a centralidade que as imagens adquirem como uma linguagem e um discurso visual demonstra que passam a ser significadas como dotadas de vida e legalidades próprias (cf. MARTINS, 2008), como existência real e não

como resultado de seleção e produção simbólica de uma dada realidade. A instrumentalização política das imagens dos saques ocorridos durante as enchentes do Vale do Itajaí/SC revela como o conteúdo do que vem a ser constituído como *desastre* é oriundo de uma seletividade de focos que tende a hierarquizar o que é visto, criando desprezos visuais, enunciando o que se constitui como ordem e desordem.

Nesse processo de produção simbólica do desastre, a própria noção de tempo real é resultado de uma seleção, composição, articulação de imagens e depoimentos, demonstrando os jogos de poder para enunciação da visão do que é realidade. Nessa disputa, os agentes dos meios de comunicação produzem discursos e formam saberes a partir das imagens, produzindo simbolicamente a ideia de que o Estado está atuando de forma eficaz no desastre, e as eventuais falhas e desordens são delegadas aos agentes que detêm menor capital no campo, ou seja, os pobres.

Há modos de se articularem imagens, atores e testemunhos, estabelecendo um enredo para a construção social do desastre, definindo temas e pautas que terão visibilidade, que serão vendidas aos telespectadores. As imagens ao vivo de cenários de desastres também se compõem de edições, composições, seleções e recortes. Nem todos os desastres viram notícia, nem todos têm a mesma visibilidade, tampouco o mesmo tempo de cobertura televisiva. Os que são produzidos simbolicamente como “desastres naturais” têm seu *tempo de vigência* definido pela audiência, pela disputa com outras pautas, pela política e pelo mercado que permeia o campo comunicacional etc. Quando um desastre vira pauta, ele se torna uma realidade cujo roteiro é caracterizado por discursos que evocam temas centrais (DYNES, RODRÍGUEZ, 2007): imagens da destruição e dos danos permitem aos telespectadores usar sua própria imaginação para projetar os significados dessas perdas; os números das mortes, dos desabrigados, dos desalojados e dos afetados são atualizados recorrentemente para demonstrar a constante busca pela amplitude da tragédia; repórteres reiteradamente perguntam sobre as ações de resgate, de ajuda e de assistência, além de veicularem histórias sobre os problemas de segurança pública nesse contexto, como saques, pessoas que resistem a sair das áreas de risco etc. De uma hora para outra, o desastre sai de pauta, tornando-se uma pauta invisível. E os atingidos continuam a viver o desastre nos campos de desabrigados, lançados a uma catástrofe social que não é vivida como drama público.

Referências

- ACSELRAD, Henri.
(2002). Justiça ambiental e construção social do risco. In: *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Caxambu: ABEP. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf>. Acesso em 01 julho de 2008.
- (2006a). Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. *Comunicação oral apresentada no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. FIBGE, Rio de Janeiro.
- (2006b). As cidades e as apropriações sociais das mudanças climáticas. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-106.
- (2010). Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24, (68), p.103-119.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo Antônio das Neves.
(2008). *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ADORNO, Theodor. W.
(1986). A Indústria Cultural. In: COHN, Gabriel. *Theodor W. Adorno: sociologia*. São Paulo: Ática, p. 92-99.
- AGÊNCIA FOLHA
(2007). *Governo libera R\$ 135 mi para AM após chuva*. Jornal Folha de S.Paulo. São Paulo, quarta-feira, 18 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1804200724.htm>>. Acesso em 08 janeiro de 2009.
- ARENDT, Hannah
(2005). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ALVES, Humberto Prates da Fonseca; TORRES, Haroldo da Gama.
(2006). Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. *São Paulo em Perspectiva*, 20 (1 – jan/mar), 44-60. São Paulo: Fundação Seade.
- BECK, Ulrich.
(1997). A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Orgs). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. p.11-71.
- BENJAMIM, Walter.
(1994). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Walter Benjamin; *Obras escolhidas*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, v.1. p.165-196.
- BOURDIEU, Pierre.
(1988). *Lições de aula*. São Paulo: Ática. Série Temas. Vol. 8. p.3-63.
- (1996). *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus Editora.
- (2004). *O Poder Simbólico*. 7.. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- (2006) *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude.
(2007). *O ofício de sociólogo: metodologia de pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes.
- CARMO, Roberto do
(2014). Urbanização e desastres: desafios para a segurança humana no Brasil. In: Roberto do Carmo; Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio (Orgs.); *Segurança Humana no Contexto dos Desastres*. São Carlos: Rima Editora. p.1-14.
- DYNES, Russel; RODRÍGUEZ, Havidán.
(2007). Finding and framing Katrina: the social construction of Disaster. In: David Brunsma; David Overfelt; Steven Picou (Eds); *The Sociology of Katrina: Perspectives of a Modern Catastrophe*. Lanham / Boulder / New York /

- Toronto / Plymouth: Rowman and Littlefield Publishers. p 23-33.
- DOMBROWSKY, Wolf. Rüdiger.
(1998). "Again and again: is a disaster we call a 'disaster?'". In: Enrico Quarantelli (Org.); *What is a disaster? Perspectives on the question*. London and New York: Routledge. p.19-30.
- FOUCAULT, Paul-Michel.
(1984). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- GALVÃO, Vinícius Queiroz; LOPES JUNIOR, Moacyr; IZIDORO, Alencar.
(2008). Em loja alagada de Itajaí (SC), saqueadores levam de tudo. *Folha Online*. 27 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fofolha/cotidiano/ult95u472219.shtml>>. Acesso em 02 de janeiro de 2009.
- GIDDENS, Anthony.
(1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.
(2009). *The politics of climate change*. Cambridge: Polity Press.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
(2013). *Censo Demográfico 2010: Aglomerados subnormais, informações territoriais*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LINDELL, Michael Keith; PRATER, Carla Sue; PERRY, Ronald William.
(2006). *Emergency Management Principles and Practices*. Washington DC: John Wiley.
- MARCHEZINI, Victor.
(2014a). *Campos de desabrigados - a continuidade do desastre*. São Carlos: Rima.
(2014b). "La producción silenciada de los 'desastres naturales' en catástrofes sociales". *Revista Mexicana de Sociología*, v.76, n.2, p.253-285.
- MARTINS, José de Souza.
(2008). *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto.
- NUNES, Luci Hidalgo.
(2008). *Mudanças Climáticas: impactos físicos e socioeconômicos*. Plenarium, v.5, p.66-82.
(2009). "Mudanças climáticas, extremos atmosféricos e padrões de risco a desastres hidrometeorológicos". In: Daniel Joseph Hogan; Eduardo Marandola Jr. (Orgs.); *População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: UNFPA.
- PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC).
(2007). *Mudança do Clima 2007: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*. Bruxelas: OMM/PNUMA. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/upd_blob/0015/15131.pdf>. Acesso em 24 de julho de 2008.
- SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva.
(2005). Danos imateriais relacionados às chuvas: culpabilizando a vítima. *Revista EcoTerra Brasil: temas ambientais*. Disponível em: <<http://www.ecoterrabrasil.com.br>>. Acesso em 02 de junho de 2005.
- THOMPSON, Edward Palmer.
(1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TV CANAL 13.
(2008). *Chuvas atípicas causam transtornos*. Teresina, 20 julho de 2008. Disponível em: <http://www.tvcanal13.com.br/noticias/chuvas-atipicas-causam-transtornos-29759.asp>. Acesso em 09 janeiro de 2009.
- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva.
(2012). *Para além do "dia do desastre" - o caso brasileiro*. Curitiba: Editora Appris.
- VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana; CRISTOFANI, Guilherme.
(2005). Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-183.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; MARCHEZINI, Victor; SIENA, Mariana. (2009). Desastre e indiferença social: o Estado perante os desabrigados. *Antropolítica* (UFF), v.23, p.223-254.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. (2011). *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.

WENZEL, Heda. (2008). Saques a lojas preocupam comerciantes em Itajaí (SC). *Folha Online*. 27 novembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u472163.shtml>>. Acesso em 03 de janeiro de 2009.

Recebido em
janeiro de 2014

Aprovado em
junho de 2014

A mulher árbitra de futsal: entre a norma e a resistência

Aline Santos Nascimento*

Mário Luiz Ferrari Nunes**

Resumo

Este artigo visa identificar os processos de subjetivação que fixam o corpo da mulher árbitra de futsal como a diferença e as estratégias que elas empregam na tentativa de borrar as fronteiras que consolidam a modalidade como prática masculina. Apesar dos esforços e dos novos espaços de lutas que objetivam o direito à diferença e à igualdade dos direitos entre os gêneros, a mulher ainda enfrenta preconceitos e dificuldades. Ao serem marcadas como a diferença, atuam de forma ambivalente: ora em acordo com as normas estabelecidas ora mediante estratégias de resistência.

Palavras-chave

Mulher árbitra. Identidade e diferença. Futsal.

Abstract

This article seeks to identify the processes of individualization that try to keep the woman's body for Futsal referee as the difference in the sports scenario and the strategies they employ to blur the boundaries that attempt to consolidate the Futsal as a male practice. Despite the efforts and struggles of the new spaces that aim to the right to difference and equal rights between genders, women futsal referee still face prejudices and difficulties. To be marked as the difference, futsal referees act in an ambivalent way: sometimes in accordance with the standards established others through strategies of resistance.

Keywords

Woman referee. Identity and difference. Futsal.

* Professora da rede municipal de São Paulo, membro do grupo de pesquisas de Educação Física Escolar (FE) da Universidade de São Paulo (USP) e do grupo de pesquisas de Estudos Culturais em Educação Física do Centro Universitário Ítalo Brasileiro. E-mail: nasc_aline@hotmail.com.

** Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), professor do Centro Universitário Ítalo Brasileiro e líder do grupo de pesquisas de Educação Física Escolar (FE) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mario.nunes@usp.br.

Introdução

A trajetória do século XX é marcada por grandes transformações sociais que implicaram em diversos movimentos identitários por reconhecimento, gerando novos olhares das Ciências Sociais para com temas e grupos culturais que, até então, estavam à margem dos estudos acadêmicos. Dentre eles, a história das mulheres emerge como um campo de estudo, que visa a compreender como em diferentes momentos históricos a sociedade enxerga o comportamento feminino, cria representações, legitima a sua inferioridade frente aos homens como algo "natural" e, ao mesmo tempo, possibilita resistências, mudanças e transgressões.

Nesse quadro, a participação das mulheres em espaços determinados culturalmente como de exclusividade masculina merece destaque. Isso ocorre no exercício da arbitragem esportiva de jogos de futebol, visto que nessa prática social encontram-se conjugadas ações marcadas pela divisão sexual, tanto por ser um fazer esportivo específico como por ser um trabalho remunerado economicamente. Ambos, lugares onde são ensinadas, expressas e perpetuadas maneiras de ser, práticas e valores patriarcais.

Se a luta das mulheres por reconhecimento tem produzido efeitos que abrem espaços para a sua atuação, na esfera esportiva isso não é diferente. Consonante com o surgimento dos primeiros movimentos feministas do final do século XIX, as investidas das mulheres nas atividades esportivas encontraram brechas para sua inserção por meio das políticas públicas sanitaristas realizadas pelos médicos higienistas. Essas proclamavam que a prática da atividade física, como caminhadas, andar de bicicleta e jogar tênis, desenvolveria melhores condições orgânicas, que tornariam as mulheres não apenas boas parturientes, mas serviriam, também, para embelezá-las, diferentemente do que era para os homens (GOELLNER, 2006). Para estes, a prática da atividade física tinha a ver com a construção da masculinidade. Daí a preferência recair na prática dos esportes possíveis de manifestar os dois polos do poder masculino tradicional: a força e a violência - como o futebol (DUNNING; MAGUIRE, 1997).

A presença da mulher no cenário esportivo é marcada por conquistas, resistências, transgressões e rupturas, e sua participação não se restringe apenas à prática. No caso específico do futebol, Goellner (2006) indica que há muito tempo as mulheres estão presentes nesse espaço masculino. Vão aos estádios, assistem a campeonatos, acompanham o noticiário, fazem comentários, divulgam notícias, são árbitras, atletas, técnicas, dirigentes, chefes de torcida

organizada, enfim, participam do universo futebolístico de múltiplas formas, que abrem um amplo leque de possibilidade investigativa. Certamente, algumas dessas mulheres transgridem ao que convencionalmente se designou como sendo próprio de seu corpo e de seu comportamento, questionam a hegemonia esportiva masculina historicamente construída e culturalmente significada, enfrentam os preconceitos e, também, as estratégias de poder que estão subjacentes a elas. Talvez, por essas questões, investigar as ações da mulher árbitra de futebol seja uma tarefa relevante, árdua e de constante luta por significação. Pode-se afirmar que se trata de luta para garantir a equidade entre as partes por meio da constatação e afrontamento dos diversos signos e preconceitos que permeiam essa prática. Como as mulheres atuam em um espaço de hegemonia masculina? Como suas ações são celebradas, criticadas e justificadas? Quais as posições de sujeito que a cultura do futebol produz para a atuação das mulheres? Mais ainda! Sendo o espaço da arbitragem um local de atuação que envolve significados como justiça, austeridade, moral, entre outros, como as mulheres são posicionadas frente às suas decisões? São questões que mobilizam uma pesquisa para as mulheres e não sobre as mulheres em contextos materiais e históricos específicos.

O artigo localiza o campo epistemológico no qual assenta suas análises. Traz uma discussão sobre a identidade e a diferença e suas marcas na construção do corpo, tendo em vista que o corpo é local de construção e tentativas de fixação de identidades. Em seguida, apresenta uma pequena genealogia da trajetória esportiva da mulher e de sua presença na arbitragem do futsal. Por fim, analisa alguns excertos da história de vida de duas árbitras em atuação. A partir de Foucault (1992a), temos em mente que toda história é apenas outro texto dentro de uma profusão de textos e não uma garantia de uma significação única. O que se propõe é localizar o modo como se fala da mulher nesse espaço social, os efeitos que produz e vislumbrar mudanças e ações políticas transformadoras.

A trajetória investigativa

A pesquisa ancorou-se no método de coleta de história de vida divulgado por Poirier *et al.* (1999), que entendem o método como a possibilidade para articular as experiências de determinados sujeitos aos fenômenos sociais mais amplos em um tempo e lugar específicos sob influência de condições particulares. Foram escolhidas duas mulheres que estão em atuação no campo

da arbitragem do futsal¹. Uma pertence ao quadro de oficiais da Federação Internacional de Futebol Associados (FIFA) e a outra ao da Confederação Brasileira de Futsal (CBFS). Em relação à modalidade esportiva, apesar da maior exposição do futebol de campo nas mídias, entende-se que a participação da mulher no âmbito da arbitragem do futsal tem maior abrangência. Quanto aos sujeitos da pesquisa, optou-se por escolhas que possibilitassem pontos de vistas diferentes e, às vezes, contraditórios, capazes de contribuir para análises posteriores, pois elas atuam em entidades distintas. Gabriela exerce a atividade há nove anos, enquanto Luana atua há treze anos. A fim de salvaguardar a privacidade das colaboradoras, seus nomes estão denominados de forma fictícia.

A pretensão foi ver as condições nas quais a identidade e a diferença são vivenciadas pelos sujeitos e como são reguladas pela prática. De certo, outros sujeitos poderiam conferir outras formas de narrar-se, julgar-se e ver-se diante das condições culturais do futsal, bem como outro pesquisador conferiria outras significações ao estudo.

As entrevistas coletadas foram transcritas na íntegra, sem alterações na fala das depoentes e no formato de narrativas. No segmento do texto referente às análises, encontram-se alguns excertos extraídos da pesquisa. A análise dos dados empíricos foi confrontada com as produções dos Estudos Culturais e Estudos de Gênero, ambos sob o enfoque pós-estruturalista.

As referências da trajetória: a questão de gênero

As lutas liberais por democracia entre tantos movimentos de resistência de sujeitos em situação de dominação desdobraram-se em marchas, protestos, reivindicações e teorizações a respeito de uma disposição “natural” e inquestionável das coisas. E isso não foi diferente em relação aos estudos de gênero, que, gradativamente, vêm ganhando amplo espaço nas Ciências Sociais. Não há aqui qualquer pretensão em fazer um estado-da-arte sobre o

¹ Existem várias especulações quanto às condições do surgimento do termo futsal. Dentre elas, a de que se trata de uma modalidade brasileira que emergiu em função da ocupação dos campos de futebol de várzea pela crescente expansão imobiliária das grandes cidades. Após o seu reconhecimento pela Federação Internacional de Futebol (FIFA), nos anos 1990, a prática passa a ser chamada de futsal (SANTANA; REIS, 2003).

tema, mas explicar de forma sintética as referências que compõem o campo da análise desta pesquisa e diferenciá-las de outras.

O conceito de gênero possibilitou deslocar o foco das tramas entre os homens e mulheres do âmbito biológico para o social. As análises das relações de gênero passaram a ser realizadas a partir de qualquer realidade histórica. Acontecimento que, sem dúvida, abriu caminhos para mapear as assimetrias e regimes excludentes, que se repetem em quase todas as culturas, e em múltiplas e complexas situações sociais ao longo da história humana, naturalizando qualquer questionabilidade.

No Brasil, esse mapa foi realizado por Helborn e Sorj (1999). As pesquisadoras apresentam um panorama dos estudos de gênero no país, evidenciando a ênfase em estudos que relacionam gênero com outras categorias sociais, como o trabalho, a violência, a família e a sexualidade nas classes populares. Sem atentar para aspectos epistemológicos que compõem as análises dos trabalhos, as pesquisadoras explicam e diferenciam a construção acadêmica do uso de termos como estudos da mulher, feministas e gênero. Também inventariaram as repercussões da trajetória dos estudos de gênero no país, além da contribuição desses para o conhecimento sociológico, destacando as peculiaridades da institucionalização dessa área de estudos no Brasil e a afinidade das pesquisas com os problemas formulados pelo campo político.

Entre os diversos estudos sobre o tema, as antropólogas Lamphere e Rosaldo (1979) indicam que a subordinação do gênero feminino é uma constante na humanidade e que as sociedades matriarcais podem ser consideradas como mito. Partem do princípio de que a consolidação da dominância masculina está comprometida com uma dada operação simbólica que marca sua distinção perante o outro gênero. Para as pesquisadoras, o dimorfismo sexual da espécie não impede que se reconheça o sexo como uma categoria historicamente datada. Assim, os conteúdos específicos que adquirem as categorias de gênero nos diversos contextos culturais manteriam esse princípio de ordenação, embora possam em substância ser diferentes. Destacam que as concepções sobre a diferença sexual não excluem o fato de que existe uma diferenciação nos corpos e que ela importa até o presente momento no modo como a humanidade se reproduz.

Relacionando essa problemática com o futebol, os estudos de Dunning e Maguire (1997) sobre comportamento das torcidas inglesas indicam que, dentre seus cantos de afirmação, encontram-se aqueles que enfatizam a conquista das mulheres dos torcedores adversários como forma de dominação.

As músicas reproduzem ações históricas de conquistas em guerras, nas quais a reprodução com a mulher local (feita de forma violenta) é uma forma de conquista definitiva de um povo. A função reprodutora da mulher torna-a alvo de dominação pela continuidade da espécie, de um povo.

A problemática do gênero também pode ser lida nos termos de dominação masculina, segundo a interpretação de Bourdieu (2002). O sociólogo francês advoga que as relações entre homens e mulheres se ordenam por princípios de diferenciação assimétrica, organizando a economia das trocas simbólicas. Com isso, instaura-se uma assimetria entre os sexos, na qual homens são posicionados na condição de sujeitos, e as mulheres, na de objetos/instrumentos. Ou seja, aborda-se o masculino/feminino como oposições em cadeias de diferenças, do mesmo modo que se opera com outras categorias de análise, como alto/baixo, rico/pobre, negro/branco etc. Nessa obra, isso fica visível, pois para Bourdieu as mulheres absorvem passivamente a “ordem masculina do mundo”, na qual elas estão embebidas, como que em conluio com seus próprios dominadores (p. 22-23).

No entanto, os estudos de gênero têm superado a discussão primeira de igualdade e de diferenças, realizada mediante análises pautadas nas dicotomias e oposições. Com base em pressupostos pós-estruturalistas, ganham espaços os debates que compreendem o fato de que as realidades históricas são construídas, determinando o social, o cultural e as subjetividades, definindo o que é ser homem e o que é ser mulher (SCOTT, 1995). No pós-estruturalismo, o sujeito é descentrado, as relações de poder não são estáticas, tampouco se encerram no binômio dominador/dominado, em função de o poder não estar localizado num lugar específico, pois as relações de força interagem entre si. Do mesmo modo, a diferença não é vista como algo que simplesmente difere de outra coisa, tomada como ponto de referência inicial – a norma. O advento pós-estruturalista faz valer que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva². A categoria do sexo é vista como uma normatividade. Nesse sentido, o sexo não funciona apenas como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa. Dito de outro modo, os corpos ganham inscrições culturais

² Para Foucault (1992b), o discurso não é apenas uma forma para descrever as coisas. Em suas concepções, o discurso fabrica as coisas. É um conjunto de enunciados que produz as formas de vermos e nomearmos o que vemos, determina o que pode ser dito e aquilo que deve ficar em silêncio, quem está autorizado a dizer, e, assim, proporciona efeitos sobre o sujeito.

quanto ao masculino e ao feminino, além das possibilidades da sexualidade, produzindo formas de expressar desejos, prazeres, comportamentos, modos de aceitações e rejeições – que também são significadas na cultura. São essas inscrições que definem as identidades de gênero compostas e definidas por relações sociais e moldadas por redes de poder.

As referências da trajetória: a identidade e a diferença nos Estudos Culturais e de Gênero

Hall (2000) entende que a identidade não emerge de um centro interior, de um eu verdadeiro e único, mas da relação que cada sujeito estabelece com a sua cultura, com seus pares, com os significados nela produzidos, do diálogo com os conceitos e definições das coisas do mundo. Os sujeitos aprendem e buscam ideais identitários a partir dos sistemas simbólicos que os interpelam. Cabe reforçar que, para Hall (1997), a cultura é um campo de luta por significação. É um terreno em que diversos grupos disputam espaços pelo direito de se representar no âmbito social. É em meio a esse campo de contestação cultural que os grupos subjugados procuram fazer frente às imposições dos significados que sustentam os interesses dos grupos posicionados em assimetria superior. Por assim dizer, os textos culturais são o próprio local em que os significados são travados, negociados, partilhados, divulgados e fixados.

Vista por Hall (1997) enquanto sistema simbólico, é na cultura que as coisas são nomeadas mediante um processo de atribuição de sentidos e busca de estabilidade. Ao elaborar sistemas classificatórios, a cultura vai se organizando à medida que cria fronteiras simbólicas para excluir o que está fora do lugar e da ordem e, assim, configurar a desejada coesão social. É nesse jogo que se estabelece o normal, o adequado, a identidade e, por conseguinte, o anormal, o inadequado, a diferença. Logo, a construção da identidade e a da diferença se fazem simultâneas. Elas se dependem. Sem uma não é possível que haja a outra.

Pode-se dizer que a identidade é resultante de um processo estabelecido dentro de uma ordem relativa que vem a mudar à medida que a situação que o sujeito vive se altera. Pode-se sempre “perdê-la ou ganhá-la”, dependendo de quem ou de como os outros olham para o indivíduo e como ele é falado. Ou seja, ele poderá sustentá-la ou abandoná-la, embora suas condições de

existência sejam mais ou menos determinadas por um sistema simbólico (HALL, 2000).

A construção desse sujeito é feita de múltiplas identidades, como as de gênero, raça, classe social, religião etc. Nessa construção, ora o sujeito é a identidade ora ele é a diferença (SKLIAR, 2003). Isso o torna fragmentado, fluido, pois ora ele está em situação de dominação ora não está. Além disso, é nesse jogo que se afirmam as políticas de identidade em busca de espaço e reconhecimento cultural, enfim, do poder de se representar. Essas explicações reforçam a noção de que a identidade não é fixa, tampouco pode ser compreendida como a norma. São as lutas pelo poder de significar que produzem práticas de regulação que tentam marcar a identidade e localizar para corrigir ou expurgar a diferença. Ou seja, as identidades do sujeito são definidas pela sua diferença em relação a outras identidades e não por algo que lhe é próprio. A fixação da identidade se dá no momento em que os sujeitos recebem marcadores simbólicos que fazem com que aparentem ser sua própria essência como a cor da pele, a posse de bens materiais, os órgãos sexuais, suas habilidades etc.

No tocante à identidade de gênero, seu eixo de identificação, socialização e pertencimento gira em torno dos contornos corporais marcados pela distinção biológica presente na gestualidade, voz, cabelo e órgão genital. É no domínio do corpo humano que se investem sentidos, criam-se teorias para comprovar distinções físicas, psíquicas e comportamentais. Esse domínio é atravessado por instituições, práticas discursivas e não discursivas que atrelam verdade e poder, que definem sua própria historicidade. A representação do gênero é a justificativa para consolidar os lugares e as possibilidades de atuação social do feminino e do masculino (LOURO, 2011).

O corpo, seus significados e representações são produzidos na e pela cultura. Isso implica romper com os determinismos naturalistas que ao longo da história atribuíram-lhe classificações e fomentaram formas de explicá-lo e, por conseguinte, meios de educá-lo, cuidá-lo, curá-lo etc. Enquanto artefato cultural, ele é constituído em meio às relações de poder que lhe conferem diversas marcas em diferentes momentos e espaços sociais, contribuindo com os modos pelos quais os sujeitos são constituídos, e se tornam pertencentes aos diversos movimentos identitários que cada grupo cultural produz. Movimentos que atribuem significados aos sujeitos acerca de quem eles são, foram e deverão ser.

Ao problematizar a construção do corpo, Foucault (1992a) nos ajudou a compreender que nossa gestualidade é uma construção historicamente

datada e produzida nas diversas instituições sociais, de forma a conhecê-lo para controlá-lo e, assim, torná-lo dócil e produtivo. Para o filósofo, o controle da sociedade não se dá apenas pela ideologia ou consciência, mas começa no corpo e nele se investem estratégias que individualizam e subjetivam os sujeitos. Suas análises contribuem para que problematizemos os significados que a cultura ocidental capitalista atribui aos corpos, às narrativas que sobre eles ocorrem e às práticas sociais que os operam e sobre eles produzem efeitos. É nesse emaranhado de produções de sentido de quem somos e de quem são os outros, do que é um corpo desejável e aceitável e de qual não o é, que se encontra a produção do corpo feminino, do corpo da mulher árbitra.

Beleza, maternidade, delicadeza, sensibilidade, meiguice, ternura, proteção, feminilidade são significados atribuídos que contribuem para a normatização do que venha a ser mulher. Se atentarmos a isso, verificaremos que a sua significação na sociedade moderna, ocidental, industrializada, proporcionou-lhe uma segregação social e política, restringindo-a, muitas vezes, ao ambiente doméstico. *Lócus* no qual essas conotações imperam e as encerram em seus corpos. Costumeiramente, ela foi representada como a “rainha do lar”, cabendo-lhe, por conta disso, executar funções preceptoras. Essa representação lhe conferiu, também, a posição de sujeito “boa mãe e boa esposa”, determinando-lhe a função do cuidado da casa, do lar e a educação de seus filhos (GOELLNER, 2003; 2006). Os efeitos observados nas descrições corriqueiras acerca da mulher incidiram no seu reconhecimento como um ser sensível e frágil. Em oposição, ao homem coube a função de liderança, proteção e provisão da família, associada às características e atributos de força, resistência e coragem.

Para Louro (2011), essa construção foi e vem sendo produzida a partir de múltiplos discursos que afirmam que o lugar da mulher deve ser restrito ao âmbito do privado. O que contribui, de certo modo, a desqualificá-la para atuar no espaço público, a torná-la invisível em certos lugares ou provocar medo, desejo, repulsa e ansiedade pela sua presença em outros. Apesar de há tempos muitas mulheres exercerem atividades fora dos lares, atuando nas fábricas, lavouras e oficinas e, mais recentemente, ocuparem funções em lojas, escritórios, escolas, hospitais, suas ações, em geral, eram e ainda são determinadas e controladas na maioria desses espaços e ao longo do tempo por uma ordem do discurso masculino.

Esse estofo teórico remete-nos de volta à cultura como sistema de significações que estabelecem os significados das coisas por meio da

representação. São esses significados que dão sentido às vidas dos sujeitos, que os posicionam e constroem suas identidades. Tais definições nos ajudam a entender o futsal como uma produção cultural e, como tal, se insere em uma dimensão de território em conflito, em luta pelo poder de controlar o significado.

Enquanto artefato cultural, o futsal produz significados sobre o tipo de pessoa que dele se utiliza. Determinado culturalmente como masculino, esse esporte atua na fabricação de corpos que possam superar situações adversas, como as de contato corporal, enfrentamento verbal, exposições constantes às críticas de aficionados, superação dos limites psicológicos e biológicos, circulando o discurso do masculino como norma.

A presença da mulher, do Outro cultural nesse espaço produz instabilidade na ordem discursiva. Afinal, esse espaço não lhe pertence. Decorre disso questionar quais são as estratégias que tentam regular e normatizar as condutas de seus sujeitos, enquadrando as mulheres como a diferença, avaliando-as como incompletas e impróprias para atuarem como árbitras. Também, de que modo a presença da mulher contraria as normas e os mecanismos de fixação de identidades que a hegemonia esportiva masculina estabelece como referência e como ela (árbitra) pode produzir formas híbridas de ser e ressignificar a prática e, por conseguinte, recusar a perspectiva da identidade e afirmar a diferença.

Trajatórias: a mulher na arbitragem esportiva

A participação das mulheres no cenário esportivo oficial só foi possível a partir da segunda edição dos Jogos Olímpicos Modernos, realizados em 1900, na cidade de Paris. Sua presença não ficou isenta de protestos e manifestações contrárias, inclusive pelo Barão de Coubertin, principal idealizador e incentivador dos jogos. Nesse período, as vozes dominantes enfatizavam que sua participação poderia vulgarizar e desestabilizar um terreno criado e mantido pelo domínio masculino, justificativa assentada na biologia do corpo e do sexo, atestando a superioridade masculina no tocante ao uso da força física (GOELLNER, 2003).

Na transição dos séculos XIX/XX, a educação do corpo voltava-se ao desenvolvimento e fortalecimento da construção de um espírito nacionalista, na medida em que era observada como potente para a construção da

gestualidade eficiente dos sujeitos. Tais objetivos visavam aumentar a produção no trabalho com maior rapidez, eficiência, e desmobilizar suas forças políticas. Enfim, a conhecida expressão formulada por Foucault: a produção de corpos dóceis e úteis, ideais que condiziam com os pressupostos da industrialização, racionalização da vida, construção das metrópoles, expansão do capital, controle das populações, além, é claro, da construção de pertencimento a uma identidade nacional. A partir disso, começam a proliferar nas cidades os clubes recreativos, as agremiações, as federações com os seus campeonatos esportivos e as exibições atléticas, locais destinados ao rendimento de corpos educados, desenhados pela exercitação física e legitimados pelos discursos médicos e dos planejadores sociais (GOELLNER, 2003). Essas instituições e eventos alinhavam-se aos ideais de desfrute da vida nas grandes cidades, e, rapidamente, expandiram essa prática de espetáculo restrito às elites a elemento cultural cada vez mais popular no cotidiano e presente na educação do restante da população, elementos que serviram para a expansão de certos modos de ser, pensar e agir, predominantemente masculinos.

No Brasil, a partir do Decreto de lei 3.199 de 1940, oficializou-se a proibição para mulheres praticarem desportos incompatíveis com as condições de sua natureza (sensível, frágil, dócil etc.), dentre eles o futsal. A mudança somente ocorreu com a deliberação nº. 7/65 de 1979, concedendo-lhe o direito. No futsal, sua participação foi permitida pela Federação Internacional de Futebol de Salão (FIFUSA), em 1983. Essa inserção é considerada uma transgressão, pois subverte a ordem de um espaço ao trazer consigo outros valores embutidos, como o corpo erotizado, a graciosidade, a beleza e a sensualidade (GOELLNER, 2006). Uma ameaça àquele *status quo*.

Apesar das condições de emergência da arbitragem feminina terem sido construídas ao longo do século XX, no Brasil esse trabalho é relativamente novo. Manoelita Valinho Rodrigues (1935) foi uma das primeiras a realizar, em 1980, o curso de arbitragem na Federação Paulista de Futebol de Salão (FPFS), trabalhando na entidade até 2011.

É importante destacar que, nos anos 1980, a mulher só poderia exercer a função de anotadora e cronometrista, pois lhe era negado o direito de arbitrar uma partida oficial, condição que só foi alterada em 1997. A fim de expandir a arbitragem feminina, em meados do ano 2000, Inês dos Santos (1961), ex-diretora do departamento feminino da CBFS, sugeriu que Paraguassu Fisch Figueiredo (1947), ex-diretor de árbitros da CBFS, elaborasse um quadro

feminino de oficiais. Em 2001³, abriram-se inscrições para as indicações ao quadro (que deveriam ser feitas pelas federações de cada estado). Apesar dos esforços, o quadro só foi efetivamente criado em 2002, quando foi possível ver Rita de Cássia Lima-SP (1963) atuar na fase eliminatória da Taça Brasil⁴, na cidade de Valinhos-SP, e Maria Jaqueline de Oliveira Cammarota-DF (1961) atuar na fase final desse evento, na cidade de Brasília-DF. Cabe destacar que ela atuou na finalíssima, ao lado do árbitro Adilson Mattos (1962).

A presença definitiva da mulher árbitro nesse espaço ocorreu em 2003, na cidade de Chapecó-SC, quando da realização da 1ª Taça Brasil de Clubes Feminina, categoria sub 20. A arbitragem nesse evento foi conduzida apenas por mulheres, sendo elas: Alane Jussara da Silva Lucena; Maria Jaqueline Cammarota; Ana Lucia Martins de Castro; Claudia Martins da Paz; Katiucia Meneguzzi dos Santos; Gisele Torri; Marcia Aparecida Marcondes dos Santos; Arilete Favaretto e Elieth Fátima Dambrós Freitas.

Para coroar a boa atuação das mulheres (entende-se aqui negociar a legitimidade de sua presença), a FIFA cria em 2007 seu quadro feminino de oficiais, dando espaço a quatro brasileiras indicadas pela CBFS: Renata Neves Leite, Giselle Torri, Katiucia Meneguzzi e Alane Lucena (DINIZ, 2011). Renata Leite, que em 2012 esteve presente na Copa do Mundo realizada na Tailândia, foi eleita a segunda melhor árbitra do mundo pela AGLA Futsal Awards⁵, concorrendo com mais nove árbitros homens.

³ As oficiais Alane Jussara Lucena e Renata Neves Leite já atuavam na CBFS pelo quadro masculino entre os anos 2001 e 2002.

⁴ A Taça Brasil é uma das competições mais tradicionais da CBFS. A competição reúne os campeões dos Estados.

⁵ Premiação máxima do futsal mundial outorgada pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) e organizada pelo site Futsal Planet. Várias categorias concorrem às indicações: melhor jogador (masculino e feminino); melhor goleiro e melhor jogador jovem (sub-23); melhor treinador (seleções e clubes); melhor árbitro; melhor seleção; melhor clube; vitória por seleções e clubes. Exceção à premiação de melhor jogador, as demais categorias não são divididas em masculino e feminino. O que se nota nos dados das suas indicações é a esmagadora presença dos homens na lista dos indicados. Pode-se afirmar que espaços como esse se constituem e são constituídos por uma ordem do discurso masculina.

Trajetórias: a vida de duas mulheres na arbitragem esportiva

Reconhecida como uma das maiores protagonistas do futsal, atuando como atleta e depois como árbitra, Gabriela relata ser desprivilegiada. Afinal, se há pouca divulgação do futebol feminino, o que dizer do futsal. Isso indica que o *status* profissional alcançado nesse esporte não lhe confere força suficiente para combater a relação de desigualdade entre os gêneros presentes no universo da arbitragem.

Os envolvidos na arbitragem não te valorizam muito. Não tem confiança no seu trabalho [...] árbitros conceituados falam que você está bem, que está na hora e você não vê isso acontecer. Então, eu acho que a coisa vem lá de cima mesmo. Na falta de confiança em uma mulher (Gabriela).

Assim como a colega, Luana antes atuou como atleta e reforça o discurso acerca da presença da mulher que exerce autoridade dentro de um espaço privilegiado pela identidade masculina como um fator de grandes conflitos e cobranças.

Os dirigentes gostam de mulher apitando? Não! Tem atleta que gosta de mulher apitando? Não! Tem pai que olha pra mim e diz: “Vai lavar roupa!”. Eu não aprendi lavar roupa. “Vai cozinhar!”. Eu não aprendi cozinhar. Eu estudei para ser árbitra, isso eu sei fazer [...] essa é a mentalidade que a sociedade passa [...] mulher não vai até estádio de futebol, fica em casa assistindo novela (Luana).

Essa desvalorização e falta de reconhecimento encontram forças no modo como os demais sujeitos envolvidos nessa prática enunciam a presença da mulher no cenário esportivo. Assim como Gabriela reclamou da cobrança em relação a sua atuação, Luana reforça que a questão não está relacionada apenas ao caráter e à moral, como ocorre na arbitragem masculina. Ela escancara o incômodo que a presença da mulher nesse cenário causa. A exigência quanto ao seu desempenho expressa os significados e as fronteiras construídas na cultura ocidental que marcam a distinção entre o feminino e o masculino.

[...] quanto mais importante o jogo, maior é a cobrança em cima da mulher. A mulher não pode errar (Gabriela).

[...] não é porque ela é árbitra de futsal, é porque ela é mulher. Não importa se eu sou uma empresária de sucesso ou uma professora [...] se ele está num patamar e olha pra mim, ele não me olha única e exclusivamente como profissional da área esportiva, ele olha pra mim enquanto mulher (Luana).

Em certa medida, essas falas reforçam os discursos hegemônicos que ditam que suas ações se limitam ao âmbito privado e do lar. A mulher considerada inapta para exercer as funções da arbitragem é marcada por um estatuto de verdade que regulamenta os locais de sua atuação. Contudo, a ambivalência se faz presente, pois não é difícil perceber que essas mulheres, diante das representações negativas a elas atribuídas, operam uma transformação de si mesmas. Com a ajuda de Larrosa (1994), pode-se dizer que os fragmentos desses textos indicam que as tecnologias do eu estão associadas aos enunciados produzidos pelos sujeitos e produzem autorreflexão, criam, regulam e modificam uma experiência subjetiva de si mesmo. Em tempos de luta por reconhecimento da capacidade das mulheres, elas fragmentam a si mesmas. São duas identidades distintas: profissional e mulher.

Sendo a representação do gênero uma prática social, essas histórias de vida reforçam os modos de como a educação do corpo é realizada desde a mais tenra idade. Gabriela recorda que na infância vivenciou a prática do futebol em grande parte do tempo e não havia nenhum problema com os meninos, pois jogava bem. Entretanto, seus pais não aceitavam vê-la chutando bola pela rua, o que não a incomodou. O mesmo aconteceu com Luana. Irmã caçula e distante da mais velha, teve a oportunidade de interagir apenas com o irmão. Esse fato lhe garantiu a apropriação de certos saberes condizentes com as práticas corporais denominadas masculinas, tais como jogar bola, peão, soltar pipa etc., causando receio e censura familiar. Suas ações eram consideradas um desvio às condutas femininas.

Na minha rua só tinha menino mesmo, as únicas meninas eram minhas duas irmãs, que a gente não se dava muito bem e aí eu tinha brincadeiras de menino [...] meus pais tinham certa resistência, não gostavam. Mas não tinham muita opção [...] a menina nasce e todo mundo imagina ela brincando e fazem isso, dão bonecas para ela brincar (Gabriela).

[...] nenhuma família gosta quando sua filha diz: “Eu vou jogar bola”. Quando eu nasci, eu ganhei uma boneca e não uma bola. Minha mãe queria me ver de vestidinho na rua sentada na calçada,

olhando o povo passar e não me ver de tênis com o joelho todo ralado jogando bola [...] um filho quando nasce à primeira coisa que ele vai ganhar é uma camisa do clube que provavelmente o pai dele torce, não é nem o clube que a mãe torce [...] A menina quando nasce [...] ganha de presente uma boneca e um vestido. Como se fosse completamente inviável uma menina usar uma camisa de clube e brincar de bola (Luana).

As lembranças de como essas mulheres foram constituídas em seio familiar enaltecem a produção de um corpo relacionado à educação e ao gênero. Meyer (2010) entende que educar engloba um complexo de forças e de processos (os meios de comunicação de massa, os brinquedos, a literatura, o cinema, a música etc.) no interior dos quais indivíduos são transformados em – e aprendem a se reconhecerem como – homens e mulheres. Neste sentido, a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos.

Esses processos também ocorrem no âmbito da atuação da mulher árbitra. Por lá, elas se materializam na construção dos corpos, e a sua regulação torna-se uma necessidade.

O teste físico é o mesmo e nós não temos a mesma capacidade física e muscular do homem. Enquanto os meninos trabalham na linha do último homem no futsal eu trabalho dois passos após a linha, porque se o jogador vira e sai no contra-ataque, eu vou conseguir acompanhar ele porque eu saí a dois passos à frente. Quando ele chegar pra bater na bola, eu vou estar na mesma linha que ele. Então, eu vou observar tudo. São maneiras que você procura de se defender e de se adaptar (Luana).

Foucault (1992a) nos ajuda a compreender os investimentos que são realizados sobre os corpos, valorizando suas forças, a dinâmica do corpo-máquina, a anátomo-política como sua tecnologia disciplinar. O corpo está submetido a uma racionalidade que considera a perspectiva anátomo-funcional como critério último de verdade. Essa racionalidade apresenta-se na classificação advinda do exame. Isso fica evidente em um lugar onde a valência física e o desempenho compõem a norma.

O que é possível observar na fala de Luana, ao ditar as diferenças biológicas entre homens e mulheres no futsal referentes à força, velocidade, agilidade e habilidade, são as estratégias de poder frente à força produtiva que não apenas nega, impede, coíbe, mas também produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos e incita a posição inferior dos sujeitos.

Sobre o poder, Foucault (1992b) entende que ele é uma forma de regulação e controle para governar a conduta humana. Mas, também em Foucault, encontramos a possibilidade da resistência, de afirmação da vida, do corpo. Para estar ali, Luana modifica o jogo, cria possibilidade de atuar dentro dos discursos normativos, ao mesmo tempo em que investe em estratégias de subversão à ordem sem, no entanto, implodi-las.

Nessa vertente, as tecnologias de subjetivação presentes nas relações de poder inseridas na arbitragem, ou seja, o modo como a mulher árbitra aprende a ver-se, julgar-se, governar-se e discursar sobre si, têm formado, de fato, sujeitos obedientes às normas (LARROSA, 1994). O processo de fabricação dos sujeitos é contínuo e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Assim, o olhar deve se voltar especialmente para as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados precisam se tornar alvos de atenção revogada, de questionamento e, em especial, de desconfiança (LOURO, 2011). A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como natural.

Antigamente, vamos dizer assim, a aparência das meninas era complicada, então, era o “sapatão” se jogasse bola. Isso também mudou muito hoje. As pessoas olham e não falam sobre isso (Gabriela).

A mulher envolvida com o esporte [...] ela não deve se masculinizar para estar ali [...] não preciso gritar com o cara como ele esta gritando comigo [...] a arma que as mulheres têm para derrubar algumas coisas é a delicadeza e a questão da feminilidade [...] ela pode ser delicada, feminina, porém, ela precisa saber impor respeito (Luana).

Ao desconfiar desse modo natural de ser, Goellner (1999) considera que o corpo feminino que se transforma para exercer determinada função esportiva, muitas vezes, sofre atribuições de características viris que não apenas questionam a beleza e a feminilidade da mulher, mas também colocam em dúvida a autenticidade do seu sexo. Ao duvidar, o discurso tradicional impõe o conceito de um corpo ideal, capaz de se enquadrar nos padrões da docilidade, fragilidade e, principalmente, na atualidade, na magreza. Um corpo feminino que se distancia desse padrão é logo questionado. Não à toa diversas são as tentativas de exclusão das mulheres desse cenário ou da segregação de sua prática.

Não tão distante, ser excluída significaria não estar condizente com as normas estabelecidas pelo grupo social em que o sujeito se insere. Hábitos, costumes, condição financeira e sua participação social não se assemelham aos da classe hegemônica. Para Skliar (2003), excluir acaba se tornando a maneira mais fácil de resolver o problema da presença da diferença.

Discutir o espaço conquistado pelas mulheres e as relações de gênero e corpo continuam sendo, sem dúvida, um grande desafio. Apesar das grandes reivindicações feministas, há muitas barreiras que inviabilizam uma identidade. Nas histórias de vida investigadas, as mulheres se constituem a partir dos discursos dominantes.

Eu venho de um estado que segundo algumas frases não deveriam ser tão machistas porque toda paraibana é “mulher macho sim senhor” [...] embora essa frase exista [...] eles a veem com outros olhos que eu não gosto. A “mulher macho” é no sentido da guerra, da vontade, da briga, do lutar pelo querer (Luana).

Nesse caso, o preconceito é visto como uma forma de construção do Outro, a partir da própria neutralização do mesmo. Implica a negação do indivíduo diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante. É nessa troca que, por vezes, e durante anos, as mulheres, os negros, os pobres, os homossexuais e tantos outros fugiram dos padrões estabelecidos pelas identidades normatizadas (masculina, heterossexual, burguesa, cristã). Seus corpos, seus signos, suas representações tornaram-se representações inferiores, incompletas, díspares (GOELLNER, 2010).

A mulher, enquanto representação, ao longo do tempo vem se constituindo a partir do olhar alheio, do poder que fabrica corpos fragmentados obedientes às leis, às normas e atentos a si mesmo. Mecanismos que tornam visíveis e eficazes as ações da mulher árbitra.

Na minha estreia em um jogo de um time de camisa eu me senti pressionada. Porque era o primeiro jogo de influência e eu não podia tomar uma atitude drástica ali. Eu tive que aguentar aquela pressão o jogo inteiro e tentar me concentrar pra tentar levar o jogo dentro da normalidade. Que se o jogo saísse da normalidade era exatamente porque era uma mulher que estava apitando aquele jogo (Gabriela).

Para Nunes e Shigunov (2002), as concepções que norteiam a prática do árbitro de futebol denunciam que as pessoas, em suas atuações esportivas, seja torcendo, dirigindo ou como atleta, são incapazes de compreender a figura do árbitro, tampouco a sua função. A ação do árbitro é vista meramente como alvo de protestos e agressões, sejam elas quais forem. É necessário que se frise que, independentemente das questões de gênero, a equipe de arbitragem tem somente uma fração de segundo para ver, interpretar, raciocinar, analisar e emitir o sinal da sua decisão, sem poder rever a ação. Se falhar, seu julgamento será impreciso. No caso da mulher árbitra, isso parece produzir outros efeitos, bem distantes dos sentimentos de moral e de justiça que são atribuídas à equipe de arbitragem masculina.

Considerações

Introduzida em 1868 no futebol, a arbitragem era exercida apenas mediante a consulta dos capitães das equipes. Com as complexidades nas regras e a sua expansão global, a arbitragem passou a ser preponderante para que os princípios burgueses de igualdade e mérito prevalescessem no futebol. Faz-se crer que, para ser reconhecido dignamente como árbitro esportivo, basta aplicar as regras do jogo. As narrativas aqui apresentadas contribuíram para se verificar que para a mulher isso não é o suficiente. Sua luta por reconhecimento é maior.

O significado do que venha a ser sujeito-árbitro tem relação com construções discursivas históricas, sociais e culturais, hoje claramente influenciadas pela mídia. Para tanto, aquele que se aventura por essa vereda profissional sabe bem os discursos que lhes são dirigidos quanto a sua eficiência e caráter. Para as mulheres isso vai além. Elas têm que enfrentar outras formas de significação, que envolvem a produção da identidade e da diferença. A presença da mulher nesse cenário amplia as formas de marcação da diferença.

Os sujeitos desta pesquisa se constituíram no interior de certos aparatos de subjetivação, tornando-se corpos dóceis e adestrados, regulados em função da cultura que se estabelece na prática corporal na qual a norma é heterossexual e masculina, o que acaba por construir um estatuto de verdade no qual a virilidade e a força são os atributos necessários para o exercício e o controle da arbitragem.

As análises aqui formuladas evidenciam que os diferentes discursos acerca da mulher, produzidos em outros lugares, estão fortemente presentes, reforçando a imposição de um modelo ideal do que venha a ser mulher. De certo modo, essa reverberação torna esse espaço mais um campo de luta para a construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, não só no que se refere ao gênero, mas em todos os seus níveis de relação.

Apesar dos esforços e dos novos espaços de lutas que objetivam o direito à diferença e à igualdade dos direitos entre os gêneros, a mulher ainda enfrentará preconceitos e dificuldades que a hegemonia masculina da modalidade estabelece. As mulheres desta pesquisa aceitam as imposições do treinamento físico, ao mesmo tempo em que criam estratégias de sobrevivência. Mantêm a postura corporal ereta para impor o respeito da autoridade, ao mesmo tempo em que procuram manter a elegância e a graciosidade de seu corpo. Ao serem marcadas como diferença, essas mulheres árbritas atuam frente às normas estabelecidas pelos processos de subjetivação e regulação de forma ambivalente entre a resistência e a normalização.

Referências

- BOURDIEU, Pierre.
(2002) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DINIZ, Marcos
(2011) *Quadro de Arbitragem Feminina tem Brasileiras*. Disponível em: <http://www.futsal.com.br/noticias/noticia.asp?NumeroID=11519#>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- DUNNING, Eric; MAGUIRE, Joseph.
(1997) As relações entre os sexos no esporte. *Revista de estudos feministas*. vol 5, n. 2, p. 321-348.
- FOUCAULT, Michel
(1992a) *A palavra e as coisas*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.
- (1992b) *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GOELLNER, Silvana Vilodre
(1999) Imperativos do ser Mulher. *Motriz*, v. 5, n. 1, p. 40-42.
- (2003). O esporte e a espetacularização dos corpos femininos. *Labrys Estudos Feministas*. Disponível em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys4/textos/silvana1.htm>. Acesso em 23 de agosto de 2011.
- (2006). “Na Pátria das Chuteiras as mulheres não tem vez”. In: *VII Seminário Internacional Fazendo Gênero – Simpósios Temáticos*. Santa Catarina: UFRGS. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/S/Silvana_Vilodre_Goellner_21.pdf. Acesso em 30 de setembro de 2011.
- (2010). “A produção cultural do corpo”. In: Guacira Lopes Louro; Jane Felipe; Silvana Vilodre Goellner. (Orgs.); *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes. p. 28-40.
- HALL, Stuart
(1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*. v. 22, n. 2, jul/dez, p. 15-46.

- (2000). "Quem precisa de identidade?" In: Tomaz Tadeu Silva (Org. e Trad.); *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes. p. 103-133.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. (1999). "Estudos de gênero no Brasil". In: Sérgio Miceli (Org.); *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré. p. 183-221.
- LARROSA, Jorge (1994). "Tecnologias do eu em educação". In: Tomaz Tadeu Silva (Org.); *O Sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes. p. 35-86.
- LOURO, Guacira Lopes (2011). *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 12. ed. Petrópolis: Vozes.
- MEYER, Dagmar Estermann (2010). "Gênero e educação: teoria e política". In: Guacira Lopes Louro; Jane Felipe; Silvana Vilodre Goellner (Orgs.); *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. 5. ed. Petrópolis: Vozes. p. 09-27.
- NUNES, Renildo; SHIGUNOV, Viktor (2002). Auto-estima do árbitro de futebol profissional do estado de Santa Catarina. *Revista da Educação Física UEM*. v. 13, 2º semestre. p. 71-79.
- POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1999) *História de vida: teoria e prática*. Lisboa: Celta.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (org.) (1979) *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SANTANA, Wilton Carlos; REIS, Heloisa Helena Baldy (2003). Futsal Feminino: perfil e implicações pedagógicas. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*. v. 11, n. 4, out/dez, p. 45-50.
- SKLIAR, Carlos (2003) *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A.
- SCOTT, Joan Wallach (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol 20, nº2, jul/dez, p. 71-99.

Recebido em
fevereiro de 2014

Aprovado em
abril de 2014

Resenha

Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011

Gedeon Freire de Alencar

Editora Novos Diálogos

Rio de Janeiro, 2013. 383 p.

Um dos campos que mais vem sofrendo transformações nas últimas décadas na sociedade brasileira é o religioso. Certamente, sua principal força propulsora é a grande expansão do pentecostalismo entre a população brasileira. Importante lembrar que, segundo os dados do IBGE¹ os evangélicos ascenderam de 6,6% em 1980 para 22,2% da população brasileira em 2010, que em números absolutos significa um salto de cerca de 7,8 milhões para mais de 42 milhões de pessoas. Ainda segundo o IBGE, os pentecostais respondem por cerca de 60% dos evangélicos no contexto do campo religioso brasileiro. Desta forma, é de fundamental importância a produção de trabalhos que tenham como objetivo compreender de perto tal fenômeno. Neste sentido, o trabalho de Alencar é um grande avanço, pois se trata do mais completo trabalho sobre a maior igreja evangélica brasileira – e segunda maior do país – a Assembleia de Deus (doravante AD).

Fruto de sua tese de doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC-SP, o trabalho que Alencar nos traz é produto de minuciosa pesquisa, seja nos arquivos do Centro de Estudos do Movimento Pentecostal, ligado à Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), seja nas entrevistas com pastores e lideranças da AD, ou ainda em arquivos conseguidos na Suécia, por intermédio da jornalista sueca Kajsa Norell, também pesquisadora da AD no Brasil. Alencar define a AD como uma “das sínteses mais próximas da realidade brasileira” (ALENCAR, 2013, p.17), compartilhando muitas contradições que são inerentes do próprio país e que a AD reproduz. Uma questão central para a compreensão de como a igreja se

¹ Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010.

estabelece e cresce no Brasil passa por sua trajetória de um pentecostalismo híbrido: fundada por suecos vindos dos EUA em Belém do Pará, no contexto do ciclo da borracha. Como foi criada a partir de uma dissidência batista e moldada para ser diferente da igreja luterana estatal sueca, a AD forma-se sem uma liderança única e centralizada. Como salienta Alencar, os missionários fundadores Gunnar Vingren e Daniel Berg, que hoje são reconhecidos como símbolos assembleianos da época, só tiveram sua imagem lapidada como tal posteriormente (OP. CIT, p. 29).

Desta forma, o autor propõe um modelo de compreensão, nomeado “Matriz Pentecostal Assembleiana Brasileira” (MPAB), no qual a AD não é entendida como única, mas plural (ADs), enquadrada no que Alencar nomeia *assembleianismos*. Tal como o Brasil, as ADs possuem, para além de elementos identitários comuns que se permita percebê-la enquanto uma igreja, uma formidável diversidade, acompanhando a lógica da própria pluralidade da sociedade brasileira. Os assembleianismos – urbano, rural, difuso e autônomo – são tipos ideais que dão auxílio na tarefa de compreender tal diversidade. Juntamente com essa tipologia é proposta uma análise sócio-histórica do fenômeno a partir de três categorizações periódicas: o movimento pentecostal (1911-1946), a instituição pentecostal (1946-1988) e a corporação pentecostal (1988-2011).

Ao longo da leitura do texto de Alencar, não é difícil identificar qual é sua principal referência teórico-metodológica: a sociologia compreensiva de Max Weber. Embora dialogue com outros autores clássicos da sociologia da religião, como Pierre Bourdieu e Daniele Hervieu-Leger, suas teses estão sempre em diálogo com o clássico sociólogo alemão. No capítulo 2, *Teorização, História e Tipologia*, é apresentada uma síntese das principais elaborações de Weber no campo do estudo sociológico da religião e também algumas questões de método. A análise sócio-histórica posterior de Alencar acerca das ADs é construída a partir da teoria weberiana dos tipos de dominação: tradicional, carismática e racional. Um mérito do autor aqui é utilizar-se bem desse instrumental teórico, dando sentido e inteligibilidade à complexa trajetória das ADs. Um bom exemplo disso é a construção ideal-típica dos assembleianismos. O assembleianismo rural é um tipo dominante nas primeiras décadas de existência das ADs e até hoje ainda se faz muito presente no *ethos* assembleiano. Alencar o elabora com quatro características fundamentais: a mentalidade rural, a estrutura patriarcal e estamental da liderança, o abismo comportamental entre Sedes e Congregações e a densidade assembleiana nas pequenas igrejas e cidades. Já o assembleianismo

urbano é marcado pela sua diversidade e multiplicidade, não assumindo automaticamente valores típicos dos centros urbanos. A ênfase no controle moral, tão importante e marcante no assembleianismo rural, é no contexto urbano mais deficiente. Por sua vez, o assembleianismo autônomo seria intrínseco ao próprio modelo pelo qual as ADs foram estabelecidas no Brasil, onde a ligação entre as igrejas é espiritual e não institucional. Sua prática eclesial é de muita heterogeneidade e seu pertencimento ao assembleianismo dá-se mais na manutenção de características típicas, como hinologia, estilo de lideranças e usos e costumes. O último tipo ideal de assembleianismo é o difuso, cujo pertencimento às ADs dá-se mais nas expressões básicas dos crentes (“- Paz do senhor, irmão!”), hinários entre outras. Controle de moralidades e características teológicas aqui são relativizadas, de acordo com o contexto.

No capítulo 3, *O Movimento Pentecostal: a iluminação do carisma – 1911-1948*, Alencar analisa o desenvolvimento e o crescimento das ADs em um país ainda rural, mas em vias de urbanização, com grandes fluxos imigratórios – o que vai ser fundamental para a expansão da igreja. Nesse período não há sequer uma figura jurídica que responda ou represente as ADs. A ênfase aqui é na caracterização do fenômeno como um movimento pentecostal. A partir do instrumental weberiano dos tipos de dominação, o autor salienta o papel do carisma como fundamental para se compreender a igreja, na medida em que, nesse contexto inicial, não há distinção entre clero e membros, e a “promessa” é para todos. Nesse momento, as ADs se caracterizam por serem formadas por pequenos templos (templos casa), darem pouca importância para a educação teológica e desenvolverem uma teologia voltada para o sofrimento, de grande negação do mundo. Um dos destaques do capítulo é o resgate que Alencar faz de Frida Vingren, esposa do missionário fundador Gunnar Vingren, que exercia importantes papéis em sua congregação e escrevia o mais importante veículo de comunicação da igreja, o jornal *Mensageiro da Paz* (que é relevante até os dias atuais). Derrotada nas lutas internas da AD de seu tempo, fortemente machista, “a figura de Frida na história oficial é apagada, quase inexistente” (IDEM, p. 116). Tais lutas internas são muitas e são personificadas na disputa de Vingren e Samuel Nystron (também sueco) pelo direcionamento que a igreja viria a ter, no qual o segundo é o vitorioso. O movimento está em vias de institucionalização.

Em outubro de 1946 é realizada a primeira Convenção da igreja em Recife, onde há um estabelecimento de uma personalidade jurídica. Desta forma é

fundada a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil². Trata-se do segundo período - 1946 a 1988 - A Instituição Pentecostal: o avanço da tradição, discutido no quarto capítulo do livro. Aqui a palavra-chave seria a tradição, simbolizada pelo longo pastorado dos principais líderes assembleianos do período. Uma tradição inventada a partir da construção mítica das primeiras lideranças suecas, que vai ser respeitada e ressignificada pelas lideranças brasileiras que se impõem no período. Ainda aqui há uma rejeição à educação teológica formal, que começa a ser rediscutida e torna-se objeto de tensões. Sua base é a disciplina, perante os “perigos do mundo” e a fragmentação do pentecostalismo brasileiro, que vive nesse período sua segunda “onda” de expansão (FREESTON, 1994). Sua disputa interna mais destacada é a entre a “Missão”, sob a liderança de Cícero Canuto; e “Madureira”, pastoreada por Paulo Macalão. Sob a disputa simbólica da tradição, Alencar salienta que a disputa entre os dois é sobre quem é mais conservador (ALENCAR, 2013, p. 211). Neste sentido, as disputas entre os ministérios ajudam a fragmentar as ADs, ao mesmo tempo em que as lideranças paroquiais se fortalecem. Tudo em nome da tradição, que, como nos ensina Weber, é um grande e eficaz instrumento de dominação.

Em 1988, com a expulsão do Ministério de Madureira da CGADB, inicia-se o terceiro período problematizado por Alencar: *1988 a 2011 - A Corporação Pentecostal: a (ir) racionalidade dos poderes*, quinto capítulo do livro. Aqui, a narrativa que desde o começo possui um tom crítico assume também uma perspectiva ácida, crê-se devido ao recrudescimento das disputas internas e do próprio formato corporativo que a igreja assume. As ADs, cuja força e fraqueza vêm de sua estrutura “grande, mas fracionada; organizada, mas desarticulada; presente, mas invisível” (IDEM, p. 218), encontram-se em disputa em torno dos seus próprios *assembleianismos* e tendo que conviver e se adaptar ao crescimento das igrejas neopentecostais, notadamente a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que se expande no mesmo território socioespacial das ADs. Nesse contexto, a elite dirigente da igreja prospera, adquirindo formas de corporação, com interesses políticos e econômicos cada vez mais crescentes. Entre as muitas disputas das lideranças, a que mais ganha destaque, inclusive nas comemorações do centenário das ADs, é a entre

² Segundo dados da própria, a mesma foi fundada em 1930 e registrada em 1946. Cf. <http://www.cgadb.com.br/>. Acesso em 29 de maio de 2014.

José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB, e Samuel Câmara, pastor presidente da AD mãe de Belém do Pará. O padrão administrativo agora passa por uma “racionalidade administrativa eclesiástica” (IDEM, p. 268), mas que assume como política interna um formato “patrimonialista familista” (IDEM, p. 269). Paralelamente à disputa entre Bezerra da Costa e Câmara, cresce a figura do pastor que, símbolo do assembleianismo autônomo, vai se tornar o pastor assembleiano mais conhecido do Brasil: Samuel Malafaia, que faz de sua AD (Vitória em Cristo) o maior exemplo de corporação pentecostal no seio das Assembleias de Deus. “A teologia em si é o que menos importa no discurso de Malafaia e seu grupo. Importante mesmo é o lucro que isso dá e o resultado político no presente e futuro” (IDEM, p.281).

Passada a limpo a trajetória das ADs, temos em perspectiva que a igreja mudou tanto quanto o Brasil, acompanhando seu crescimento dentro de suas contradições. As ênfases teológicas iniciais baseadas no sofrimento e renúncia não se perdem totalmente, mas são matizadas, enquanto as estruturas eclesiais tornam-se mais profissionais, seguindo o processo de racionalização inerente à modernidade. As mulheres, com exceção de alguns ministérios autônomos, continuam alijadas das funções principais da igreja, embora tenham um importante papel na dinâmica interna de funcionamento da igreja, pois são a maior e mais dedicada parte de sua membresia. Sem a aprovação delas, dificilmente um cantor ou liderança ganha destaque. Seria uma espécie de empoderamento das bases assembleianas?

Por fim, Alencar indaga: “Há vida depois do centenário?”, elaborando o capítulo final do livro, no qual são analisadas principalmente os meios e as consequências do processo de crescimento que as ADs experimentaram nos últimos anos. O autor salienta que a identidade assembleiana mudou muito nestes cem anos, acompanhados pelos seus elementos centrais, a saber: os Ministérios, a Educação Teológica, as Relações de gênero, a Mídia, as Convenções e os Templos. Cada um desses mudou, mas continuam como pilares dessa identidade.

Como palavras finais, temos no livro de Alencar uma primordial análise para compreensão do fenômeno das ADs e do próprio pentecostalismo brasileiro. Torna-se impossível ignorar as contribuições que a obra nos traz, acompanhada por um eficiente corpo teórico e um olhar próprio de Alencar, que é ao mesmo tempo próximo e crítico; apaixonado e ácido; rigoroso e irônico. Em 1994, Freston afirmava: “Está na hora de a sociologia da religião lançar-se ao estudo das grandes igrejas pentecostais enquanto instituições em

evolução dinâmica” (FRESTON, 1994, p. 68). Com o trabalho de Alencar essa hora parece que chegou, mesmo que com quase vinte anos de defasagem. Sem dúvida, uma grande contribuição para a sociologia da religião.

Alexander Soares Magalhães*

Referências

ALENCAR, Gedeon Freire de.
(2013) *Matriz Pentecostal Brasileira: Assembleias de Deus 1911-2011*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos.

Recebido em
maio de 2014

Aprovado em
junho de 2014

FRESTON, Paul.
(1994). “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. In: Alberto Antoniazzi; José Bittencourt Filho; Rubem César Fernandes; Paul Freston; Wilson Gomes; Cecília Mariz; Pierre Sanchis; Ingrid Sarti; Rogério Valle (Orgs.); *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes. p. 68.

* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado de Janeiro (UERJ) e professor de ensino básico, técnico e tecnológico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET – RJ). E-mail: alexird@yahoo.com.br.